



ARIANA CAMPANA RODRIGUES

**Caleidoscópio de pensamentos:
ensaios e prosas sobre loucura, trabalho e oficinas na Saúde Mental**

**ASSIS
2021**

ARIANA CAMPANA RODRIGUES

**Caleidoscópio de pensamentos:
ensaios e prosas sobre loucura, trabalho e oficinas na Saúde Mental**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Silvio Yasui

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

R696c Rodrigues, Ariana Campana
Caleidoscópio de pensamentos: ensaios e prosas
sobre loucura, trabalho e oficinas na saúde mental /
Ariana Campana Rodrigues. Assis, 2021.
388 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Silvio Yasui

1. Loucura. 2. Trabalho. 3. Oficinas. 4. Saúde mental.
5. Reforma psiquiátrica. I. Título.

CDD 362.2



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Caleidoscópio de pensamentos: ensaios e prosas sobre loucura, trabalho e oficinas na Saúde Mental

AUTORA: ARIANA CAMPANA RODRIGUES

ORIENTADOR: SILVIO YASUI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. SILVIO YASUI (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Social / UNESP/Assis

Profa. Dra. ANA MARIA RODRIGUES DE CARVALHO (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho / UNESP/Assis

Profa. Dra. ELIZABETH MARIA FREIRE DE ARAÚJO LIMA (Participação Virtual)
PPG/Psicologia / UNESP/Assis

Prof. Dr. LADISLAU RIBEIRO DO NASCIMENTO (Participação Virtual)
Universidade Federal do Tocantins / UFT/Tocantins

Profa. Dra. CATIA PARANHOS MARTINS (Participação Virtual)
Faculdade de Ciências Humanas / UFGD/Dourados

Assis, 21 de julho de 2021

Milton Nascimento canta que “para quem quer se soltar, invento o cais, invento mais que a solidão me dá”¹. Eu, que durante anos experimentei a simplicidade da errância navegante, precisei parir minha filha para docemente inventar meu cais. Dedico esta tese a você, minha Betina, que me inspira a ser um porto onde você pode se ancorar, fazendo de mim sua segurança em nosso mar-mundo.

¹ NASCIMENTO, M.; BASTOS, R. Cais. In: NASCIMENTO, M.; BORGES, L. *Clube da Esquina*. Rio de Janeiro: EMI, 1972. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 2.

AGRADECIMENTOS

*Signore,
fa' di me uno strumento della tua pace²*

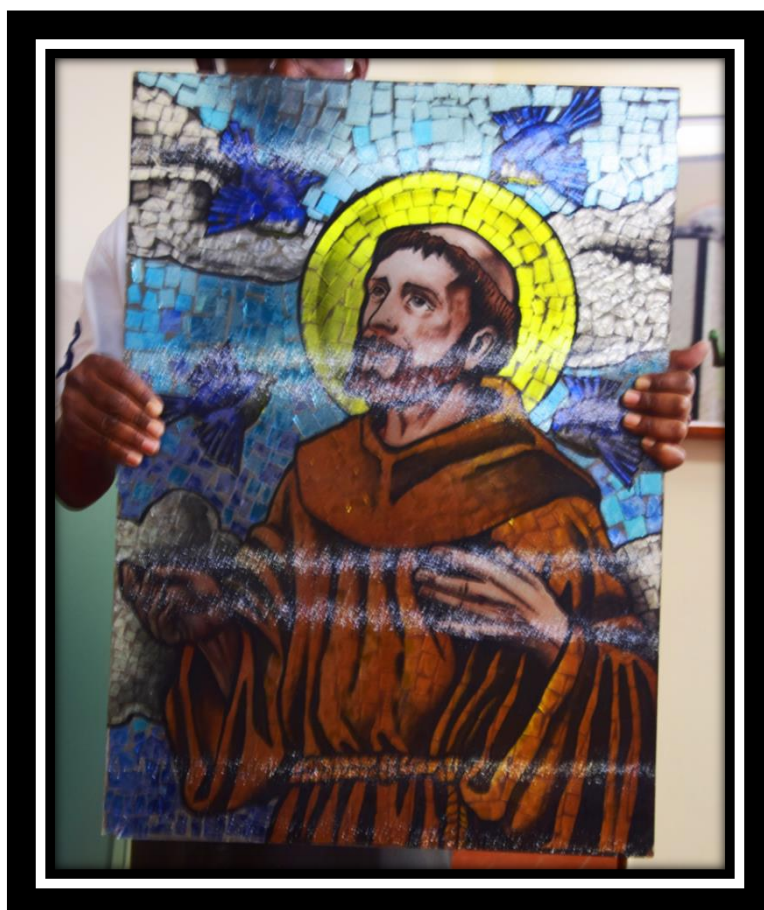


Figura 2

Título: São Francisco de Assis da Oficina de Vitral Plano do Núcleo de Oficinas e Trabalho
Fotografia minha (ano de 2018)

Embora pareça haver alguma solidão na feitura de uma tese, o que não é de todo inverdade, paradoxalmente há a participação de muitas pessoas nesse processo. O ato da gratidão relativiza minha importância e merecimento, pois torna visível a contribuição de outros e desenha a coletividade do trabalho. Agradecer, portanto, torna-se imperativo.

² Tradução: “Senhor, faz de mim um instrumento da tua paz”. Do origina em italiano: *Pregiera di San Francesco d’Assisi*.

Participar de aulas na universidade e escrever cotidianamente me possibilitou engendrar encontros interessantes e positivos com autores lidos e escutados. Nos últimos quatro anos, desfrutei mais dos livros do que da presença das gentes que me acompanharam e apoiaram nesse doutoramento.

A única pessoa que esteve acima disso e que, a qualquer tempo que quis ou precisou, teve garantida toda a minha presença, foi minha filha Betina, simplesmente pelo meu compromisso com a maternidade e pelo amor incondicional que prazerosamente lhe dedico. Agradeço por ela ter vindo novamente ao mundo por mim, por esse acontecimento ter ressignificado minha vida, por ter me produzido tanta alegria, por estar me ajudando a me tornar um ser humano melhor.

Junto ao meu reconhecimento e agradecimento a ela, e como sou dada a declarações de amor, os demais são muitos e fartos...

À minha família, especialmente ao Beto, João, Ismenia, Deyse, Maria (*in memoriam*) pelo amor, acolhimento, apoio, incentivo, ensinamentos e aprendizagens, pela nobreza de caráter de cada um, por compreenderem meus rumos de vida e por me ensinarem sobre o valor do estudo e do trabalho.

Ao meu companheiro Mardônio, pelo amor e parceria, por ser um psiquiatra sensível, pelos sonhos compartilhados. Sou grata por seu empenho em ter tornado nosso lar acolhedor a essa pesquisa.

Ao Silvio, pela orientação sempre tão cuidadosa e respeitosa, pela generosidade com que se dedica à docência e, especialmente, pela postura compreensiva comigo e com Mardônio durante o processo em que eu gestava e paria Betina. Silvio é um professor inspirador e um ser humano de coração nobre.

À Beth, que compôs a banca de qualificação e defesa, pelas aulas, pelos comentários pertinentes e certos que me ajudaram a prosseguir a pesquisa e pelo convite para uma imersão mais profunda e feliz pela obra de Arendt.

À Catia, que também compôs a banca de qualificação e defesa, pelas leituras, diálogos e, principalmente, por ser minha parenta amiga de todas as

horas, multiplicando alegrias, sonhos e sabedorias. Esses anos de doutorado estão contidos em mais de duas décadas de amizade, com aventuras vida afora e adentro. Obrigada por ser minha parenta.

Ao Ladislau, por compor a banca de defesa, por ter me recebido para o estágio de docência no curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Tocantins e pela discussão ética e plural sobre o racismo, que me provocou novos olhares.

À Ana Maria, por seu vital ativismo político em favor dos catadores de materiais recicláveis e pelas generosas contribuições na banca de defesa.

À Cristina Amélia e à Rosana, professoras da graduação e do Aprimoramento em Saúde Mental que, juntas ao Silvio, me inspiraram a estudar e trabalhar na Saúde Mental. Guardo lindas recordações de nossos encontros.

À Anúncia, caminhante comigo na Saúde Mental desde 2000, por ter me acolhido em sua casa durante parte da pesquisa de campo, pela luz que seu olhar me transmite e por partilharmos um lema de Walter Franco: “tudo é uma questão de manter a mente quieta, a espinha ereta e o coração tranquilo”³.

À Carol e ao Jota, pela delicadeza do cuidado dedicado a Betina, ao Mardônio e a mim, e por serem nossos parceiros em terras tocaninenses.

À Jama, pelas traduções dos textos em inglês e pela amizade de longa data, que se mantém mesmo à distância de um oceano.

À Melisa, por ter me escutado com humor e por me lembrar que presença não depende da matéria.

Aos oficinairos e técnicos do Núcleo de Oficinas e Trabalho, da Casa das Oficinas e da Associação Arte e Convívio, pela disponibilidade em contribuir com a pesquisa, pela receptividade tão gentil e pela dedicação à causa da Luta Antimanicomial.

³ FRANCO, W. Coração tranqüilo. In: _____. *Respire fundo*. Rio de Janeiro: Epic/CBS, 1978. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 3.

Sou grata também aos artistas, especialmente aos que fazem música. Valho-me da arte em meu exercício profissional – como o leitor verá ao longo da tese – e, sobretudo, para imprimir mais vida ao meu cotidiano.

Ainda, faço caber nesses substantivos minha gratidão cheia de amorosidade: amigos de todos os lugares e épocas, parceiros dos equipamentos de saúde e das universidades onde trabalhei e estudei, colegas cuidadores e pessoas cuidadas da Saúde Mental, trabalhadores da seção de Pós-Graduação da UNESP: obrigada, de todo coração. Sou uma mulher de sorte por ter tido tantos bons encontros ao longo da vida.

Finalmente, por ser protocolo e também para afirmar a importância da bolsa de estudos que me permitiu dedicação integral à pesquisa, agradeço à CAPES, conforme orientação disposta no sítio da Pós-Graduação em Psicologia da UNESP/FCL-Assis.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.



Figura 3
Título: Vinil na vitrola
Fotografia minha (ano de 2021)

*Sou, como todo escritor, uma espécie de
sonhador, sem muito jeito para político ou
cientista. Não foi, portanto, por nenhuma
lucidez especial que me apercebi desses
problemas desde muito moço: foi a própria
experiência da vida.
(Ariano Suassuna)⁴*

*Palavra boa
Não de fazer literatura, palavra
Mas de habitar fundo
O coração do pensamento, palavra
(Chico Buarque)⁵*

*A atividade de pensar [...] ainda é possível,
e sem dúvida está presente onde quer que
os homens vivam em condições de
liberdade política.
(Hannah Arendt)⁶*

⁴ SUASSUNA, A. *Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 33.

⁵ BUARQUE, C. Uma palavra. In: _____. *Chico Buarque*. Rio de Janeiro: RCA, 1989. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 3.

⁶ ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 406.

RODRIGUES, A.C. **Caleidoscópio de pensamentos: ensaios e prosas sobre loucura, trabalho e oficinas na Saúde Mental**. 2021. 388 f. Tese (doutorado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.

RESUMO

A presente pesquisa de doutorado trata de três signos relevantes à Reforma Psiquiátrica: loucura, trabalho e oficinas. Propus-me a tarefa de desfazer o normal e desnaturalizar algumas compreensões sobre eles por meio de exercício de pensamentos críticos. O texto está dividido em quatro partes. Na primeira parte, exponho sobre o contexto em que a pesquisa foi feita e sobre o ensaio como estratégia para registrar a cartografia. Na segunda parte, constam três ensaios. No primeiro, “Um olhar sobre a loucura”, reflito sobre questões históricas e atuais pertinentes às ciências *psis*, com foco no lugar social do louco e em discussões sobre diagnóstico e medicalização. A seguir, no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, penso a experiência do trabalho na vida humana, na sociedade brasileira e no movimento da Reforma Psiquiátrica. No terceiro ensaio, “Um olhar sobre as oficinas”, penso as oficinas como lugares que possibilitam a oferta de trabalho e de cuidado em saúde. Após, há a terceira parte da tese, em que trago elementos de minhas memórias de trabalhadora, registros fotográficos e trechos de narrativas com os sujeitos da pesquisa, que são oficinheiros e técnicos de três equipamentos de oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental. Por fim, na quarta parte, concluo os estudos com uma carta dedicada à minha filha. Pretendo, com esta pesquisa, produzir conhecimento científico que contribua com as discussões sobre o tema, somando esforços para a superação da lógica manicomial e afirmando a importância do cuidado em liberdade.

Palavras-chave: Loucura. Trabalho. Oficinas. Saúde Mental. Reforma Psiquiátrica

RODRIGUES, A.C. **Kaleidoscope of thoughts: essays and conversations on madness, work, and workshops in Mental Health.** 2021. 388 p. Thesis (Doctorate in Psychology). College of Letters and Science, Paulista State University, Assis, 2021.

ABSTRACT

The present doctoral research focuses on three signs relevant to the Psychiatric Reform: madness, work, and workshops. I set myself the task of undoing the ordinary and revisiting some understandings about those signs through critical thinking exercises. The text is divided into four parts. In the first part, I report on the context in which the research was carried out and on the essay as a strategy to register the cartography. The second part contains three essays. In the first, "A Look at Madness," I reflect on historical and current issues pertinent to the psycho-sciences, focusing on the social place of the madman and discussions about diagnosis and medicalization. Next, in the essay "A Look at Work," I reflect on the work experience in human life, in Brazilian society, and in the Psychiatric Reform movement. In the third essay, "A Look at the Workshops," I discuss the workshops as places that make it possible to offer work and health care. Then, there is the third part of the thesis, in which I bring elements of my memories as a worker, photographic records, and excerpts of narratives with the research subjects, who are workshop workers and technicians from three equipment of work and income generation workshops in Mental Health. Finally, in the fourth part, I conclude the study with a letter dedicated to my daughter. I intend, with this research, to produce scientific knowledge that contributes to the discussions on the theme, adding efforts to overcome the asylum logic and affirming the importance of care in freedom.

Keywords: Madness. Work. Workshops. Mental Health. Psychiatric Reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Capa – flores do quintal vistas no caleidoscópio (I)

Figura 2 São Francisco de Assis da Oficina de Vitral Plano do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 3 Vinil na vitrola

Figura 4 Ariana e Betina

Figura 5 Flores do quintal vistas no caleidoscópio (II)

Figura 6 Folhas do quintal vistas no caleidoscópio (I)

Figura 7 Sementes do quintal vistas no caleidoscópio

Figura 8 Flores do quintal vistas no caleidoscópio (III)

Figura 9 Flores do quintal vistas no caleidoscópio (IV)

Figura 10 Folhas do quintal vistas no caleidoscópio (II)

Figura 11 Carta do tarô sobre Hannah Arendt

Figura 12 Sabiá no quintal

Figura 13 Logotipo da Associação Cornélia Vlieg, parceira do Núcleo de Oficinas e Trabalho, feito por Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckama Vlieg

Figura 14 Rosas coloridas da Oficina de Papel Reciclado do Núcleo de Oficinas e Trabalho (I)

Figura 15 Vitrais da Oficina de Vitral do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 16 Oficina de Serralheria do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 17 Loja Armazém das Oficinas (I)

Figura 18 Costurando na oficina de Costura do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 19 Loja Armazém das Oficinas (II)

Figura 20 Rosas coloridas da Oficina de Papel Reciclado do Núcleo de Oficinas e Trabalho (II)

Figura 21 Colando cerâmica na Oficina de Mosaico da Arte e Convívio

Fotografia minha (ano de 2018)

Figura 22 Flores da oficina de Costura do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 23 Colando flor na Oficina de Papel Reciclado do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 24 Colando tecido na Oficina Harmonia da Casa das Oficinas

Figura 25 Loja Armazém das Oficinas (III)

Figura 26 Colando cerâmica na Oficina de Mosaico da Arte e Convívio

Figura 27 Colando caco na Oficina de Mosaico do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 28 Cortando cerâmica na Oficina de Mosaico da Arte e Convívio

Figura 29 Cortando vidro na Oficina de Vitral do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 30 Mosaico da Casa das Oficinas

Figura 31 Medindo vidro na Oficina de Vitral do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Figura 32 Rosas coloridas da Oficina de Papel Reciclado do Núcleo de Oficinas e Trabalho (III)

Figura 33 Betina

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIREME: Biblioteca Regional de Medicina do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

BVS: Biblioteca Virtual em Saúde

CAPS: Centro de Atenção Psicossocial

CIST: Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho

CNES: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde

Ecosol: Economia Solidária

FAMESP: Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar

LILACS: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MEDLINE: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online

NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família

NOT: Núcleo de Oficinas e Trabalho

ONU: Organização das Nações Unidas

OPAS: Organização Pan-Americana de Saúde

RAPS: Rede de Atenção Psicossocial

SciELO: Scientific Electronic Library Online

SUS: Sistema Único de Saúde

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

PARTE I	18
Prólogo	18
Um cotidiano (ou: Maternidade e produção científica)	18
O que me move	35
Sobre o que escrevo	41
Como escrevo	52
A opção pela cartografia.....	55
Por uma ciência que integre saber e prática	59
Referências	63
PARTE II	66
Ensaios	66
Ensaio 1: Um olhar sobre a loucura	68
Quem é louco?	71
Breve voejo histórico	76
No hospital	81
Diagnósticos e afins	86
Criar nomes.....	98
Bulir com a gigante farmacêutica	105
Algumas implicações da hegemonia biológica das ciências <i>psis</i>	116
Enlouquecer sem ser domesticado	125
Referências	133
Ensaio 2: Um olhar sobre o trabalho	141
Criar mundos e acompanhar sabiás.....	143
Sobre pensamento, amor, pescadores e sentidos	166
Um pingo de Freud.....	185
Os “nós” e os “eus”	190
A dimensão do sofrimento.....	203
Exaltação à preguiça.....	211
Referências	227
Ensaio 3: Um olhar sobre as oficinas	236
Origens das oficinas.....	240
Violência pelo trabalho nos hospitais psiquiátricos	243

Paralelos entre as Reformas Psiquiátricas brasileira e italiana	250
Direito ao trabalho	264
Reflexões sobre a parceria entre Saúde Mental e Economia Solidária.....	267
Equidade, trabalho menor, obra	279
Afirmação da clínica para produzir saúde	288
Referências	303
PARTE III	312
Prosas: contar casos por palavras e imagens	312
Resistência e sustentabilidade	324
Sobre os técnicos	331
Trabalho protegido” <i>versus</i> “trabalho libertador”	336
Remuneração.....	340
Lugar híbrido de trabalho e de cuidado em saúde	349
Referências	362
PARTE IV	365
Por uma conclusão possível (Ou: Carta à minha filha)	365
ANEXOS	384
Parecer consubstanciado do CEP.....	384
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	387

PARTE I

Prólogo

Um cotidiano (ou: Maternidade e produção científica)



Figura 4
Título: Ariana e Betina
Fotografia de Mardônio Parente de Menezes (ano de 2017)

Trem de tese

*...piuíííí, escreve tese, troca fralda,
escreve tese, dá maçã, escreve tese,
escova os dentes, escreve tese, cola
figurinha, escreve tese, embala no colo,
escreve tese, piuíííí, escreve tese, brinca
de massinha, escreve tese, ferve
mamadeira, escreve tese, pinta desenho,
escreve tese, faz coceguinhas, escreve
tese, acolhe choro, escreve tese, piuíííí,*

escreve tese, corta as unhas, escreve tese, nada na cachoeira, escreve tese, penteia o cabelo, escreve tese, calça sandalhinha, escreve tese, piuíííí, escreve tese, nina na rede, escreve tese, passeia no parquinho, escreve tese, dá banho, escreve tese, procura a chupeta, escreve tese, guarda brinquedo, escreve tese, piuíííí, escreve tese, conta historinha, escreve tese, lava roupa, escreve tese, joga ioiô, escreve tese, limpa o nariz, escreve tese, mergulha no rio, escreve tese, piuíííí, escreve tese, coloca pijama, escreve tese, joga bola, escreve tese, faz carinho, escreve tese, pega na mão, escreve tese, brinca com o gato e as cachorras, escreve tese, escreve tese, escreve tese, escreve tese, escreve tese... piuíííííí!!!!⁷

Perto de um nascer do sol, antes de todos acordarem, entre o copo de café, o pão com manteiga, os afagos no gato e o silêncio da casa, refleti sobre o tempo que eu havia usado para viajar nesse “trem de tese” pelos trilhos do pensamento: parece que foi rápido e, ao mesmo tempo, tão lento... Sinto que foi num piscar de olhos. Mas, o corpo constantemente me lembra que parece ter se passado alguns séculos. Afinal, não há coluna, neurônios, funções vitais e investimentos afetivos que permaneçam intactos e saudáveis ao longo de um processo tão denso como esse.

Meu corpo de pesquisadora, que engendrou uma tese de doutorado pelos exercícios do pensar e do sentir, também gerou e cuidou de outro corpo. Engravidei durante a seleção do doutorado e, pelo imenso desejo de ambos, prossegui na seleção, mesmo imaginando os desafios que poderiam vir. Eu já havia vivido o suficiente para saber que a dobradinha “maternidade e produção científica” nem sempre é bem-vinda na maioria dos ambientes acadêmicos.

⁷ Poesia que fiz em 2020, na ocasião do envio do material da pesquisa à banca de qualificação.

Mas, também sabia que a universidade onde cursei a graduação, o mestrado e onde agora faço o doutorado tem o perfil de olhar para a singularidade de cada estudante e cuidar para que ele não se perca em labirintos burocráticos, tampouco que desista de uma pesquisa porque os imperativos da vida bagunçam imposições de regras acadêmicas ⁸.

Enfim, eu sabia das dificuldades de conciliar o papel de mãe e o de estudante e que enfrentaria preconceito e torcida contrária dentro e fora da universidade. Só não entendi ainda se fiz isso por ingenuidade, coragem, falta de miolos ou tudo isso junto. Parafraseando o poetinha ⁹: tese, melhor não tê-la; mas, se não a tenho, como saber?

Madrugada adentro, manhã afora, tarde longa, noite curta, o tempo não batia com os compromissos da tese, as demandas do cotidiano familiar não deixavam a tese se fazer, a tese não me permitia descanso. Foram segundos de desespero porque o computador pifou, minutos absorta em ideias enquanto o leite fervia e se derramava no fogão, horas distante de minha doce filha e na frente desse teclado de computador, dias em que a família me demandava mais cuidado e que a pesquisa tinha que esperar, meses em que eu vivia a gravidez, o pós-parto e o puerpério condensados ao cumprimento das disciplinas, anos de leituras deliciosas – e outras nem tanto – concomitantes ao exercício de escrita do texto que apresento agora.

Viajei entre Assis-SP e Palmas-TO barriguda e, depois, com minha filha no colo, canguru, sling ou carrinho de lá pra cá, daqui pra lá, com uma mochila pequena em que cabiam mamadeira, carteira, mudas de roupas, fraldas, livros, caderninho, caneta, celular e carregador para nos manter conectadas à família e aos amigos. Era tudo o que precisávamos, além da esperança de que os voos não atrasassem e que houvesse banheiro com fraldário pelo caminho.

Betina, recém-nascida, ficava no colchãozinho ao lado de minha mesa de trabalho enquanto eu lia, escrevia e me recuperava do parto. Eu a ninava

⁸ Este prólogo, bem como a conclusão da tese, também se inspira em um movimento que discute a maternidade e a paternidade no ambiente acadêmico, pensando sobre impactos dos filhos nas carreiras científicas de mulheres e homens (PARENT IN SCIENCE, 2020).

⁹ MORAES, V. Poema enjoado. In: _____. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 191-193.

com músicas da minha infância e contava a ela, em voz baixa, o que estudava. Espero que um dia ela me perdoe por esses pequenos deslizes tão prazerosos de colocá-la a par de minha pesquisa e de todos os sonhos aqui contidos.

Quando ela começou a engatinhar, fui com os livros e o computador para o chão. Estudei sentada no piso da casa, da varanda ou da terra do quintal. Nossos corpos aprendiam: ela com as plantas, eu com as letras¹⁰. Ao dar seus primeiros passos, ela já havia rasgado ou desenhado em uma parte da bibliografia que usei para fundamentar teoricamente os estudos, além de ter entendido que, tecendo no computador, símbolos apareciam na tela.

Ao começar a aprender as primeiras palavras, fiquei atenta para ensiná-la “mamãe” e “papai” antes de loucura, psicologia, trabalho, política, subjetividade, saúde e tudo o mais que compôs meu repertório comunicacional durante o princípio do desenvolvimento de sua fala.

Com 1 ano e 1 mês, ela e seu pai me acompanharam nas visitas aos campos de pesquisa. Fomos todos juntos passear e conhecer as oficinas bonitas das quais eu falava. ”

Foi para que eu tivesse silêncio e mais concentração que Betina, quando chegou perto de completar 2 anos, começou a frequentar creches e/ou ser cuidada por babás. Entre buscas de bibliografia, leituras, rascunhos de pensamentos e escritas, havia uma bebê e, posteriormente, uma pós-bebê que, para crescer, precisava de socialização e outros cuidados que, naquele momento, precisei buscar com mais pessoas além de mim e de seu pai.

Lembro-me de um período em que sua principal diversão era jogar os livros pra cima e gritar: “caiu no céu!” – algo que eu nunca tive a audácia de corrigir. Ela tinha razão: os livros sustentam ideias que nem sempre estão fincadas na terra. “Sim, minha filha: pensamentos voam”, eu lhe dizia. O texto

¹⁰ Alusão ao poema “Na fazenda”:
*As plantas
me ensinaram de chão.
Fui aprendendo com o corpo.*
(Manoel de Barros)

Referência: BARROS, M. Na fazenda. In: _____. *Compêndio para uso dos pássaros*. São Paulo: Leya, 2013, p. 106.

que cá está contém marcas desse caos todo em que a escrita se deu. E não poderia ter sido melhor.

Nesse cenário de uma pessoa nascendo e crescendo também nasceu e cresceu os escritos que apresento agora. Toda a pesquisa aconteceu com a parceria de Betina. Foram desenvolvimentos concomitantes que, nesse ínterim de processo de doutoramento, também me ajudaram a crescer como pessoa.

E nesse lar onde só havia maternidade e doutorado, com as alegrias da bebê e da pesquisa me trazendo esperança, sem que ninguém esperasse por isso, impôs-se a obrigação de uma quarentena: no meio do caminho tinha um coronavírus. Tinha um coronavírus no meio do caminho. Como a pedra do poeta, eu também não me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas ¹¹.

Minha família, a pesquisa, o mundo todo foram pegos de surpresa pelo atravessamento da pandemia ¹². No Brasil, uma catástrofe: nesse momento, somos o lugar no mundo em que mais se morre da doença. Estamos no centro de uma barbárie, em parte, pela má gestão governamental da crise. O país convulsiona social, sanitária e politicamente.

Um mundo está acabando e ainda há outro por vir: entre esses dois espaços de desordem e de tempo, a humanidade se reconfigura para criar uma nova forma de viver em que – assim desejo eu – os interesses sociais e de saúde ocupem a centralidade.

É difícil elaborar algum pensamento sobre os acontecimentos quando se está no olho do furacão, mas também não é possível deixar de pensar. É óbvio que a história é fluida e composta de muitas historietas cruzadas, umas mais pessoais que outras, com características únicas de muitas populações que formam o povo brasileiro. No contexto atual, entretanto, parece que algumas delas se assemelham bastante em todo território nacional.

¹¹ Alusão ao poema “No meio do caminho”. Referência: ANDRADE, C.D. No meio do caminho. In: _____. *Nova reunião: 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 20.

¹² Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação do coronavírus como uma pandemia, marcando seu início oficial. Referência: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812

Não raro os valores morais de um indivíduo ou de uma população são colocados em evidência durante situações de catástrofes e calamidades, como a pandêmica que vivemos agora. Não que dependamos delas para perceber e analisar a fragilidade e, por vezes, até mesmo a falibilidade desses valores. Mas, em momentos de incertezas, medos, adoecimento e mortes, eles estão ruindo rapidamente, na velocidade do contágio pelo coronavírus.

Pessoas e instituições outrora ditas infalíveis são descortinadas em suas promessas de cuidado com o ser humano, a começar pelo Estado. Algo como a reafirmação de sua ineficiência, que todos já sabíamos ser assim, mas que agora se tornou incontestável. Na reivindicação desesperada pelo cuidado com a vida, eclodem-se ineficiências públicas e privadas.

Figuras populares ditas incorruptíveis e acima de qualquer suspeita se desnudam de seus trajes fictícios de bondade e compaixão: as incompetências de alguns governantes ficam em destaque e empresários supostamente comprometidos com a dignidade humana impõem jornadas de trabalho incompatíveis com a necessidade de resguardo dos trabalhadores.

Junto a isso, ativistas de redes sociais queixam suas crenças e mazelas pessoais sobre a pandemia, travestidas de ciência ou política, para milhares de leitores ávidos por se reconhecerem na querela alheia. Numa espécie de arena pretensamente democrática, adversários se enxergam como inimigos e se digladiam entre si. Na democracia, tradicionalmente, o que se espera é que a política seja exercida pela experiência de diálogos entre todos, pela diferença de ideias, na perspectiva de fortalecer o mundo comum. Nos últimos anos, porém, o adversário tem sido tomado como um inimigo a ser eliminado e o pluralismo de ideias, tão caro ao movimento democrático, se silencia diante de tendências de vozes extremistas e inócuas. Na urgência de tomar uma posição e se engajar com certos discursos, pessoas escancaram o pior de si em embates cruéis e vergonhosos. E a democracia, evidentemente, se enfraquece.

A corrida armamentista virtual de argumentos combativos, mesmo que tenha a intenção de servir de bússola sobre ideias, algumas vezes prejudica as orientações e ações, por exemplo, dos cientistas e profissionais de saúde no

combate ao contágio pelo vírus e no cuidado ao adoecido. Imagino que ninguém discorde que uma desinformação – de boa vontade ou de má-fé – proferida por um influenciador digital pode prejudicar a vida de muitas pessoas. As tais *fake news*, nome estrangeiro para a conhecida expressão verde e amarela “notícias falsas”, preocupam tanto quanto a doença.

Faço tais observações porque, agora, ocupo o lugar de cientista e tenho a obrigação ética de pensar sobre problemas que envolvem a ciência e sua divulgação pública. Os saberes populares, a meu ver, tão valiosos e verdadeiros quanto os científicos, também merecem respeito. Já os embates pautados no autoritarismo parvo e cego de quaisquer ordens, que resultam em mais adoecimentos e mortes, devem ser problematizados e combatidos.

O capitalismo está sendo desmentido em sua promessa de fortaleza, pois o que se constata com a necessidade do isolamento social é um abalo nesse sistema que é instável desde sempre. A saúde – finalmente – passou a ser seriamente uma pauta mundial e a humanidade talvez esteja colhendo os frutos da ignorância de não tê-la cuidado antes. Finalmente assumimos que somos mais frágeis e vulneráveis do que acreditávamos ser, bastando um vírus – e não ameaças de um amplo e complexo sistema bélico, ou algo do tipo – para dizimar a humanidade. Talvez esse seja um dos grandes ensinamentos da catástrofe humanitária em curso.

E assim a pandemia se torna mais violenta e mortífera.

A presença da morte, evidentemente, é constante durante toda a vida. Faz-nos, aliás, mais atentos à importância da valorização e do desfrute de estarmos vivos e da imprescindível companhia e parceria de quem amamos. Mas, o contato cotidiano com a morte e a impotência de pouco poder fazer diante dessa tragédia de enormes proporções também têm impactado meus estudos.

Se antes da quarentena eu tinha minimamente um cotidiano organizado para me dedicar muitas horas da semana à pesquisa, hoje concilio as horas com as demandas de um companheiro médico trabalhando em um grande hospital público que também sofre – ou melhor, agoniza – com a situação, com

o fechamento da creche e a dispensa da babá que zelavam por minha filha enquanto eu pesquisava, com os efeitos do medo pelo risco constante e iminente do contágio.

Parece um momento tirado de alguma obra do gênero da “literatura fantástica”, mas suspeito que nem mesmo o grande mestre Gabriel García Márquez, do alto de sua perspicácia e inteligência, poderia ter tido, no plano da imaginação, audácia para inventar tamanho absurdo. O mundo, uma grande e arquetípica Macondo; nós, os Buendía-Iguarán, tentando nos resguardar dos perigos e reconstruir incessantemente nosso vilarejo global, mesmo num cenário de exploração e de uma destruição atrás da outra. Uma epifania de um novo mundo mais caótico do que antes.

O desafio de fazer pesquisa nesse contexto, provavelmente, será estudado por meus colegas cientistas num futuro – espero – próximo. Por hora, vale o registro de que a situação atual tem impactado minha produção acadêmica. Não se trata de *mea culpa*, mas de um posicionamento político sobre o que representa ser mãe e cientista em um momento sanitário e político como esse.

Também é preciso apontar que ser pesquisadora em uma universidade pública tem sido desafiador porque, além de vivermos a crise pandêmica, estamos em um tempo em que o amparo da esfera pública para o fomento da produção científica tem sido cada vez menor. Os riscos devastadores disso para a sociedade não são difíceis de prever.

Sobre minha formação anterior ao curso doutoral, tenho a alegria de afirmar que toda ela aconteceu apenas em escolas e universidades públicas, com a única e breve exceção do cursinho pré-vestibular. Em tempos de desinvestimento nesses lugares, poder testemunhar que escolas, universidades e equipamentos de saúde públicos onde estudei e trabalhei devem ser mantidos e valorizados faz parte de minha obrigação cidadã.

Foi nesses ambientes que minha escolha por estudar e trabalhar com a loucura se sustentou. Meu interesse por ela vem desde há muito tempo. Empenho-me nas incontáveis, frutíferas e/ou frustradas tentativas de

compreender o ser humano, renovando minha paixão pelo pensamento e encanto pela experiência humana muito louca, menos louca, não tão louca ou mesmo só um pouquinho louca. Não posso afirmar que estudo a mente ¹³ humana que não é louca, porque é provável que ela não exista. Há quem se empenhe em refutar essa afirmação, mas, até o presente momento, ninguém conseguiu me convencer da autenticidade de alguém dito “normal”. Partilho da aposta de Caetano de que “de perto ninguém é normal” ¹⁴. De longe, também não.

Ao terminar a graduação em psicologia, no final de 2002, comecei minha trajetória profissional e geográfica, como cantaram Gonzagão e Gonzaguinha: “Minha vida é andar por este país/ Pra ver se um dia descanso feliz/ Guardando as recordações/ Das terras onde passei/ Andando pelos sertões/ E dos amigos que lá deixei” ¹⁵. No começo de 2003, mudei-me de cidade para conhecer outras formas de tratamento ao louco. Fui para Campinas fazer o “Aprimoramento em Saúde Mental”, pós-graduação no nível de especialização, durante 1 ano na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ao final do curso, fui contratada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) “Antônio da Costa Santos”, do Serviço de Saúde Cândido Ferreira, que foi campo de minha atuação nessa pós. Trabalhei no CAPS entre 2004 a 2009 afinando minha escuta, aprendendo sobre as dinâmicas institucionais e seus meandros, mergulhando em loucuras e estudando clínicas, filosofias, Sistema Único de Saúde e Reforma Psiquiátrica.

Em 2009, repensei minha intensa dedicação em fazer a roda girar onde as engrenagens já estavam enferrujadas e aceitei a sugestão de compor a equipe do Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT), na mesma instituição, entendendo que havia ali uma possibilidade de renovar minhas energias de trabalho numa nova atuação profissional. Chegando ao NOT, já na primeira

¹³ Aqui, “mente humana” se refere à experiência humana da loucura e não à mente restrita ao “cérebro” ou a algum outro objeto de estudo e intervenção das ciências biológicas, tampouco à divisão cartesiana “mente e corpo” tão presente em discussões sobre a loucura. Tratarei do problema no ensaio “Um olhar sobre a loucura”.

¹⁴ VELOSO, C. Vaca profana. In: _____. *Totalmente demais*. Rio de Janeiro: Phillips-Records, 1986. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 1.

¹⁵ CORDOVIL, H.; GONZAGA, L. Vida de viajante. In: _____. *Discação em caça, moro no mundo*. Rio de Janeiro: EMI/Odeon, 1981. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 12.

semana, fiquei impactada com o tamanho do projeto, com tudo o que aquilo significava aos oficinairos ¹⁶ e, principalmente, com a pouca visibilidade do equipamento dentro do próprio Cândido Ferreira. Nos primeiros dias, voltei para casa pensando que eu havia sido psicóloga no CAPS durante 6 anos sem ter a real noção do que era o Núcleo, mesmo tendo feito alguns encaminhamentos de usuários para triagem nas oficinas e sendo consumidora de seus produtos.

Rapidamente, percebi que o que se fazia lá era muito mais eficaz em termos de aposta clínica do que o que se fazia no CAPS. Senti que eu estava num lugar onde eu poderia multiplicar meu encanto pela Saúde Mental e, especialmente, onde meu trabalho novamente fazia sentido. Assistir a tantos oficinairos evoluindo na perspectiva de uma vida mais saudável me fez pensar no quão injusto era o NOT não ser reconhecido como um potente ponto de produção de saúde da rede do município.

Eram muitos os que chegavam com aspecto de sedação, relatando suas descrenças no remédio, marginalizados socialmente por serem loucos e vivendo existências devastadas pelo diagnóstico e suposto tratamento. Com pouco tempo de investimento naqueles sujeitos – que, aliás, finalmente se percebiam sujeitos, nos sentidos de cidadão e de ser humano –, a prescrição de medicamentos diminuía consideravelmente, as crises rareavam ou desapareciam por completo, a aparência ficava mais cuidada, o semblante mais leve e, especialmente, os desejos novamente afloravam. Estudar, casar, frequentar um lugar religioso, viajar, fazer amigos, conhecer lugares, comprar o que lhes aprazia, ressignificar relações familiares, construir um lar: esses e muitos outros efeitos do trabalho nas oficinas não pareciam tão estudados e divulgados.

É compreensível que o foco que se deu historicamente aos CAPS se deva ao seu nascimento como a maior aposta substitutiva ao manicômio. A

¹⁶ Oficinairo”, nesta tese, refere-se ao usuário da Saúde Mental que trabalha nessas oficinas. No Núcleo de Oficinas e Trabalho e na Casa das Oficinas, eles são chamados de oficinairos. Na Arte e Convívio, de trabalhadores. Pretendi, com a uniformização da nomenclatura de “oficineiro”, facilitar a leitura, o que em nada desabona a opção da Arte e Convívio. Como suscitado pela professora Catia Paranhos Martins durante a qualificação, a palavra “oficineiro” é uma generalização em que cabem gentes de todo tipo.

questão é que, por algum tempo, ele foi tido como o privilegiado nessa imensa tarefa, enquanto outros formatos de equipamentos de saúde estavam se configurando fora dos holofotes e tendo bons efeitos na vida dos usuários da Saúde Mental.

Há um ditado popular que diz que “mineiro trabalha quieto”. Ele explica um pouco minhas primeiras impressões sobre o NOT, que se confirmaram ao longo de aproximadamente 2 anos em que estive lá: muito trabalho e pouco alarde. As oficinas nasceram quando o Cândido Ferreira ainda era um hospital psiquiátrico fechado e cresceu junto à abertura do serviço, mas sem ter tido uma justa valorização como lugar de cuidado.

Há produções de vida em oficinas que podem inspirar quem se interessar por elas. Pensar e escrever sobre isso foi incumbência do mestrado. Agora, no doutorado, retomo algumas reflexões, na intenção de prosseguir com aquela pesquisa que considero ainda inacabada. Também reflito sobre a loucura e o trabalho, assuntos de meu interesse há anos, em alguns momentos relacionando ambos às oficinas, mas em outros abrindo mais a perspectiva e abordando pontos que podem contribuir com as discussões na ampla área da Saúde Mental. Assim, o tema está configurado por reflexões sobre esses três signos: loucura, trabalho e oficinas.

Essas são as tarefas dos estudos, junto ao compromisso de tentar instigar alguns pensamentos no leitor ¹⁷. Além, é óbvio, da obtenção de um título de doutora. Objetivos oceânicos, confesso. Mas, do que uma pessoa pode ser feita, a não ser de seus sonhos?

Quando cheguei ao NOT, já estava imbuída do interesse de fazer mestrado. Escrevi um projeto e submeti à seleção no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis, onde eu já havia cursado a graduação e onde agora também curso o doutorado. Iniciei o mestrado em 2010 e em 2011 pedi licença não remunerada

¹⁷ Ao longo de toda a tese, opto por manter os pronomes no masculino coloquial da língua portuguesa em detrimento do uso de termos neutros, ou mesmo da duplicação de termos – tais como, por exemplo, “leitor” e “leitora” – apenas por reverência à língua-pátria e sem desconsiderar o relevante problema do uso da linguagem em relação às questões de gênero.

do trabalho para estudar. Depois de alguns meses, compreendi que meu ciclo de trabalho em Campinas deveria terminar e, durante a licença, solicitei desligamento do Cândido Ferreira em janeiro de 2012.

Em 2013, depois de defender a dissertação cujo tema foi a experiência no NOT, mudei-me para Camocim, no litoral oeste do Ceará, onde trabalhei num Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) durante apenas poucos meses. Soube, por acaso, que havia um câmpus da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em Parnaíba, no litoral do Piauí, há cerca de 2 horas de viagem dali, e que estava com um processo seletivo aberto para professor substituto no curso de psicologia. Prestei a seleção, mudei-me para lá e comecei a lecionar ainda em 2013. Eu lidava cotidianamente com estudantes vindos de cenários sociais, geográficos e políticos distantes dos meus de origem.

A possibilidade de criar e aprimorar minha própria arte de ensinar, estar imersa no cotidiano da docência, experimentar a academia de outro modo lugar e habitar um contexto cultural e social tão distante do que eu conhecia me ensinaram outros modos de vida e me ofertaram um bom atalho no caminho de tentar me tornar uma pessoa melhor. O trato com os estudantes, as parcerias com funcionários e professores, a aprendizagem de outra linguagem universitária, os novos amigos, a morada numa duna ao lado do mar, a convivência diária com os pescadores e uma cultura praiana de restinga da caatinga, as aprendizagens de uma culinária litorânea, tudo isso contribuiu para meu crescimento como ser humano.

Em 2014, conheci a Clínica de La Borde, buscando compreender um pouco sobre a influência desse lugar na Reforma Psiquiátrica brasileira. Ela está localizada em Blois, região central da França, e foi fundada em 1953 pelo psiquiatra e psicanalista Jean Oury ¹⁸. Sua proposta de ser uma clínica psiquiátrica aberta e a abordagem da Psicoterapia Institucional a fizeram mundialmente reconhecida.

Havia certo clima de tensão no ar, dada a delicada condição de saúde de seu fundador, o que preocupava os pensionistas – moradores e demais

¹⁸ Jean Oury (1924-2014) foi um psiquiatra e psicanalista francês.

pacientes da clínica – e os trabalhadores. Afora isso, o clima era parecido com o que eu havia estudado: pacientes circulando entre La Borde e a cidade de Blois, monitores que se revezavam em atividades de cuidado às pessoas e ao lugar, oficinas abertas em que participantes entravam e saíam.

Sobre as oficinas, surpreendi-me especialmente por serem tão parecidas com as que conduzi no CAPS. Outra surpresa foi a de que alguns pacientes trabalhavam na clínica, tendo remuneração e direitos trabalhistas garantidos, como, por exemplo, o motorista do micro-ônibus que buscou a mim, meu companheiro e os demais passageiros na estação de trem para nos levar à clínica, cozinheiros, jardineiros, entre outros.

Impressionei-me, ainda, com o fato de que todos os trabalhadores da clínica – excetuando-se, curiosamente, os médicos – eram considerados “monitores” sem a marca de sua categoria profissional. Por exemplo, almocei com um marceneiro que me contou que, enquanto trabalhava na reforma das escadas do castelo, envolvia pacientes na atividade de modo a tornar o trabalho, como ele mesmo disse, “terapêutico”.

Não diferenciar os pacientes dos monitores foi a melhor experiência da viagem. Empreendi encontros que corroboraram minha ideia de que o funcionamento louco está vivo – e potente – em todos nós.

Em 2015, depois de 2 anos e meio de Nordeste, mudei-me para o Norte, num cerrado tocantinense marcado por sua beleza e intensidades: seja pelo calor de Palmas, seja pelas chuvas volumosas e pesadas no que aqui se chama “inverno” – embora aconteçam no verão –, seja pelo contato diário com a mata nativa, sua bicharada e águas, muito daqui destoa do cerrado assisense que faz transição com a Mata Atlântica, lugar onde nasci, me criei, está minha família e continuo estudando.

Esse “Brasil profundo” que, na proposição de Euclides da Cunha em seu clássico “Os Sertões”, guardaria uma realidade geográfica, social e cultural distante dos grandes centros, hoje já tem seu próprio grande centro. A exemplo dos mais antigos de outras regiões de nosso grande país, Palmas também

ostenta suas mazelas, mas seus adjetivos positivos superam – e muito – os negativos.

A capital é também única cidade com cerca de 280.000 habitantes num raio de 830 quilômetros. Ela tem em um de seus lados as densas fauna e flora, rios, riachos e cachoeiras da Serra do Lajeado – em que está o pequeno distrito de Taquaruçu, onde moro, e que hoje tem cerca de 5000 habitantes – e no outro a vastidão do rio Tocantins, plenamente limpo, navegável e apto a banhos e pescas, assim como os outros inúmeros córregos, riachos, ribeirões e rios da região. Aqui, há lugares de educação e saúde de qualidade que em nada se diferenciam dos de capitais mais antigas e há saberes tradicionais que o povo perpetua sem precisar se esforçar. Esse é o lugar onde nasceu minha filha e onde moro agora.

As prosas que farei ao longo desta tese já são um tanto conhecidas pelos afeitos à Reforma Psiquiátrica. Ou melhor, aos afeitos que habitam alguns Estados brasileiros, notadamente municípios que estão num raio de cerca de 500 ou 600 kms do litoral.

Agora, produzindo pesquisa na Universidade Estadual Paulista e, desde o início da pandemia, exclusivamente escrevendo esta tese em Taquaruçu-TO, registro que, aos fazerem a Reforma Psiquiátrica no interior do país, pensar sobre loucura, trabalho e, especialmente, sobre oficinas, é algo que desperta curiosidade, desejo de saber e esperança de que algo semelhante também possa ser feito em suas regiões.

Marcar que a escrita da tese está sendo feita desde o “Brasil profundo” é postura ética, pois creio que a multiplicidade de culturas que compõem o país deve ser considerada na elaboração de políticas públicas e na produção científica engajada com questões sociais. Como canta Milton Nascimento,

A novidade é que o Brasil não é só litoral

É muito mais

É muito mais que qualquer Zona Sul

Tem gente boa espalhada por esse Brasil

*Que vai fazer desse lugar um bom país
Uma notícia está chegando lá do interior
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão
Ficar de frente para o mar,
De costas pro Brasil,
Não vai fazer desse lugar um bom país.
(Milton Nascimento) ¹⁹*

Aliás, se aqui é “Brasil profundo”, onde seria o “Brasil superficial”? Talvez a região do mar? Talvez a dos grandes centros? E se a superfície de um corpo-país é a pele litorânea e metropolitana, seria o interior suas vísceras?

Se em São Paulo há oficinas tão potentes como as três pesquisadas, se há discussões tão plurais, fartas e ricas sobre a loucura e o trabalho, se há tantas forças atuando em defesa da Reforma Psiquiátrica, por que não inspirar os recônditos do Brasil? E mais: por que não há olhares mais interessados na ciência que se produz no coração geográfico do país?

Um país que assume sua imensidão pode multiplicar sua força. O Tocantins não é apenas o lugar onde se passa férias. Aqui é também o lugar de toda a vida de muitas gentes, onde há saberes e ciências que também podem inspirar o Brasil da superfície. Como canta Juraildes da Cruz, artista nascido onde antes era Goiás e hoje é Tocantins, não valorizemos tanto os estrangeirismos, até mesmo os que se dão dentro de nosso próprio país:

*Se farinha fosse americana
Mandioca importada
Banquete de bacana
Era farinhada
(Juraildes da Cruz) ²⁰*

São muitos os lugares e tempos vividos ao longo de uma biografia. Sobre o atual e suas vicissitudes, provavelmente meu processo de doutorado

¹⁹ NASCIMENTO, M.; BRANT, F. Notícias do Brasil (os pássaros trazem). In: NASCIMENTO, M. *Caçador de mim*. Rio de Janeiro: Phillips, 1981. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 4.

²⁰ CRUZ, J. Nós é jeca, mais é jóia. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=tgwB25z5j-E>. Acessado em 07/06/2021.

em muito se assemelha ao de meus colegas pesquisadores: um prazo para a entrega de uma tese e muitos malabarismos para fazer a pesquisa caber nele. Mas, sobre a escolha do tema, fiz o caminho inverso do que geralmente se faz na academia. Ao entrar numa pós-graduação, muitas vezes se propõe um tema de pesquisa a ser desenvolvido em acordo com os grupos de pesquisa existentes e com o orientador. Para mim, esse tema já estava dado. Vim para o doutorado não apenas pela aspiração ao título, mas também porque eu precisava terminar a tarefa que eu acreditava não ter findado no mestrado e também para organizar num texto acadêmico ideias que há muito venho tendo sobre a loucura e o trabalho.

A breve narrativa de pequena parte de minha atuação profissional, com pinceladas de história pessoal, está aqui para registrar quem é a pesquisadora e para que se compreenda de onde parte a presente pesquisa. Apenas isso. Tenho a esperança de que os pensamentos que pretendo inspirar com esses os estudos superem a importância de minha pouca pessoa. Concordo com os dizeres do grandioso Guimarães Rosa:

Vivo para uma coisa maior, um vir-a-ser de uma natureza diferente. A arte permite isso. Permite essa transformação. Por mim os livros não deviam nem trazer nome do autor. O autor devia ser um mistério (BLOCK, 1963).

Apresentarei, ao longo da tese, alguns desses muitos pensamentos que organizei até o momento. Obviamente, um tanto deles mudará com o passar do tempo, porque – ainda bem! – é o que se espera de alguém que amadurece. Creio que as possibilidades do exercício do pensamento guardam o limite da existência: enquanto um corpo está vivo, ele pensa.

A canção “Tempo-Rei”, de Gilberto Gil, sempre me lembra da beleza e importância do tempo no processo de mudança de ideias. É com ela que findarei este prólogo que pretendeu situar o leitor sobre o contexto em que a pesquisa foi feita. Com sincero desejo de pensar sobre os signos “loucura, trabalho e oficinas”, faço o convite: avante e boa leitura!

Não me iludo

Tudo permanecerá do jeito que tem sido

*Transcorrendo
Transformando
Tempo e espaço navegando todos os sentidos
Pães de Açúcar
Corcovados
Fustigados pela chuva e pelo eterno vento
Água mole
Pedra dura
Tanto bate que não restará nem pensamento
Tempo rei, tempo rei, tempo rei
Transformai as velhas formas do viver
Ensinai-me, pai, o que eu ainda não sei
Mãe Senhora do Perpétuo socorrei
Pensamento
Mesmo o fundamento singular do ser humano
De um momento
Para o outro
Poderá não mais fundar nem gregos nem baianos
Mães zelosas
Pais corujas
Vejam como as águas de repente ficam sujas
Não se iludam
Não me iludo
Tudo agora mesmo pode estar por um segundo
(Gilberto Gil)²¹*

²¹ GIL, G. Tempo rei. In: _____. *Raça humana*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1984. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 4.

O que me move

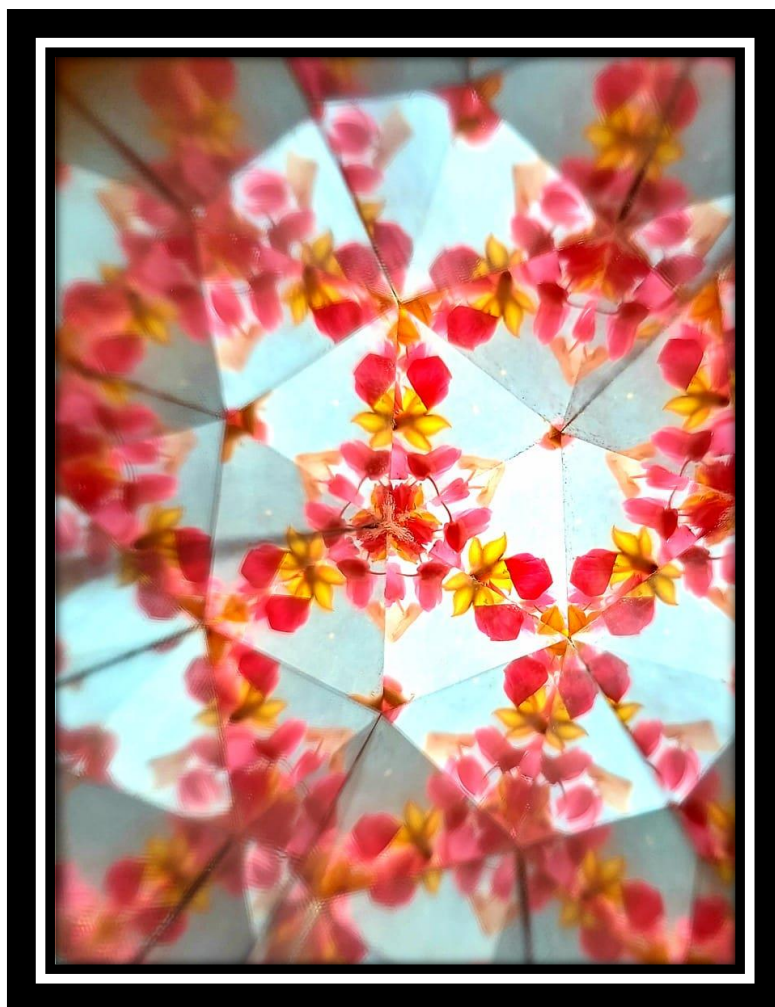


Figura 5
Título: Flores do quintal vistas no caleidoscópio (II) ²²
Fotografia minha (ano de 2021)

Eu luto do jeito que eu posso. Levo no ridículo, levo na graça, que isso eu aprendi a fazer. Eu não tenho poder político nem econômico, mas tenho uma língua afiada da peste. Vocês vão ver. E essa está a serviço do meu país e do meu povo.

(Ariano Suassuna) ²³

²² Agradeço ao Mardônio pela gentileza de ter construído à mão o caleidoscópio para que eu fizesse as fotografias da tese.

²³ SUASSUNA, A. *Aula-espetáculo de Ariano Suassuna (parte 1)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B3KN-dn-R5s>. Acessado em 04/10/2019.

Iniciar a tese com uma citação de Ariano Suassuna não é artimanha literária, mas feliz escolha de registrar uma importante fala de um dos pensadores que me norteiam. Dele veio a inspiração para meu nome, no momento de meu nascimento, e ele agora inspira, junto a muitos outros cientistas e polímatas, os escritos que se seguem. Esta tese, mestre Ariano, também está a serviço do nosso povo e Brasil. Seguramente com muito menos sabedoria que o senhor, mas eu também gostaria de dar minha pequena contribuição.

Como escrito no prólogo, a tese é composta por pensamentos sobre três signos que, em alguns momentos, se ligam e se confundem, e em outros não: loucura, trabalho e oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental. Considero minha trajetória pessoal e profissional no processo de feitura do texto e o motivo desse estilo de escrita é porque fui trabalhadora na “linha de frente”²⁴ do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda estou trabalhando por e para ele, agora numa perspectiva acadêmica. É por isso que o leitor não encontrará um texto pautado na habitual tradição da acadêmica da neutralidade científica.

Quando da formatura na graduação, ainda imatura sobre a vida profissional, esperava que o saber acadêmico muito ensinaria à experiência prática. O discurso – eloquente, por sinal – de parte do corpo docente me convenceu por pouco tempo. Os primeiros atendimentos e as primeiras disputas institucionais que presenciei, em 2003, à época do Aprimoramento em Saúde Mental, rapidamente questionaram aprendizagens de cinco anos de curso de psicologia.

Não que os estudos tivessem sido em vão. Ao contrário. Foi pelos novatos olhos de psicóloga que consegui enxergar que as aulas e os livros seriam a base para meu trabalho, mas não seriam, eles mesmos, a verdade sobre meu trabalho. Fosse eu leiga, talvez ainda continuasse acreditando que

²⁴ Expressão bastante usada pelos trabalhadores do campo da saúde para designar quem lida diretamente com os usuários do Sistema Único de Saúde.

o saber acadêmico tinha algo muito maior e mais valioso que a lida cotidiana para ensinar sobre a loucura.

Escolhi me despir rapidamente da costumeira altivez acadêmica que muitos recém-formados carregam consigo para me deixar impregnar daquilo que me mostrava, com mais agudeza e intensidade, o que os estágios da graduação ²⁵ me mostraram em doses homeopáticas. De segunda a quinta-feira, no Centro de Atenção Psicossocial Antônio da Costa Santos, às sextas-feiras na UNICAMP, finalmente me encontrei com a loucura da maneira como eu gostaria e deveria. No mesmo período, comecei cursos de formação clínica e de supervisões, cujos estudos prosseguem até hoje.

O percurso profissional que comecei a construir em 2003 e que hoje me é tão caro no processo doutoral compreende uma psicologia fortalecida por reflexões críticas. Enquanto parte da psicologia hegemônica na atualidade parece pretender ser límpida, incolor, insípida e inodora, adjetivos irônicos e metafóricos para provocar a pensar sobre sua aproximação atual com políticas higienistas e deslocadas do engajamento ético com contextos sociais periféricos, entrego à banca e demais interessados um texto compromissado com a produção de uma psicologia conectada à defesa do SUS e de quem sofre a segregação social por ser louco.

Aqui estão alguns escritos que mesclam o que aprendi na academia e nos equipamentos de saúde. Sou uma estudante que saiu da universidade para fazer valer o que aprendi e que voltou para contribuir com a Reforma Psiquiátrica com reflexões que partem de minha prática. Em meu percurso, convergem trilhas de trabalho em equipamentos de saúde e de educação com trilhas de aulas e livros.

Abusando de uma paródia com a poesia de Belchior, mesmo assumindo o risco de ser piegas, aqui “Não quero lhe falar, meu grande amor, das coisas que aprendi nos ‘livros’, quero lhe contar como eu vivi e tudo o que aconteceu comigo. Viver é melhor que sonhar, e eu sei que o amor é uma coisa boa, mas

²⁵ Cursei estágios obrigatórios e extracurriculares no campo da Atenção Psicossocial nos anos de 2000, 2001 e 2002 no CIAPS (Centro Integrado de Atenção Psicossocial) de Assis-SP e nos anos de 2001 e 2002 no Centro de Saúde de Cândido Mota-SP.

também sei que qualquer ‘tese’ é menor do que a vida de qualquer pessoa”²⁶. Mesmo sabendo que a arte nos ancora à vida, há situações em que disco, livro, tese ou canto não supera a potência de alguns encontros entre alguém que precisa ser cuidado e alguém disposto a cuidar.

Por reconhecer o valor disso, acreditei que encontros que experimentei nos lugares onde trabalhei mereciam ser pesquisados e partilhados. Não seria justo que eles servissem apenas à minha história.

A luta para acabar com a segregação imposta secularmente ao louco foi assumida por mim quando atuei na perspectiva da Atenção Psicossocial em diferentes lugares e momentos. Somei forças com companheiros da Reforma Psiquiátrica para tentar superar prédios, práticas, modos de pensar e morrer manicomialis e, ao mesmo tempo, para criar com e para o louco novos lugares sociais. A Atenção Psicossocial, inicialmente tomada como uma ética do cuidado em liberdade foi, concomitante à sua prática, transformada em conceito e em política pública. Hoje, ela é o paradigma que orienta os campos de saberes e práticas em Saúde Mental (COSTA-ROSA, 2013; COSTA-ROSA; YASUI, 2008; COSTA-ROSA; LUZIO; YASUI, 2003; AMARANTE, 2007).

Do que experimentei até agora como possibilidade de viabilizar o projeto coletivo de uma sociedade sem manicômios, e considerando os recursos que existem hoje, essas oficinas²⁷, e também os Centros de Convivência²⁸, me parecem as mais potentes estratégias para concretizá-lo. Sonho com um tempo em que os equipamentos de Saúde Mental que conhecemos não sejam mais necessários, pois creio que eles representam a transição entre os manicômios e algo que está por vir. Mas, por enquanto, ainda são os lugares, por excelência, que se empenham em fazer caber o louco na sociedade.

²⁶ Adaptação, em forma de paródia, da canção “Como nossos pais”. Referência: BELCHIOR. Como nossos pais. In: _____. *Alucinação*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 3.

²⁷ A partir daqui, “oficina” e seu plural farão referência à “oficina de geração de trabalho e renda na Saúde Mental” e seus plurais. Caso se trate de outra modalidade de oficina, estará especificada no corpo do texto.

²⁸ Centro de Convivência é um dispositivo que pretende ser lugar de encontro entre pessoas interessadas em produzir saúde. Trata-se de equipamento de Saúde Mental que funciona na intersecção entre a saúde e outras áreas como, por exemplo, a educação, a arte, a cultura, e geralmente contam com grupos artísticos, terapêuticos, pedagógicos, entre outros.

Iniciei uma discussão sobre minha experiência como coordenadora de oficinas no mestrado ²⁹ e agora prossigo refletindo, pois reconheço que há sempre muito e mais a se pensar. Como apontei ao findar a dissertação, as discussões sobre o cuidado que se produzia nas oficinas foram provisórias pelo caráter inconclusivo de um tema que constantemente é problematizado em pensamentos, práticas e políticas cotidianas.

Por fim, faço algumas ponderações que adiantarão, ao leitor, o que não encontrarão nessa tese.

A primeira dela diz respeito ao fato de que essas páginas iniciais não pretenderam fazer uma apologia ao enlouquecimento ou mesmo romantizar uma experiência que, em muitos casos, é produtora de intenso sofrimento. Minha pretensão foi dar passagem para uma breve apresentação sobre quais foram alguns dos interesses que impulsionaram a pesquisa.

E também pondero que as reflexões registradas aqui são circunstanciais, pois se referem ao momento atual da sociedade brasileira e ao meu próprio momento de vida, e também provisórias porque, como se espera do pensamento humano, é certo que elas amadurecerão e mudarão com o passar do tempo.

Porque iniciar uma tese de doutorado assim? Para assinalar que os estudos foram disparados por algo que me entusiasma e que não se restringe a uma busca apenas científica, embora eu me valha, nesse momento, da ciência para me trazer compreensões possíveis. As sempre vivas inquietações e interrogações sobre a loucura e o que se tem feito nas políticas públicas de Saúde Mental para a efetivação do fim de sua marginalização social, as reflexões sobre o trabalho na vida humana e na sociedade e o papel das oficinas hoje na Reforma Psiquiátrica inspirarão as reflexões que apresentarei a seguir.

²⁹ A discussão foi feita em minha dissertação, cuja referência é: RODRIGUES, A. C. *Produção de cuidado em oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental*. Assis, 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Pós-Graduação em Psicologia.

Os estudos não têm a intenção de serem definitivos nas discussões. Sua pretensão maior é a de provocar perguntas. Não há nada de equivocado nisso, pois o movimento de buscar respostas e, ao mesmo tempo, instigar pensamentos e novas indagações, faz parte das forças que compõem as ciências humanas.

Oxalá logo mais essa tese de doutorado seja tão somente registro de um passado remoto e fonte de pesquisa do que já se fez, que a compreensão preponderantemente biológica da loucura seja superada, que surjam novas experiências afirmativas de garantia de direitos ao louco – incluindo o do trabalho – e que esses equipamentos de transição entre os manicômios e o que há por vir se transformem em memórias expostas em museus.

Sobre o que escrevo

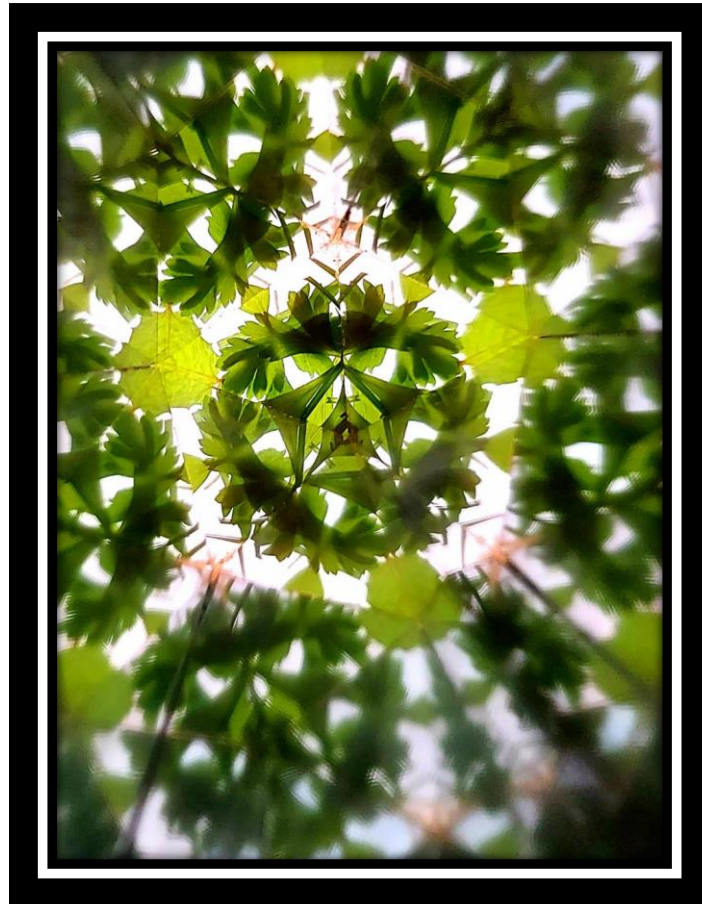


Figura 6
Título: Folhas do quintal vistas no caleidoscópio (I)
Fotografia minha (ano de 2021)

*A poesia está guardada nas palavras — é
tudo que eu sei.
Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que
descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre
as insignificâncias (do mundo e as
nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram
de imbecil.*

*Fiquei emocionado.
Sou fraco para elogios.
(Manoel de Barros)³⁰*

Assim como Manoel de Barros que, na epígrafe acima, escreve que seu fado é o de não saber quase tudo, tendo profundidades sobre o nada, eu também assumo especialista não saber tanto assim sobre as coisas da vida. Quem dera um dia eu conheça uma centelha das insignificâncias – minhas e do mundo. Por isso, estudo. E também por isso agradeço quem me lembra de minha imbecilidade e de minha pequenez diante de tanta sabedoria que contém as vidas das pessoas.

Para chegar ao ápice de reconhecer alguma centelha de nossas insignificâncias, creio que um dos melhores caminhos seja o do pensamento. É preciso – sempre e mais – agir pensando. A ultrajante cisão “pensamento *versus* ação” não deveria interessar às ciências. Mas, certo é que, pelos mais variados motivos, o exercício de pensar sobre o que se faz nem sempre contempla esforços para que seja crítico. É por isso que, na área da saúde, são tão importantes reuniões de equipe, supervisões institucionais, assembleias³¹, e, em nosso país democrático, são fundamentais os debates públicos e populares, os movimentos sociais, as produções acadêmicas, entre outras estratégias que privilegiem o pensamento crítico.

A presente pesquisa de doutoramento tem a pretensão de ser uma dessas estratégias. Ela tem como tema a produção de pensamentos críticos sobre três signos: loucura, trabalho e oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental. Cada um deles foi explorado em exercícios de reflexões que compuseram três ensaios distintos, se conversando em alguns pontos e em outros não, e na apresentação de alguns materiais das idas aos campos. Pretendo fazer, ao longo do texto, considerações críticas sobre questões históricas e atuais pertinentes à sociedade brasileira em geral e à Saúde

³⁰ BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 374-375.

³¹ Cito reuniões, supervisões e assembleias porque eram os momentos em que as equipes dos equipamentos de saúde onde trabalhei como psicóloga se reuniam para pensar e discutir, e também porque dois dos três equipamentos de saúde que compõem o campo desta pesquisa fazem reunião de equipe e supervisões institucionais.

Mental em especial, numa cartografia de estudos bibliográficos e recordações de meu percurso profissional e novos encontros.

Articular todos esses pensamentos na escrita de uma tese foi tarefa grandiosa. A língua portuguesa, aqui usada como matéria de expressão dos pensamentos, em alguns momentos foi difícil de ser manejada. Daí a explicação de haver fotografias e excertos de poemas e canções em epígrafes ao longo do texto. A arte da escrita não alcança, sozinha, a dimensão do ofício do pensar.

Como Clarice Lispector, amo a língua e reconheço a dificuldade de usá-la, especialmente quando se pretende, com ela, tirar o superficialismo:

*Esta é uma confissão de amor: amo a língua portuguesa. Ela não é fácil. Não é maleável. (...) A língua portuguesa é um verdadeiro desafio para quem escreve. Sobretudo para quem escreve tirando das coisas e das pessoas a primeira capa de superficialismo*³².

Desde criança, aprender sobre a escrita – e eu aprendo até hoje – é uma das tarefas da vida que mais me alegram. Nos últimos anos, aprender como ensinar a língua para minha filha guarda o mesmo regalo. De todas as etapas da realização da pesquisa de doutorado, escrever me foi a mais prazerosa. Sem negar o cansaço que o exercício vigoroso da escrita também produz, evidentemente. Em alguns momentos, a escrita se dava a “conta-letras”, para brincar com o “conta-gotas” dos frascos de remédios que também me sustentaram escrevendo. Em outros, era mais fluida. Como a própria vida, aliás.

Rascunhando, lendo, apagando, enfim, tratando com as palavras e dando forma ao pensamento, o problema que orientou a pesquisa foi mais bem delineado ao longo do processo. Ele concerne à relevância de “desnaturalizar” a loucura, o trabalho e as oficinas. Como o farei? Guiando-me pelo ensinamento de Manoel de Barros: “desfazer o normal há de ser uma norma”. No texto chamado “Aula”, ele ensina que

³² LISPECTOR, C. Declaração de amor. In: _____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 100.

[...] quisera uma linguagem que obedecesse a desordem das falas infantis do que as ordens gramaticais. Desfazer o normal há de ser uma norma. Pois eu quisera modificar nosso idioma com as minhas particularidades. Eu queria só descobrir e não descrever. O imprevisto fosse mais atraente do que o déjà visto (BARROS, 2006, p. 31).

Para o poeta, trata-se do exercício da escrita; para minha pesquisa, trata-se do exercício de pensar. Inspirada por ele, tentarei, ao longo da tese, desfazer alguns normais sobre a loucura, o trabalho e as oficinas.

Há muitas maneiras de desfazer um normal. Às crianças, pelas brincadeiras. Aos artistas, pelas artes. Aos cozinheiros, pelas comidas. Aos jardineiros, pelas plantas. A mim, que agora ocupo a cadeira de aluna de um curso doutoral na área das humanidades, pela ação de pensar. Ação que Arendt (2010) ensinou, com base na história da cultura grega, ser um fazer político, pedindo pluralidade de pensamentos e devendo ser tomada em toda sua radicalidade se queremos exercer a potência de criação de um mundo diferente do que temos ³³.

Aqui, “desfazer o normal” se referirá ao fomento de um exercício de pensamentos que pretende “estranhar” olhares, por vezes, já acostumados a perspectivas conhecidas. Ou, como escreveu Clarice Lispector na citação acima, é uma tentativa de tirar o superficialismo das coisas e das pessoas.

A experiência de olhar de outro modo agregando novos elementos e ressignificando antigos é constante em minha vida. Desde criança, míope que sou, quando mudo as lentes de meus óculos para outras mais adequadas ao que preciso no momento, passo a enxergar pequenos pontinhos, fissuras, rasgos, bolhas, texturas que outrora meus olhos acomodados a lentes antigas não alcançavam. Desfaço normais e desnaturalizo imagens, portanto.

Outro significado de “desnaturalização” corresponde à perda da cidadania, voluntária ou não, e passar a ser estrangeiro em seu lugar de origem. Deixar de ser natural de um país pode implicar na busca por ser reconhecido como cidadão por outro, ou mesmo, no caso de a pessoa ter mais

³³ O pensamento arendtiano será mais discutido no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”.

de uma cidadania, passar a ser cidadão em apenas um lugar. Ao ser tomado em sentido metafórico – guardando o devido respeito à condição violenta e potencialmente estarecedora de ser banido de um país e desterrado dele –, “desnaturalizar” pode dizer, simbolicamente, sobre perder-se do antigo e emigrar em busca de novos territórios. É o que tentarei fazer com a loucura, o trabalho e as oficinas.

Para mim, que já morei no Sudeste, Nordeste e Norte, pois, como canta Milton Nascimento, tento me encontrar longe do meu lugar ³⁴, e que transitei por grande parte do território brasileiro também em busca de me conhecer mais em meu país, experimentar estrangeirices em território nacional me era habitual. E também já fui estrangeira em outros países, para passear e estudar, o que contribui para exercer o estranhamento do olhar que pretendo empreender ao longo do texto a seguir. Hoje, vivo essas andanças no ofício de pesquisadora, matutando e escrevendo, e em meu quintal, ao lado de minha filha e meu companheiro brincantes. As viagens nesse “trem de tese” e em meu quintal que, como o de Manoel de Barros, “é maior do que o mundo” ³⁵, hoje me tem sido mais prazerosas do que pelos trilhos, estradas, rios e céus para além dos portões de nossa casa.

Ofertar meu olhar para tentar desfazer o normal e desnaturalizar esses signos não é tarefa de pouca monta. Confesso que, inicialmente, titubeei. Mas, como recusar o desejo de fazê-lo, depois de ter experimentado a loucura de tantas maneiras e convivido com gentes tão loucas? Para que serviria uma tese de doutorado em psicologia feita por mim, a não ser para contribuir no desfazimento do normal?

Em tempo: sim, há pesquisas em psicologia que se fazem com as réguas científicas pretensamente capazes de afirmar padrões e normatizar comportamentos, afetos, modos de existir, e que são tão bem-vindas quanto a que apresento agora. Elas importam à ciência e à prática profissional e suas

³⁴ Alusão à canção “Caçador de mim”. MAGRÃO, S.; SÁ, S.C. Caçador de mim. In: NASCIMENTO, M. *Caçador de mim*. Rio de Janeiro: Phillips, 1981. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 6.

³⁵ Referência ao livro de poemas de Manoel de Barros: “Meu quintal é maior do que o mundo”. In: _____. *Meu quintal é maior do que o mundo – Antologia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

validades são inquestionáveis. Só não espere, leitor, encontrar uma dessas no texto a seguir.

Para realizar a tarefa, resgatarei compreensões de alguns autores clássicos, talvez bastante familiares aos leitores afeitos às questões da Saúde Mental, e outros não tão conhecidos assim. Eu os buscarei para que me ajudem, com a agudeza de seus pensamentos, a olhar para algumas direções sobre os signos “loucura”, “trabalho” e “oficinas” que, de tão amplos e complexos, merecem ser tratados de muitas perspectivas.

Advirto o leitor que esses signos não serão pensados como comumente se faz nas pesquisas científicas que tenham as oficinas como seus campos, ou seja, focando nelas os estudos. A centralidade não estará nelas, como o título poderia levar a supor.

Talvez até seja o que se espera de alguém que pensou sobre as oficinas no mestrado e que teve atuação profissional na área. Porém, restringir a pesquisa a elas desconsideraria que tenho feito algumas reflexões a mais – sobre a loucura e o trabalho – que também podem servir à ciência. No primeiro e segundo ensaios, as reflexões são próprias à matéria da loucura e do trabalho, com a finalidade de pensar mais livremente sobre questões pertinentes à Reforma Psiquiátrica. Nele, há tímidas referências às oficinas. No terceiro ensaio, dialogo mais sobre as oficinas para pensar em alguns pontos que pretendem contribuir com os equipamentos que compõem os campos da pesquisa e com outros que possam vir a se inspirar no conteúdo dessa tese.

Feita a ressalva, explico que escolhi três equipamentos como campos da pesquisa para evitar que houvesse qualquer tendência de “duelo” ou comparações dicotômicas, caso houvesse apenas dois. Não escolhi apenas um porque eu já havia tido a oportunidade de explorar um único equipamento na minha pesquisa de mestrado. Propus o Núcleo de Oficinas e Trabalho e a Casa das Oficinas, em Campinas-SP, e a Associação Arte e Convívio, em

Botucatu-SP porque já os admirava anteriormente a esse processo doutoral e também porque eles podem inspirar outras experiências ³⁶.

Elucido mais um recorte: a escolha do louco como um dos sujeitos da pesquisa e a exclusão da pessoa que usa substâncias psicoativas, que também participa das oficinas pesquisadas, foi feita pelo meu interesse na loucura, como explanado anteriormente, e também porque parto da suposição que seus lugares sociais são diferentes. Foi também em virtude dessa escolha que o primeiro ensaio foi pensado. Há particularidades históricas e atuais da segregação social e do preconceito em relação à figura do louco que não necessariamente aparecem nos demais frequentadores das oficinas, tais como a imposição de internação vitalícia em manicômio, a negação da cidadania, o descrédito em relação à sua potência para o trabalho, entre outras. Obviamente que os sentidos que se produzem ao trabalhar são diferentes para quaisquer pessoas, estejam elas nas oficinas ou não e independente de seus diagnósticos. No entanto, no cenário das oficinas, tais dessemelhanças são acentuadas o suficiente para permitir a escolha de uma categoria de sujeito em detrimento de outra.

Sobre os trâmites éticos do projeto de pesquisa, ele foi submetido à Plataforma Brasil para apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, em acordo a Resolução nº466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), tendo sido aprovado em 19/11/2018 ³⁷. Todo sujeito entrevistado foi esclarecido sobre sua participação voluntária, confidencialidade de dados pessoais, tema e objetivos da pesquisa, foi garantido que ele poderia solicitar mais informações e também deixar de participar dela a qualquer tempo. Nenhum dos procedimentos propostos pretendeu trazer qualquer risco ou desconforto para o participante. Também não houve qualquer tipo de despesa ou de remuneração paga ou recebida por ele. A participação aconteceu após o sujeito concordar com as condições citadas e registrar sua aprovação em “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), conforme modelo em anexo ao

³⁶ A apresentação desses equipamentos será feita na terceira parte da tese.

³⁷ O “parecer consubstanciado” encontra-se nos “Anexos” da presente tese.

final do texto desta tese. As informações serão apresentadas anonimamente, assegurando, assim, a privacidade do sujeito.

O objetivo da pesquisa é, pela via de estudos e memórias de minha prática profissional, apresentar reflexões sobre a loucura, o trabalho e as oficinas, para contribuir com a ética proposta pela Reforma Psiquiátrica de cuidado ao louco em condições dignas e em liberdade. O louco é um cidadão que deve ter garantido, entre outros, seu direito ao trabalho e à saúde, e a oficina de geração de trabalho e renda na Saúde Mental é um dos meios para efetivá-los. Pretendo contribuir na superação de modos de pensar e fazer manicomiais e na construção de uma sociedade mais justa.

Faço a aposta de que a participação do sujeito na oficina pode colaborar para enfrentar a marginalização da loucura ao possibilitar que ele construa para si um lugar social de trabalhador, ao mesmo tempo em que ela também tem o compromisso de produzir saúde. A proposição parte de memórias de algumas narrativas de oficinairos com quem convivi no NOT sobre se sentirem trabalhadores “úteis”, “produtivos” e “autoconfiantes”, e sobre articularem o trabalho a outras dimensões da vida como a ampliação da convivência interpessoal, de circulação na cidade, do desejo de estudar, entre outros.

Para refletir sobre isso, além do levantamento bibliográfico e de minhas memórias de trabalhadora, conversei com alguns oficinairos e membros das equipes técnicas sobre como se dão as dimensões do trabalho e do cuidado em saúde em seus cotidianos, quais são os sentidos produzidos no âmbito do trabalho e que se prolongam para outros campos da vida do oficinairo, entre outras matérias.

Didaticamente, a presente tese será dividida em quatro partes. Nesta primeira parte, além da breve apresentação de minha trajetória estudantil e profissional já feita, exponho sobre o que pesquiso, o método empregado e quais os objetivos dos estudos. Na segunda parte, farei três ensaios sobre loucura, trabalho e oficinas. Na terceira parte, há trechos das prosas entre mim, oficinairos e técnicos das oficinas, e algumas fotografias de seus cotidianos.

Finalmente, na quarta parte, com últimas palavras, concluirei a tese fazendo alguns arremates das discussões por meio de uma carta dirigida à minha filha.

No ensaio “Um olhar sobre a loucura”, trarei alguns contextos históricos e atuais para argumentar sobre a escolha do termo “louco” ao longo do texto, sem relacionar as discussões exclusivamente às oficinas. Problematizarei a questão do diagnóstico, sobre como ela é nomeada, apontarei para a importância de considerar a narrativa da história do sujeito no tratamento em saúde e refletirei sobre a hegemonia da medicalização da loucura como uma das consequências de olhares eminentemente biológicos das disciplinas *psis*.

No ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, pensarei sobre a atividade do trabalho na criação de mundos, a importância do pensamento e do amor como forças da vida, o trabalho em alguns momentos da constituição da sociedade brasileira e, por fim, a tão importante preguiça.

No ensaio “Um olhar sobre as oficinas”, remontarei aos primórdios das oficinas nos hospitais psiquiátricos até a atualidade, discutindo sobre a oficina como lugar de oferta de trabalho e como campo clínico que visa produzir cuidado em saúde. Adentrarei na seara das Reformas Psiquiátricas italiana e brasileira com o intuito de compreender a importância das oficinas no processo de superação dos manicômios.

A atenção em saúde que as oficinas promovem pareceu pertinente de ser investigada desde quando fiz a pesquisa de mestrado, que tratou de minha experiência profissional no NOT. Durante aproximadamente os dois anos em que trabalhei lá, pude refletir que ali eram produzidas mudanças significativas nas vidas dos participantes, algumas vezes de maneira mais potente do que, por exemplo, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) onde atuei anteriormente durante seis anos.

À época, pensei que seria importante reavaliar o CAPS como sítio privilegiado no projeto social de cuidado ao louco e questionar se a centralidade da produção de saúde não deveria ser das oficinas e dos Centros

de Convivência ³⁸. Como já escrito, ainda creio nisso, embora eu tenha esperança de que, um dia, esses equipamentos de transição de uma lógica manicomial nos guiem para um horizonte em que não haja mais lugar de tratamento específico para o louco. Que ele possa circular por todos os lugares de saúde, de convivência, de trabalho que nós, talvez um pouco menos loucos do que eles, temos o direito de habitar.

Considerando que nós, que participamos da Reforma Psiquiátrica, temos a obrigação ética de reinventarmos nossos fazeres, projetos e equipamentos incessantemente, muitos espaços de pensamentos e ações precisam ser ativados para que o presente seja melhor e o futuro seja possível, incluindo esse de uma pesquisa acadêmica.

Escrevo a tese pensando que os leitores serão, preponderantemente, os participantes da Reforma Psiquiátrica. O movimento, heterogêneo que é, compõem-se de pessoas das mais variadas áreas e lugares: usuários dos equipamentos de Saúde Mental, seus familiares e amigos, trabalhadores não apenas da Saúde Mental, mas também de áreas que a atravessam (jurídica, educacional, cultural, da Assistência Social, entre outras), estudantes, literários e outros interessados.

A tarefa é desafiadora, pois criar um texto científico que alcance essas pessoas merecerá tratamentos diferentes em certos trechos, com menos ou mais usos de termos técnicos. Evidente que o vocabulário mais usado será o de um trabalho de doutorado em psicologia, mas, em alguns momentos, usarei subverter a obediência acadêmica para tornar o texto mais tangível aos leitores citados.

Com o acúmulo de leituras que fiz ao longo dos anos, de diálogos com os participantes das oficinas e de minhas memórias de trabalhadora, construí um “caleidoscópio de pensamentos” sobre loucura, trabalho e oficinas.

³⁸ À época em que trabalhei em Campinas, as oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental e os Centros de Convivência eram os espaços que, junto ao CAPS, compunham a rede pública de Saúde Mental.

As metáforas da imprevisibilidade e da pluralidade do desenho do caleidoscópio guardam bem o sentido de como compus os estudos e a escrita. No instrumento óptico, não se sabe, de antemão, qual imagem colorida se formará no interior do tubo ao movimentá-lo para mudá-lo de posição, porque ela dependerá de como ele é chacoalhado, da incidência da luz, da posição dos objetos coloridos refletidos no prisma de espelho, entre outras variáveis. Daí o caráter imprevisível da brincadeira.

Do mesmo modo, a pesquisa foi ganhando um formato conforme seus conteúdos – os pequenos objetos coloridos contidos no interior do tubo – formavam plurais reflexões – o prisma de espelho – na escrita da tese – o desenho. Nesses estudos, a cada escuta e leitura, houve efeitos de pensamentos diferentes. E, por serem diferentes, eles renovaram meu olhar de pesquisadora.

Os pensamentos são, portanto, provisórios, tais como as figuras do caleidoscópio que mudam a cada giro. O caráter temporário e passageiro do pensamento, que é assim porque pensar é exercício constante e mutável – de intensidade, direção, opinião, julgamento – me conforta, pois me resguarda de possíveis equívocos futuros quanto ao que escrevo agora.

Das incertezas de quando iniciei o roteiro ao momento atual da pesquisa, o produto que entrego à banca é um desenho caleidoscópico que poderá, quiçá, ser registro de uma época a ser lembrada posteriormente como de transição de um longo período passado de práticas manicomiais para um novo tempo, ainda por vir, de consolidação de práticas de cuidado em liberdade.

Como escrevo



Figura 7
Título: Sementes do quintal vistas no caleidoscópio
Fotografia minha (ano de 2021)

*Este livro foi escrito
por uma mulher
que no tarde da Vida
recria e poetiza sua própria
Vida.*

*Este livro
foi escrito por uma mulher
que fez a escalada da
Montanha da Vida
removendo pedras*

e plantando flores.

Este livro:

Versos... Não.

Poesia... Não.

*Um modo diferente de contar velhas
estórias.*

(Cora Coralina)³⁹

O traçado de meu percurso profissional é fortemente marcado pela atuação na área da Saúde Mental, como apresentado anteriormente. Especialmente as memórias do tempo em que coordenei oficinas no Núcleo de Oficinas e Trabalho e a dissertação de mestrado ainda ressoavam em mim, o que me inspirou a prosseguir estudando sobre elas, junto às reflexões que também venho fazendo, nos últimos anos, sobre a loucura e o trabalho.

Mas, se a dissertação privilegiou meu próprio relato, agora ele irá se compor com os dosicineiros e técnicos das oficinas. De mim, há a escolha de uma postura ética na organização das prosas que fiz com eles, em 2018, de modo que sejam proveitosas à Reforma Psiquiátrica.

Por ser um texto com caráter também autoral, a opção pelo uso da primeira pessoa do singular me pareceu ser a mais adequada, contrariando o hábito corrente da primeira pessoa do plural em textos acadêmicos. Usar a personalidade não é mero artifício linguístico, mas afirmação de um modo implicado de fazer ciência. Embora sempre reservada, creio que de nada valeria um trabalho de doutoramento na área das humanidades sobre uma vivência com a loucura e o trabalho tão importante para mim se eu não usasse uns poucos trechos de minha própria experiência para refletir sobre o tema.

Como na epígrafe de Cora Coralina, esta é uma tese que pretende, de um modo diferente, contar velhas histórias. São causos sobre loucura, trabalho

³⁹ CORALINA, C. Ressalva. In: _____. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 1985, p. 42.

e oficinas que querem colaborar com a Reforma Psiquiátrica e com um mundo com justiça social.

Signos tão complexos não merecem ser tratados sob qualquer purismo, ou mesmo sob uma única perspectiva. Por crer que a pluralidade de ideias enriquece a Reforma, terei uma abertura a contribuições de diversos autores, alguns nem sempre afeitos a outros, mas todos usados, em suas fontes, com o intuito de enriquecer as discussões. Suas diferenças irão compor o desenho caleidoscópico desta pesquisa cartográfica.

A opção pela cartografia

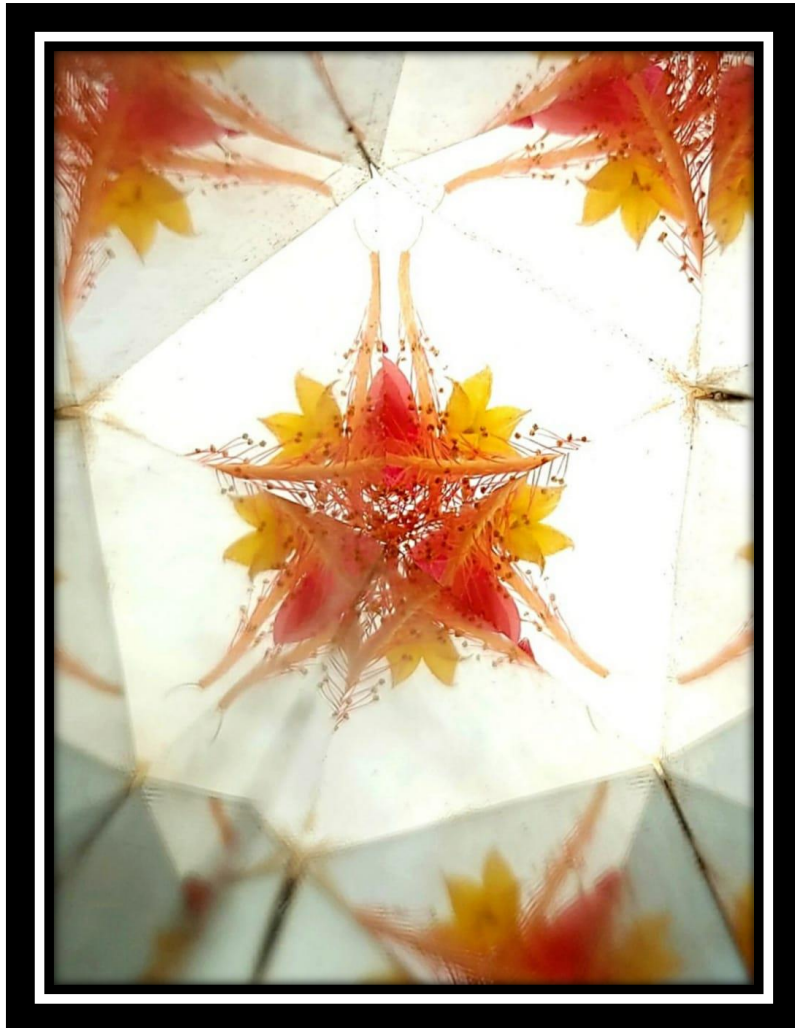


Figura 8
Título: Flores do quintal vistas no caleidoscópio (III)
Fotografia minha (ano de 2021)

*Enquanto eu tiver perguntas e não houver
resposta continuarei a escrever.
(Clarice Lispector)⁴⁰*

A Geografia usa o verbo “cartografar” para designar a feitura e o estudo de mapas terrestres que representam uma dada área em versão reduzida. O termo da ciência geográfica foi adotado na obra “Mil Platôs” (DELEUZE; GUATTARI, 1995), quando os autores trataram do conceito de “rizoma”, sugerindo mapas que fossem traçados por linhas de relações entre sujeitos. O

⁴⁰ LISPECTOR, C. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 21.

filósofo e o psicanalista pretenderam refletir sobre a multiplicidade rizomática das relações humanas e a inviabilidade de circunscrevê-las em universalismos, pois consideravam cada experiência relacional única.

Eles não sugeriram, de antemão, um método científico. Coube aos pesquisadores das ciências humanas alvitarem um método inspirado pela ideia da cartografia cunhada pelos pensadores. Como ensinam Barros e Kastrup (2009),

O caráter inventivo coloca a ciência em constante movimento de transformação, não apenas refazendo seus enunciados, mas criando novos problemas e exigindo práticas originas de investigação. É nesse contexto que surge a proposta do método da cartografia (BARROS; KASTRUP, 2009, p.55 e 56).

Suas apostas principais são de que o sujeito da pesquisa existe apenas na relação com o pesquisador e vice-versa, que as particularidades de determinadas situações de pesquisa não se reproduziriam em outras e que é necessário que o pesquisador se comprometa e esteja afetado pelo processo de pesquisar.

O traçado da pesquisa – tal como num mapa – guardaria um certo tom de “um modo diferente de contar velhas histórias”, como escreveu Cora Coralina na epígrafe acima. Na “diferença” também estaria guardada a riqueza da pesquisa.

A “contação de histórias” acontece durante o próprio pesquisar “com” o campo e o sujeito e não “sobre” ou “para” eles. O caminho de pesquisa é criado sem protocolos prévios, pois o “aprendizado não pode ser enquadrado numa técnica e em um conjunto de procedimentos a seguir, mas deve ser construído no próprio processo de pesquisa” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p.135).

Abdicar de regras não pressupõe irresponsabilidade com processos éticos em pesquisa. A cartografia, como outros métodos científicos, pede respeito aos direitos dos seres humanos em pesquisa e responsabilidade pelo que se reflete e publica. Segundo Rolnik (2014), em cartografia, a regra é agir e inventar estratégias tendo a ética da expansão da vida como parâmetro básico.

Numa pesquisa com esse tom, o “método” – palavra que vem do grego *methodos* e que significa “caminho para atingir um objetivo” – tem seu sentido invertido. Na cartografia, o objetivo (*metà*) é o próprio caminho (*hodós*), ou seja, “não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*metà-hodós*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (PASSOS; BARROS, 2009a, p. 17).

Na geografia, uma cartografia serve a quem quer seguir as rotas de um caminho já registrado e representado previamente. O mesmo não acontece com o método cartográfico, pois a “apresentação” – e não representação – de certo caminho não compreende a possibilidade de que outro faça esse mesmo caminho.

E, nas ciências, para que serviria a apresentação de um caminho que não pode ser usado para guiar outros caminhantes? Serviria para algo também interessante: inspirar outros caminhos. Particularmente, na área da saúde, esse método interessa porque reconhece que cada ser humano, com sua biografia, merece ser cuidado partindo de sua singularidade.

Nesse caminhar, os dados não estão imóveis num determinado campo para serem coletados, recolhidos, descobertos. Pelo contrário, os dados só existirão na inter-relação entre os sujeitos pesquisados, o campo e o pesquisador. A intenção é pesquisar implicando mutuamente todos os participantes (ROLNIK, 2014; GUATTARI; ROLNIK, 2013). Trata-se, em cartografia, de “criar” – e não coletar – material de pesquisa, cultivando o encontro do pesquisador com o sujeito e relacionando interferências daquele sobre esse e vice-versa. Como ensina Sibertin-Blanc,

Cartografar não é somente um saber técnico de representação gráfica de um espaço preexistente no meio de um código de projeção e de transcrição simbólica. É, primeiramente, uma atividade vital, implicada por todo processo prático, natural ou cultural, individual ou coletivo; é, em seguida, uma maneira de conceber um regime de saber implicado por estes processos (SIBERTIN-BLANC, 2010, p.227, tradução minha) ⁴¹.

⁴¹ Traduzido do original: “Cartographeur n’est pas seulement une technique savante de représentation graphique d’un espace préexistant au moyen d’un code de projection et de

Aqui, o regime de saber é fruto de minhas buscas literárias somadas à minha experiência como trabalhadora da Saúde Mental e aos encontros com os sujeitos nos campos da pesquisa. Com esse material, compus a cartografia registrada em três ensaios e na apresentação de um trecho com nossas narrativas.

transcription symbolique. C'est d'abord une activité vitale, impliquée par tout processus pratique, naturel ou culturel, individuel ou collectif; c'est ensuite une manière de concevoir un régime de savoir implique par ces processus”.

Por uma ciência que integre saber e prática



Figura 9
Título: Flores do quintal vistas no caleidoscópio (IV)
Fotografia minha (ano de 2021)

“Tudo vem da sem-razão”, diz-se na Antologia Grega. E, na verdade, tudo vem da sem-razão. Fora da matemática, que não tem que ver senão com números mortos e fórmulas vazias, e por isso pode ser perfeitamente lógica, a ciência não é senão um jogo de crianças no crepúsculo, um querer apanhar sombras de aves e parar sombras de ervas ao vento.

(Fernando Pessoa) ⁴²

Embora as prosas estejam posicionadas na terceira parte da tese, após os ensaios, essa organização não representa uma cisão bastante conhecida na academia entre “teoria e prática”. Ao longo de sua apresentação, houve um esforço para integrá-las num discurso uníssono favorável à Reforma Psiquiátrica, pois considero infragmentáveis o pensar e o fazer. Nas oficinas também se pensa, assim como na universidade também se age.

Eu poderia trazê-las aos ensaios? Provavelmente, não. Conciliar as ricas narrativas que compõem as prosas com as discussões históricas e atuais dos ensaios seria tarefa penosa, porque facilmente a potência e beleza das falas seriam suplantadas por reflexões teóricas que são apenas minhas.

Além disso, nem sempre meus pensamentos encontram parcerias nas falas dos sujeitos, que não estão nessa tese para corroborar os ensaios, mas para serem registros do que pensam outras pessoas tão interessadas quanto eu na loucura, no trabalho e nas oficinas.

Por respeito a esse modo de apresentação, não interessa usar a teoria para confirmar ou recusar a fala de um sujeito. O que osicineiros e técnicos disseram valem por si só, a despeito de quaisquer reflexões que tenham me provocado e que estejam registradas junto às suas narrativas.

A cisão “teoria x prática” – que aqui poderia ser tomada como “doutoranda x sujeitos da pesquisa” – proposta pela ciência tradicional enfraquece a Reforma Psiquiátrica, pois desconsidera que o próprio movimento social reformista, de onde partiram as narrativas, também é um laboratório de saberes. Rezende (1989) ensina que essas divisões desvitalizam a produção científica em saúde, pois, quando a academia não é retroalimentada pelas questões da comunidade, não há possibilidade de teorização, mas apenas do que a autora nomeia como “verbalização”.

⁴² PESSOA, F. *O livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 166.

Para ela, a dicotomia nasceria do binômio “trabalho manual/trabalho intelectual”, e se perpetuaria como um dos mais importantes alicerces de construção de uma ciência desvinculada da realidade social. A postura científica de “neutralidade” para gerar certo descompromisso social por parte da academia em relação à comunidade. Junto a isso, “em contrapartida, a prática, pouco crítica e alijada do pensar, tem se transformado num ativismo não-reflexivo” (REZENDE, 1989, p. 9).

Sobre esse binarismo perigoso, Alvarez e Passos contribuem afirmando que

O método da cartografia não opõe teoria e prática, pesquisa e intervenção, produção de conhecimento e produção de realidade. [...] Diferentemente, é sempre pelo compartilhamento de um território existencial que sujeito e objeto da pesquisa se relacionam e se codeterminam (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 131).

Deleuze (1989) ensina que o território existencial é um lugar de pertencimento produzido pelo sujeito para estar no mundo, só dizendo respeito a ele próprio (DELEUZE, 1989). Por ser singular, esse lugar não pode ser reproduzido de modo idêntico por outro sujeito. Para pensar sobre os arranjos dos territórios dos sujeitos desta pesquisa sem as oposições discutidas, valorizei igualmente conhecimentos meus, dos oficinairos e dos técnicos, entendendo que cada um de nós parte de territórios existenciais diferentes para pensar as mesmas questões.

Os diálogos apresentados na terceira parte da tese não contêm elementos que possam ser discriminados como universais, pois dizem respeito apenas a uma realidade específica em determinadas temporalidade e localidade geográfica. Em outro espaço/tempo, em outros contextos de pesquisas, em outros momentos históricos, eles seriam diferentes. Sobre isso, para Deleuze, a aposta numa relação nesses parâmetros guarda

[...] repúdio dos universais. Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não tem sequer coordenadas constantes. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objecto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação,

de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação imanentes a dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam noutra dispositivo (DELEUZE, 1996, p.89).

Se a ciência moderna foi fundada na perspectiva da separação absoluta entre sujeito e objeto, tendo os chamados “filósofos naturais” a incumbência de observar os fenômenos naturais com distância e replicá-la artificialmente com minúcia, hoje, com a crise nas ciências e a consequente abertura para a criação de outros modos de pensá-las e fazê-las (SANTOS, 2000), há a possibilidade de reinventar o que pode ser, a que e a quem servem os saberes científicos. Como propôs Fernando Pessoa na epígrafe desse subitem, as ciências agora também podem ser um “querer apanhar sombras de aves e parar sombras de ervas ao vento”.

A ciência moderna se tornou mais porosa a outros métodos investigativos para além dos tradicionais pelo reconhecimento de que a complexidade da vida exige diferentes caminhos para buscar respostas. Já é possível interpelar algumas das premissas tradicionais do *savoir-faire* científico, especialmente as que dizem respeito ao cartesianismo ⁴³ e ao positivismo ⁴⁴, não para negar suas importâncias e necessidades a alguns experimentos, mas para afirmar que há outras formas de se fazer ciência tão legítimas quanto.

Mesmo sem possibilidade de ser replicada, tampouco de defender uma verdade absoluta sobre o tema, a presente pesquisa em ciências humanas é singular, localizada, datada e tem como propósito inspirar pensamentos. Espero que meu texto anime outros sujeitos e campos, em diversas realidades diferentes, a reafirmar a potência das práticas inovadoras das oficinas, a suscitar debates em instâncias dentro e fora do SUS, a encorajar experiências semelhantes que buscam orientação para crescerem, a fomentar novas e

⁴³ Método de pesquisa baseado na obra do filósofo, matemático e físico René Descartes (1596-1650) que tem como uma das premissas a dissociação completa entre sujeito e objeto da pesquisa, sugerindo a neutralidade do primeiro em relação ao segundo para que haja fidedignidade no resultado (DESCARTES, 1996).

⁴⁴ A corrente filosófica e científica positivista idealizada pelo filósofo Auguste Comte (1798-1857) propõe que o conhecimento só é verdadeiro se for comprovado pelo método da observação. Percepções subjetivas, tais como sentimentos e ideias, devem ser usadas apenas se for possível adequá-los à realidade objetiva (LACERDA, 2009).

ressignificar antigas formações acadêmicas que pretendam a invenção de um novo lugar social para o louco, a refletir com crítica sobre a loucura e o trabalho, entre tantos outros efeitos que, desejo, possam ser despertados durante a leitura.

Referências

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

AMARANTE, P. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARENDT, H. *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1968.

BARROS, L.M.R.; BARROS, M.E.B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Vol. 2. Porto Alegre: Meridional, 2016, p. 175-202.

BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Meridional, 2009, p. 52-75.

BARROS, M. *Memórias inventadas*. São Paulo: Planeta, 2006.

BLOCK, P. Entrevista com Guimarães Rosa. *Revista Manchete*, nº 580, de 15/06/1963. Disponível em: <http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/GuimaraesRosa.htm>. Acessado em 18/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução nº 466, 12/12/2012*. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acessado em 29/01/2020.

COSTA-ROSA, A. *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

COSTA-ROSA, A.; LUZIO, C.A.; YASUI, S. Atenção psicossocial: rumo a um novo paradigma na saúde mental coletiva. In: AMARANTE, P. (Org.). *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p.13-44.

COSTA-ROSA, A.; YASUI, S. A estratégia Atenção Psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de Saúde mental. *Saúde em debate*. Vol 32, n. 78/79/80, 2008, p 27- 37.

DELEUZE, G. *O abecedário de Gilles Deleuze*. 1989. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>. Acessado em 11/01/2019.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo. In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Editora Vegas, 1996, p.83-96.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DOMINGUES, J. A. *Ensaio como método*. LusoSofia: Covilhã, 2019. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/20190809-domingues_jose_2019_ensaio_como_metodo.pdf. Acessado em 02/02/2020.

ECO, U. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Barbacena: Editorial Presença, 1977.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

KASTRUP, V.; BARROS, R.B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Meridional, 2009, p.76-91.

LACERDA, G.B. Augusto Comte e o "positivismo" redescobertos. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, v.17, n.34, p.319-343, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a21v17n34.pdf>. Acessado em 27/03/2017.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v15n2/v15n2a10.pdf>. Acessado em 03/02/2020.

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Qualitativo-quantitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-248, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002. Acessado em 27/01/2020.

MONTAIGNE, M. *Os ensaios*. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PASSOS, E.; BARROS, R.B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. In: *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Meridional, 2009a, p.17-31.

PASSOS, E.; BARROS, R.B. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Meridional, 2009b, p.150-171.

REZENDE, A.L.M. *Saúde: dialética do pensar e do fazer*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

SANTOS, B.S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito, a política e a transição paradigmática. In: *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

PARENT IN SCIENCE. *Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade*. Maio de 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acessado em 08/08/2020.

SIBERTIN-BLANC, G. Cartographie et territoires. La spatialité géographique comme analyseur des formes de subjectivité selon Gilles Deleuze. In: *L'espace géographique*. Paris, v.3, p.225-238, 2010. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2010-3-page-225.htm>. Acessado em 21/01/2019.

TEDESCO, S.H.; SADE, C.; CALIMAN, L.V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2016, p. 92-127.

PARTE II

Ensaio

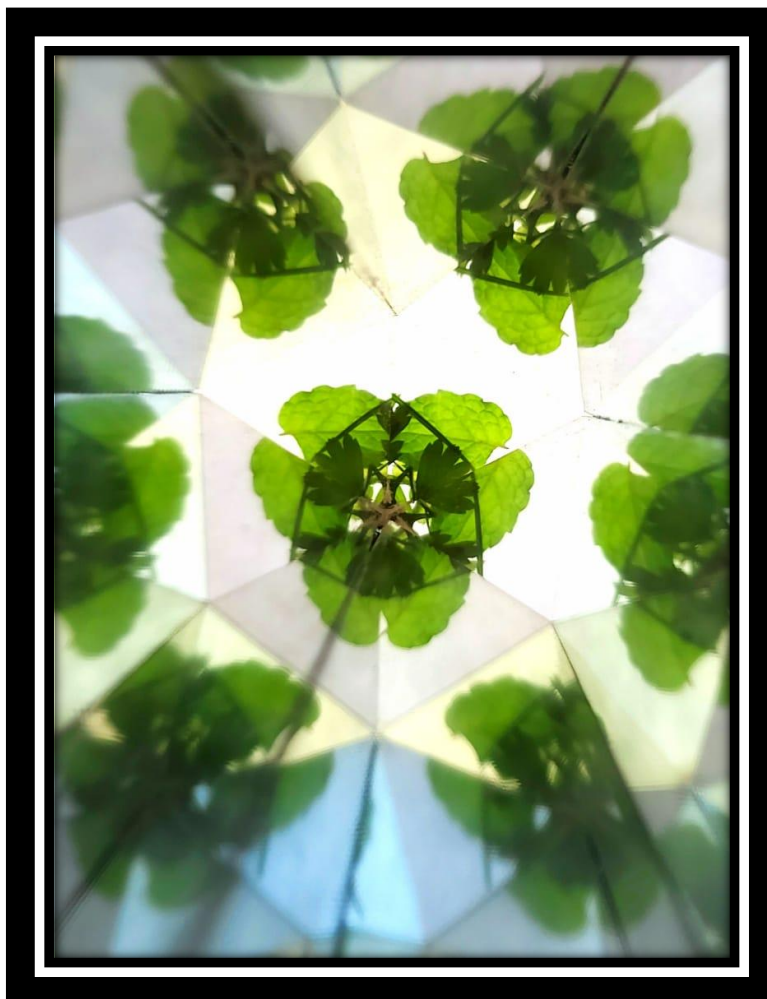


Figura 10
Título: Folhas do quintal vistas no caleidoscópio (II)
Fotografia minha (ano de 2021)

Para configurar um caleidoscópio de pensamentos e dar corpo à cartografia, escolhi a estratégia do gênero literário do ensaio, que foi criado por Montaigne ⁴⁵ e hoje é empregado nas ciências humanas com a proposta de permitir ao autor expor suas ideias livremente, usando suas opiniões,

⁴⁵ Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592) foi um escritor francês humanista, filósofo, jurista e político.

subjetividade, elementos de seu cotidiano e da sociedade na qual vive, entre outros. Domingues ensina que “ensaio” tem sua fonte na

[...] expressão do baixo-latim *ex-agiūm*, um “acto de pesar algo” – cuja origem participa simultaneamente da forma semântica de *exigire* (ex-i(a)gere), verbo que lhe assigna os significados de “examinar, investigar” [...], e também de *examen* (ex-agmen), esta marcada por significados como “comprovar ou ponderar” (DOMINGUES, 2019, p. 5).

Embasado em Montaigne, ele considera que o ensaio parte das experiências de vida de seu autor, o que configura a escrita como “da” vida e não “sobre” a vida. O gênero abdica da neutralidade, da universalidade e dispensa provas e comprovações empíricas, pois a legitimidade do texto reside na elaboração de um discurso coerente e crítico sobre um tema.

O escritor é necessariamente livre para pensar sobre seu tema e sabedor de que seus pensamentos apresentam uma opinião, mas não uma verdade absoluta (DOMINGUES, 2019).

O ensaio, portanto, é uma produção literária argumentativa e dirige-se pelas indagações do ensaísta. Como afirma Meneghetti (2011), “a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas” (MENEGETTI, 2011, p. 32).

Embasada nesses pressupostos, apresentarei, a seguir, três ensaios, que serão configurados por pensamentos que tenho feito ao longo de cerca de vinte anos de meus percursos profissional e estudantil: “Um olhar sobre a loucura”, “Um olhar sobre o trabalho” e “Um olhar sobre as oficinas”.

Ensaio 1: Um olhar sobre a loucura



Figura 11
Título: Carta do tarô sobre Hannah Arendt
Fotografia minha (ano de 2021)

A loucura, longe de ser uma anormalidade, é a condição normal humana. Não ter consciência d'ella, e ella não ser grande, é ser homem normal. Não ter consciência d'ella, e ella ser grande, é ser louco. Ter consciência d'ella, e ella ser pequena, é ser desiludido. Ter consciência d'ella, e ella ser grande, é ser gênio.

(Fernando Pessoa)⁴⁶

⁴⁶ PESSOA, F. *Escritos sobre Gênio e Loucura*. Edição de Jerónimo Pizarro. Volume VII. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2006, p. 154.

Causos de pessoas loucas me encantam desde quando eu era uma menina caipira da periferia de Assis, interior de São Paulo. As primeiras memórias são as dos olhares atentos para a louca do bairro que, como escreveu Leminski, “todo bairro tem um louco/ que o bairro trata bem”⁴⁷. Era instigante fantasiar por quais céus e terras tinham passado a andarilha maltrapilha e bem-amada por toda a criançada da rua, cuja fama de carregar os traquinas me maravilhava. Havia, ainda, um tal vizinho “excêntrico” que chamava a atenção dos moradores das redondezas, provocando compaixão e, também, algum repúdio. E mais as muitas historietas fascinantes de loucos de tantos lugares e épocas que me eram contadas ao tom de “era uma vez...”.

Outras lembranças são da persistente curiosidade sobre quem vivia atrás daqueles muros do grande hospício em Tupã, cidade vizinha que eventualmente eu frequentava durante minha infância, quando acompanhava meu pai em sua faculdade. “É cadeia?”, eu perguntava. E a recorrente resposta não me convencia: “Não. Eles não fizeram nada. Só não podem sair porque são loucos.” Se a andarilha do bairro corria mundos sem conhecer porteira justamente por ser louca, por qual motivo eles não podiam também?

Suponho que um dos modos de alcançar minimamente alguma compreensão da complexidade de um ser humano é olhar atentamente às loucuras alheias e/ou mergulhar nas de si próprio. Por isso, de muitos trajetos possíveis na psicologia, campo de saber e profissão que escolhi estudar e praticar, seguir os da loucura sempre me interessou um tanto mais.

Hoje, já adulta e, por sorte, ainda caipira e da periferia, continuo me encantando e aprendendo com experiências humanas – muito ou pouco – loucas. Afinal, a loucura também nos constitui, “é condição normal humana”, como na epígrafe de Fernando Pessoa. Se você, leitor, é muito louco ou pouco louco, eu não sei. Medir intensidades não me apraz. Mas, é irrefutável que seja louco. Todos somos.

⁴⁷ LEMINSKI, P. Dois loucos no bairro. In: GÓES, F.; MARINS, A. *Melhores poemas de Paulo Leminski*. São Paulo: Global, 2002, p. 49.

A loucura, para além de ser abordada somente como um objeto de conhecimento datado historicamente e circunscrito em certas disciplinas científicas, também é compreendida no imaginário social como o insuportável, como aquilo que não cabe e/ou não serve à sociedade. Inventou-se que tudo o que há de estranho está no louco, justamente para que fosse possível torná-lo depositário de nosso próprio estranhamento.

Suspeito que a loucura não esteja excluída da sociedade e, mais ainda, que tenha lugar privilegiado. Uma rainha, aliás. Ela ocupa o trono da tal “ausência de normalidade”, servindo para afirmar a falácia de que seria “normal” aquele que não estivesse no escopo de certa descrição de “loucura”. Porque a definição de normalidade, ao contrário de outros conceitos, muitas vezes parte de uma contradição: para dizer quem é “normal”, diz-se, antes, sobre aquele que não é louco, sobre aquele que não apresenta determinados comportamentos, sobre aquele que não delira, entre outras matérias atribuídas às gentes loucas.

Daí o curioso paradoxo: tentam ocultar quem é parâmetro para a normalidade. Mas, tentar apartar a loucura do convívio social, como discutirei adiante, é tentativa inútil e nada sábia.

Guardo a crença de que um dos porquês de terem alijado o louco no manicômio é porque ele escancara, na estética de seu corpo, o invisível dos mistérios humanos – as emoções, os sentimentos, as belezas, as feiúras, as razões e as desrazões. Poucos são os que assumem a coragem de olhar para si próprio refletido num louco.

O primeiro e presente ensaio desta tese é sobre a loucura. De modo mais amplo e crítico, e sem abordar mais profundamente o trabalho e as oficinas, refletirei sobre seus nomes, alguns de seus lugares históricos e atuais, problemas da supremacia biológica de disciplinas que se propõem a cuidá-la, entre outras questões. Há poucos e suaves atravessamentos do trabalho e das oficinas aqui, e isso é proposital, pois quis trazer ao centro das discussões algumas questões sobre a loucura e que me afetam como psicóloga e brasileira conectada às questões do meu tempo.

Desde o início destes estudos, elegi como sujeitos da pesquisa apenas os loucos e os técnicos das oficinas, embora também haja nelas pessoas com algumas deficiências e pessoas com problemáticas em relação ao uso de álcool e outras drogas. Esta também é uma justificativa sobre o porquê de um ensaio dedicado à loucura.

Obviamente, no texto a seguir, há pouquíssimo de tudo o que matutei sobre a loucura desde minha meninice. O recorte só abrange alguns pontos que podem interessar à Reforma Psiquiátrica em 2021, ano de defesa desta tese.

Desejo que este ensaio, em breve, seja página virada e sirva apenas de registro histórico de um tempo em que o louco – finalmente – deixava os manicômios para começar sua travessia rumo ao louco mundo fora de seus muros.

Quem é louco?

*Onde estará a rainha
Que a lucidez escondeu?
(Toninho Horta)⁴⁸*

Palavra é matéria viva: muda com o passar do tempo, realidades geográficas e políticas, transformações culturais. As línguas são diacrônicas e suas dinâmicas, variabilidades e inconstâncias possibilitam conhecer algo do período e dos povos que a exercem.

Alguns dos elementos centrais deste estudo – a saber: “louco”, “loucura”, “enlouquecimento” e semelhantes – também tiveram usos e significações diferentes no transcorrer da história. Louco, avoadado, maluco, avariado, doido, alienado, tresloucado, insano, mentecapto, desatinado, desvairado, lunático, insensato, entre tantos outros nomes que a língua portuguesa oferta não são

⁴⁸ HORTA, T. Beijo Partido. In: NASCIMENTO, M. *Minas*. Rio de Janeiro: EMI, 1975. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 3.

usados sem propósito: a depender sobre quem e a quem se fala, um substantivo diferente é escolhido.

Nos vocabulários de diversas épocas, “louco” e “loucura” nem sempre foram praticados com intenções de bem-dizer e hoje, para muitos atores da Reforma Psiquiátrica, seus usos ainda podem guardar marcas de quando representavam estigmas. A questão imersa nesse caldo, e que não é meramente semântica, é: será mesmo que evitar ou excluir uma palavra da linguagem corrente contribui para que o preconceito relacionado a ela desapareça? Para pensar sobre isso, aqui constam lucubrações, de certo modo, periféricas, porque se referem a um olhar crítico que não pretende ser central, quer dizer, que é apenas um entre muitos olhares. Assumir essa postura de início marca que não há aqui verdade sobre o tema, mas um ponto de vista.

Tão instigadora quanto a indagação “o que é loucura?” é uma pergunta que daí se deriva: “quem é louco?”. Certa vez, ao dialogar sobre a afirmação de Viveiros de Castro (2006) de que “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”, quando ele tratava da questão da identidade do vasto e variado conjunto de populações e cosmologias indígenas que habitam o território brasileiro, pensei analogamente na loucura.

Com essa máxima, o autor criticava os antropólogos que, convocados pelo Estado, à época da promulgação da Constituição Federal de 1988, decidiram sobre a identidade indígena e, conseqüentemente, sobre o acesso ou não dessas pessoas a determinadas políticas públicas.

Para ele, a questão era outra: “pode-se dizer que ser índio é como aquilo que Lacan dizia sobre o ser louco: não o é quem quer. Nem quem simplesmente o diz. Pois só é índio quem se garante” (VIVEIROS DE CASTRO, 2006, p. 7). Ou seja, a coletividade dos indígenas já sabe quem são eles, já “se garantem”, sem que ninguém devesse ser submetido à avaliação do antropólogo. O problema deveria ser provar o contrário: quem não é índio no Brasil. Fazendo um paralelo com a discussão deste ensaio, o problema das ciências bem poderia ser provar quem não é louco, se é que isso é possível.

Seria uma extensa e cansativa jornada que, muito provavelmente, levaria a lugar nenhum.

Será mesmo que os indígenas representam uma minoria da população, como apontam os dados estatísticos descritivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a constituição da população brasileira? ⁴⁹ Talvez se possa responder afirmativamente se a questão tiver sido posta em números absolutos. Mas, não se trata disso. Viveiros de Castro (2006), em seu empenho de fazer vivas as discussões e o reconhecimento das origens indígenas de nossa nação, propõe que a cultura brasileira está impregnada delas, a despeito do trabalho sistemático de tentativa de seu apagamento. O povo indígena está, portanto, em toda parte.

Em nossa sociedade, apagar as matrizes de nossas origens – exceto as europeias – é algo que temos exercido com maestria desde as intervenções dos portugueses na *Terra Brasilis*, com especial ênfase nos vestígios dos ameríndios e das nações africanas. O exercício de dominação executado há mais de 500 anos configura um certo modo de funcionar que, ainda hoje, consente a destruição de muitas diferenças. Indígenas, negros, homossexuais, pobres, loucos, todos os que não se aproximam da referência do branco ocidental, trabalhador, de classe média ou alta e tido como “normal”, sofrem os violentos efeitos da marginalização social. Por margem, geralmente, penso nas pequenas bordas em torno de um papel, de uma pizza, de um rio. Mas as margens sociais, curiosamente, ocupam quase que a totalidade da sociedade. Se a soma dessas populações constitui a maioria do povo brasileiro, temos uma periferia marginal ou seria a periferia a própria sociedade?

Políticas que pretendem enfrentar o problema da marginalização das “minorias” pode ser uma faca de dois gumes. Pois, em nome do esforço de afirmar seus direitos cidadãos, criam-se ações específicas, mas ao preço de lhes apagar as diferenças. Como se fosse preciso que deixassem de ser quem são para conquistarem uma vida digna. Sobre isso, Pelbart (1990) pensa que

⁴⁹ Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feito em 2010, a população autodeclarada indígena era de 817.963 pessoas. Fonte: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>.

Trata-se de saber se faremos com os loucos aquilo que já se fez com os homossexuais, índios, crianças ou outras minorias – ou seja, definir-lhes uma identidade, atribuir-lhes um lugar, direitos, reconhecimento, até mesmo privilégios – mas ao mesmo tempo torná-los inofensivos [...]. Ao borrarmos essa fronteira simbólica e concreta entre a sociedade e seus loucos não estaremos, sob pretexto de acolher a diferença, simplesmente abolindo-a [...], domesticando a fera que os habita e nos livrando da estranheza que eles nos transmitem? Para dizê-lo de modo ainda mais incisivo, será que a libertação do louco não corresponde, no fundo, a uma estratégia política de homogeneização do social? (PELBART, 1990, p. 132).

Que se admita, portanto, o risco de que a diferença da loucura pode ser abolida em favor de uma convivência social. E, partindo desse reconhecimento, que se assuma que a diferença que almejamos abolir também nos constitui humanos.

A loucura tem papel importante na manutenção do que se convencionou chamar de “saúde mental” dos integrantes de nossa sociedade. Assim como a presença do indígena marca que há não-indígenas, a loucura, nessa tacanha perspectiva, anunciaria que só há “não-louco” ou “menos-louco” porque há o “louco” ou o “mais louco” para ser seu inverso. Como ensinou Foucault,

[...] nossa sociedade não quer reconhecer-se no doente que ela persegue ou que encerra; no instante mesmo em que ela diagnostica a doença, exclui o doente. [No entanto], nossa sociedade exprime-se nas formas mórbidas nas quais recusa reconhecer-se (FOUCAULT, 1975, p. 51).

A necessidade do oposto para a afirmação da existência de algo é uma das bases para a formação do caráter de estigmatizado, pois “o papel dos normais e o papel do estigmatizado são partes do mesmo complexo” (GOFFMAN, 1988, p. 141). Ambos coexistem na formação identitária dos indivíduos, particularmente, e da sociedade, no geral.

Afinal, se a loucura nos constitui a todos, quais seriam os parâmetros para distinguir quem é “menos” e quem é “mais” louco? É possível valorar ou quantificar algo que é da ordem da subjetividade? Segundo Pelbart (1989), para o etnopsiquiatra Georges Devereux, há modelos de comportamentos loucos em uma sociedade que não necessariamente os seriam em outra:

Não fique louco, mas se for preciso, manifesta tua loucura desta forma... e não de outra. Se te afastares deste comportamento não passarás por louco, mas por criminoso, feiticeiro ou herético (DEVEREUX, 1970, p. 251 apud PELBART, 1989, p. 193).

A concepção de loucura dependeria, portanto, de uma referência social, do reconhecimento de um certo modo de enlouquecer.

A afirmação de que a loucura constitui a todos nós facilmente também se fundamenta no exame dos fragmentos reprimidos no inconsciente que se manifestam, por exemplo, na forma de conteúdos de sonhos que, freudianamente, expressam nossos desejos mais ocultos (FREUD, 1996b). As pulsões, temperando uma certa desordem inconsciente, poderiam, também, ser pistas de um naco de nossa loucura. Loucos sonhos que nos apresentam o quão loucos somos.

Torna-se um tanto mais fácil admiti-la quando a loucura se torna concreta nos campos das obras plásticas e literárias, no momento em que a arte dá forma a conteúdos psíquicos, como o fizeram, por exemplo, dois dos meus artistas preferidos, Arthur Bispo do Rosário e Vincent Van Gogh. Suas obras me comovem e me lembram, sempre que eu preciso, que a arte é uma das melhores respostas ao inalcançável e ininteligível da vida.

Ela também vem à tona em rompantes apaixonados, vícios, fúrias, enfim, em emoções mais intensas e, por vezes, descontroladas. Quem nunca escreveu, por exemplo, uma ridícula carta, imbuído de um impulso enamorado? Como ensinou Fernando Pessoa, na carne de seu heterônimo Álvaro de Campos, “Todas as cartas de amor são/ Ridículas./ Não seriam cartas de amor se não fossem/ Ridículas.”⁵⁰.

E a loucura aparece, ainda, em uma espécie de positividade expressa, entre muitas figuras de linguagem, como “louco de alegria”, “louco de felicidade”, “louco de amor”.

⁵⁰ PESSOA, F. *Poesia de Álvaro de Campos*. Lisboa: Átila: 1993, p. 84.

Haveria, então, em nossa sociedade, muitas formas de ser louco e de manifestar a loucura. O que não há – e aí mora o risco e a beleza do problema – é um limite entre o que seria mais ou o que seria menos loucura. É justamente nesse limiar de falta de delimitação que as ciências expandem seus campos de saber e de atuação, no intuito de englobar tudo o que pode ser ou que pode vir a ser loucura.

Há, igualmente, um alargamento do que hoje se conhece por “transtorno mental”, o que será discutido adiante. Na designação, caberiam todas as intensidades de matrizes emocionais, sentimentais, de pensamentos, entre outras que constituem e delimitam um comportamento. Os manuais classificatórios psiquiátricos e os testes psicológicos tentam – em vão – alcançá-los, especialmente porque há muitos interesses da psicofarmacologia e de terapias afins envolvidos.

Esses apontamentos iniciais, como já dito, não guardam uma verdade universal e atemporal, pois a concepção de loucura é sempre uma noção datada, contingencial e circunscrita numa dada realidade social e histórica. Para elaborar reflexões que talvez aproximem de algo que poderia ser chamado de “loucura” nos dias de hoje, considerarei, agora, algumas leituras de diferentes povos e períodos.

Breve voejo histórico

*E quem garante que a história
É carroça abandonada
Numa beira da estrada
Ou numa estação inglória?
A história é um carro alegre
Cheio de um povo contente
Que atropela indiferente
Todo aquele que a negue*

Retornar ao passado é sempre um bom e necessário exercício para se tentar compreender o presente, pois sociedade e sujeito são frutos de muitas construções cujos alicerces são processos históricos. Desde o nascimento de uma pessoa, são creditadas em seu corpo marcas milenares, somadas a elementos de sua vida atual em determinada época. Um sujeito não “nasce”, portanto, no advento do parto.

Para refletir sobre o louco e a loucura, é possível tomar como ponto de partida inúmeras referências de diferentes civilizações e culturas diferentes. Entretanto, dada a extensão do tema, seria impossível trazer a este ensaio a maioria delas. A seguir, farei um pequeno recorte de algumas referências históricas que me parecem bastante influenciar nosso olhar sobre a loucura hoje.

Feita a ressalva, inicio um rápido voo histórico por alguns trechos helenos do passado ocidental. Segundo Pessotti (1994), na Grécia Antiga de Homero (aproximadamente 850 a.C.), acreditava-se que as divindades enlouqueciam o ser humano – pela “atê”, ou seja, pela imposição de um estado transitório de insensatez – para forçar-lhe tomar determinadas atitudes e, assim, decidir seu destino. O enlouquecido passava a não ter vida psicológica própria e era dirigido pelos deuses, o que caracterizava uma etiologia “mitológica” da loucura. Sendo vontade dos deuses, não havia estigma de doença ou necessidade de cura para a loucura.

Cerca de dois séculos mais tarde, nos textos trágicos gregos – especialmente nos de Eurípedes, Ésquilo e Sófocles –, surge uma diferença: se antes o ser humano era vítima dos deuses, nas tragédias encenadas a loucura era uma espécie de resultado do comportamento errado, conflitos e paixões do próprio louco (PESSOTTI, 1994).

Somente com Hipócrates (460 a.C. – 377 a.C.) a loucura passou a ser considerada de natureza orgânica, em que o “delírio”, “desrazão” ou

⁵¹ MILANÉS, P.; BUARQUE, C. Canción por la unidad latinoamericana. In: NASCIMENTO, M. *Clube da Esquina 2*. Rio de Janeiro: EMI, 1978. Disco sonoro de vinil, lado 1, faixa 2.

“descontrole emocional” eram sintomas de desarranjos dos “humores” – descritos como “sangue”, “pituíta”, “bílil amarela” e “bílil verde”. A teoria organicista inaugurou uma nova era na compreensão da loucura, em que ela transitou de efeito da interferência divina para efeito do desequilíbrio entre o ambiente e as funções corporais. Curiosamente, eventos afetivos ou morais, para Hipócrates, “deveriam continuar assuntos privativos de filósofos ou poetas ou, ainda, sacerdotes. O cérebro, lesado por equilíbrios humorais, é o órgão da loucura (...). A saúde mental é, fundamentalmente, a saúde do encéfalo” (PESSOTTI, op.cit., p. 51 e 52).

Platão (427 a.C. – 348 a.C.) pensou a loucura na perspectiva da desordem entre as partes da *psyché* (alma): a racional, a afetiva-espiritual e a apetitiva (situadas, respectivamente, no encéfalo, coração e vísceras). Aristóteles, seu aluno, entendia que a alma era dividida em duas partes – racional e irracional – que se situavam no coração e não no encéfalo. Na medicina antiga, Galeno (131 d.C.- 200 d.C.) considerou, tal como Hipócrates, que a loucura derivaria de desequilíbrios humorais quentes e frios, fundando o dualismo alma-corpo e indicando que a sede da loucura seria o cérebro:

No que toca à loucura, todos os tipos de loucura, ou delírios, são resultantes de alterações nos humores e nas intempéries dos órgãos. A mania é produzida por humores quentes, derivados da bÍlis amarela; a melancolia, por humores frios, da atrabÍlis ou bÍlis negra. A superabundância ou congestão, no sangue, da bÍlis amarela produz os delírios manÍacos ou, noutros termos, as *manias*, que podem ser: alegre, agitada, furiosa, etc (PESSOTTI, op.cit., p. 74, grifos do autor).

As contribuições nosográficas de Galeno inspiraram modelos classificatórios da loucura até o século XX, embora seja necessário considerar o hiato da era Medieval, quando houve a perseguição da loucura especialmente fomentada pela Santa Inquisição da Igreja Católica. A primazia religiosa, no período, tornou-se devastadora ao louco, condenando-o à tortura ou à morte. No século IV, a doutrina demonológica cristã pregava que comportamentos advindos de emoções exageradas poderiam indicar possessão demonÍaca ou por intercessão de bruxas. Para os religiosos, a mulher era mais facilmente possuída que o homem (ESQUINSANI; DAMETTO, 2017).

Os inquisidores eram instruídos pelo clássico “*Malleus Maleficarum*” (1484), escrito pelos eclesiásticos Heinrich Kramer e James Sprenger e traduzido como “Martelo das Bruxas”. Segundo a obra, os demônios confundiam o juízo: “Exemplos de malefício contra o uso da razão e das percepções interiores nos são dados pelos possuídos e loucos de que nos fala o Evangelho” (*Malleus Maleficarum*, 1484, p.274-275 apud PESSOTTI, op.cit., p. 97). Do mesmo modo, o “*Compêndio Dell’Arte Essorcistica*” (1576), do exorcista Jerônimo Menghi de Viadama, reafirmou a origem demoníaca da loucura, incluindo, na lista de loucuras, a avareza, a luxúria e o desrespeito ao sagrado, e também retomou a teoria dos humores para explicar como se daria a atuação demoníaca no corpo do possuído.

Entre a Idade Média e a Moderna, na Europa, o louco teve diversos lugares sociais, entre os quais passageiro de nau rechaçado de suas comunidades de origem, bobo da corte, andarilho, artista, indigente. Na Europa desse período, “a palavra do louco não era ouvida ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. [...] De qualquer modo, ela não existia” (FOUCAULT, 2006, p. 11).

O louco também foi figura da experiência trágica representada, por exemplo, no texto “Elogio da Loucura” de Erasmo de Roterdã (DESIDÉRIO, 2007), ou nas pinturas de Hieronymus Bosch intituladas “Nave dos Loucos” (BOSCH, 1490-1500), “Jardim das delícias terrenas” (BOSCH, 1500-1505) e “A extração da pedra da loucura” (BOSCH, 1475-1480).

No período renascentista, outro formato aparece: a consciência da loucura e a experiência da razão eram tão íntimas que não haveria como se falar de um dentro e fora da razão. “A loucura seria uma espécie de momento interno da Razão; ou mesmo uma força interna a ela” (MANZI FILHO, 2013, p. 151). Ao Foucault, a loucura, nessa época, guardava uma certa positividade:

A natureza da loucura é ao mesmo tempo sua útil sabedoria; sua razão de ser consiste em aproximar-se tão perto da razão, ser-lhe tão consubstancial que formarão, ambas, um texto indissolúvel, onde só se pode decifrar a finalidade da natureza: é preciso a loucura do amor para conservar a espécie; são precisos os delírios da ambição para a boa ordem dos corpos

políticos; é preciso a avidez insensata para criar riquezas (FOUCAULT, 1997, p. 179).

A leitura de que loucura e razão eram inseparáveis só foi contestada séculos depois por Descartes, em seu texto “Meditação Primeira”, contido na obra “Meditações Metafísicas”. O filósofo registrou a transição da inseparabilidade ao momento em que elas se tornaram o contrário uma da outra. A loucura passou a ser a exclusão da razão:

Como poderia eu negar que estas mãos e este corpo são meus, a menos que me compare com alguns insanos, cujo cérebro é tão perturbado e ofuscado pelos negros vapores da bília, que eles asseguram constantemente serem reis quando na verdade são muito pobres, que estão vestidos de ouro e púrpura quando estão completamente nus, que imaginam serem bilhas ou ter um copo de vidro? (FOUCAULT, op.cit., p. 45, apud DESCARTES, s.d., p. 268).

O desenho cartesiano fundou uma compreensão dicotômica entre as instâncias da loucura e da razão. Criou-se a “tradição crítica”, que afirmava que a loucura impossibilitaria o pensamento e que, portanto, seria a ausência de obra, pondo fim à “tradição trágica”, em que “a experiência da loucura se inscreveria no campo da verdade e seria a condição de possibilidade para a produção efetiva de obra” (BIRMAN, 2010, p. 9).

O pensamento cartesiano é predominante até os dias de hoje e fundamenta o discurso de que, por uma suposta ausência de razão, o louco deveria ser banido do convívio social, medicado de modo a funcionar como alguém “normal”, entre outros ultrajes. Creio que o desafio central da Reforma Psiquiátrica hoje não é apenas acabar com os manicômios, embora eu reconheça a nobreza e dimensão da tarefa. O maior desafio da Reforma é superar um modo cartesiano de olhar a loucura e dar passagem a um modo louco de olhar a loucura. Para compreender quais manicômios a Reforma combate, é preciso que se entenda que ele é uma invenção enraizada num período histórico em que a ênfase na razão foi determinante, e é disso que tratarei a seguir.

No hospital

*O doido passeia
pela cidade sua loucura mansa.
É reconhecido seu direito
à loucura. Sua profissão.
Entra e come onde quer. Há niqueis
reservados para ele em toda casa.
Torna-se o doido municipal,
respeitável como o juiz, o coletor,
os negociantes, o vigário.
O doido é sagrado. Mas se endoia
de jogar pedra, vai preso no cubículo
mais tétrico e lodoso da cadeia.
(Carlos Drummond de Andrade)⁵²*

O momento em que pela primeira vez a loucura se apresentou como o inverso da razão foi também o da criação do Hospital Geral em Paris, em 1656, nos espaços físicos dos antigos leprosários. No contexto do Iluminismo, em que se exaltava o triunfo da Razão, o hospital foi lugar, por excelência, de confinamento de toda sorte de pobres, delinquentes, mendigos, vagabundos, indigentes e... loucos. Se outrora, na experiência trágica, o louco ocupava um lugar social de produção de alguma verdade sobre a vida, a partir daí ele seria encarcerado e silenciado nos hospitais (FOUCAULT, 1979).

O século XVII foi o tempo do reconhecimento do trabalho como meio para a ascensão social burguesa, em que o valor moral estava se transferindo de seu caráter de devoção religiosa e monárquica para o do trabalho. Toda a população que não trabalhava, incluindo os loucos, era passível de recolhimento nos hospitais. Pela primeira vez, a loucura era um problema que carecia de punição e, paradoxalmente, de isolamento do convívio social. A loucura, então, passou a ser fazer presente na geografia da cidade pelo lugar concreto do hospital (FOUCAULT, 1979).

⁵² ANDRADE, C. D. Doido. In: _____. *Nova reunião: 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 580.

Portanto, inicialmente, não foi a marca de “insano” que levou o louco à internação, mas seu inaugural *status* de problema social por ser tido como improdutivo num contexto de enaltecimento do trabalho. Sua existência foi, então, adjetivada como de “incapacidade”:

Antes de ter o sentido médico que lhe atribuímos, o internamento foi exigido por razões bem diversas da preocupação com a cura. O que o tornou necessário foi um imperativo do trabalho [...] [e] a condenação da ociosidade” (FOUCAULT, 1997, p. 63 e 64).

O mercantilismo renascentista precisava de mão-de-obra para se ramificar e proliferar e, a princípio, os loucos não satisfaziam esse quesito. “A partir daí todos aqueles que não podem contribuir no intenso movimento de produção, comércio e consumo, passam a ser encarcerados” (SILVA FILHO, 2007, p. 79). O louco prejudicava a nova ordem social, junto a outras populações também consideradas incapazes de adentrar naquele mundo do trabalho:

A loucura figura aí claramente, como estigma, isto é, como sinal distintivo e significante da pertinência do louco à categoria das “classes perigosas”, ou seja, dessas *massas improdutivas* que infestavam as cidades e as estradas do reino. A tarefa da burguesia, na sua marcha ascensional para o poder político, era o de limpar o terreno dos absolutamente imprestáveis e disciplinar os demais para o *trabalho produtivo* (ALBUQUERQUE, 1978, p.16, grifo meu).

Num momento histórico europeu em que “liberdade”, “trabalho” e “razão” eram as tônicas, a loucura foi tomada como o inverso disso tudo, “caindo para fora do campo da capacidade”, como pensou Foucault. Da “capacidade” para o trabalho, para a racionalidade e, portanto, para a liberdade. Seu legítimo lugar passou a ser o do isolamento nos hospitais, juntos aos demais ociosos da cidade. Isso porque, como ensina Foucault, ela só existe em um dado contexto social: “A loucura não pode ser encontrada no estado selvagem. A loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas de sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou a capturam” (FOUCAULT, 2006, p. 163).

Embora o louco fosse internado por ser “improdutivo” e “incapaz” de participar da transição entre o feudalismo e o capitalismo, paradoxalmente, o imperativo do hospital também era o de infligir a obrigação do trabalho a esses que eram considerados ociosos. Se não trabalhasse fora dele, necessariamente trabalharia dentro. Não havia escapatória.

Os internos se transformavam em mão-de-obra barata nos ateliês de manufaturas dos hospitais. De quebra, as internações protegiam a cidade de desordens, agitações e revoltas. Vale citar que, em Hamburgo, onde já havia Hospital Geral desde 1620, o regulamento informava que “Os internos devem trabalhar, todos. Determina-se o valor exato de sua produção e dá-se-lhes a quarta parte. Pois o trabalho não é apenas ocupação: ele deve ser produtivo” (FOUCAULT, op. cit., p. 67).

Em outras casas de internamento da Europa, como, por exemplo, as *workhouses* nas regiões inglesas mais industrializadas, a centralidade do trabalho era a mesma. A produção era artesanal: cardadura e fiação de lã, moinhos, roupas e lonas, aplino de madeiras, polimento de vidros ópticos, moendas de farinha, fabricação de fio e corda, entre outras. Os encaminhamentos para o Hospital Geral eram feitos por vontade própria, por ordem judicial ou real. O último representava o que Foucault (op. cit.) chamou de “um estranho poder que o rei estabelece entre a política e a justiça, nos limites da lei: é a terceira ordem da repressão. Os alienados que Pinel encontrou em Bicêtre e na Salpêtrière pertenciam a esse universo” (FOUCAULT, op.cit., p. 49 e 50).

Nessa conjuntura do final do século XVIII, Philippe Pinel criou a psiquiatria, à moda da ciência da época, com seu método de observação, classificação, ordenação e catalogação de doenças mentais (BIRMAN, 1978; PINEL, 2007; PESSOTTI, 1994, 1996, 1999). A loucura ganhou contornos de doença mental em categorizações feitas como que num “jardim das espécies”: “[...] a ordem dos botânicos torna-se a organizadora do mundo patológico em sua totalidade, e as doenças se distribuem segundo uma ordem e um espaço que são os da própria razão” (FOUCAULT, op.cit., p. 190 e 191).

A França vivia a Revolução Francesa (1789-1799), que teve os ideais republicanos de “liberdade, igualdade e fraternidade” sustentando a derrocada da aristocracia. Ou seja, a psiquiatria nasceu num berço burguês em que os progressos intelectual e científico estavam fortemente vinculados ao desenvolvimento civilizatório pelo esforço do trabalho (FOUCAULT, 1997).

As intervenções de Pinel no hospital de Bicêtre pretenderam distinguir e separar os loucos dos demais internos a fim de compreendê-los e curá-los pela via do tratamento moral. O louco se transformou em objeto de saber de um recém-criado discurso científico psiquiátrico, se consagrando como depositário de suas inovadoras técnicas, e a medicina deu ênfase a seu caráter “alienado” – daí o termo “alienação mental” e a designação do psiquiatra como “alienista”. O isolamento era necessário para a aplicação de terapêuticas cujas propostas tinham, invariavelmente, intenções de “correção” e “recuperação” do alienado. “A prática da cura era a característica central da medicina mental. Neste nível, as discordâncias dos psiquiatras eram pequenas, nunca essenciais. Todos propalavam a necessidade de que os loucos fossem objeto de um tratamento” (BIRMAN, 1978, p. 346).

Valores da disciplina e do trabalho, referências da época, influenciaram o tratamento moral. Ele consistia na aplicação de intervenções mecânicas no corpo do paciente através de algum instrumento e também na imposição de determinado tipo trabalho – que Pinel denominava de “trabalho terapêutico” – (AMARANTE, 2007, p.33) para que o louco fosse “curado” de sua insanidade (PESSOTTI, 1996; BIRMAN, 1978).

No chamado Tratamento Moral, o trabalho era entendido como possível e desejável, mas era viabilizado (de acordo com a Lei de 1848, na França: “O trabalho aplicado aos alienados”) pelo isolamento em relação à sociedade, buscando-se estabelecer uma dada ordem no cotidiano via regime disciplinar do Asilo, no exercício de uma rotina de horários e atividades de trabalho (RUIZ *et al.*, 2013, p. 861).

No cenário iluminista, portanto, a loucura foi tomada como objeto de estudo e intervenção da ciência, passando a ter formato de doença, e o louco foi considerado incapaz de conviver em sociedade. Isso corroborou a lógica cartesiana que se apresentava não como recomendação, mas como ordem: a

de que a loucura era o inverso da razão. O louco passou a ser a face oposta da mesma moeda do sujeito racional.

A natureza do que se chamava “doença mental” mudava se quem deliberasse fosse o Estado – na forma da justiça – ou a ciência da medicina: “[...] a definição da doença mental não decorre, aí, do quadro teórico, nem da prática experimental da psiquiatria, mas sim, da questão prática da inclusão, ou não, de um objeto no âmbito institucional da justiça ou da psiquiatria” (VIEIRA, 1981, p. 50). Do lado da justiça, Foucault (1997) refere que a monomania e a demência, embora não trouxessem consigo o fenômeno do delírio, também costumavam ser acatadas como elementos desencadeantes de prováveis crimes.

Ao final do período iluminista e adentrando o contexto da Revolução Industrial, momentos que contribuíram para o nascimento e consolidação do capitalismo, a sociedade ocidental demandava cada vez mais trabalhadores para garantir a expansão, em larga escala, da produção e consumo de mercadorias. Curiosamente, os internos dos hospitais gerais e, posteriormente, dos hospícios de alienados, não compunham o volumoso contingente de operários, permanecendo asilados e rotulados como incapazes ao trabalho.

Num salto histórico e geográfico, atualmente, no Brasil, os loucos começam a se aproximar do mundo do trabalho, em grande parte pelo empenho da Reforma Psiquiátrica em fomentar debates e ações nessa direção. Abordarei a questão adiante, no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”, com especial ênfase nas oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental.

Sem ser simplista ou imprudente na análise, a breve apresentação desse longo percurso histórico traduzida em algumas poucas páginas do presente ensaio pretendeu pensar que a loucura ocupou diferentes lugares e teve significados relacionados às ordens e desordens de cada época e sociedade. Suas concepções mudaram de acordo com o que determinavam o Estado, a justiça, a educação, a saúde, a imprensa, a religião, o mercado de trabalho, entre muitas outras instituições.

Pela importância da economia e das ciências na configuração de nossa sociedade, pode ser que, hoje, o trabalho e as profissões da área da saúde estejam decidindo mais fortemente os limites entre o que é ser menos ou mais louco, e se isso o incapacitaria ou não à convivência social.

Não é de surpreender a mobilização na invenção e operacionalização de estratégias de “reabilitação” dos loucos para, com o discurso da “inclusão social pelo trabalho”, incorporá-los à legião de trabalhadores. É preciso cautela para que o imprescindível enfrentamento à sua marginalização social não assuma vestes de interesse pela dignidade humana quando, efetivamente, pode buscar encobrir ambições de criação de mais mão-de-obra para a manutenção de uma estrutura que é, primeiramente, econômica. Isso porque, como será discutido no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, o capitalismo ludibria a todos com uma falaciosa ideia de que a participação social se refere ao acesso a bens de consumo, o que funciona para produzir mais trabalhadores que consomem e mais consumidores que trabalhem.

O passado é complexo e serve para nos ajudar a compreender sobre como nos relacionamos hoje com a loucura. Do momento em que ela habitou os hospitais até agora, muitas vezes usamos palavras para nos referirmos a ela que não surgiram “num passe de mágica”, mas que estão impregnadas de séculos de história. Adiante, pensarei sobre alguns dos muitos nomes atribuídos à loucura e como eles podem ou não contribuir com a tarefa da Reforma Psiquiátrica de enfrentar a marginalização social do louco.

Diagnósticos e afins

A loucura é diagnosticada pelos sãos, que não se submetem a diagnóstico. Há um limite em que a razão deixa de ser razão, e a loucura ainda é razoável. Somos lúcidos na medida em que perdemos a riqueza da imaginação.

Com o propósito de acabar com o preconceito dirigido à figura do louco, vocábulos atenuantes foram criados para expressar sobre a experiência humana da loucura de modo a torná-la mais suave aos olhos e aos ouvidos.

“Loucura” e seus sentidos, como pensado no subitem anterior, sofreram influências e variaram ao longo do tempo. Hoje, usa-se, geralmente, “psicótico” no campo psicanalítico, “portador de transtorno mental” pelos profissionais da área da Saúde Mental Coletiva, “doente mental” na literatura anterior aos manuais de classificações, “maluco” em expressões populares, entre muitos outros nomes.

Mas, afinal, entre o “politicamente correto” e o “politicamente incorreto”, ou mesmo entre modos de se referir a alguém que podem desumanizar ou outros modos que podem reconhecer sua diferença sem que com isso a pessoa seja ferida em sua dignidade, o que guardam esses termos?

Neste subitem, bem como em toda a tese, não proponho romancear, banalizar, panfletar, produzir uma verdade epistemológica ou qualquer outra coisa do tipo sobre como se referem ao que, nesta pesquisa, trato por “loucura”, mas refletir crítica e eticamente sobre algumas expressões bastante usadas na Reforma Psiquiátrica.

De antemão, adianto que creio não haver nomeações “certas” ou “erradas”, mas termos diferentes entre si que podem ser usados em determinadas situações e não em outras, para dialogar de maneira respeitosa em alguns cenários e momentos, mas não em outros. A língua é viva, os tempos e lugares são vários e a diversidade de expressões é bem-vinda. Muitas são as questões que merecem apontamentos, e as que serão tratadas aqui só foram escolhidas por trazerem recortes pertinentes à discussão.

Há alguns modos de nomear o que escolhi chamar de “loucura”. Um deles, bastante conhecido no cenário da Reforma Psiquiátrica, é a expressão “existência-sofrimento” (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1990), vinda da

⁵³ ANDRADE, C.D. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003. p. 928.

Reforma Psiquiátrica italiana. Importante contextualizar que os italianos pensavam o termo no interior da discussão do objeto da psiquiatria e em relação ao social:

Porque, a nosso ver, o objeto da Psiquiatria não pode nem deve ser a periculosidade ou a doença (entendida como algo que está no corpo ou no psiquismo de uma pessoa). Para nós, o objeto sempre foi a “existência-sofrimento dos pacientes e sua relação com o corpo social”. O mal obscuro da Psiquiatria está em haver constituído instituições sobre a separação de um objeto fictício - a doença - da existência global, complexa e concreta do paciente e do corpo da sociedade (ROTELLI, s.d., p. 1).

A expressão foi tomada pelos brasileiros como, de certa maneira, uma alternativa ao termo “louco”, na tentativa – frustrada, a meu ver – de amenizar o preconceito relacionado à loucura. Por não relacioná-la ao “corpo social” de que trataram os italianos, a expressão se corrompeu e perdeu um tanto de seu sentido.

Há nela uma afirmação de que o sujeito louco sofre, o que pode soar um tanto óbvio, pois o sofrimento também constitui o ser humano. O que chama a atenção nesse modo de se referir à loucura é que a expressão parece totalizar a existência do sujeito como sendo, toda ela, sofrimento. Sem ser simplista, trata-se de um termo, como tantos outros, usado na tentativa de tratar da loucura certamente com respeito, mas, ainda assim, talvez com algum pudor.

Quem experimenta o sofrimento que pode comportar a loucura, embora não necessariamente haja sofrimento nela, talvez tenha uma existência em que haja um sofrer diferente em qualidade e intensidade em relação ao que a maioria das pessoas produz. Parece uma reflexão redundante ou elementar, mas não é. Ela está aqui para marcar que é necessário reconhecer que há diferenças entre quem é mais louco ou menos louco, embora seja algo difícil de ser qualificado, quantificado, valorado, compreendido. E que, mesmo reconhecendo essa diferença, o termo “existência-sofrimento” pode, em algumas situações, parecer um tanto reducionista.

O sujeito que vive a loucura mais intensamente do que a maioria das pessoas, em alguns momentos, pode experimentar o insuportável da dor que o paralisa, gera crises, desestabiliza, beirando, por vezes, o fim da vida. Mesmo em contextos como esses, o curso da vida do sujeito não necessariamente seria, de modo preponderante ou mesmo totalitário, todo pautado no sofrimento, pois haveria momentos de outras conformações emocionais, sentimentais, relacionais.

Curiosamente, há outro modo de se referir à loucura, bastante comum na linguagem corrente por interjeições que marcam certa positividade em seus sentidos: “louco de feliz”, “isso é louco”, “louco de alegria”, “louco de amor”. Esse exercício da língua contraria a dimensão de prejuízo geralmente atribuída à loucura.

Seja nas políticas públicas, na linguagem comum ou na acadêmica, o termo mais usado ainda parece ser o “portador de transtorno mental”. Usa-se até mesmo em detrimento ao politicamente correto – mas, nem por isso, menos polêmico – “pessoa com transtorno mental”.

“Portador de transtorno mental”, bem como “pessoa com transtorno mental”, guardam alguns dilemas, especialmente sobre nomear como alguém que “porta” algo de matéria psíquica. Ao afirmar que há alguma coisa “portada”, ou “levada”, pelo sujeito, talvez se pudesse deduzir que seria uma espécie de “objeto” concreto, material e extracorpóreo transportado por um corpo, numa evidente alusão à cisão mente/corpo cartesiana.

Entretanto, será mesmo que a pessoa leva consigo um transtorno, tal como se leva uma vestimenta, bagagem, colônia de vírus, amontoado de bactérias ou algo semelhante? Talvez inferir que o sofrimento do possível “portador” pode ser acoplado ou retirado dele por tratamentos de saúde alivie a dificuldade de vivê-lo. Mas, isso também poderia causar uma falsa impressão de que o transtorno é algo “externo” ao próprio corpo, e que pode ser “removido” dele.

Os manuais diagnósticos usam “transtorno mental” em suas classificações. A tradução advém do original em inglês “*mental disorders*”.

“Transtorno mental” é preferido à “doença mental” pelos autores do Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde X (CID X) ⁵⁴, da Organização Mundial de Saúde, na mesma direção do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais IV (DSM IV) ⁵⁵, de 1994, e reforçado pelo hiperbólico DSM-5, de 2013, esses dois últimos da Associação Psiquiátrica Americana.

Considerando a influência na Saúde Mental e na cultura que ambas as classificações exercem, e o significativo uso que os profissionais de saúde fazem deles, tecerei algumas ponderações sobre algumas possíveis implicações do termo.

Os autores do DSM-IV justificam a escolha por “transtorno mental” com uma curiosa explicação. Na introdução do manual, que vigorou de 1994 até 2013, há a seguinte passagem:

[...] embora este manual ofereça uma classificação dos transtornos mentais, devemos admitir que nenhuma definição especifica adequadamente os limites precisos para o conceito de “transtorno mental”. [...] Os transtornos mentais também têm sido definidos por uma variedade de conceitos (por ex., sofrimento, descontrole, desvantagem, incapacitação, inflexibilidade, irracionalidade, padrão de síndrome, etiologia e desvio estatístico). [...] Apesar dessas deficiências, a definição de transtorno mental que foi incluída no DSM-III e DSM-III-R é apresentada aqui por *ser tão útil quanto qualquer outra definição disponível* e por ter ajudado a orientar decisões relativas a que condições, nos limites entre a normalidade e a patologia, devem ser incluídas no DSM-IV (DSM-IV, 1995, p. XX e XXI, grifo meu).

Como se constata, o manual não esclarece a dificultosa questão sobre sua preferência, pois ele apenas reafirma que a escolha por “transtorno mental” foi feita “por ser tão útil quanto qualquer outra definição disponível” (DSM-IV, 1994, p. XXI). Ou seja, a eleição do termo parece ter sido contingencial, embora a publicação se pretenda fruto da ciência e almeje ser um amparo de larga abrangência para discussões atuais que se refiram à fenomenologia psiquiátrica.

⁵⁴ Tradução do inglês: *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD)*.

⁵⁵ Tradução do inglês: *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM)*.

O DSM-5 ratifica sua escolha com a seguinte descrição:

Um transtorno mental é uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente *significativa* na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. Transtornos mentais estão frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade *significativos* que afetam atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes (DSM-5, 2014, p. 20, grifos meus).

O vocábulo “significativo” não diz, com a precisão que o manual se propõe, qual é o gradiente de relevância e expressividade de sintomas que devem ser considerados na atribuição de um diagnóstico. O que é plenamente compreensível, dada a imprecisão e mutabilidade do comportamento humano. E apenas isso, provavelmente, já questionaria uma confiabilidade irrestrita do manual.

Ainda ilustrando, eis a explicação da Classificação Internacional de Doenças – X (CID X):

O termo ‘transtorno’ é usado por toda a classificação, de forma a evitar problemas ainda maiores inerentes ao uso de termos tais como ‘doença’ ou ‘enfermidade’. ‘Transtorno’ não é um termo exato, porém é usado aqui para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecível e associado, na maioria dos casos, a sofrimento e interferência com funções pessoais (CID X, 1993, p.5).

Aqui, a justificativa foi feita por exclusão de outros termos avaliados como menos adequados e que a CID pretende superar. Ou, na melhor das hipóteses, fez-se a escolha pela mesma lógica da feitura de um diagnóstico diferencial médico padrão: a opção por um termo foi feita por exclusão de outros.

Uma das funções dessas publicações, para Rose (2019), seria organizativa em relação à comunicação, quer dizer, os nomes teriam o propósito de que a linguagem entre os profissionais de saúde, estudantes, pesquisadores, seguros de saúde, epidemiologistas, formuladores de políticas públicas, magistrados, entre outros, fosse compreensível.

Os manuais também podem trazer alguns problemas, segundo o autor, especialmente em relação a rotular pessoas em acordo com determinados códigos. Um dos efeitos seria limitar o olhar médico quanto à possibilidade de uma compreensão mais ampla sobre o paciente. Nessa situação, o que ele chama de “clínica” – a capacidade do médico de observar o paciente para além de critérios definidos – seria afetada.

Além disso, se o diagnóstico legitima o sofrimento ao lhe dar um nome de transtorno passível de tratamento, por outro lado também define adoecimentos onde não haveria. O resultado é que, mesmo situações de sofrimento passíveis de serem superadas sem intervenção médica – e medicamentosa – tornam-se do escopo da psiquiatria.

Os questionamentos à ciência psiquiátrica e à supremacia medicamentosa vêm de algumas décadas atrás. Para o movimento da Antipsiquiatria, que foi um dos primeiros a ser mais radical no sentido de questionar o tratamento médico tradicional centrado na doença e na medicação psiquiátrica, era possível arriscar outros modos de cuidado ao louco, especialmente via psicoterapias e envolvimento familiar. A compreensão de loucura dessa corrente levou em consideração muito mais o papel do sujeito nas relações sociais – especialmente nas familiares – em seu processo de tratamento do que, propriamente, a busca por diagnóstico e tratamento preestabelecidos (COOPER, 1967; LAING, 1972).

Szasz (1980) compreende que a psiquiatria, em sua insistente reafirmação à medicina de que ela não é uma filha bastarda, foi concebida na mesma perspectiva organizativa dos métodos das ciências naturais: baseada em categorias por meio de símbolos que, pretensamente, trariam ordem e harmonia para o ser humano e, ao mesmo tempo, possibilitariam que ele controlasse e dominasse a natureza.

Entretanto, o comportamento humano, objeto da psiquiatria e da psicologia, não seria tão facilmente nomeado, explicado e controlado tal como o funcionamento de uma máquina nas engenharias, um composto na química, uma sequência de fases de uma planta na botânica, entre outras situações e

elementos que a ciência moderna pretende abarcar. Ao autor, seria até mesmo imprudente registrar os sintomas numa taxionomia, mantendo certo formato reducionista de cardápio de condutas. O comportamento, por ser plástico, escaparia de ser enquadrado em classificações totalitárias. Para ele, a psiquiatria pressupõe que haja

[...] na natureza condições mentais ou formas de comportamento anormais, e que vale a pena cientificamente e é moralmente meritório colocar as pessoas que sofram tais condições ou apresentam tais comportamentos em categorias apropriadamente denominadas (SZASZ, 1980, p.180).

Contrariando o “mecanomorfismo”, definido por ele como quando “o homem moderno tenta compreender o homem como se fosse este uma máquina” (SZASZ, op.cit, p.188), o comportamento humano não poderia ser controlado justamente por ser dotado de imprevisibilidade e de uma ampla capacidade de ser moldado. Sua indagação ecoa: como e por que nomear e agrupar em categorias algo que é constituído pela mutação?

Durante minha prática profissional, pude perceber que, aos que aderem cegamente à nosologia psiquiátrica presente nos manuais classificatórios, incluindo os profissionais da psicologia que também fazem uso dessa referência, parece consensual a aceitação de que, por essas publicações repousarem, supostamente, na ciência, houve algum rigor na feitura.

Seus leitores e consultores parecem apenas raramente questionar quaisquer dos critérios, talvez pela crença na verdade da ciência, talvez por comodismo, talvez por ingenuidade, talvez por alguma impossibilidade. O que torna difícil contestar o imperativo dos manuais em alguns ambientes e situações, entre eles nas cadeiras acadêmicas mais próximas às áreas biológicas, nos atendimentos a alguns pacientes, no mercado de trabalho, na formulação de políticas públicas, na manutenção e fortalecimento da indústria farmacêutica, e em tantas outras situações e lugares.

Paira a questão: se há tantas críticas aos manuais classificatórios, por quais motivos eles se mantêm servindo ao mercado, às instituições da justiça, educação, saúde, entre outras?

Uma das muitas respostas possíveis tem relação com a suposição de que os ataques que as classificações sofrem alimentam suas constantes revisões, tornando as publicações pretensamente mais seguras do ponto de vista clínico, e também imunes a novas ofensivas. Segundo Iannini e Teixeira (2012), o DSM

[...] se sustenta sobre uma tríplice aliança de catálogos, pílulas e discurso. Primeiramente o catálogo, instrumento que dá ao DSM sua forma sempre provisória, no sentido em que se pode modificá-lo segundo as configurações de poder às quais ele serve. Em segundo lugar, cada classe catalogada será o tanto quanto possível conectada à pílula terapêutica, que é a promessa do bem estar mental em sua forma-mercadoria configurada segundo as estratégias de marketing dos laboratórios. Em terceiro lugar, o discurso técnico-científico, submetido à lógica do capital, que organiza a crença na associação entre a demanda e o produto ofertado – no caso, a doença mental e o recurso terapêutico – segundo uma relação de evidência supostamente controlável (IANNINI; TEIXEIRA, 2012, p. 16).

Se a forma do manual é provisória, de modo que ele possa ser revisado quantas vezes forem necessárias para que se adapte constantemente às demandas do mercado, e se a proposta de encher de teoria a pílula fabricada no laboratório é uma impostura que serve para dar ares de ciência ao que é do senso comum, o compromisso com o pensamento crítico precisa ser imperativo.

Em minha atuação estudantil e profissional, presenciei situações em que, para responder a esses problemas, algumas pessoas defenderam, até com certa inocência, que acabar com a atribuição de diagnóstico resolveria os prejuízos causados por eles. Como se, negando um método de compreensão e análise para intervenção – médica, psicológica, entre outras – se negasse, por exemplo, todo um aparato histórico que sustenta a marginalização social da loucura, o preconceito dirigido aos loucos, entre outros prejuízos.

Minha postura é crítica, mas tenho os pés no chão. Embora a subjetividade não seja, toda ela, redutível às nosologias presentes nas classificações e, por isso, o assunto mereça ser pautado, é importante ponderar que essa é a linguagem mais usada no meio acadêmico e

profissional. E também se deve reconhecer os avanços conquistados pelas pessoas cuidadas por profissionais que embasam seus conhecimento e prática nessas classificações. Negar essa realidade dificultaria discussões relevantes com nossos pares e, além disso, inviabilizaria certas técnicas, saberes, intervenções que cumprem papéis de cuidado em saúde.

Para inventar outros saberes e aplicações clínicas, nem sempre é preciso recusar completamente o que está em voga. Deve-se, evidentemente, compreender o jogo de forças que constituem e sustentam as práticas hegemônicas para corroborá-las ou contestá-las. A cautela é bem-vinda, pois possibilita que diferentes profissionais conversem entre si com o propósito maior de cuidar do sujeito que sofre. Mas, na Saúde Mental, a intensidade desse jogo de forças é tanta que, às vezes, a disputa pelo lugar de verdade de um discurso sobre o outro se sobrepõe à tarefa maior, que é cuidar do ser humano.

No cenário do trabalho, a questão do diagnóstico guarda considerável importância, seja ele psiquiátrico, psicológico, psicanalítico ou de qualquer outra disciplina que se identifique com o campo *psi*. Isso porque um sujeito que vive a experiência da loucura em qualquer momento da vida, antes ou depois de ter tido um trabalho formal ou informal, quase sempre encontrará dificuldades em se posicionar e reposicionar no mercado.

O diagnóstico psiquiátrico que acompanha a insígnia da “invalidez” para o trabalho, ou mesmo a “licença para tratamento de saúde mental”, ambas advindas especialmente do discurso da Previdência Social, merece alguma atenção. Nas oficinas que coordenei, não eram raros os relatos de pessoas que começaram um tratamento na Saúde Mental e que, depois disso, mesmo aptas a retornarem ao trabalho do ponto de vista dos profissionais cuidadores e das perícias realizadas na Previdência Social, não conseguiam mais encontrar quem as empregasse, ou mesmo parceiros num investimento em algum negócio próprio.

Um dos principais determinantes era porque, tinham sido diagnosticadas pela psiquiatria e/ou psicologia, a despeito de já terem frequentado ou de ainda

estarem frequentando algum equipamento de Saúde Mental. Parecia que o diagnóstico tinha mais relevância na negação de um posto de trabalho do que, propriamente, o tratamento que faziam. Daí a importância de questionar como é operado o processo diagnóstico baseado nesses manuais classificatórios, sem que seja necessário desertar dele.

Os manuais, referenciados por uma maneira específica de construir, exercer e divulgar a ciência, pretendem ser universais. Eles são feitos para formar consensualmente uma linguagem comum que se dá por acordos entre profissionais de determinados contextos sociais e instituições. No entanto, a pretensa universalidade fracassa quando se esmiúça que as categorizações são baseadas em observações de situações específicas de alguns contextos clínicos e sociais restritos, negligenciando a pluralidade de culturas existentes no mundo. Junto a isso, a pretensa “segurança” científica que as classificações propõe levam o profissional a dar mais relevância a elas do que às narrativas singulares de vida dos sujeitos que serão avaliados por seus critérios (CAPONI, 2014).

A universalidade, por si só, nada diria contra uma possível cientificidade, pois, para que um estudo seja considerado ciência, ele não necessariamente precisa ser aplicável a todos. O protesto se dá pelo fato de que os manuais propagandeiam a si próprios como abrangentes mundialmente sem, de fato, o serem (CAPONI, 2014). Usar um determinado arranjo de categorias em contextos diferentes daqueles que serviram de base para suas construções pode prejudicar a boa prática diagnóstica e suas conseqüentes sugestões de tratamentos.

Definir identidades é outro grande problema das categorizações. Quem não conhece um “fulano esquizofrênico”, “ciclano bipolar”, ou qualquer outro diagnóstico atrelado a um nome? Durante o tempo em que trabalhei na Saúde Mental, esse era um dos muitos processos que precisei cuidar e apoiar, pois os sujeitos traziam recorrentemente em suas narrativas sobre a imensa energia que empreendiam para se fazerem vistos de outro modo que não pelo diagnóstico.

Retornando a Szasz (1980), embora sua posição crítica fosse a de abdicar das classificações, o que creio não interessar de todo para a realidade da Reforma Psiquiátrica, há em suas discussões algo interessante. Especialmente nas oficinas, ter o diagnóstico como pano de fundo, e não como centralidade, enriqueceria a prática do trabalho. Nelas, importa mais a potência do sujeito, o que ele oferta ao grupo, suas aprendizagens, seus processos criativos, os desafios que consegue superar, seu processo de amadurecimento pessoal, do que propriamente do que ele sofre. Não haveria, portanto, uma negativa do sofrimento, mas uma afirmação do que pode e deseja o sujeito.

Qualquer classificação, mesmo falsa, promete a esperança de um domínio bem sucedido; por outro lado, a falta de classificação requer que se admita a desesperança. Tal admissão é uma façanha humana rara e altamente sofisticada: requer controle do incessante esforço humano pelo domínio, ainda que temporário. Esse é um luxo que apenas podem ter aqueles que se sentem seguros o suficiente pra reconhecer sua insegurança (SZASZ, op.cit, p.187).

A sugestão de Szasz, apesar de radical por implicar um rompimento que não necessariamente pode ou deve ser feito, talvez seja pertinente em alguns contextos e é certamente inspiradora às oficinas, principalmente aos que aceitam o desafio de refletir que abrir mão do controle pode propiciar a criação de novos modos de vida. Criação essa que não se fia meramente nas técnicas empregadas, tampouco nos diagnósticos dos oficinairos, mas à própria arte da clínica ⁵⁶.

Não se trata, de modo algum, de recusa em lidar com o que sofre o oficinairo, mas de reconhecer que a linguagem diagnóstica é somente um dos elementos que balizam o cuidado ao sujeito. Nas oficinas, também interessa, tanto quanto o diagnóstico, saber por qual via se dá o desejo de estar no grupo, quais habilidades merecem ser aproveitadas e desenvolvidas, entre tantas outras matérias.

Pensamentos extremistas e ousados interessam porque provocam tensões e questionam versões de “verdades” sobre determinado assunto. As

⁵⁶ A questão da clínica nas oficinas será discutida no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”.

críticas de Szazs contribuem para pensar sobre o crescente domínio das ciência psiquiátrica e em detrimento de outras.

Bezerra Júnior (2006), ao tratar sobre a prática diagnóstica, reconhece que o diagnóstico é um dos elementos na escolha de condutas de cuidado. Para ele,

[...] a questão é como fazer do sistema de classificação de doenças oficial um instrumento a serviço de seus objetivos. É preciso de certa forma escapar à tirania do diagnóstico para poder fazer bom uso dele, situando-o com um instrumento a mais, e não o único, para lidar com a espinhosa e sempre intrigante tarefa de discernir as fronteiras do universo da patologia (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 28).

Um “bom uso” dos sistemas de classificação seria viável se eles não ocupassem a centralidade do tratamento, mas se compusessem uma união de esforços, num pluralismo teórico com outros saberes e em mesmo pé de igualdade.

Na mesma discussão sobre a supremacia de um ou outro saber a respeito da loucura e sobre seus nomes partem de interesses de categorias profissionais, alguns conceitos científicos se tornam vulgares, facilitando usos distorcidos e impróprios. Os termos “portador de transtorno mental” e “pessoa com transtorno mental” são empregados genericamente na linguagem comum para nomear diversas situações de mal-estar cotidianas passíveis ou não de serem traduzidas em sofrimentos classificáveis por códigos diagnósticos.

Criar nomes

*Melhor que nomear é aludir. Verso não
precisa dar noção.
(Manoel de Barros)⁵⁷*

⁵⁷ BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 320.

Um fenômeno tão complexo favorece a criação de normas para dilatar controles sobre as subjetividades e enfraquece o cuidado ético com a vida humana. Para que se possa refletir sobre a loucura em outras perspectivas além das que constam nos manuais, as disciplinas que fazem uso deles precisariam assumir que devem se reinventar constantemente, além de não prescindirem de outros campos que as enriquecem. Especialmente a psicologia, área de conhecimento do presente doutorado, se desvitaliza quando se afasta de áreas como, por exemplo, a arte, a filosofia, a política.

Ao abandonar a premissa de que o núcleo estrutural da psicologia se fundaria em saberes classificatórios e assumir que o sujeito, e não sua doença, é o centro do tratamento, tal como propôs Franco Basaglia (1985), essa ciência poderia recuperar algo que abdicou ao longo das décadas: o olhar clínico.

Muitas são as possibilidades de leituras sobre um sujeito. Uma delas é a psicanalítica, bastante presente nos equipamentos de saúde. A psicanálise, como campo de saber relevante às práticas de cuidado, é frequentemente panfletada como “outra via de cuidado” pelos que se opõem à prática diagnóstica psiquiátrica calcada nos manuais.

Como já discutido, abdicar dos manuais é não reconhecer que esse modo de diagnosticar e cuidar – que, repito, não deveria ocupar a centralidade do tratamento, mas dialogar com outros saberes – pode produzir efeitos de saúde. Mas, de todo modo, assim como os adeptos da postura de Szasz, as divergências são bem-vindas, pois ocupar polos opostos, desde que não se anulem um ao outro, provocam tensões que contribuem ao pensar crítico.

Especialmente no Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT), durante o período em que trabalhei lá, quase sempre os supervisores institucional e clínico ⁵⁸ convidados a contribuir eram da vertente lacaniana, o que tendia a

⁵⁸ Durante os anos em que trabalhei no Cândido Ferreira (entre 2003 e 2012), seus equipamentos contavam com a prática de supervisão institucional e de supervisão clínica semanais para as equipes. O Núcleo de Oficinas e Trabalho, quase sempre, convidava psicanalistas lacanianos para realizar as supervisões, tanto pela qualidade das discussões conduzidas por eles, quanto pela tradição lacaniana ter tido, naquela época, algum prestígio entre parte dos trabalhadores da instituição. Durante o período de realização da presente pesquisa, lamentavelmente as supervisões haviam sido suspensas, com a justificativa de contenção de gastos.

configurar o exercício de escuta dos oficinairos, por parte da equipe, por esse ponto de vista clínico.

Para Lacan (1992), o psicótico – que não obrigatoriamente é louco, ou seja, que pode ou não apresentar comportamentos que fugiriam ao que socialmente se padronizou como “normal” – seria o sujeito constituído pela foraclusão (ou “forclusão”, em algumas traduções do francês “*forclusion*” para o português). Ele forja o termo para traduzir o “*Verwerfung*” (cujo significado é “rejeição da realidade”), que se refere à abolição simbólica tratada por Freud no caso do “homem dos lobos” (FREUD, 1996d). Lacan se utiliza de um termo jurídico, o “litígio”, quer dizer, o conflito sobre o qual a justiça deve agir, para criar seu “foraclusão” e marcar o que, para ele, representaria a ausência do registro simbólico no sujeito.

Em poucas linhas, para Lacan, o sujeito teria foracluído o significante “Nome do Pai”, um banimento que impediria que se exercesse, sobre o infante, a função paterna da castração simbólica. Sem a castração, o sujeito tomaria a mãe como única numa tríade em que o pai – figura da lei – também deveria ter lugar. Faltaria, portanto, o reconhecimento daquele que castra, que barra o desejo da mãe, que interdita a onipotência dela sobre a criança. Pela ausência desse registro que Lacan denomina como “metáfora paterna”, a função materna se tornaria totalizadora na relação com a criança (LACAN, 1992; DOR, 1991; MELMAN, 1991; CALLIGARIS, 1989). Sem isso, a malha do registro simbólico que origina e sustenta o inconsciente e a linguagem estaria prejudicada.

Em tempo: a psicanálise lacaniana é extensa e complexa, não cabendo neste ensaio sua explanação mais acurada. As brevíssimas linhas cumprem apenas um registro relevante de uma referência bastante usada no vocabulário de muitos atores da Reforma Psiquiátrica e, ao menos no período em que trabalhei no NOT, empregada por parte da equipe. Por esses motivos, a teoria merece ser citada aqui, mesmo correndo o risco de deixar uma falsa impressão de simplicidade por sua exposição tão sintética.

Vale, ainda, outro apontamento: há algumas posturas – talvez perigosas, por serem tão totalizadoras quanto os discursos psiquiátricos que se propõem a combater – que defendem ser a teoria psicanalítica mais genuína e válida do que os manuais debatidos acima na tarefa de diagnosticar e indicar tratamentos. Mas, afinal, qual escola não traz para si, com a convicção de seus participantes, a afirmação de uma verdade? E, até mesmo, certa “frouxidão” crítica em relação ao que defende?

Com o alerta sobre o modo tão superficial e limitado com o qual apresentei pequenos trechos da teoria lacaniana das psicoses, e com a refutação de que a psicanálise seja “o” discurso mais qualificado dentre todos para falar sobre a loucura, prossigo apresentando uma ponderação interessante do próprio Lacan a respeito do uso dos termos:

O que abrange o termo psicose no domínio psiquiátrico? Psicose não é demência. As psicoses são, se quiserem – não há razão para se dar ao luxo de recusar empregar esse termo – , o que corresponde àquilo a que sempre se chamou, e a que legitimamente continua se chamando, as *loucuras* (Lacan, op. cit., p.12, grifo meu).

De igual importância na discussão terminológica psicanalítica, Freud (1996c) preferiu “parafrenia” a “esquizofrenia”, que já havia sido postulado por Eugen Bleuler (PEREIRA, 2000), em oposição ao termo “demência precoce”, de Emil Kraepelin. Sobre a contenda, Freud escreve que

Sou da opinião que Kraepelin estava inteiramente justificado em tomar a medida de separar grande parte do que até então havia sido chamado de paranóia e fundi-la [...] numa nova entidade clínica – embora “demência precoce” fosse um nome particularmente infeliz de se escolher para ela. A designação escolhida por Bleuler para o mesmo grupo de formas – esquizofrenia – acha-se também exposta à objeção, de que o nome parece apropriado contanto que esqueçamos seu significado literal [mente dividida] (FREUD, 1996f, p.82).

Freud argumentava que a “mente dividida”, significado literal de “esquizofrenia”, também constituía as demais estruturas psíquicas, pois ele

propunha que o psiquismo seria dividido em diferentes instâncias ⁵⁹. Outra proposição freudiana era que “A etiologia comum ao início de uma psicose e de uma neurose sempre permanece a mesma. Ela consiste em uma frustração, em uma não-realização, de um daqueles desejos de infância” (FREUD, 1996e, p.169), diferentemente, por exemplo, de Lacan que, posteriormente à Freud, localizava a psicose na tríade edípica, como exposto acima.

Em muitos relatos populares, há a afirmação de que o louco é aquele que “está fora da realidade”, “tem sua própria realidade” ou “perdeu o contato com a realidade”. São, geralmente, amostras de certa consensualidade a respeito de uma experiência que não está em conformidade com as crenças daquela cultura da qual o louco faz parte. O entendimento geral de uma dada comunidade não nasce magicamente, tampouco de imposições teóricas, mas de contatos singulares com a experiência da loucura. Nessa situação, saberes populares e a afirmação freudiana parecem coadunar, especialmente quando Freud diz que “Na psicose a perda de realidade estaria necessariamente presente, ao passo que na neurose, segundo pareceria, essa perda seria evitada” (FREUD, 1996c, p. 205). Não necessariamente “perda da realidade” tem o mesmo sentido para o psicanalista e para dada cultura, mas não posso deixar de sublinhar, mesmo que brevemente, a semelhança com que ambos tentam compreender a loucura.

A inovação freudiana com relação a essa “perda da realidade” – embora a terminologia tenha sido aprimorada ao longo de sua obra e aparecido de outras formas – se deve à sua feliz compreensão de que o delírio, fenômeno da psicose, seria uma tentativa de cura do psiquismo. O ineditismo da proposição ampliou a compreensão sobre umas das muitas formas de manifestação da loucura:

⁵⁹ Freud inicialmente apresentou sua teoria baseando-se numa ideia de aparelho psíquico dividido em consciente, pré-consciente e inconsciente, num período denominado pelos estudiosos de sua obra como “primeira tópica”. Num segundo momento – ou “segunda tópica” –, ele trabalhou com os conceitos de id, ego e superego (LAPLANCHE; PONTALIS, 1985). Não cabe ao presente ensaio explicar sobre tais nomenclaturas, mas essa nota de rodapé se faz pertinente para lembrar o leitor de que a abrangência e a complexidade da teoria freudiana não podem ser contempladas em tão poucas linhas, merecendo, se assim interessar o leitor, um mergulho na obra do pensador.

Com referência à gênese dos delírios, inúmeras análises nos ensinaram que o delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo [...] no quadro clínico da psicose, as manifestações do processo patogênico são amiúde recobertas por manifestações de uma tentativa de cura ou uma reconstrução (FREUD, 1996e, p. 169).

Embora Freud se questione sobre a possibilidade de uma pessoa em paranoia entrar em análise, como se vê no texto sobre “Schreber” (FREUD, 1996f, p. 13-96), por supor que não haveria a possibilidade de transferência⁶⁰ entre analista e analisando, o psicanalista explora a “paranoia” como uma experiência em que o sujeito tentaria dar sentido às manifestações psíquicas, concluindo que ela seria uma tentativa de cura.

Um adendo: é relevante desmistificar a inacessibilidade das explicações teóricas psicanalíticas e desfazer a impressão de ela ser inoportuna no vasto campo da Saúde Mental, pois a psicanálise pode trazer, assim como outras disciplinas, contribuições importantes para compreensões sobre o sujeito. Ela apresenta uma proposta ética de cuidado que, em contextos de tratamentos que combinem abordagens de diferentes núcleos profissionais, pode convergir para uma produção de saúde mais ética e ampla.

Mas, pela complexidade do tema e por julgar já ter atingido o objetivo de modestamente fazer constar Freud e Lacan neste ensaio de reflexões sobre a loucura, paro por aqui, reconhecendo que ambos os autores contribuem enormemente nas reflexões sobre ela e que, por isso, sugiro leituras de ambos na fonte.

Quando se assume apenas um olhar como o verdadeiro sobre a complexidade da loucura, limita-se as possibilidades de compreensões sobre ela. Um exemplo relevante é o Relatório Mundial de Saúde Mental da

⁶⁰ “Transferência” é um conceito complexo que trata, em poucas linhas, de uma relação entre analisando e analista que permite que este último “sugira” – num termo tipicamente freudiano – reflexões ao primeiro, justamente pelo analisando reconhecer no analista uma figura que saberia mais do que ele próprio a respeito de suas questões e de sua demanda de análise. Perdoe-me o leitor pela tentativa assumidamente tão rasa de apresentar esse conceito, mas, aos que pouco ou nada conhecem da psicanálise, essa nota de rodapé talvez possa ter alguma utilidade (FREUD, 1996a, p. 107-119).

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2001) ter priorizado, como indicação de tratamento em Saúde Mental, apenas as bases biológicas e suas respectivas terapêuticas medicamentosas em detrimento de compreensões que levem em conta causalidades sociais e psíquicas. Veras (2009), fazendo uma defesa de que a psicanálise poderia ser sido considerada no documento, afirma que a OMS

[...] deixa entrever que as ações governamentais variam conforme pressões e lobbies, muitas vezes controversos. Nesse relatório, a compreensão da saúde mental no novo milênio, é vista com otimismo graças aos avanços da psiquiatria social, das neurociências e da medicina do comportamento. [...] É igualmente previsível o fato de que as 170 páginas do documento não tragam nenhuma menção à psicanálise (VERAS, 2009, p.16).

Embora seu apontamento seja específico sobre a psicanálise, a crítica pode ser estendida para questionar por que outros saberes, que também pretendem tratar de um tema tão vasto quanto a Saúde Mental, não constam na publicação que se propõe ter amplitude mundial. A tendência de apresentar certas disciplinas em detrimento de outras provavelmente tem relação com as crenças dos autores e com interesses de prever financiamentos que privilegiem as terapêuticas sugeridas no documento.

Desde o Iluminismo, “razão” e “loucura” passaram a ser o inverso uma da outra. O paradigma sustenta, ainda hoje, o enunciado de que a loucura seria classificada pela gramática de uma espécie de “desajuste irracional” e queo louco deveria ser “tratado” para que se adequasse a certo modo de vida orientado como “normal” e “racionalmente saudável”.

No mais das vezes, seja na concepção psiquiátrica ou psicanalítica, a compreensão do que seria ou não “saudável” está restrita a algo, no máximo, próximo ao da esfera da neurose. Nesse ponto, há algumas questões pertinentes: razão e loucura são mesmo antônimas? Neurose e normalidade podem mesmo ser sinônimas? Porque a loucura é frequentemente relacionada apenas à psicose? Não haveria loucura na neurose, bem como normalidade na psicose?

A complexidade da subjetividade humana, é óbvio, não se reduz às classificações. Mas, é certo que elas orientam práticas de cuidado. Entre psiquiatria e psicanálise, entre senso comum e ciência, entre políticas de saúde e desassistência secular manicomial, o constructo “loucura” combina vários elementos de muitas épocas e toma diversos sentidos.

O manicômio no Brasil já não é mais feito somente de prisões em espaços físicos. Hoje, talvez prevaleça um tipo de aprisionamento muito mais amplo, por não precisar mais de muros, e sutil, por ser definido pelas categorizações que os manuais consensualmente chamam de “transtornos”. Manuais estes que sustentam a ideia de que há medicações cada vez mais fortalecidas em suas promessas de ser panaceias que trarão alívio e/ou cura do sofrimento e, ainda, por especialidades socialmente autorizadas a proferir verdades sobre subjetividades que pretendem, a todo custo, domesticar.

Bulir com a gigante farmacêutica ⁶¹

*No descomeço era o verbo.
Só depois é que veio o delírio do verbo.
O delírio do verbo estava no começo, lá onde
a criança diz: Eu escuto a cor dos
passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não
funciona para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um
verbo, ele delira.
E pois.
Em poesia que é voz de poeta, que é voz de
fazer nascimentos –
O verbo tem que pegar delírio.
(Manoel de Barros) ⁶²*

⁶¹ Agradeço ao meu companheiro e psiquiatra Mardônio Parente de Menezes pelas discussões plurais feitas comigo e que me inspiraram a escrever o presente subitem.

⁶² BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 276-277.

Como transcender uma época em que a compreensão da subjetividade parece estar cada vez mais se restringido a sintomas descritos em manuais, ao mesmo tempo em que comportamentos outrora comuns e “aceitáveis”, hoje são vistos como problemáticos e passíveis de intervenção de diversas disciplinas?

Não há uma única e verdadeira resposta para a urgente interrogação. Muitos são os saberes a respeito da loucura, de como tratá-la, de não marginalizá-la. Se psiquiátricos, se psicológicos, se psicanalíticos, se populares, e tantos outros não tratados nesta pesquisa, todos tem sua validade em determinados contextos e tempos.

Embora sejam muitos, é possível vislumbrar ao menos dois “pontos comuns” entre tantos saberes: o primeiro é a ética do cuidado com a vida humana, em uma convergência que permite que os saberes dialoguem entre si, construindo, juntos, conhecimentos e terapêuticas.

O segundo “ponto comum” é – ou deveria ser – o deslocamento da centralidade de um tratamento baseado num dado saber científico para o saber do próprio sujeito sobre si. Admitir a autonomia do sujeito sobre sua vida coloca as técnicas disciplinares das especialidades a serviço dele, invertendo uma ordem pré-estabelecida de relevância de saberes. As categorias profissionais se fariam alinhadas ao propósito de sustentar o sujeito em seu cuidado consigo mesmo. Parece um tanto óbvio, e talvez até seja. Mas, na experiência prática, a inversão implica reviravoltas numa relação secularmente instituída, de que um corpo que precisa de cuidados deve abstrair de seu lugar de saber sobre si para se sujeitar ao saber do outro, sem que haja diálogo entre esses saberes.

Um caminho? Exercitar o saudável pensamento crítico a respeito dos manuais, das teorias, das terapêuticas, das relações entre profissional e paciente. A maior parte das críticas recai sobre os manuais, pelo justo motivo de seu amplo uso, já que houve um sistemático empenho de convencer a área da saúde de que eles guardam, sob as vestes de um certo modo de fazer ciência, a verdade sobre o comportamento humano. E eu engrosso o coro. Ter uma publicação como única referência para balizar compreensões e condutas

terapêuticas restringe a possibilidade de acessar a complexidade da subjetividade humana.

Não é preciso ocupar um lugar douto para reconhecer que o fato das classificações estarem registradas e publicadas em manuais não garante que sejam plenamente seguras e confiáveis. Bastaria uma rasa análise para concluir que nada se explica, por exemplo, sobre um sujeito precisar responder afirmativamente a cinco, seis ou sete critérios específicos de contagem de sintomas para que lhe seja atribuído um ou outro diagnóstico, tampouco para suspeitar que parece não haver um parâmetro claro e tangível para que determinados fenômenos comportamentais indiquem algo decisivo sobre o diagnóstico de um ou de outro “transtorno”.

Ao mesmo tempo em que parece haver certa arbitrariedade nessa maneira de criar e agrupar sintomas que indicariam os “transtornos”, também parece ter havido compromisso dos autores com o empreendimento de ampliar o número e a abrangência de diagnósticos e, com isso, a quantidade de pessoas passíveis de serem objetos de estudo e intervenção de diversas áreas, incluindo a psicologia.

Caponi (2014) alerta que não há parâmetro para as invenções e atualizações das classificações, a não ser o do bom senso e o das convenções entre seus autores, além de, provavelmente, seus comprometimentos com laboratórios psicofarmacológicos. Sobre o que chamei, acima, de segundo “ponto comum” entre os saberes, a autora pensa que há uma tendência à valorização dos menus de diagnósticos e à desconsideração das histórias particulares nos tratamentos pela influência do mercado na composição dessas publicações. Nessa lógica, padrões classificatórios advindos de certos conhecimentos técnico-científicos são supostamente “encaixáveis” em qualquer pessoa, independente de suas narrativas pessoais (CAPONI; MARTÍNEZ-HERNÁNDEZ, 2013). Um dos efeitos disso é que questões de ordem existencial e seus sofrimentos são transformados em patologias com explicações preponderantemente de cunho biológicas e, mais especificamente, cerebrais (CAPONI, 2014; CAPONI; MARTINHAGO, 2019).

Baroni, Vargas e Caponi (2010) propõe como saída desse embaraço a seguinte alternativa:

[...] pensar a possibilidade do sujeito, diante deste evento histórico de subjetivação de diagnósticos, resistir em um processo ativo de problematizar sua posição nesse discurso totalizante da doença, na tentativa de redesenhar seu estilo de vida, recusando esse modo de subjetivação atual que o corporifica. Atividade que vai à contramão da tendência de aceitar como sentença seu estado patológico, aderindo a uma identidade de doente e à medicalização passiva (BARONI, VARGAS, CAPONI, 2010, p. 75).

Em minha prática profissional, especialmente coordenando oficinas, compreendi que o uso indiscriminado dos manuais acentua a distância dos profissionais e seus pacientes da necessidade de relativizar que uma pessoa com o mesmo diagnóstico que outra pode ou não ter condições de participar do universo do trabalho, dadas as particularidades de cada caso. Atribuir a um sujeito a marca de ser um “portador de transtorno mental” pela via de critérios que, muitas vezes, não são inteligíveis no interior de uma história de vida, pode ser mais um empecilho ao sujeito num mercado de trabalho já tão competitivo e excludente.

Um exemplo atual é o controverso “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade” (TDAH), bastante discutido em ambientes acadêmicos ou não. O diagnóstico tem sido cada vez mais atribuído à crianças e adolescentes, partindo de um parâmetro biologizante e apoiado na suposição de que haveria uma dificuldade nas áreas da atenção e da hiperatividade que causaria prejuízos para a vida da pessoa. Uma das consequências, e isso é amplamente sabido, é o aumento nas vendas do cloridrato de metilfenidato, substância com efeito estimulante no Sistema Nervoso Central e que é vulgarmente conhecida como “droga da obediência”.

A literatura nacional a respeito do que é o TDAH é vasta e guarda polêmicas. Ferreira e Moscheta (2019), num amplo levantamento de artigos científicos sobre o tema publicados entre os anos de 1980 e 2015, encontraram 80 textos em que o transtorno é apresentado de muitas formas. Neles, a base aparece como sendo neuroquímica, ambiental, genética, sem causas precisas,

entre outros. Sobre a forma de diagnosticar, há preponderância de relatos da necessidade de testes de neuroimagem, psicológicos e outros correlatos. Os autores concluem que

Embora coexistam diferentes versões de TDAH, existem aquelas que se sobrepõem e prevalecem em um movimento dinâmico. Vimos que aquelas que se conectam com a tarefa de produzir uma única descrição biológica do TDAH se sobrepõem àquelas que, por exemplo, falam que o “transtorno” deveria ser pensado de acordo com todos os seus agenciamentos humanos e não humanos (FERREIRA; MOSCHETA, 2019, p. 10).

O cenário encontrado pelos autores corrobora um boletim publicado pela ANVISA em 2014, em que se buscou avaliar a eficácia e a segurança do uso do cloridrato de metilfenidato numa perspectiva eminentemente biologizante. Na publicação, que tem sido frequentemente usada para fundamentar o uso da substância, a epidemiologia do TDAH aparece descrita com uma cifra que surpreende: “No Brasil, as estimativas de prevalência de TDAH em crianças e adolescentes também variam amplamente, com valores entre 0,9% e 26,8%” (ANVISA, 2014, p. 2). Há ainda a informação de que

[...] entre 2002 e 2006, a produção brasileira do metilfenidato aumentou de 40 Kg para 226 Kg, colocando o País na posição de segundo líder no mundo na prescrição deste fármaco, o que contribui e acirra o debate sobre a adequação diagnóstica de TDAH e o uso crescente, não prescrito, por indivíduos que buscam seus efeitos estimulantes (ANVISA, 2014, p. 3).

O boletim, porém, não inclui vasta literatura sobre o tema, além de sua conclusão não estar baseada nos resultados da restrita bibliografia escolhida para referendar o texto (MACHADO *et al.*, 2015). Em nenhum momento é sugerido, por exemplo, que há diferentes métodos de avaliação talvez mais adequados à realidade brasileira. Por ser um documento oficial, ele peca por ter uma perspectiva eminentemente biologizante e por não ter observado a relevância de ter sido feita uma busca mais abrangente de literatura, além do cuidado com o aspecto da conclusão.

O “Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade”, ao contrário da Anvisa que buscou, com o boletim, apresentar um estudo para

fundamentar o bom uso da substância, tem uma atuação combativa da necessidade da medicação e, em alguns momentos, questionou até mesmo a veracidade do diagnóstico, relacionando sua criação com o interesse da classe médica e do comércio psicofarmacológico (FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE, 2010).

Trata-se de dois extremos: de um lado, predomina uma leitura biológica de um transtorno. De outro, um movimento que indaga se existe ou não o transtorno. Ambas as leituras, a meu ver, muito mais interessadas em reclamar para si a verdade sobre o assunto do que o cuidado ético e plural ao ser humano.

As diferenças na quantidade de diagnósticos de TDAH entre países não são causadas apenas por características culturais ou econômicas, mas pela forma como as classificações são usadas, ou mesmo por documentos “paralelos” em relação ao CID X. Por exemplo, há mais crianças diagnosticadas com TDAH nos Estados Unidos, em que a descrição do transtorno é mais flexível no DSM, do que na França, em que são tratadas principalmente causas psicossociais desencadeantes dos transtornos indicados na Classificação Francesa de Transtornos Mentais da Criança e do Adolescente ⁶³ (WEDGE, 2012).

A urgente questão que se impõe é: onde ficam as crianças nessa discussão? Refiro-me tanto às que não precisam ser medicadas e estão sendo, quanto as que precisam e não estão sendo. Tenho a triste percepção que a saúde das crianças está sendo negligenciada entre discussões de ambos os lados, seja negando o transtorno, seja receitando fármacos sem critérios e desmedidamente.

Não é do escopo desta pesquisa esmiuçar farmacologia, mas vale uma pequena nota para refletir sobre outros problemas relativos à medicação. Um remédio, psiquiátrico ou não, pode ser classificado em diversas classes terapêuticas, de acordo, por exemplo, com a função química de seu princípio

⁶³ Tradução do francês: *Classification Française des Troubles Mentaux de L'Enfant et de L'Adolescent*.

ativo, similaridade de seu mecanismo de ação, uso terapêutico, entre outros. Na medicina, não é incomum medicamentos que, a princípio, são usados para alguma indicação clínica, terem efeitos no comportamento dos pacientes e passem a ser estudados e usados com fins, também, psiquiátricos.

Dessas drogas que tiveram suas indicações terapêuticas “descobertas” ao acaso, durante o próprio uso, sem que houvesse qualquer causalidade e sem que ninguém esperasse por isso, destaco a própria clorpromazina, que deu início à moderna psicofarmacologia, sendo a primeira substância de laboratório usada com finalidade psicofarmacológica. Em 1952, Jean Delay (diretor do Hospital Psiquiátrico de Sainte-Anne, em Paris) e Pierre Deniker perceberam que, além de ser usada inicialmente como anti-histamínico e, posteriormente, como anestésico que permitia, por exemplo, a realização de cirurgias, a clorpromazina também ajudava a diminuir a agitação psicomotora e as atividades alucinatórias e delirantes (CAPONI, 2019).

É inegável a revolução que esta substância provocou, incluindo a possibilidade de altas de hospitais psiquiátricos e o investimento em mais pesquisas para a descoberta de novos usos de velhos fármacos, ou mesmo de novos fármacos.

Alguns diagnósticos seguem a mesma linha: eles são criados ou aprimorados a partir do uso de uma substância. Destaco uma história: a formulação do diagnóstico de “transtorno de pânico” foi feita durante um experimento realizado por Donald Klein e sua equipe no final dos anos 1950. À época, os resultados animadores do uso da clorpromazina em pacientes com distúrbios ansiosos inspirou Klein a testar a imipramina, que guardava semelhança estrutural com aquela substância, nesses mesmos pacientes. O que se observou foi que os pacientes melhoravam de alguns sintomas que, quando agrupados em descrições, formaram um novo diagnóstico. Dessa experiência nasceu o “transtorno do pânico”⁶⁴ (PEREIRA, 1997).

Ainda sobre a controvérsia do TDAH, Gonçalves e Pedro (2018) contam que

⁶⁴ Tradução do inglês: “*panic disorder*”.

Nas décadas de 60 e 70, a partir de pesquisas acerca do efeito dessa substância [cloridrato de metilfenidato] no organismo, seu uso em crianças com transtornos de comportamento se tornou possível e, mesmo sem indicação médica específica, nem clareza quanto à finalidade da prescrição passou-se a noticiar o “suposto remédio maravilhoso”, aumentando o número de receitas. No final dos anos 60, a fim de resolver o problema da inexistência de indicação médica, cientistas estabeleceram que o próprio medicamento seria usado para diagnosticar a doença, ou seja, quem modificasse seu comportamento ao ingerir o fármaco estava doente e, em contrapartida, aquele que não reagisse à substância estaria saudável (GONÇALVES; PEDRO, 2018, p. 73 e 74).

A descoberta de uma resposta de modulação de comportamento frente ao uso de alguma medicação é, sem dúvida, bem-vinda pela ciência, e não só pela indústria de medicamentos. As vantagens são inegáveis: usuários dessas drogas podem ter mais qualidade de vida, retomando relações, recuperando áreas de suas vidas que estiveram prejudicadas, tais como o trabalho, a escolarização, a convivência social, entre outros benefícios.

Sou uma entusiasta da boa prática psiquiátrica. Se bem indicadas, fármacos podem transformar e salvar vidas. Mas, o fato é que nem sempre as indicações são adequadas, as doses são as mais ajustadas, o acompanhamento é continuado. No caso da imipramina, será que, se outra substância tivesse sido testada, nasceria o mesmo diagnóstico? E no caso do TDAH, por que ter o comportamento modificado por um psicoestimulante é indicação de um transtorno?

Além do uso de drogas psiquiátricas por pessoas diagnosticadas com os transtornos mentais de que tratam os manuais, também há os que as consomem com o objetivo de aumentar seu desempenho, de melhorar sua performance em determinada tarefa ou mesmo de ser mais produtivo em algum momento. Usa-se o fármaco sem considerar as indicações terapêuticas para as quais ele é indicado, subvertendo suas diretrizes de tratamento. O nome que se tem dado a essa prática é *off-label*⁶⁵. Há relatos dela especialmente entre

⁶⁵ Expressão em inglês cuja tradução literal é: “fora do rótulo”. Ou, numa tradução de sentido, “fora da recomendação oficial”.

estudantes universitários e “concurseiros”⁶⁶, que tomam o cloridrato de metilfenidrato e outras substâncias psicoestimulantes para aumentar o rendimento nos estudos, no trabalho, na prática de algum esporte, entre outros (ORTEGA *et al.*, 2010; BRANT; CARVALHO, 2012).

Pelo *off-label* ter se tornado objeto de discussões na saúde pública, o Ministério da Saúde, no ano de 2012, lançou um Informe Técnico-Institucional em que pondera que esse tipo de uso pode ser prejudicial à saúde por não se pautar em uma medicina baseada em robustas evidências (BRASIL, 2012). Embora a prática da “medicina baseada em evidências” possa operar produzindo diagnósticos que algumas vezes interessam à próspera indústria farmacêutica e não necessariamente à saúde da população, trouxe essa pontuação do Ministério da Saúde para apontar que o governo, àquela época, considerava relevante advertir sobre o *off-label*.

Whitaker (2017), traz dados, informações, denúncias, opiniões críticas sobre o modo como parte da psiquiatria estadunidense tem sido operada. Ele defende que é extremamente preocupante e iatrogênico a forte aposta em tratamentos eminentemente psicofarmacológicos para o que ele chama de “transtornos mentais”, como, por exemplo, grandes financiamentos para pesquisas de substâncias em detrimento de outras áreas, investimento em publicidades e abordagens para convencer os médicos sobre a eficácia das drogas, relatos de casos de pacientes que questionam se teriam o curso de suas vidas alteradas caso não tivessem usado medicações psiquiátricas.

Para ele, promessas de que dores cotidianas podem ser sanadas com o uso de certos remédios interessa muito mais às indústrias farmacêuticas do que aos usuários. Medicalizar experiências comuns, próprias da vida, que se resolveriam sem o uso de alguma droga, tornou-se uma “epidemia”, algo largamente praticado, e isso não se faz sem consequências. Em sua obra, há pessoas narrando que houve prejuízos em suas vidas pelo mau uso de fármacos psiquiátricos.

⁶⁶ Chama-se “concurseiro”, na linguagem comum, a pessoa que se dedica a estudar para ser aprovada em um concurso público.

A abordagem do primeiro surto também é criticada, especialmente quando ele indaga se os tratamentos medicamentosos que se estendem por muitos anos ou décadas tendem a tornar crônicas as “doenças”, termo usado no texto, sendo mais nocivos do que benéficos. Evidências científicas que sustentam o uso de medicações por longo período de tempo, e até mesmo na primeira crise psicótica, também são questionadas pelo autor. Para ele, são pesquisas comprometidas com indústrias de medicamentos e que, pela falta de isenção e influência, produzem dados enviesados.

Como todo movimento humano, felizmente, há os que se opõem e que desestabilizam a ordem vigente. São forças importantes que nos propõem saídas outras para os mesmos problemas, mostrando que a medicalização da vida tem levado a efeitos contraproducentes, que o caráter biológico da experiência humana só faz sentido se compreendido no seio de um contexto relacional e social, que a centralidade dos fármacos no tratamento não necessariamente responde a problemas da vida.

Entre elas, citarei a abordagem “*Open Dialogue*”, traduzido livremente por “Diálogo aberto”, que tem sido uma experiência bem sucedida de uma alternativa interessante para determinadas situações. Ela surgiu na Finlândia, na década de 1980, do incômodo sobre o uso indiscriminado de medicações e do número elevado de internações psiquiátricas, e com o interesse de transformar essa realidade (FLORENCE, YASUI, 2019; FLORENCE, 2018; KANTORSKI, CARDANO, 2017).

Trata-se, em poucas palavras, de um conjunto de práticas e princípios cujas principais propostas são, sempre que possível, não medicar o paciente em primeiro surto ou, ao menos, usar neurolépticos seletivamente, além de acompanhar aquele que já está medicado em um processo de retirada gradual do fármaco. A técnica é psicoterápica e envolve reuniões familiares e sociais dialógicas, momentos em que as tomadas de decisões da equipe são feitas em parceria com todos, incluindo o paciente. Florence (2018) ensina que o Open Dialogue aposta que “Através da dialogicidade, novos sentidos podem ser construídos e a capacidade de agenciamento da vida pode ser ampliada. [...] É sobre o diálogo que todo o tratamento se assenta” (FLORENCE, 2018, p. 201).

Cuidar do paciente e evitar internações e neurolépticos sempre que possível apresenta “altos índices de recuperação no tratamento dos primeiros episódios psicóticos” (FLORENCE, op.cit., p. 192) e também em outros “transtornos”.

No Brasil, ainda não há experiências com o *Open Dialogue*. Em 2019, Jaakko Seikkula, pioneiro na invenção, construção e implementação da proposta na Finlândia, relatou que

Conheço apenas dois locais em que a abordagem *Open Dialogue* tenha sido implementada em sua totalidade: em Tornio (Finlândia) e aqui em Tromsø (Noruega), onde existe o que se chama de Equipe de Agudos, que trabalha de um modo um pouco diferente, mas com os mesmos pressupostos de integração do sistema e garantia de continuidade no sistema todo. Aqui em Tromsø se trabalha em conexão muito próxima com a atenção primária de uma maneira muito bonita. Mas, por exemplo, no Reino Unido, há um projeto muito grande ligado a uma região sanitária específica, em que unidades específicas receberam treinamento para suas equipes e iniciaram um trabalho na abordagem *Open Dialogue*, garantindo serviços para um grupo específico de clientes (FLORENCE, YASUI, 2019, p. 7).

Se, por um lado, há uma ofensiva da indústria de psicofármacos investindo em práticas de largo uso de drogas psiquiátricas, por outro lado, há movimentos de resistência, e localizo o *Open Dialogue* como um deles. Como a postura de Szasz, cujas rebeldes e valiosas críticas foram e continuam sendo fundamentais para apresentar outros modos de se exercer a psiquiatria, a abordagem apresenta outro modo de cuidar em Saúde Mental.

Diagnóstico e tratamento nos campos *psis* requerem debates que coloquem em jogo abdicar de um paradigma de ciência em que o profissional detém um saber sobre o sujeito, desconsiderando suas narrativas pessoais e seu saber sobre si, além de bulir com uma gigante poderosa – a indústria de remédios psiquiátricos. Estimulantes, antipsicóticos, ansiolíticos, estabilizadores de humor, antidepressivos estão todos à distância de uma receita facilmente alcançável com algum médico mal formado, comprometido com laboratórios ou ambos.

Algumas implicações da hegemonia biológica das ciências *psis*

*A minha alucinação é suportar o dia a dia
E o meu delírio é experiência com coisas reais
(Belchior)⁶⁷*

Ao longo da segunda metade do século passado, um novo desenho de ser humano foi sendo traçado pelas ciências da vida e, especificamente nas áreas *psis*⁶⁸, por vertentes mais ligadas a disciplinas que estudam o comportamento como efeito preponderantemente de operações cerebrais. As descobertas e invenções dessas áreas contribuíram para que uma figura “cerebral” se tornasse cada vez mais hegemônica na representação do que seria o humano da nossa época: um animal, sim, mas, sobretudo, um animal com certo funcionamento mental próprio. Daí vem a ideia de que este funcionamento, “desvendado” por algumas ciências, poderia ser manipulado com vistas a funcionar melhor e/ou se curar do que alguns especialistas chamam de “patologias” mentais.

A supremacia biológica desse desenho tem comprometido um olhar mais amplo sobre a complexidade do ser humano, pois desconsidera ou relega ao segundo plano saberes de outras ciências como, por exemplo, as sociais e as humanas, contribuições da filosofia, das artes e outros conhecimentos não necessariamente acadêmicos⁶⁹. Longe de um tom de contenda sobre qual saber versa mais e melhor sobre a mente humana, é preciso reconhecer que a preferência de um ou outro saber gera consequências.

⁶⁷ BELCHIOR. Alucinação. In: _____. *Alucinação*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 1.

⁶⁸ “*Psis*”, na linguagem corrente da Saúde Mental, refere-se à psicologia, psiquiatria e seus derivados, tais como neuropsicologia, neuropsiquiatria, psiquiatria biológica, entre outros.

⁶⁹ Prova de que as ciências não conseguem dar todas as respostas de que se precisa para viver em segurança é a forte presença de crenças religiosas de diferentes povos e épocas posteriores ao advento da ciência moderna. Especialmente nas últimas décadas, no ocidente, perspectivas ditas “espiritualistas” também ganharam espaço. Quando explicações que se referem ao ser humano como experiência corporal, fenômeno social ou outras leituras científicas não explicam o inexplicável da vida, narrativas religiosas e espiritualistas apaziguadoras das angústias que essa insuficiência explicatória provoca oferecem conforto para as comumente chamadas “dores da alma”. Pela extensão do assunto, não aprofundarei na discussão, mas pretendi citá-lo nesta nota de rodapé para registrar que é preciso reconhecer a potência do ser humano em buscar respostas em outras esferas que não apenas a científica, muito embora esta ainda prevaleça.

Leituras unicamente biológicas sobre o cérebro em especial e o corpo em geral, se descoladas de perspectivas outras, tendem a reduzir o ser humano a um indivíduo eminentemente orgânico e passível de intervenções materiais sobre o corpo como, por exemplo, de exames, testes, remédios, cirurgias, tudo o que pretensamente “lê” a vida pela via de exatidões numéricas.

Rose (2019) acredita que tentativas de explicar o comportamento pela ótica das neurociências com o que ele chama de “biomarcadores” têm alcançado mais adeptos do que tentativas de outras áreas. Os marcadores biológicos seriam buscados por meio de cruzamentos de dados de, por exemplo, exames de neuroimagens, estudos genéticos, buscas de determinadas proteínas, com o objetivo de reconhecer estados mentais ditos “patológicos” por meio de identificação de eventos cerebrais, numa busca de validação neurobiológica dos transtornos mentais descritos nos manuais classificatórios psiquiátricos. Mas, para ele, a busca ainda não teve resultados contundentes, embora haja farto interesse de pesquisadores e financiamentos para suas pesquisas.

Para Bezerra Júnior (2006), tentar compreender o humano majoritariamente pelas lentes das ciências biológicas não tem tido bons efeitos:

A psiquiatria convencional, embalada por um otimismo exagerado produzido pelas descobertas das neurociências e da genômica, desliza rapidamente para uma concepção fisicalista da vida mental: doenças mentais são doenças cerebrais. [...] Não é que estas atribuições [da identidade do sujeito estar preponderantemente relacionada aos processos cerebrais] sejam equivocadas. Elas fazem parte das descobertas recentes sobre o funcionamento do sistema nervoso central e do cérebro em particular. O equívoco está na demissão do sujeito, na cerebralização da vida subjetiva, na redução da mente à mera expressão do funcionamento de redes e circuitos neuronais. Uma psiquiatria irrefletidamente afinada com esta cultura acaba tendo como objetivo clínico nada mais que a correção de transtornos, a eliminação pura e simples do sofrimento (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 29).

Certamente, a complexidade humana também precisa ser olhada levando em conta estudos genéticos e outras concretudes de aspectos biológicos. O problema reside na preponderância de se olhar o corpo “de carne

e osso”, desconsiderando que o ser humano também é efeito de relações com o meio em que vive. E sobre “meio”, não me refiro somente aos elementos de uma paisagem, bioma, clima, entre outros dessas matérias, mas também aos meios das relações interpessoais, sociais, políticas, culturais, religiosas, e tantos outros. Rose (2014) pensa que ciências que ele chama de sociais e morais

[...] têm de negociar suas relações com a 'biologia'. Biologia em dois sentidos: (1) biologia como campo de conhecimento positivo dos seres vivos que assim denominamos; e (2) biologia como a realidade dos próprios seres – humanos que são, afinal de contas, animais, criaturas vivas, que nascem, vivem, adoecem e morrem (ROSE, 2014, p. 4).

Geralmente, essa não tem sido uma negociação favorável às ciências humanas e sociais, sobrepostas que estão por uma linguagem predominantemente baseada na retórica biológica. Esta última goza de mais crédito para emitir discursos sobre a vitalidade do corpo (ROSE, 2014), com o argumento de que ele pode ser manipulado por conhecimentos, até então, misteriosos à humanidade e, ao mesmo tempo, hoje restritos a um seleto grupo de cientistas.

As ciências biológicas felizmente têm avançado em compreensões e intervenções sobre o corpo humano. Veja-se, na atualidade, a esperança que temos em vacinas que imunizem contra o cononavírus e ponham fim à pandemia mundial em curso, em novas substâncias que combatem diversas patologias potencialmente letais, em cirurgias cada vez menos invasivas e mais certeiras, em progressos em intervenções socorristas, em terapêuticas que melhoram a qualidade de vida, entre tantas outras benesses.

O problema reside nas consequências de uma suposta superioridade da corrente biológica em detrimento de outras. Um dos saldos disso é que os laboratórios de ciências biológicas, que têm sido privilegiados em dizer o que é e como funciona a vida humana e do planeta, têm obtido maiores financiamentos para pesquisa e divulgação de seus resultados.

De acordo com estudo realizado na Plataforma InCities ⁷⁰ por Dudiziak (2018), com publicação de dados depositada no Zenodo ⁷¹ (2018), a CAPES ⁷² financiou, entre os anos de 2011 e 2018, os seguintes números de documentos de pesquisas no Brasil: 43788 na área de ciências naturais, 18578 nas engenharias e tecnologias, 17829 nas ciências médicas e da saúde, 8281 nas ciências agrárias, 1674 nas ciências sociais e 89 nas humanidades. O financiamento do CNPq ⁷³ no mesmo período segue a mesma linha: 78076 nas ciências naturais, 29414 nas engenharias e tecnologias, 31323 nas ciências médicas e da saúde, 13020 nas ciências agrárias, 3133 nas ciências sociais e 131 nas humanidades.

Não advogo que se diminuam investimentos financeiros nas ciências da vida, tampouco nas ciências exatas das engenharias e tecnologias. A maioria de nós, quando adoecemos, prefere ser cuidada com o que há de mais recente e robusto no que tange às descobertas e aprimoramentos de tratamentos. Comigo, ao menos, é assim, e possivelmente o leitor me acompanhe nesse desejo. Quando o corpo se degenera por qualquer motivo, há que se restabelecê-lo com o que há de melhor em termos de recursos terapêuticos. A questão se assenta sobre o pouco investimento em outras áreas.

Não há uma única resposta para o problema de as ciências biológicas estarem ocupando lugar privilegiado na compreensão do ser humano, embora as suspeitas apontem para uma das muitas pistas: o mercado tem ditado regras também no campo científico. Será que as pesquisas que mais recebem investimentos são as que, potencialmente, poderão gerar mais lucro financeiro?

⁷⁰ A Plataforma InCities “é uma ferramenta online de avaliação de pesquisa personalizada e baseada em citações, que permite realizar análises de produtividade científica e comparação de resultados com parceiros no mundo inteiro” (DUDIZIAK, 2018). Ela pode ser acessada pelo endereço <https://www.incites.com/>.

⁷¹ Zenodo (www.zenodo.org) é um repositório digital multidisciplinar de acesso aberto financiado pela CERN - *European Organization for Nuclear Research* (<https://home.cern>).

⁷² A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é um órgão de fomento a pesquisas científicas vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura.

⁷³ O CNPQ (Conselho Nacional de Conhecimento Científico e Tecnológico) é um órgão de fomento a pesquisas científicas vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Num contexto de primazia de produções científicas das áreas biológicas e exatas, as ciências sociais e humanas, talvez para obterem alguma credibilidade ou prestígio que erroneamente se pense que lhes falta, se rendem a um modo de fazer ciência baseado na lógica positivista – que o ambiente acadêmico convencionou tomar como bastante confiável. As influências, portanto, são de muitos lados: das respostas supostamente mais fidedignas por serem baseadas num corpo palpável, dos interesses do mercado, do método pretensamente mais válido.

Os saberes *psís*, obviamente, têm sido impactados por esse contexto. Rose (2014) pensa que eles são formadores de técnicas e propagadores de um regime de saber que privilegiam uma compreensão biológica do ser humano, ao mesmo tempo em que evidenciam o discurso da liberdade individual em detrimento de influências sociais, políticas e culturais mais amplas.

Sobre isso, numa entrevista a Carvalho e Lima (2016), Rose diz:

Eu tenho argumentado em meu trabalho que diferentes concepções de indivíduos emergem, ao menos em parte, no interior de sistemas de conhecimentos competentes sobre o indivíduo – a psicologia, psiquiatria, as disciplinas psi, etc. – e que esses conhecimentos cumprem sua parte na modelagem de novas formas de pensar sobre nós mesmos (CARVALHO; LIMA, 2016, p. 799-800).

Para o autor (2001), a psicologia já nasceu com certo formato positivista de propagar a verdade sobre o humano e de agir sobre ele, com estudos girando em torno de tomar o sujeito como uma espécie de ser natural e efeito de relações causais entre seu comportamento e o meio. O que ele chama de “disciplinas *psís*” aludem à necessidade de uma descoberta, no âmbito mesmo da revelação, pela via das psicociências, de uma dada “identidade” desconhecida pelo próprio sujeito e passível de acesso apenas por especialistas. Na mesma entrevista de 2016 citada acima, Rose diz que

[...] os conhecimentos psicológicos não estão sendo deslocados nem substituídos, pelo contrário, estão sendo sustentados e têm granjeado uma maior objetividade por meio de uma referência ao cérebro. Na verdade, em muitos

aspectos, o acréscimo de objetividade que as neurociências fornecem está aumentando, em vez de diminuir, o *status* de algumas técnicas *psi* (CARVALHO; LIMA, 2016, p. 808).

A psicologia colaborou, ao longo do século passado, nesses projetos de identidades e, hoje, ela frequentemente corrobora, especialmente pela estreita parceria com uma psiquiatria mais afeita à biologia, com a explicação de que o ser humano seria essencialmente um corpo orgânico, muitas vezes desvinculado de sua própria biografia e do momento histórico, político, social, cultural em que se encontra (CARVALHO; LIMA, 2016).

Em sua conferência proferida em 1956, cujo tema é “O que é a psicologia?”, Canguilhem (1973) pensa, ao contrário do que o título supõe, não o que “é” a psicologia, mas que rumos ela tomou. Para ele, na antiguidade aristotélica, a psicologia aspirava ser uma ciência natural – já que a “alma” era algo da ordem da natureza. No século XVII, com o fim da lógica aristotélica, a psicologia se transformaria em uma “ciência da subjetividade” e ditaria a regra de que a realidade do mundo não deveria mais ser confundida com a percepção individual que cada um abstrai dela, pois essa realidade precisava ser apreendida tal como é. A suposição era de que a psicologia cumpriria essa promessa se fosse capaz de imitar a precisão dos cálculos da física para chegar à essência do que seria a subjetividade.

Vem daí o esforço de Wilhelm Wundt ⁷⁴ em construir uma psicologia científica experimental que fosse a mais exata e quantificável possível, se afastando de seu caráter especulativo, filosófico e/ou religioso, buscando “um determinismo analítico do mesmo tipo que aquele do qual a mecânica e a física deixam esperar de toda ciência a universal validade” (CANGUILHEM, 1973, p. 5). É nessa base que se localiza, hoje, a estreita parceria entre a neuropsicologia e a psiquiatria neurobiológica, por exemplo.

No século XVIII a psicologia se definiu como uma ciência que possibilitaria ao sujeito uma busca da consciência de si ou de determinado sentido interno: “É do século XVIII que data o termo Psicologia, tendo o sentido de ciência do eu” (CANGUILHEM, op. cit., p. 6). Nessa linha evolutiva, nos

⁷⁴ Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920) foi um médico e filósofo alemão, fundador da psicologia científica em 1879 no laboratório de psicologia experimental de Leipzig.

momentos em que Philippe Pinel fundou a psiquiatria e que Sigmund Freud criou a psicanálise, a psicologia também representou uma “ciência do sentido íntimo”.

Canguilhem concorda com Foucault (1990) sobre a psicologia ter vivido uma reviravolta apenas com o advento da psicanálise, quando aquela pôde superar o apelo único à natureza como causa e efeito da vida psíquica e considerar, também, aspectos de relações interpessoais, históricos e culturais na formação do inconsciente e na constituição da subjetividade.

Foi no século XIX que a psicologia se afastou da filosofia e se ligou a uma biologia do comportamento humano. Para Canguilhem (1973), no momento em que a psicologia recusa sua origem filosófica, ela

[...] coloca a questão de saber de onde uma tal pesquisa psicológica pode tirar seu sentido. Aceitando se tornar, no padrão da biologia, uma ciência objetiva das atitudes, das reações e do comportamento, esta psicologia e estes psicólogos esquecem totalmente de situar seu comportamento específico em relação às circunstâncias históricas e aos meios sociais nos quais eles são levados a propor seus métodos ou técnicas e fazer aceitar seus serviços (CANGUILHEM, 1973, p. 9).

A psicologia beber da fonte da biologia não representaria um problema se ela não tivesse perdido, com essa sede, sua gênese nas humanidades, nos pensamentos filosóficos, nas artes.

Na mesma direção, Rose (2013) faz críticas ao exercício da ciência e profissão da psicologia que não notadamente se rende aos atrativos das biociências. Rendição esta que se dá, em grande parte, por algo que o autor chamou de “*marketização*” da saúde. No Reino Unido, há cerca de quatro décadas atrás, o especialista começou a ser considerado o provedor de uma mercadoria, enquanto o paciente tornava-se cliente e consumidor dela (CARVALHO, 2015). O momento localiza o início de um processo, ainda atual, de apreensão da saúde como produto de bens e/ou serviços a ser comercializado.

Há uma espécie de nova e promissora economia política da vida, que fomenta um mercado nomeado por Rose (2013) de “bioeconomia” ou “biomercado”, transbordando a racionalidade científica e adentrando em territórios da economia. Trata-se, para ele, de um paradigma que tem alcance limitado, pois prospera em lugares cujas fronteiras demarcam os que podem pagar pelos produtos e serviços prestados, em prejuízo das populações que não tem acesso a medidas básicas de prevenção e tratamento em saúde.

O modelo científico vivificado na companhia da economia é fortalecido pela psicologia, que atuaria unificando os comportamentos e as condutas das pessoas numa racionalidade eminentemente biológica e passível de ser comercializada nesse “mercado” da saúde.

Para fazer oposição a essa lógica, seria necessário, para Rose, reconhecer que não existe uma natureza da subjetividade *a priori*, tampouco que ela seja suscetível de ser tornada mercadoria. A subjetividade se constituiria na relação com o meio, sendo produto de relações interpessoais, contextos culturais, políticos e sociais dos quais o ser humano faz parte. Em entrevista recente a Carvalho e Teixeira (2017), Rose aponta que uma saída possível para esse impasse seria o reconhecimento, tanto das ciências da vida quanto das ciências humanas, de que o ser humano deve ser compreendido como efeito das forças de ambas:

As ciências da vida, uma vez tendo reconhecido que elas devem entender como os organismos se desenvolvem em seus meios, abrem espaço para que as ciências humanas comecem a introduzir argumentos e evidências sobre esse meio. Podemos, então, perguntar como as características do meio, que têm sido tão fundamentais para as ciências humanas – a desigualdade, a exclusão, a injustiça, o racismo, e assim por diante – se inscrevem dentro do próprio corpo [...] [ao mesmo tempo] as ciências humanas têm que perceber que as entidades com as quais elas se preocupam, os seres humanos, individual e coletivamente, são criaturas vivas e vitais, cujas vidas e oportunidades, desvantagens e adoecimentos, estão intrinsecamente moldados pela maneira como todas as forças ambientais agem e transformam e marcam seus corpos e almas (CARVALHO; TEIXEIRA, 2017, p. 224, grifos meus).

A relação entre as ciências deve se fazer imperativa, superando o impasse de que umas se colonizem por argumentos de outras, para que todas trabalhem em parceria e a despeito de interesses mercadológicos. A complexidade do ser humano só pode ser pensada por muitos saberes.

Especialmente sobre a psiquiatria, Rose aponta que ela precisa ser praticada partindo de um envolvimento com determinantes sociais e políticos, que são “as coisas que levam ao sofrimento mental em primeiro lugar” (CARVALHO *et al.*, 2020, p. 2). Ela deveria ser uma “ciência política”, acima de tudo.

Na mesma entrevista, Rose critica a disseminação da expertise e tecnologia psiquiátricas na vida cotidiana das pessoas, especialmente no que tange ao diagnóstico e ao uso de medicações, mesmo que a intenção seja “reduzir o estigma, mostrando que a doença mental não é apenas algo que afeta algumas pessoas loucas. E que isso concerne a todos nós” (CARVALHO *et al.*, 2020, p. 4). Ele refere que, no Reino Unido, uma a cada quatro pessoas em um ano poderia ser diagnosticada com algum transtorno descrito no DSM e uma em cada duas pessoas durante a vida inteira (CARVALHO *et al.*, 2020).

Estratégias que demonstram que há aumento significativo no número de pessoas acometidas pelo que ele chama de “transtornos mentais” ao longo da vida serviriam ao mercado de psicofarmacologias, além de angariar recursos para determinadas políticas públicas em detrimento de outras. Embora sejam dados alarmantes de um país europeu, não é difícil inferir que, no Brasil, a situação pode não ser tão diferente, pois estamos imersos na mesma lógica mercadológica da qual é preciso ter crítica.

Além da abordagem aos transtornos mentais dos manuais, a psicologia e a psiquiatria eminentemente biológicas, que enxergam experiências da vida com olhares centrados na doença, atualmente têm alargado seus campos de atuação e ocupado lugares privilegiados de ditar comportamentos e um certo “estilo de vida” mentalmente saudável. Como face da mesma moeda, aliada ao convite, interferência e influência dessas duas ciências, a indústria

farmacêutica se expandiu e se consolidou, com a promessa de contribuir para esse tal bem-viver. É sobre isso que discutirei no subitem a seguir.

Enlouquecer sem ser domesticado

*Sei que fazer o inconexo aclara as
loucuras.
Sou formado em desencontros.
A sensatez me absurda.
Os delírios verbais me terapeutam.
(Manoel de Barros)⁷⁵*

Diagnosticar alguém é tarefa tihosa: aos psicanalistas, o diagnóstico é feito na relação transferencial; aos psiquiatras, na observação de sinais e sintomas; aos psicólogos, por meio de escuta clínica e, a alguns, de testes psicológicos. Óbvio que os métodos se conversam e misturam entre si, pois o psiquiatra e o psicanalista também escutam, o psicólogo também observa sinais e sintomas, mas, o desenho tradicional das especialidades, em geral, é descrito dessa maneira.

A semelhança entre os profissionais é que todos concordam que o discurso do sujeito é central na construção de uma hipótese diagnóstica e conduta terapêutica. Nomear, portanto, parte sempre de elementos que o sujeito traz para a relação com o cuidador, sobre o que e como se diz, em quais tempo e espaço.

Como já escrito, em qualquer abordagem profissional, o que o sujeito diz só faz sentido se estiver no interior da narrativa de uma história de vida singular. Seria ingênuo, e até mesmo prejudicial, considerar o diagnóstico como uma entidade “descolada” de um contexto maior que é a própria vida do sujeito.

⁷⁵ BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 315.

O que está em jogo, no contexto da hegemonia biológica dos saberes *psis* discutido no subitem anterior talvez seja menos considerar a história de vida do sujeito e mais reconhecer que o saber sobre sujeito emana do próprio sujeito, sendo que as disciplinas e suas técnicas estariam a serviço desse saber. Essa é a grande “virada” no modo de operar as ciências: uma inflexão em que o tratamento centrado nas especialidades operaria uma travessia para a centralidade do sujeito.

Para lembrar um bordão basagliano de grande valor a quem está no campo da Saúde Mental, é preciso colocar a doença entre parênteses e tratar o sujeito (BASAGLIA, 1985) ⁷⁶. O que não significa, como pensou Amarante (1994), que se deva rejeitar o sofrimento, mas reconhecer que ele faz parte da totalidade da existência de um corpo que produz, em um dado momento, uma experiência sofrida. Como abordado ao final do subitem “breve voejo histórico”, trata-se do maior desafio da Reforma Psiquiátrica: superar o olhar cartesiano em que loucura e razão são opostos, para dar passagem a um outro sobre a loucura.

Nos últimos tempos, tenho pensado que o psicólogo, lamentavelmente, tem contribuído para o cenário discutido no subitem anterior. Como? Por exemplo, sendo parceiro de instituições que privilegiam uma parcial leitura biológica da vida, discursando afirmativamente sobre a essencialidade do fármaco no tratamento em detrimento de outras terapêuticas, fazendo encaminhamento e sugerindo intervenção médica para sintomas do mal-estar da vida cotidiana que muito provavelmente seriam superados com escuta e orientação psicológicas adequadas, propagando que certos comportamentos seriam efeitos unicamente de desequilíbrios neuroquímicos, entre outros.

Dentre todas as condutas psicológicas, uma das que mais me desassossegam é a que desconsidera a arte da escuta clínica como principal saber-fazer do psicólogo. Pois esta é a única tarefa da qual o psicólogo não poderia se abster: por meio do exercício de escutar, seu instrumento maior de

⁷⁶ A máxima basagliana também será discutida no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”.

trabalho, ele deve contribuir na análise e compreensão do sujeito sobre si para acompanhá-lo e apoiá-lo em seus processos terapêuticos.

Ao psicólogo cabe sustentar o sujeito na construção de uma narrativa que faça sentido, que coloque a doença entre parênteses, que localize o diagnóstico na totalidade de sua história, tendo como linha-guia do tratamento todas as interfaces da vida – políticas, biológicas, espirituais, psicossociais, interpessoais, e o que mais guardar a complexidade que é um ser humano.

Há sempre algo que escapa e transborda em formas de vida inalcançáveis às mais rigorosas e abrangentes técnicas científicas, e que só pode ser tocado pela arte. No caso do psicólogo, pela arte que concerne à escuta clínica. Não há exame ou teste que supere a acurada e sensível escuta.

E por que “arte”? Porque envolve criação de um modo de estar disponível ao outro, em uma forma perceptível que é desenhada na relação entre o sujeito que fala e o que escuta.

Szejer (1999), ao escutar mães e bebês recém-nascidos em maternidades, ensina que

Existem certos dias em que nos sentimos pequenos em nosso ofício. De nada adianta gabar-se da experiência de psicanalista, dos anos de psiquiatria com adultos e crianças, do ensinamento dos mestres; é tudo inútil. Quando um paciente conta que toda a miséria do mundo pesa sobre suas costas, fica-se mudo. Aliás, é o mínimo que se pode fazer. Calar-se permite, às vezes, entender. E, talvez, falar em seguida (SZEJERS, 1999, p. 17).

Escutar, silenciar, falar, olhar com apreço aos conteúdos que o sujeito traz constitui o trabalho do psicólogo que, se traduzidos apenas por técnicas, corre o risco de apequenar um sujeito frente à totalidade de uma existência.

Há um precioso texto de Rubem Alves em que ele trata da “escutatória”, termo que inventou para dizer sobre a arte da escuta:

Sempre vejo anunciados cursos de oratória. Nunca vi anunciado curso de escutatória. Todo mundo quer aprender a falar. Ninguém quer aprender a ouvir. Pensei em oferecer um curso de escutatória. Mas acho que ninguém vai se matricular.

Escutar é complicado e sutil. Diz o Alberto Caeiro que “não é bastante não ser cego para ver as árvores e as flores. É preciso também não ter filosofia nenhuma”. [...] Parafrazeio o Alberto Caeiro: “Não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma.” Daí a dificuldade: a gente não agüenta ouvir o que o outro diz sem logo dar um palpite melhor, sem misturar o que ele diz com aquilo que a gente tem a dizer. Como se aquilo que ele diz não fosse digno de descansada consideração e precisasse ser complementado por aquilo que a gente tem a dizer, que é muito melhor. [...] Nossa incapacidade de ouvir é a manifestação mais constante e sutil da nossa arrogância e vaidade: no fundo, somos os mais bonitos... (ALVES, 2011, p. 58-60).

Escutar é “complicado e sutil”, como escreveu o psicanalista, porque é adentar silenciosamente o olhar na complexidade do outro pelas janelas-palavras que ele abriu. Carece de silêncio porque é no calar de si que a abertura ao outro se dá. Silêncio de palavras, julgamentos, preconceitos, ideias.

E não basta apenas ouvir, é óbvio. Há que se ter uma disposição ao cuidado, se indagando sobre o que fazer com aquilo que o sujeito lhe endereça, ponderando como acolher e sustentar com ele sua história. Novamente, eis outro belo trecho da mesma crônica que ensina sobre o ofício do ouvinte:

É preciso tempo para entender o que o outro falou. Se falo logo a seguir são duas as possibilidades. Primeira: “Fiquei em silêncio só por delicadeza. Na verdade, não ouvi o que você falou. Enquanto você falava eu pensava nas coisas que eu iria falar quando você terminasse sua (tola) fala. Falo como se você não tivesse falado.” Segunda: “Ouvi o que você falou. Mas isso que você falou como novidade eu já pensei há muito tempo. É coisa velha para mim. Tanto que nem preciso pensar sobre o que você falou.” Em ambos os casos estou chamando o outro de tolo. O que é pior que uma bofetada. O longo silêncio quer dizer: “Estou ponderando cuidadosamente tudo aquilo que você falou (ALVES, 2011, p. 60).

Ponderar para traçar considerações implica o exercício de pensar a respeito do que o interlocutor traz. Aliás, não é bonito que etimologicamente o verbo “considerar” tenha origem no latim “*considerare*”, em que “*con*” se traduz por “junto” e “*sidus*” por “estrelas”, significando, por fim, “estar com o céu”? Os romanos, como tantos outros povos, buscavam respostas a questões da vida

na observação dos astros, seus movimentos, suas fases. E a observação celeste correspondia a estar com eles, imerso em seus silêncios, justamente “considerando”, meditando, buscando soluções (VIARO, s.d., p. 26).

Pensarei no silêncio de sentido da vida no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, mas adianto aqui o quão fundamental é o silêncio para a arte da escuta clínica. Porque, para receber o outro, é preciso, de certa maneira, esvaziar-se de si e silenciar-se diante do que o locutor oferta. Mais propriamente, da loucura que o outro lhe apresenta.

Loucura esta que vem sendo nomeada de diversas maneiras ao longo dos tempos. Neste ensaio, foram apresentados alguns termos que se referem ao que chamo de “loucura”. Especialmente no que tange à psiquiatria, disciplina orientadora dos manuais classificatórios abordados nos subitens anteriores, o termo de uso mais corrente ao longo de sua cronologia foi o de “doença mental”, frequentemente definida como a condição anormal de um organismo, associada a sinais e sintomas específicos que envolvam sofrimento psíquico, causando uma disfunção mórbida ou não (DALGALARRONDO, 2000).

Como apontado anteriormente, a escolha de um termo não é aleatória, envolvendo a preferência por um ou outro em determinado momento. Ainda que nem todo sujeito se reconheça nos termos “portador de transtorno mental” ou “pessoa com transtorno mental”, hoje eles são usados, talvez, por se julgar que são os que menos afetam o sujeito com estigmas e preconceitos.

Sobre o polêmico termo “doença mental”, a disciplina da psiquiatria guardou, ao longo de seus mais de dois séculos de existência, discordâncias a respeito do que seria a “doença”. Canguilhem (2006), na célebre obra “O normal e o patológico”, publicada pela primeira vez em 1943, propôs algumas reviravoltas quando apresentou uma alternativa à racionalidade médica vigente.

A premissa positivista de que o estado patológico seria uma diferença quantitativa do estado normal é refutada pelo autor, que afirma não existir

constância e estabilidade para mais ou para menos num organismo. Em matéria de patologia, para ele, a norma é sempre uma norma individual.

Canguilhem (2006) pensou que a anormalidade está numa saúde perfeita e contínua, pois a experiência do ser vivo inclui a doença. A vida é patológica quando é estável, pois um organismo completamente ajustado e fixo não conta com uma margem que lhe permita suportar as mudanças do meio. O adoecimento é a capacidade de criar novas normas diante das variações e imprevistos. O normal é se redefinir, é ser capaz de se adaptar conforme a necessidade que o meio impõe. Inventando formas diferentes de estar no mundo e se relacionar com ele, o organismo se preserva vivo. Adoecer, portanto, é um movimento que leva à vida, e não o contrário.

Sempre que leio Canguilhem e seus comentadores sobre essa perspectiva tão original e de inflexão sobre a saúde e a doença, me recordo da leitura freudiana do delírio, já apresentada no subitem “criar nomes”, quando o psicanalista diz que o delírio seria uma tentativa de “cura” ou “reconstrução” do psiquismo, algo como um remendo numa fenda aberta (FREUD, 1996 e). Um “adoecimento”, portanto, capaz de criar novas normas, formas de vida e sentidos.

Analisar o conceito de doença, para Canguilhem, é também analisar a própria medicina que, inicialmente, era muito mais arte de essência clínica ou terapêutica do que, propriamente, ciência. E, embora Canguilhem (2006) tenha feito uma crítica à medicina, a discussão também tem servido para que a psicologia se repense, já que ambas são disciplinas parceiras e que têm estado cada vez mais próximas de uma perspectiva preponderantemente biológica do humano.

Suas reflexões são caras à psicologia porque a base dessa ciência é – ou deveria ser – suportes para a arte da escuta clínica que almeja cuidar do humano. Arte esta vem sendo paulatinamente perdida frente às pretensas exatidões de tecnologias e suas promessas de panaceia das dores psíquicas.

Uma pertinente questão é colocada pelo autor: quando o ser humano se afasta do “normal”, ele está colocando em risco essa própria normalidade? Ou

está inventando novos formatos de normalidade? Traçando um paralelo com o tema da presente pesquisa, a loucura poderia inventar outras formas para o que se considera normal?

São feitos antigos da loucura questionar a norma, causar atração, curiosidade, medo. Ao longo da história, a diferença louca se tornou imponderável à sociedade, culminando na pena máxima de ser isolada, o mais distante possível, da convivência dos ditos “normais”.

Há muito recorro a um trecho de Clarice Lispector, que me ampara quando penso no reducionista e – por que não? – fantasioso binômio “normal *versus* louco” que a Reforma Psiquiátrica tenta superar. Assim como a loucura constitui a subjetividade de todos nós, a ideia de “normalidade” é mais importante como conceito do que como verdade. Eis o fragmento: Até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso. Nunca se sabe qual é o defeito que sustenta nosso edifício inteiro” ⁷⁷. Afora a dramaticidade do texto e embora a diferença da loucura não seja “defeito”, sugiro que tal vocábulo seja lido metaforicamente. E se essa diferença for estruturante? Como não desabar? “Para me adaptar ao que era inadaptável, (...) tive que cortar meus grilhões - cortei em mim a forma que poderia fazer mal aos outros e a mim. Com isso cortei também a minha força” ⁷⁸. Se a forma da diferença for cortada, o sujeito também não perderia sua força e estrutura?

Com a intenção de tornar possível a convivência social do louco, em uma sociedade que violenta a loucura há séculos, tentam torná-lo o mais próximo possível do que seria um pretense “normal” por meio de terapêuticas as mais variadas – remédios, psicoterapias, oficinas, entre outros. Estratégias de tratamentos, algumas vezes, são acordos mortíferos de aniquilamento de diferenças. Como discutido no subitem “Quem seria louco?” deste ensaio, em nome de afirmar sua cidadania, lhes apagam as diferenças, como se fosse necessário deixar de ser quem são para terem acesso a uma vida digna.

O sofrimento também é um dos predicados que constitui o humano. Não se trata de enaltecer a dor que paralisa e impossibilita a vida, mas de compreender que sofrer também faz parte do que é a própria saúde, como

⁷⁷ LISPECTOR, C. *Minhas queridas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007, p. 42.

⁷⁸ Idem

ensinou Canguilhem (2006). Ao abolir o sofrimento, que também constitui o sujeito, não haveria algum risco de que ele próprio se apagasse?

Satirizando, se existisse em realidade a Casa Verde de Simão Bacamarte do texto machadiano (ASSIS, 2007), e se também houvesse a dissolução completa da Reforma Psiquiátrica, junto à inacessibilidade aos medicamentos psiquiátricos, muito provavelmente estaríamos vivendo tempos de completa lotação desse espaço de segregação. Afinal, no cenário atual de expansão vertiginosa dos “transtornos mentais” propagandeados pelos manuais classificatórios, seríamos todos loucos e fadados à internação.

Se algumas conformações subjetivas que até pouco tempo eram consideradas comuns à existência humana estão cada vez mais passíveis de serem enquadradas em patologias e, conseqüentemente, de serem objetos de estudo e intervenção das ciências, deveríamos fazer uma busca, talvez ironicamente insana, de normatização de nossos afetos, condutas, desejos, enfim, de nosso caráter humano, para escaparmos dessa Casa Verde que tem a roupagem moderna de supostos tratamentos *psis*?

A loucura como experiência humana foi medida com a régua da ciência para ser cuidada, mas a custo de, algumas vezes, ser reduzida a diagnósticos, reclusa em manicômios e fazer lucrar um certo mercado da saúde. Seu destino, da Idade Média até agora, foi o da marginalização social. É preciso, agora, trazer a loucura ao centro, usar a ciência a favor da Reforma Psiquiátrica para resgatar a potência da loucura que apresenta o belo e o trágico do humano. Como pensou Dunker (2017),

Seria preciso na nossa pesquisa científica, na nossa política de saúde mental, na nossa diagnóstica cotidiana, que Freud chamava de psicopatologia da vida cotidiana, na nossa experiência social com o sofrimento, reintroduzir a noção de loucura em toda sua radicalidade. Não imaginar que toda loucura vai virar simplesmente uma redescrição acabada de um conjunto de sintomas. A loucura é uma experiência que não tem mais lugar hoje. É uma experiência que passou para a história (DUNKER, 2017).

Um novo olhar pode ser dirigido à loucura, sem expectativa de domesticá-la, de adaptá-la a um conjunto de normas sociais vigentes, com a

justa medida do cuidado de um tratamento que liberta para a vida e não que aprisiona em compostos químicos. Para desatar a expressão da loucura de todo esse contingente de segregação, é preciso disposição para questionar e transformar o estado de coisas vigente. A presente pesquisa de doutorado pretende somar esforços nesse sentido.

A loucura ensina a quem quiser se afetar com ela. Seja a de si próprio, seja a de outrem, olhar e escutar a loucura que esteve durante séculos invisível e emudecida enriquece o mundo, pois ela pode apresentar ao humano algo de sua condição, sem vestes e sem amarras. Pelbart (1993) ensinou que

A partir do colapso psicótico, por exemplo, é possível repensar aspectos de nossa *temporalidade*, de nosso modo de vivenciar a *história*, de nossas evidências *lógicas*, das *visibilidades* incontestes, consensos *políticos* etc. Não se trata de "usar" o sofrimento do louco para "fazer filosofia", mas de infletir-nos a partir daquilo que o campo da loucura dispara e conturba em nós. É uma maneira entre outras, porém esquecida e valiosa, de "ouvir" a loucura (PELBART, 1993, p. 12, grifos do autor).

Quiçá o bordão impresso simbolicamente na bandeira da Luta Antimanicomial “por uma sociedade sem manicômios” possa inspirar uma psicopatologia em que se faça mais o *pathos* grego – a paixão e seus afetos – do que o *pathos* contemporâneo – a doença. Entre leituras possíveis, que a preferência seja dada à psico-pato-logia traduzida como o “discurso das paixões psíquicas” ao invés da “lógica das doenças mentais”. Que se possa, enfim, assumir a diferença, sem que com isso tenhamos que frequentar os consultórios psicológicos e/ou psiquiátricos que funcionam na frequência da normalização e medicalização irrestrita e irresponsável de comportamentos.

Referências

ALBUQUERQUE, J.A.G. *Metáforas da desordem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ALVES, R. Escutatória. In: _____. *O amor que acende a lua*. Campinas: Papyrus, 2011, p.57-64.

AMARANTE, P. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

AMARANTE, P. Uma aventura no manicômio: a trajetória de Franco Basaglia. *Hist. cienc. saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 61-77, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701994000100006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 29/05/2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Introdução. *DSM- IV. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. XV a XXIV.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Utilização do manual. *DSM- 5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 19-24.

ASSIS, M. O alienista. In: Costa, F.M. (Org.) *Os melhores contos de loucura*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 254-300.

BARONI, D.P.M.; VARGAS, R.F.S.; CAPONI, S.N. Diagnóstico como nome próprio. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 70-77, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a09.pdf>. Acessado em 03/02/2020.

BASAGLIA, F. *A instituição negada*: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BIRMAN, J. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BIRMAN, J. Descartes, Freud e a experiência da loucura. *Nat. Hum.* São Paulo, v. 12, n. 2, p. 5-21, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302010000200001. Acessado em 23 de março de 2019.

BOSCH, H. *A extração da pedra da loucura*. 1475-1480. 1 original de arte, óleo sobre madeira, 48 cm x 35cm.

BOSCH, H. *A nave dos loucos*. 1490-1500. 1 original de arte, óleo sobre tela, 57 cm x 32cm.

BOSCH, H. *Jardim das delícias terrenas*. 1500-1505. 1 original de arte, óleo sobre madeira, 220 cm x 389 cm.

BRANT, L.C.; CARVALHO, T.R.F. Metilfenidato: medicamento gadget da contemporaneidade. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 16, n. 42, p. 623-636, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000300004. Acessado em 06/03/2020.

BRASIL. Agência de Vigilância Sanitária. *Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde*. Ano VIII, nº 23, março de 2014, p. 1-18. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33884/412285/Boletim+Brasileiro+de+Av>

[alia%C3%A7%C3%A3o+de+Tecnologias+em+Sa%C3%BAde+%28BRATS%29+n%C2%BA+23/fd71b822-8c86-477a-9f9d-ac0c1d8b0187](#). Acessado em 01/03/2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Uso off-label: erro ou necessidade? *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 395-397, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v46n2/it_decit.pdf. Acessado em 05/03/2020.

CALLIGARIS, C. *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6 ed. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006.

CANGUILHEM, G. O que é a psicologia? *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 30, 1973, p. 1- 11. Disponível em: http://posds.idance.com.br/wp-content/uploads/2009/07/que_psicologia.pdf. Acessado em 17/05/2020.

CAPONI, S. O DSM-V como dispositivo de segurança. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 741-763, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000300741&lng=en&nrm=iso. Acessado em 20/05/2019.

CAPONI, S. *Uma sala tranquila: neurolépticos para uma biopolítica da indiferença*. São Paulo: Liber Ars; 2019.

CAPONI, S.; MARTINEZ-HERNAEZ, A. Kraepelin, el desafío clasificatorio y otros enredos anti-narrativos. *Sci. stud.*, São Paulo, v.11, n. 3, p. 467-489, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v11n3/02.pdf>. Acessado em 03/02/2020.

CARVALHO, S.R. *et al.* Nosso “futuro psiquiátrico” e a (bio)política da Saúde Mental: diálogos com Nikolas Rose (Parte 4). *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 24, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/icse/v24/pt_1807-5762-icse-24-e190732.pdf. Acessado em 20/03/2020.

CARVALHO, S.R. Governamentalidade, ‘Sociedade Liberal Avançada’ e Saúde: diálogos com Nikolas Rose (Parte 1). *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 19, n. 54, p. 647-658, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n54/1807-5762-icse-19-54-0647.pdf>. Acessado em 18/03/2020.

CARVALHO, S.R.; LIMA, E.M.F.A. Poderes da liberdade, governamentalidade e saberes psi: diálogos com Nikolas Rose (Parte 2). *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 20, n. 58, p. 797-808, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v20n58/1807-5762-icse-20-58-0797.pdf>. Acessado em 19/03/2020.

COOPER, D. *Psiquiatria e Antipsiquiatria*. São Paulo: Perspectiva, 1967.

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

- DESIDÉRIO, E. *Elogio da loucura*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- DOR, J. *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- DOSSIÊ SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. *Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade*. São Paulo, 13 de novembro de 2010. Disponível em: http://medicalizacao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Dossie_V3.pdf. Acessado em 06/03/2020.
- DUDZIAK, E.A. *Quem financia a pesquisa brasileira? Um estudo InCites sobre o Brasil e a USP*. São Paulo: SIBiUSP, 2018. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/quem-financia-a-pesquisa-brasileira-um-estudo-incites-sobre-o-brasil-e-a-usp/>. Acessado em 12/03/2020.
- DUNKER, C. *A diferença entre loucura e psicose* (8m25s). 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jFPY7VPGGrE>. Acessado em 16/04/2019.
- ESQUINSANI, R.; DAMETTO, J. A Loucura, o Demônio e a Mulher: sobre a construção de discursos no mundo medieval. *História Revista*, v. 22, n. 2, p. 190-203, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/36992/24858>. Acessado em 10/04/2018.
- FERREIRA, R.R.; MOSCHETA, M.S. A Multiplicidade do TDAH nas diferentes versões produzidas pelas ciências no Brasil. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 35, 2019, p. 1-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v35/0102-3772-ptp-35-e3539.pdf>. Acessado em 06/03/2020.
- FLORENCE, A.C. A abordagem Open Dialogue: história, princípios e evidências. In: *Rev. Polis e Psique*, Porto Alegre, v.8, n.1, 2018, p. 191-211. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v8n1/v8n1a12.pdf>. Acessado em 09/11/2021.
- FLORENCE, A.C.; YASUI, S. Abordagem Open Dialogue na Finlândia: entrevista com Jaakko Seikkula. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 23, 2019, p.1-13. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2019.v23/e180239/pt>. Acessado em 12/05/2021.
- FOUCAULT, M. A casa dos loucos. In: _____. *Microfísica do poder*. 13 ed. São Paulo, Graal, 1979, p. 113-128.
- FOUCAULT, M. A loucura só existe em uma sociedade. In: MOTTA, M.B. (Org.) *Foucault: Ditos e Escritos*. Volume 1: Problematizações do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 149-185.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, M. A psicologia de 1850 a 1950. In: MOTTA, M.B. (Org.) *Foucault: Ditos e Escritos*. Volume 1: Problematizações do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 133-151.

FOUCAULT, M. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. 7 ed. Tradução: José Teixeira de Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

FREUD, S. A dinâmica da transferência. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 12, 1912/1996a, p107-119.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 4 e 5, 1900/1996b.

FREUD, S. A perda da realidade na neurose e na psicose. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 19, 1924[1923]/1996c, p. 163-171.

FREUD, S. História de uma neurose infantil. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 17, 1914[1918]/1996d, p. 13-127.

FREUD, S. Neurose e psicose. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 19, 1924/1996e, p. 201-209.

FREUD, S. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (dementia paranoides). In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 12, 1911/1996f, p. 13-89.

GOFFMAN, E. O eu e seu outro. In: *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos, 1988, p. 137-150.

GONÇALVES, C.S.; PEDRO, R.M.L.R. “Drogas da Inteligência?”: Cartografando as controvérsias do consumo da Ritalina® para o aprimoramento cognitivo. *Psicol. Conoc. Soc.*, Montevideo, v. 8, n. 2, p. 53-67, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/pcs/v8n2/1688-7026-pcs-8-02-53.pdf>. Acessado em 04/03/2020.

IANNINI, G.P.M.; TEIXEIRA, A. Reflexões sobre o DSM 100. *CliniCAPS*, v. 6, p. 11-18, 2014. Disponível em: http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_pdf/Rev_16/Teixeira,%20A.%20&%20Ianni,%20G..pdf. Acessado em 21/05/2019.

KANTORSKI, L.P.; CARDANO, M. Diálogo Aberto: a experiência finlandesa e suas contribuições. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 23-32, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41n112/0103-1104-sdeb-41-112-0023.pdf>. Acessado em 10/05/2021.

LACAN, J. *Seminário 3: as psicoses*. Tradução: Aluísio Menezes. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LAING, R.D. *O eu e os outros: o relacionamento interpessoal*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MACHADO, F.S.N. *et al.* Uso de metilfenidato em crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, n. 32, p. 1-5, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v49/pt_0034-8910-rsp-S0034-89102015049005966.pdf. Acessado em 01/03/2020.

MANZI FILHO, R. O cogito e a loucura: revisitando o debate de Foucault e Derrida em torno da continuidade ou descontinuidade dos saberes. *Synesis*, Petrópolis, v. 5, n. 2, p. 148-166, 2013. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32953/1/SN5-2_artigo10.pdf?ln=pt-pt. Acessado em 23 de março de 2019.

MARTINHAGO, F.; CAPONI, S. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. *Physis*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2019, p. 1-19. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v29n2/0103-7331-physis-29-02-e290213.pdf>. Acessado em 02/03/2020.

MELMAN, C. *Estrutura lacaniana das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID X – *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da “Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde”* – número 10. Porto Alegre: Artmed, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório Mundial da Saúde – Saúde Mental: nova concepção, nova esperança*. 2001. Disponível em: https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf. Acessado em 12/04/2019.

ORTEGA, F. *et al.* A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 14, n. 34, p. 499-512, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n34/aop1510.pdf>. Acessado em 05/03/2020.

PELBART, P.P. *A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

PELBART, P.P. *Da clausura do fora ao fora da loucura: loucura e desrazão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PELBART, P.P. Manicômio mental: a outra face da clausura. In: LANCETTI, A. *Saudeloucura* 2. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p.131-138.

PEREIRA, M.E.C. Bleuler e a invenção da esquizofrenia. *Rev. latinoam. psicopatol. Fundam.*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 158-163, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142000000100158&lng=en&nrm=iso. Acessado em 15/05/2019.

PEREIRA, M.E.C. *Pânico: contribuição à psicopatologia dos ataques de pânico*. São Paulo: Editora Lemos, 1997.

- PESSOTTI, I. *A loucura e as épocas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- PESSOTTI, I. *O século dos manicômios*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- PESSOTTI, I. *Os nomes da loucura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- PINEL, P. *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.
- ROSE, N. As ciências humanas em uma era biológica. In: *Polis e Psique*, v.4, n.2, 2014, p. 3-43. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/52151/pdf_42. Acessado em 14/03/2020.
- ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? In: *Educ. Real.*, v.26, n.1, p. 33-57, 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/41313>. Acessado em 13/03/2020.
- ROSE, N. *Our psychiatric future: the politics of mental health*. Cambridge: Polity, 2019.
- ROTELLI, F. A instituição inventada. [s.d.]. Disponível em: <https://saudeecosol.files.wordpress.com/2012/10/a-instituic3a7c3a3o-inventada-franco-rotelli1.pdf>. Acessado em 05/07/2019.
- ROTELLI, F.; LEONARDIS, O.; MAURI, D. Desinstitucionalização - uma outra via. In: NICÁCIO, F. (Org.) *Desinstitucionalização*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990, p.17-59.
- RUIZ, V.S.; ATHAYDE, V.; NOGUEIRA FILHO, I.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P.C.; ATHAYDE, M. François Tosquelles, sua história no campo da Reforma Psiquiátrica / Desinstitucionalização e suas pistas para uma abordagem clínica do trabalho centrada na atividade. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 855-877, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v13n3/v13n3a04.pdf>. Acessado em 16/04/2019.
- SILVA FILHO, J.F. A medicina, a psiquiatria e a doença mental. In: TUNDIS, S.A.; COSTA, N.R. (Orgs.) *Cidadania e loucura: políticas de Saúde Mental no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 75 a 102.
- SZASZ, T.S. *O mito da doença mental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SZEJER, M. *Palavras para nascer: a escuta psicanalítica na maternidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- VERAS, M.F.A.S. *A loucura entre nós: a teoria psicanalítica das psicoses e a saúde mental*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Psicologia.

VIARO, M.E. *História das palavras: etimologia*. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Historia-das-palavras.pdf>. Acessado em 25/10/2020.

VIEIRA, A.R.B. Organização e saber psiquiátrico. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 49-58, 1981. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000400005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 29/05/2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Todo mundo é índio, exceto quem não é*. Entrevista concedida à equipe do Instituto Socioambiental para o programa “Povos Indígenas do Brasil”. 2006. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_é_índio.pdf. Acessado em 25/05/2019.

WEDGE, M. *Why French Kids Don't Have ADHD*. 2012. In: https://www.psychologytoday.com/intl/blog/suffer-the-children/201203/why-french-kids-dont-have-adhd?fb_action_ids=10200571130493665&fb_action_types=og.likes&fb_source=other_multiline&action_object_map=%7B%2210200571130493665%22%3A10150652026799798%7D&action_type_map=%7B%2210200571130493665%22%3A%22og.likes%22%7D&action_ref_map=%5B%5D. Acessado em 26/05/2019.

Ensaio 2: Um olhar sobre o trabalho



Figura 12
Título: Sabiá no quintal
Fotografia minha (ano de 2021)

O cio da terra

Debulhar o trigo

Recolher cada bago do trigo

Forjar do trigo o milagre do pão

E se fartar de pão

Decepar a cana

Recolher a garapa da cana

Roubar da cana a doçura do mel

Se lambuzar de mel

Afagar a terra

Conhecer os desejos da terra

*Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão
(Chico Buarque e Milton Nascimento)⁷⁹*

Afinal, o que pode ser o trabalho e o que se produz por ele? Satisfação? Sofrimento? Possibilidade de sustento? Estrutura da sociedade? Felicidade? Obrigação? São muitos e diferentes os significados do trabalho e os motivos pelos quais se trabalha.

Sem a pretensão de responder a tão complexas perguntas, mas inspirada por elas e imbuída do desejo de instigar o pensamento crítico, no presente ensaio, refletirei sobre o trabalho em diferentes momentos históricos e algumas implicações para a sociedade brasileira e para a Reforma Psiquiátrica.

Mas, não me aterei aqui a discussões pertinentes somente às oficinas, pois, ao longo da última década, tenho recortes que delimitam outros campos de interesses.

Buscarei trechos de obras de alguns autores que nem sempre conversam entre si. Isso em nada inviabiliza o uso de alguns percursos de seus pensamentos para enriquecer os que serão feitos aqui, pois, como ensina Eco:

É isto a humildade científica. Qualquer pessoa pode ensinar-nos alguma coisa. [...] O facto é que é necessário ouvir com respeito toda a gente [...] Mesmo o mais encarniçado dos adversários pode sugerir-nos idéias. [...] aprendi que, se se quiser fazer investigação, não se pode desprezar nenhuma fonte e isto por princípio. E a isso que chamo humildade científica (ECO, 1977, p. 160).

Pelo compromisso com o tema, portanto, dialogarei com diferentes pensadores para buscar neles ensinamentos de suas teorias e para exercitar a boa prática da pesquisa.

O trabalho é um dos muitos elementos que podem contribuir para a construção de uma vida digna e para que se alcance o propósito de uma sociedade sem manicômios. A todos – mais loucos, menos loucos, ou mesmo

⁷⁹ BUARQUE, C.; NASCIMENTO, M. Cio da terra. In: _____. *Milton & Chico. Show Primeiro de Maio*. Rio de Janeiro: Philips, 1977. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 1.

nem tão loucos assim – advogo que a oportunidade de trabalho seja ampla e que ele faça sentido para a vida do trabalhador. Defendo, ainda, que o trabalho que garante a sobrevivência ocupe somente o tempo da vida na justa medida do que deve. Mesmo reconhecendo que é tarefa grandiosa, sigo acreditando que é possível construir uma sociedade alicerçada nesses princípios.

Criar mundos e acompanhar sabiás

[...] a esquerda em geral tem uma incapacidade congênita para pensar todo tipo de gente que não seja o bom operário que vai se transformar em consumidor. Uma incapacidade enorme para entender as populações que se recusaram a entrar no jogo do capitalismo. Quem não entrou no jogo – o índio, o seringueiro, o camponês, o quilombola –, gente que quer viver em paz, que quer ficar na dela, eles não entendem. [...] Eles têm essa concepção de produção, de que viver é produzir – ‘O trabalho é a essência do homem’. O trabalho [não é] é a essência do homem [...]. A atividade talvez seja, mas trabalhar, não.

(Eduardo Viveiros de Castro)⁸⁰

A experiência do trabalho é singular, a depender de quem é o trabalhador, de onde se trabalha, da tarefa, da preguiça que provoca, do que se faz no tempo livre, entre tantas outras variáveis. E é também uma experiência coletiva em que há elementos do contexto de lugar e de tempo que refletem uma sociedade. Adentrar tantas complexidades, portanto, merece um aceno inicial: neste ensaio, pensarei o trabalho dialogando com uma

⁸⁰ VIVEIROS DE CASTRO, E. Entrevista para Rafael Cariello. In: *Revista Piauí*. São Paulo: Editora Abril, janeiro de 2014. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-antropologo-contra-o-estado/>. Acessado em 23/12/2019.

pluralidade de autores que, espero, contribuirão com discussões pertinentes à nossa realidade brasileira.

Junto às leituras, especialmente durante a quarentena, tenho aprendido com minha filha sobre muito do que consta nesta tese. Num de seus ensinamentos brincantes, ela conseguiu responder às perguntas que mais dirigiu a mim e ao seu pai durante a pandemia de coronavírus em curso: “o que é morte?”, “o que é morrer?”, “você vai morrer?”, “eu vou morrer?”. A brincadeira foi a seguinte: com seus brinquedos de blocos de madeira, ela construiu uma casinha com um cercado para guardar seus carneirinhos e, num dado momento, inventou que os carneirinhos romperam a cerca, de modo que não restasse nenhum bloco em pé. Os carneirinhos fugiram para uma casa invisível, onde ninguém nunca mais os veria. “E o que acontece nessa casa invisível?”, indaguei. Ela me respondeu num sussurro: “Eles ficam parados. Não vão mais se mexer.” E assim ela conseguiu começar a conversar e elaborar algum sentido para o absoluto sem-sentido que é a morte: a invisibilidade e a ausência de movimento. De trânsito. De fluxo. De atividade.

Hannah Arendt, mulher que levou ao extremo a importância e o vigor de se pensar livremente, faz grandes contribuições às discussões sobre o porquê a atividade é uma das condições, por excelência, que nos permite sobreviver como espécie, possibilitando que os homens vivam juntos e que somem algo de si ao mundo ⁸¹.

Em sua obra “A condição humana” (2010), publicada originalmente em 1958, ela se guiou pela indagação: “o que estamos fazendo?” (ARENDR, op.cit., p. 6) para pensar sobre a humanidade na era moderna. A questão de sua publicação anterior ⁸², que girou em torno de pensar sobre o que possibilitou que os regimes totalitários emergissem no ocidente, continuou ressoando e mesmo foi o motor de “A condição humana”.

Partindo dessa indagação, ela buscou, desde a Grécia Antiga até o pensamento de Marx, algumas referências para pensar sobre eventos que marcaram o século passado, especialmente abordando a concepção helena de

⁸¹ Parte do que está registrado neste ensaio se deve às contribuições da professora Elizabeth de Araújo Lima, durante o momento de qualificação desta tese, em setembro de 2020, que me convidaram a um mergulho no pensamento arendtiano. À Elizabeth, minha gratidão.

⁸² Trata-se de “Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo”, de 1949.

atividade – a *vita activa* – para lidar com o problema da alienação do ser humano em relação ao mundo. Em suas próprias palavras:

O que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana do ponto de vista privilegiado de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes (ARENDR, op.cit., p. 6).

A condição humana, para ela, não seria sinônimo de natureza humana. Não haveria uma “essencialidade” humana a ser, de certo modo, “descoberta” ou “decidida” por alguém, e esse foi o ponto fundamental de sua crítica a Karl Marx. O totalitarismo pensado por Arendt se referiu a uma tradição de pensamento que pretendia, em seu fim último, definir o que era ou não o homem.

Assim como outros pensadores de seu tempo, Marx reproduziu uma tradição na qual estava inserido quando não escapou da armadilha de tentar definir o que seria o homem⁸³ – para ele, um ser produzido pelo trabalho.

Como se deseja do exercício do pensamento, alguns autores refletem sobre teorias alheias, seja para reafirmarem a importância e a verdade do que eles próprios defendem, seja pela nobre tarefa de embates respeitosos de modo a construir uma crítica e uma ideia original. Arendt (2010) pertenceu ao segundo grupo quando refletiu sobre Marx.

Ela chamou a atenção para uma contradição fundamental: se, para ele, o trabalho é o que dá origem e define o próprio homem, como ele pôde defender que o homem deveria se emancipar do trabalho – que seria feito pelas máquinas – para que gozasse do tempo livre e se dedicasse a outras dimensões da vida? Como se libertar daquilo que, para Marx, seria a expressão de sua humanidade?

Arendt tocou especialmente na indiferenciação feita por Marx entre a atividade de fabricação do que ela referiu como “*work*”, atribuída ao *homo faber*, e a ação política que constrói o mundo comum. Ainda, na mesma direção, para ela, Marx também não distinguiu o fazer do *homo faber* da

⁸³ Ao longo da obra “A condição humana”, Arendt usa o masculinismo “homem”, e é por esse motivo que também o farei no presente subitem, além do que já estava explicado na nota de rodapé número 17, em que, optei por manter o substantivo “homem” e os pronomes no masculino na escrita apenas em concordância à língua portuguesa.

atividade instrumental e elementar do que ela chamou de “*labor*”, atribuída ao *animal laborans* (ARENDT, 2005, 2010; LIMA, 2017, 2020; WAGNER, 2000).

Arendt ainda contestou Marx no ponto em que ele declarou que o trabalho se prestaria a garantir a subsistência. Para ela, o trabalho serviria, sim, à manutenção da vida humana, mas não somente.

Propondo uma distinção fundamental entre “trabalho”, “obra” e “ação”, a autora fundou um novo modo de pensar:

Em uma sociedade completamente “socializada”, cuja única finalidade fosse a sustentação do processo vital – e é esse o ideal infelizmente nada utópico que orienta as teorias de Marx – a distinção entre trabalho e obra desapareceria completamente; toda obra se tornaria trabalho, uma vez que todas as coisas seriam concebidas não em sua qualidade objetiva, mundana, mas como resultados da força viva do trabalho e como funções de processo vital (ARENDT, op. cit. p. 109 e 110).

Há alguns embaraços na tradução para a língua portuguesa dos termos “*labor*” e “*work*” que, na edição de “A condição humana” usada aqui ⁸⁴, foram traduzidos por “trabalho” e “obra”. Correia (2010), na nota introdutória da tradução brasileira, refere que

[...] Hannah Arendt antecipa as dificuldades da tradução quando indica quão inusitada é a sua distinção entre *labor* e *work* [...]. Ela [Arendt] insiste [...] na centralidade dessa distinção e da sua diluição – cuja evidência fenomênica ela encontra na persistência das línguas europeias, até a era moderna, de duas palavras para o que viemos a designar apenas como *trabalho* – para a compreensão da era moderna (CORREIA, 2010, p. V e VI, grifos do autor).

Ao longo do texto da presente tese, não usei o termo “trabalho” como Arendt pensou. Mas, o farei agora pela relevância de seu pensamento às discussões sobre a potência criadora de mundos intrínseca à atividade humana.

Desde há muito tempo, tenho o hábito de pensar na origem das palavras, num exercício que me ajuda a entender o que elas podem significar em diferentes contextos. As palavras têm suas próprias histórias e

⁸⁴ Trata-se da edição de número 11, traduzida por Roberto Raposo.

interpretações que amparam e inspiram o modo como empregamos seu uso hoje. A compreensão de Arendt (2010) sobre “trabalho” e “obra” ensina algo sobre isso, especialmente sobre a diferença de tratamento que algumas línguas dão aos termos:

[...] a língua grega distingue entre *ponein* e *ergazesthai*, o latim entre *laborare* e *facere* ou *fabricari*, que tem a mesma raiz etimológica, o francês entre *travailler* e *ouvrer*, o alemão entre *arbeiten* e *werken*. Em todos esses casos, apenas os equivalentes de “trabalho” têm uma conotação inequívoca de dores e penas. O alemão *Arbeit* se aplicava originalmente apenas ao trabalho agrícola executado por servos, e não à obra do artesão, que era chamada *Werk*. O francês *travailler* substituiu o mais antigo *labourer* e deriva de *tripalium*, uma espécie de tortura (ARENDDT, 2010, p. 98, grifos da autora).

“Trabalho”, portanto, tem em algumas de suas genealogias a sugestão da “dor”. Talvez a mais conhecida seja a do “tripálio” – “*tripalium*”, em latim –, instrumento de lavoura também usado para torturar escravos rebeldes (CUNHA, 1986).

Na mitologia da Grécia antiga, o conhecido mito de Sísifo também remete o trabalho ao sofrimento. Conta-se que, pela prepotência em desafiar os deuses ao longo de sua existência, Sísifo foi condenado eternamente à maldição do trabalho rotineiro, enfadonho e infundável de empurrar uma pedra para cima de uma montanha que, quando quase chegava ao cume, fracassava e caía, tendo que ser novamente empurrada (CAMUS, 2018).

O mito ilustra que o trabalho já é questionado há milênios em relação à pena divina e à falta de sentido. Camus (2018) propõe que o herói só sofre por saber de sua situação, e que, paradoxalmente, ser consciente sobre ela traria força:

Se esse mito é trágico, é que seu herói é consciente. Onde estaria, de fato, a sua pena, se a cada passo o sustentasse a esperança de ser bem-sucedido? O operário de hoje trabalha todos os dias de sua vida nas mesmas tarefas e esse destino não é menos absurdo. Mas ele só é trágico nos raros momentos em que se torna consciente. Sísifo, proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda a extensão de sua condição miserável: é nela que ele pensa enquanto desce.

A lucidez que devia produzir o seu tormento consome, com a mesma força, sua vitória. (CAMUS, 2018, p. 86)

Saber sobre o destino – mitológico helênico ou operário atual – torna trágico o trabalho. Mas, não qualquer trabalho. Entre os gregos, o trabalho vil e tormentoso era o que supria os homens em relação à vida biológica, ao passo que o trabalho exercido de modo autônomo era altamente valorizado. Com exceção do trabalho que era executado a mando de outrem e também do que exigia maior esforço físico – como, por exemplo, na mineração, que era realizado por escravos –, a realização das demais ocupações e incumbências era valorizada pelo homem livre:

Historicamente, é importante ter em mente a diferença entre o desprezo com que, nas cidades-Estados gregas, eram vistas todas as ocupações não políticas, resultante da enorme demanda de tempo e de energia dos cidadãos, e o desprezo anterior, mais original e mais geral, pelas atividades que serviam apenas para sustentar a vida [...]. No mundo de Homero, Páris e Odisseu ajudam na construção de suas casas e a própria Nausicaa lava as roupas dos irmãos etc. tudo isso faz parte da autossuficiência do herói homérico, de sua independência e da supremacia autônoma de sua pessoa. Nenhuma obra é sórdida quando significar maior independência; a mesma atividade pode ser sinal de servilismo se o que estiver em jogo não for a independência pessoal, e sim a mera sobrevivência, se não for uma expressão de soberania, mas de sujeição à necessidade (ARENDETT, 2010, p. 102).

Os heróis gregos citados pela autora simbolizam o que se esperava de um cidadão: autossuficiência, sim, mas, sobretudo, envolvimento com questões da *pólis*.

Também o clássico de Hesíodo “O trabalho e os dias”, que se diz ter sido escrito porque o autor se percebeu injustiçado em relação ao irmão Perses na partilha da herança paterna, apresenta uma versão do trabalho ao homem grego:

A Fome é em tudo a companheira do homem ocioso; deuses e homens se indignam com quem ocioso vive [...] Com trabalho os homens tornam-se ricos em rebanhos e opulentos, e trabalhando serás muito mais querido dos imortais e dos mortais: muito eles odeiam os ociosos. O trabalho não é nenhuma desonra; desonra é não trabalhar. E se trabalhares,

logo o ocioso procurará igualar tua riqueza: ao rico acompanham mérito e prestígio. Qualquer que seja tua fortuna, trabalhar é preferível, se o teu louco espírito dos bens alheios desvias para o trabalho e atentas para a subsistência, como te ordeno (HESÍODO, 2012, p. 91 a 93).

A passagem diz respeito ao trabalho que o autor advoga ter faltado ao irmão e à uma crítica ao ócio que nada produz. Entretanto, vale sublinhar que o ócio era prezado pelos homens livres para que pudessem amar os ofícios das artes, letras, filosofias, ciências, política e também para cultivar a beleza do corpo pelos afazeres militares, jogos, ginásticas e danças. O homem livre grego não abdicava de certos fazeres, desde que exercidos livremente e sem sujeição à necessidade.

Durante um momento de diversão com minha filha, em que fazíamos folia com as formigas no quintal, imaginei rapidamente que, numa analogia brincante entre a fábula “A cigarra e as formigas” e o pensamento arendtiano, a cigarra bem poderia ser o *homo faber* e a formiga o *animal laborans*. Aprendo com minha filha sobre o doce ofício de nomear coisas vivas, seja com nomes inventados ou realocados de lugar. Manoel de Barros também conhecia a delícia disso: “As coisas que não tem nome são mais pronunciadas por crianças”⁸⁵.

Em meu olhar lúdico, o *animal laborans* descrito por Arendt seria algo como a formiga do conto infantil: aquele que trabalha para assegurar a sobrevivência biológica do corpo e da espécie. Os frutos do trabalho são efêmeros, pois se referem aos metabolismos do corpo e a objetos descartáveis e obsoletos para serem consumidos imediatamente. Sua utilidade é a manutenção da vida biológica e a excitação momentânea gerada pelo consumo. A condição humana do trabalho são os processos vitais do corpo: comer, dormir, se banhar, algo parecido com coletar folhinhas e carregá-las ao formigueiro para garantir os ciclos do processo vital.

Já o *homo faber*, a cigarra cantora e farrista, é a fabricante de uma obra, resultado de um fazer baseado na criação. Ela é antinatural porque transforma

⁸⁵ BARROS, M. O livro das ignoranças. In: _____. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2013, p. 276.

a natureza bruta em bem manufaturado, o que possibilita construir um mundo artificial de coisas e dar permanência a ele. A obra tem um começo e um fim marcados, ao contrário do trabalho, que é cíclico e perene. Pela obra se cria um lugar, um pertencimento e uma marca do criador no mundo, num processo que Arendt (op.cit.) chamou de “mundanidade”.

A pensadora ensinou que as categorias “trabalho” e “obra”, juntos à “ação”, são os elementos que formam *vita activa*. Os dois primeiros são próprios da vida privada e não exercem influência na pública. Já a ação é a atividade política por excelência, de ordem pública e durável, e que se produz pelo diálogo e relação entre os homens (ARENDR, 2005, 2010; CORREIA, 2013; LIMA, 2017, 2020).

Dentre as três, para Arendt, a ação é a atividade mais humana: “Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros” (ARENDR, 2010, p. 27). Novamente, meu quintal brincante também é laboratório científico: os sabiás que minha filha acompanha diariamente trabalham buscando o que comer, constroem a obra de seus ninhos, mas não exercem ação política debatendo sobre o mundo. Os fazeres que suprem suas necessidades passarinhas inspiram diálogos entre mim e minha filha. Esses, sim, políticos.

Com 3 anos de idade, ela já compreende minimamente que alguns pactos animais existem para garantir a sobrevivência da espécie e que os animais não precisam, como nós, de enredos políticos que os unam na construção de um mundo comum. Seus mundos são suas próprias comunidades habitando um ecossistema.

Ensino à ela que precisamos da política não apenas porque somos seres constituídos por nossa linguagem – e o uso do discurso político, como Arendt bem pensou, é um de nossos pontos altos como espécie. Precisamos da política para habitar o planeta de modo mais saudável, para reconstruir o que já destruímos e para questionar a prepotente ilusão de que o ser humano é o animal mais importante do planeta, sendo capaz de destruí-lo e também de reconstruí-lo.

Talvez uma das maiores novidades da pandemia de coronavírus que estamos vivendo no momento foi a de nos ter colocado no devido lugar de onde jamais deveríamos ter saído: de uma humanidade contida num corpo vivo e mortal como o do sabiá e de todos os outros animais, corpo esse que precisa solidariamente do corpo do outro para estar vivo ⁸⁶.

A ação política, portanto, é uma das principais categorias que nos distingue dos demais animais. Nossa condição humana por excelência está – ou ao menos deveria estar – no centro de nossos interesses. Política esta que só se faz pelo encontro no espaço público, em contraponto ao privado ⁸⁷, e pelo livre debate entre homens iguais.

Essas são as duas condições que, para Arendt, a ação precisa para acontecer: a pluralidade – de homens e de pensamentos – e o discurso – modo pelo qual se exercem os debates. A pluralidade, aliás, que talvez hoje nos falte, impregnados que estamos por um modo de pensar dual e, por isso, tendente ao totalitário – “a favor” ou “contra” algo.

Se o sentido da política é o da liberdade no espaço público, em contraposição à tirania do espaço privado, temos uma curiosa inversão na atualidade brasileira: vivemos um momento em que representantes do povo são eleitos democraticamente com promessas de campanha que os aproximam do lugar de tirania. Um paradoxo?

⁸⁶ Um gracejo ao leitor para dissipar qualquer possível aridez de um texto acadêmico: é assertivo afirmar que não há ação política entre os sabiás, já que a *pólis* como organização social só concerne aos humanos. Entretanto, não nos furtemos, nós das humanidades que frequentemente somos demasiados centrados em nós mesmos, de tentarmos alcançar as relações que os sabiás têm entre si e conosco. Como inspirou Manoel de Barros, não deixemos apenas às ciências naturais a incumbência prazerosa de estudar os sabiás:

*A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá
mas não pode medir seus encantos.
A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem
nos encantos de um sabiá.*

*Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar:
divinare.*

Os sabiás divinam.

(Manoel de Barros)

Referência: BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 316.

⁸⁷ A discussão sobre as esferas “pública” e “privada” será feita no subitem “Os ‘nós’ e os ‘eus’” do presente ensaio.

Entre muitas novidades, o pensamento de Arendt traz uma que, particularmente a mim, soa especial: agir, para ela, é exercício de “natalidade”, belo termo escolhido para dizer sobre a potência humana de gerar o novo. Diferente dos pensadores que localizam na morte a categoria para compreender a vida, para a pensadora, a presença humana no mundo não se define baseada na finitude, mas no nascimento. O fim último do ser humano não é morrer, mas começar. A cada parto, surge também a novidade e a esperança (ARENDR, 2010).

Nossa existência se caracteriza por nascermos para o mundo e pela capacidade de sempre podemos criar algo novo, a despeito do fato inquestionável de que, um dia, morreremos. Caminhamos, portanto, na direção da criação, e não na direção do fim. Deixemos o fim para o último momento: enquanto estamos vivos, criemos.

É por crer na capacidade humana de criação que guardo esperança de que nosso país superará séculos de exploração e de que nossa democracia se firmará como caminho possível para fazer nascer um país diferente. Localizo minha tese de doutorado na tentativa de ser uma pequenina centelha de colaboração para esse nascimento, pois pensar sobre loucura, trabalho e oficinas é também pensar sobre nosso futuro político brasileiro.

Arendt contribui no sempre vivo exercício de tentar compreender criticamente a atualidade e agir nela, e também interessa, a esta pesquisa, refletindo sobre o porquê o correr dos dias parece se impregnar da preponderância do labor – nada vulgar e extremamente necessário, diga-se de passagem – em detrimento do agir político implicado com o comum.

Não nego, obviamente, a importância do teto que abriga, da mesa farta, do corpo banhado, do sono bem dormido, que é o mínimo de dignidade que merece um ser humano e que, particularmente, me alegro em poder desfrutar. A atividade de reprodução e sustentação da vida é fundamental, pois é por meio dela que nosso corpo sobrevive. A questão é que a energia que empenhamos para garantir esse mínimo talvez seja maior do que a usada para exercer a ação política. E não por opção, mas porque nem sempre conseguimos dispor de tanta energia para garantir a sobrevivência e, também,

para criar nossos mundos. O dia-a-dia é impregnado da necessária criação *versus* a dureza da exaustão.

Evidentemente, a atividade que se pratica hoje é fruto de séculos de histórias pós-civilização grega. Entre eles e nós, há muitas páginas que, embora pertinentes, não caberiam nesta tese.

Fazendo um salto milenar, com o advento do cristianismo no período medieval, a *vita activa* perdeu espaço para a contemplativa, em que a máxima cristã tornou possível a novidade de uma suposta vida eterna espiritual ao alcance de todos: homens, mulheres, livres ou escravos. A concepção da verdadeira vida, portanto, era a que se alcançava depois da morte e mediante o cumprimento de certos requisitos. Se os gregos valorizavam o trabalho como atributo do homem livre, aos cristãos o trabalho passou a ser tido como castigo (ARENDDT, 2010; LIMA, 2017).

Diferente da tradição grega, na metáfora da criação humana da tradição cristã, Adão e Eva, primeiros filhos do criador e habitantes do paraíso, foram condenados ao trabalho por infringirem a lei divina de não morder a maçã ofertada pela serpente. Ao homem, nada mais seria dado para sua sobrevivência que não fosse fruto de seu próprio trabalho; à mulher, foram atribuídas as dores do trabalho de parto⁸⁸. A preguiça também era infração à lei de Deus, se tornando um pecado capital a ser combatido. Era o fim do ócio.

Há semelhanças com o mito de Sísifo, em que o martírio do trabalho simboliza punição divina; mas, no cristianismo, o trabalho serviria para garantir o sustento e a propagação da espécie, ao contrário do trabalho sem sentido do herói grego. São curiosos os mitos que tentam simbolizar o imperativo do sofrimento do trabalho como causa do enfrentamento humano ao divino, assim como é surpreendente que os primórdios do termo “trabalho”, como usamos hoje, remetem a algo que faz sofrer.

A passagem da tradição grega à cristã, no que tange à compreensão do trabalho, é longa e não me atarei a ela. Mas, vale constar que o cristianismo

⁸⁸ O trecho consta no livro de Gênesis, que integra a Bíblia Sagrada. Referência: BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: *Bíblia sagrada: Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 1990, p. 16-17.

também contribuiu para a concepção de trabalho que temos hoje. Arendt marca que,

No limiar da era moderna encontram-se três grandes eventos que lhe determinaram o caráter: a descoberta da América e a subsequente exploração de toda a Terra; a Reforma, que, expropriando as propriedades eclesiásticas e monásticas, desencadeou o duplo processo de expropriação individual e acúmulo de riqueza social; e a invenção do telescópio, ensejando o desenvolvimento de uma nova ciência que considera a natureza da Terra do ponto de vista do universo (ARENDR, 2010, p. 309).

São novidades que, mesmo pertencendo a um mundo pré-moderno por não terem rompido com a tradição, foram precursores da moderna alienação do homem em relação ao mundo.

A Reforma Protestante configurada pelo luteranismo e o calvinismo ⁸⁹ no século XVI inaugurou uma nova moral ao propor que o trabalho disciplinado, perseverante e incansável, somado à prudência econômica, faz parte do dever de quem almeja alcançar a ascensão social e espiritual. A salvação do ser humano, portanto, estava ao alcance de suas mãos e não mais reservada ao poder divino. Aquele que orgulhosa e honradamente se submetesse à vontade divina, cumprindo com glória seu calvário, seria recompensado em vida com o lucro, a riqueza e o sucesso econômico e, ao morrer, teria garantida a salvação do espírito. A direção religiosa contribuiu para a consolidação do discurso de que o trabalho não era “castigo”, mas “virtude” (RIESEBRODT, 2012) e que, se fosse fruto da fé e do esforço pessoal, também colaboraria para uma defesa falaciosa – e perigosa – de que o direito a uma vida digna deveria ser garantido aos que o conquistassem pelo mérito de seu próprio esforço pessoal.

A eternidade ocupou o centro dos interesses humanos e todo tipo de atividade passou a ser mera garantidora da sobrevivência. A tradição cristã e a ideia de “trabalho” – que, aliás, sequer existia como conceito – da era medieval

⁸⁹ Martinho Lutero (1483- 1546), teólogo alemão, foi o mais importante precursor da Reforma Protestante pelas críticas que fez ao catolicismo romano através de suas “95 teses”, em que principalmente criticava a venda de indulgências e pregava a salvação pela via da fé. Foi excomungado pelo papa e fundou, então, a Igreja Luterana (ENCICLOPÉDIA MODERNA, p. 1613). Já João Calvino (1509-1564), teólogo francês, foi o principal difusor do pensamento luterano em seu país e forte influência em diversos outros (ENCICLOPÉDIA MODERNA, p. 470).

foram remodeladas apenas quando a Revolução Francesa elevou a razão e a ciência como os meios privilegiados para se conhecer o mundo, e também quando a Revolução Industrial propôs que a igualdade entre os homens se daria pelo trabalho e não mais pela fé.

A inauguração da era moderna ⁹⁰ valorizou o trabalho como categoria fundamental da vida humana, trazendo o homem à centralidade do mundo, no lugar do expoente máximo divino. Se na era precedente o significado do trabalho era restrito à manutenção da existência biológica para que se alcançasse a eternidade divina, em nossa era ele se tornou um dos maiores valores humanos para que o homem produzisse a si mesmo. Um deslocamento do divino ao humano, portanto. É nesse terreno que o pensamento de Marx encontrou fertilidade para ser semeado e crescer: a centralidade do homem e o valor do trabalho o permitiram afirmar que o caráter de “humano” seria criado pelo trabalho.

O interesse de Arendt na investigação da atividade humana suplanta a história. Ela estava profundamente conectada ao seu presente. E aí está guardada outra inovação: a crítica que empreende pretende, partindo de uma análise da atividade humana, pensar sobre a moderna alienação do homem em relação ao mundo comum.

Arendt (2010) localiza o apogeu da alienação em dois grandes marcos: com a partida à lua, o homem se libertou dos grilhões que o prendiam a Terra, e com o descompromisso com o mundo comum, ele fugiu para o seu ego. O homem tornou-se abastado quanto às evoluções tecnológicas e, ao mesmo tempo, relegou ao segundo plano as relações entre as pessoas e a responsabilidade pelo mundo.

Criação de mundos é atividade humana por excelência e é de ordem pública. Arendt ensina que “público”

[...] significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos

⁹⁰ Arendt faz uma distinção entre o que chama de “era moderna” e “mundo moderno”. A primeira se inicia com a afirmação de Galileu Galilei sobre a Terra girar em torno do Sol, marcando o início das ciências naturais (século XVII), e termina no século XX, tendo como ponto alto as Revoluções Francesa e Industrial. Já o mundo moderno surgiu politicamente com as primeiras explosões atômicas. Para ela, “A condição humana” trata da era moderna e tem como pano de fundo o mundo moderno.

nele. Esse mundo, contudo, não é idêntico à Terra ou à natureza [...]. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o que é fabricado pelas mãos humanas, assim como os negócios realizados entre os que habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que o possuem em comum (ARENDDT, op. cit., p. 64).

O mundo comum é um lugar de vínculos espontâneos e livres que possibilitam a proximidade entre indivíduos que pensam e agem em favor do que é público e durável. Se o mundo comum é legado das gerações anteriores destinado às presentes, cujo pacto deveria ser o de entregá-lo melhor às futuras, estamos vivendo um momento crítico no que tange à herança que deixaremos. Para a pensadora,

[...] o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro, preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência nele. É isso o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e com aqueles que virão depois de nós (ARENDDT, op. cit., p. 67).

A falência do homem moderno, para ela, está decretada quando ele dirige seus olhares ao cosmos mais que ao ambiente terrestre, estando tecnicamente instrumentalizado para abandonar o interesse pelo planeta e se projetar céu afora na busca da verdade científica de leis universais. Junto a isso, a falência também diz respeito ao homem moderno se render à introspecção em detrimento das relações humanas. O diagnóstico arendtiano da modernidade é o de uma era de irresponsabilidade, em que a alienação desvincula o homem da obrigação de cuidado com o mundo e gera descuido com essa herança (ARENDDT, 2010; LIMA, 2017).

O antídoto para isso, segundo Arendt? A condição da pluralidade de relações e de ideias contidas na ação, que permite aos homens que se responsabilizem pelo mundo comum.

A urgência de redenção pela política não se refere a um campo utópico em que acertos sejam objetivos a serem perseguidos e erros a serem evitados, pois a ação comporta, para a pensadora, os caracteres da imprevisibilidade e da irreversibilidade.

No capítulo V “A ação”, de “A condição humana” (2010), Arendt ensina que a ação é imprevisível porque aposta na afirmação da potência da natalidade, de fazer nascer o novo, mesmo que não se saiba o que advirá daí. Quase como na brincadeira de jogar os dados. Ou algo parecido com a canção de Caetano Veloso: “coragem grande é poder dizer sim”⁹¹. Um “sim” afirmativo à vida que nasce. Arendt escreve:

Agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, “começar”, “conduzir” e, finalmente, “governar”). Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir (ARENDR, op.cit., p. 221 e 222).

Clarice Lispector inspira quando escreve que “Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida”⁹². Por que essas moléculas e não outras? Impossível saber. Nas palavras de Arendt,

[...] a origem da vida a partir da matéria inorgânica é uma infinita improbabilidade dos processos inorgânicos, como é o surgimento da Terra, do ponto de vista dos processos do universo, ou a evolução da vida humana a partir da vida animal. O novo sempre acontece em oposição à esmagadora possibilidade das leis estatísticas e à sua probabilidade que, para todos os fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim o novo sempre aparece na forma de um milagre (ARENDR, op. cit., p. 222 e 223).

Mesmo incerto e assumindo que há perigos, não haveria outro caminho para manutenção da espécie humana e para a responsabilidade em relação ao mundo comum. Assim como ocorre com a dimensão biológica, a ação política também é imprevisível e suas consequências são inesperadas.

A natalidade da ação que empreende a inovação, junto à surpresa do novo emergindo, são o que possibilitam a nós, seres humanos, deixarmos nossas marcas no mundo e entregá-lo diferente – e preferencialmente melhor, é óbvio – aos que virão.

⁹¹ VELOSO, C. Nu com a minha música. In: _____. *Outras palavras*. Rio de Janeiro: Phillips, 1981. Disco sonoro de vivil, lado A, faixa 6.

⁹² LISPECTOR, C. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 21.

Mas, e se os efeitos não forem os melhores ao mundo? Não há, para Arendt, possibilidade de reverter uma ação. Uma ação de um homem reverbera e desencadeia uma reação em outro homem, que desencadeia mais uma em um terceiro, e assim sucessivamente. Uma vez ato, para sempre fato.

Se não há como revertê-la e se não há como saber de antemão sobre seus efeitos, o que nos motiva a assumirmos os riscos e continuarmos a agir, mesmo sabendo que talvez padeçamos da ação? A saída que Arendt aponta em “A condição humana” é: a possibilidade de ativar as capacidades humanas de prometer e perdoar, para que, ao menos, se amenize algumas consequências da ação.

Promete-se para que haja um compromisso sobre o agir, de modo que ele corresponda ao que se espera, embora sabedor de seu caráter imprevisível. Prometer é próprio da esperança, de desejar que algo se dê, e é uma das forças que nos motiva a agir para isso. Como na inspiração cançãoeira na voz de Milton Nascimento: “Caminhando pela noite de nossa cidade, acendendo a esperança e apagando a escuridão. Vamos caminhando pelas ruas de nossa cidade viver derramando a juventude pelos corações”⁹³. Numa luz de confiança de que é possível criar mundos, com juventudes de ideias, dando à luz pessoas e outras políticas. Sobretudo, fazer nascer outro mundo, menos desigual, mais humanamente respeitoso e digno, como no pedido de Milton que tanto reverbera em mim: “Vamos caminhando de mãos dadas com a alma nova viver semeando a liberdade em cada coração. Tenha fé no nosso povo que ele acorda”⁹⁴. Esta tese de doutoramento também tem a pretensão de ser força natal, afirmando a importância da liberdade política e de pensamentos.

E se o que vier não corresponder ao que se espera? Para Arendt, como a ação guarda o caráter de ser irreversível, a única possibilidade de se prosseguir agindo é perdoar e ser perdoado. Libera-se, assim, o outro das consequências daquilo que fez – embora, com a ressalva de que “liberar” não é desobrigá-lo das consequências da ação.

Sobre promessa e perdão, Arendt nos deixou esse belo trecho:

⁹³ NASCIMENTO, M.; BRANT, F. Credo. In: NASCIMENTO, M. *Clube da Esquina 2*. Rio de Janeiro: EMI, 1978. Disco sonoro de vinil, disco 1, lado A, faixa 1.

⁹⁴ Idem.

A redenção possível para a vicissitude da irreversibilidade – da incapacidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber que se fazia – é a faculdade de perdoar. O remédio para a imprevisibilidade, para a caótica incerteza do futuro, está contido na faculdade de prometer e cumprir promessas. As duas faculdades formam um par, pois a primeira delas, a de perdoar, serve para desfazer os atos do passado [...]; e a segunda, o obrigar-se através de promessas, serve para instaurar no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, ilhas de segurança sem as quais nem mesmo a continuidade, sem falar na durabilidade de qualquer espécie, seja possível na relação entre os homens (ARENDRT, op.cit., p. 295 e 296).

Perdoar e prometer são, portanto, faculdades da ação, e só podem ser exercidas no contexto da pluralidade, pela convivência no que Arendt chama de “teia de relações” – espaço entre os homens para que cooperem e construam um mundo comum.

A pertinente indagação de Arendt sobre “o que estamos fazendo” com o mundo comum – como lar da humanidade e também como lugar de toda natureza da qual também fazemos parte – permite que ela deduza a falência de um projeto de sociedade. A inferência parte de uma crítica à inversão das atividades mais basilares da *vita activa* na tradição ocidental: o agir político produzido nessa teia de relações tem sido derrotado pelos valores do *animal laborans*, cujas características se tornaram a marca da modernidade.

Se Marx estivesse certo, a produtividade no trabalho levaria a uma determinada soma de capital que bastaria para que o homem se liberasse da obrigação do trabalho. Mas, as décadas precedentes a Marx se mostraram tempos de interesses cada vez maiores no acúmulo de capital e de riqueza, condicionados a um trabalho que se fazia cíclico e sem fim, como se espelhasse os ciclos da natureza.

Intimamente ligado ao acúmulo está o consumo: na era moderna, o trabalho tornou-se, em última instância, o que permite ao homem produzir para consumir e consumir para produzir. Preferencialmente, consumir objetos descartáveis e de maneira imediata e voraz para possibilitar que o ciclo rapidamente se refaça. O ser humano é reduzido, portanto, à díade produtor-

consumidor e o tempo é experimentado como regulador cada vez mais veloz da vida.

Arendt ensina que a produção de obra – artifício humano que confere durabilidade ao mundo comum e que distingue o lar humano de toda a natureza – e a produção de ação – de caráter mais perene ainda e que nos permite deixar nossas contribuições ao mundo para além de nossa presença – correm riscos num contexto em que o trabalho que garante a sobrevivência biológica e um ciclo infindável de consumo ocupam a centralidade das preocupações humanas.

Disso, impõe-se uma questão: se a prioridade é essa espécie de trabalho, como encontrar meios para exercer o agir político, se este demanda tempo de escutar o outro para que a pluralidade de ideias se apresente? Arendt pensa que

[...] o tempo excedente do *animal laborans* jamais é empregado em algo que não seja o consumo, e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e ardentes são os seus apetites. O fato de que esses apetites se tornariam mais sofisticados, de modo que o consumo já não se restringiria às necessidades da vida, mas, ao contrário, concentra-se principalmente nas superfluidades da vida, não altera o caráter dessa sociedade, mas comporta o grave perigo de que afinal nenhum objeto do mundo esteja a salvo do consumo e da aniquilação por meio do consumo (ARENDR, 2010, p. 165 e 166).

Sem pretensões de outros usos do tempo, para ela, o homem estaria aprisionado a um funcionamento em que seria preciso devorar – ou mesmo descartar – o objeto de consumo o quanto antes, para que produza e consuma outro objeto. Faz-se um ciclo que se retroalimenta indefinidamente e que dá a falsa ideia de que a felicidade mora no obsoleto e no que pode ser frequentemente renovado. O circuito de ‘produzir para devorar e devorar para produzir’ desenha uma sociedade de consumidores muito mais do que de cidadãos.

Experiências de vida também se desenham pela pressa e pelo caráter glutão: drogas psiquiátricas são consumidas porque prometem entorpecimento e rápido alívio ao sofrimento inerente à existência humana, a infância se torna momento primordial de formação de novos consumidores, mães e pais

consomem saberes *psis* que pretensamente os façam padrões de excelência de maternidade e paternidade, artes são produzidas para se tornarem potencialmente vendáveis, relações humanas se tornam descartáveis como se fossem mercadorias, entre muitas outras formas de produzir e de existir modeladas pelo consumo.

“Necessidades” nem tão necessárias assim constituem engrenagens que fazem a roda da economia girar. E essa lógica, aparentemente ingênua, constitui uma das cruéis marcas da era moderna: é a que induz à primazia de um trabalho muitas vezes sem sentido, que se faz valer pelo desperdício e que não permite algo cuja duração exceda ao momentâneo devorar.

Críticas ao modo de existência cujos valores são os do *animal laborans* não podem apagar sua real importância. Refiro-me a nos mantermos vivos; afinal, somos, em primeira instância, animais. Sem relativizar os problemas provocados pela experiência de consumo totalizadora das formas de vida, há os urgentes e legítimos ciclos biológicos do corpo a serem supridos pelo trabalho. Afinal, como já escrito, creio que todo ser humano deve ter, no mínimo, a dignidade de um teto, de banho, de sono e de mesa farta.

Aludo a mais uma recordação cançãoeira que retrata com agudeza o sentimento de indignação que me leva a escrever, mas ao qual me faltam palavras para traduzir. Milton Nascimento e Lô Borges cantam a realidade de parcela do povo brasileiro que – muito – trabalha para – pouco – comer: “Gira a roda do moinho/ Mói o milho, mói o trigo, faz o pão/ Pão e água mal servidos para devorar”⁹⁵, e cantam também a economia que tenta esmagar a vida e a esperança: “Gira a roda da fortuna / Mói a vida, mói o sonho, mói o pão/ Pão e circo mal servidos para devorar”⁹⁶. Responsabilizar-se pelo mundo comum torna-se desafio maior aos que tem como foco da vida a obrigatoriedade da atividade do *animal laborans* para que haja um “Prato mal feito todo dia, povo a devorar, como pasto verde calmamente devorado pelos animais”⁹⁷.

⁹⁵ BORGES, L.; BORGES, M.; MOTA, R. Pão e água. In: NASCIMENTO, M. *Clube da Esquina* 2. Rio de Janeiro: EMI, 1978. Disco sonoro de vinil, disco 1, lado B, faixa 4.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Ibidem.

Durante a pandemia em curso, o problema da fome – que, junto à falta de moradia, são as representações mais cruéis da injustiça social – aumentou drasticamente no país. O “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, produzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2021), feito por ampla e representativa coleta de dados feita entre 5 a 24 de dezembro de 2020 nas cinco regiões brasileiras, mostra que, naquele momento da pandemia, mais da metade da população brasileira (55,2%) estava sofrendo com insegurança alimentar ⁹⁸ (IA) e que 9% (cerca de 19 milhões de pessoas) enfrentavam a fome. Indignante saber que a IA era zero em domicílios cuja renda era de 1 salário mínimo *per capita*, e que desde o início da estratégia Fome Zero ⁹⁹, há 17 anos, o país não vivia situação semelhante.

As tristes informações têm relação direta com a situação de empregabilidade do brasileiro. De acordo com o documento,

Observou-se que a alta vulnerabilidade à IA relativa aos baixos rendimentos estava associada às condições de trabalho e ao desemprego [...]. Comparando com a situação de trabalho formal da pessoa de referência dos domicílios, a IA grave foi quatro vezes superior entre aquelas com trabalho informal, e seis vezes superior quando ela estava desempregada (REDE PENSSAN, 2021, p. 41).

Os impactos da pandemia insegurança alimentar e o avanço da expansão da fome são heterogêneos. A fome atingiu mais incisivamente os que já não tinham emprego – formais ou informais – e os que perderam durante o período: “O inquérito revelou que a perda de emprego de algum(a) morador(a) e o endividamento da família são as duas condições que mais impactaram o acesso aos alimentos no período pesquisado” (REDE PENSSAN, 2021, p. 44).

⁹⁸ Insegurança Alimentar (IA) refere-se à situação de uma pessoa ou um grupo de pessoas não terem acesso pleno e permanente a alimentos.

⁹⁹ “Fome Zero” refere-se a um programa governamental de estratégias políticas estruturais e emergenciais para a erradicação da fome entre pessoas que vivem em condições de miséria extrema no país.

Aumentaram os números de trabalhadores desempregados durante a pandemia, especialmente no mercado informal (MATTEI, HEINEM, 2020). As demissões e a queda da renda têm piorado a desigualdade social no Brasil e aprofundado a experiência da fome (ALPINO *et al.*, 2020; COSTA, 2020; RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020). São dois dos maiores desafios a serem vencidos, junto, evidentemente, à contenção da contaminação da população pelo coronavírus.

Curiosa e paradoxalmente, na era do consumo – de coisas, de relações, de imagens, de ideias, entre outros – em que são criadas formas de vida marcadas pela voracidade e imediatismo, para uns há comida, diversão, arte¹⁰⁰ e tudo o mais que permite uma vida digna, ao passo que, para outros, há a miséria. Injusta divisão.

Mas, o que nos desvitaliza também pode mostrar algumas das muitas forças que temos. O fato de que a maior prioridade é o prato mal servido não significa que seja a única prioridade. Somos um povo que arrefece na lida diária pelo pão e água e, ao mesmo tempo, aquece nas parcerias. Prova disso? O acolhimento com que recebemos quem nos bate à porta e a parceria com que nos cuidamos.

A solidariedade brasileira que, creio eu, também é acentuada – embora não nasça disso – pela amarga ausência do Estado se apresenta no esforço coletivo para que mais pessoas possam ter uma vida digna. Lembranças, tenho aos montes: das famílias que, durante minha infância, nós cuidávamos e que nos cuidavam, do empenho dos pescadores da Pedra do Sal para que ninguém ficasse sem água¹⁰¹, dos incontáveis vizinhos de Taquaruçu que hoje nos chamam ao portão para partilhar frutos, tubérculos, verduras, garrafadas que

¹⁰⁰ Alusão à canção “Comida”. Referência: ANTUNES, A.; FROMER, M. BRITO, S. Comida. In: TITÃS. *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. Rio de Janeiro: WEA, 1990. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 2.

¹⁰¹ À época em que morei no bairro Pedra do Sal, em Parnaíba-PI, o abastecimento de água se dava duas vezes por semana, durante aproximadamente quatro horas, tempo em que as pessoas enchiam suas cisternas e/ou baldes. Os moradores mais antigos contavam que a chegada da água não era tão recente na comunidade e que, antes disso, a situação era pior. Curiosamente, havia água na superfície, e bastavam poços raros para captá-la. Mas, havia poços em poucas casas, que nem sempre conseguiam suprir a demanda de toda a comunidade. Lamentavelmente, não se tratava de uma realidade local, mas de um retrato de muitas regiões brasileiras em que os governos lucram de diversas formas com a seca agreste.

eles próprios cultivam e produzem em suas casas, de seus pedidos por nossa escuta e intervenção profissional, entre muitas outras. Não prolongarei o registro de memórias porque estou certa que você, caro leitor, também guarda as suas de mesmo teor.

Facilmente solidariedade é confundida com compaixão. Não me deterei longamente em diferenciá-las, valendo apenas uma pontuação. Caponi (1999, 2000), pensando na assistência médica, fez uma genealogia entre o controle sanitário das populações e a lógica da compaixão utilitarista e piedosa cujas intervenções são fortemente carregadas de motivações de caridade e de filantropia. A compaixão, mascarada de humanismo, embasa relações assimétricas entre os que detêm certo saber técnico para servir aos que recorrem e obedecem a ele.

Uma produção de saúde desvinculada de qualquer intenção do controle das populações, para a autora, advém da simetria das relações entre sujeitos que cuidam e os que são cuidados: “Privilegiar a solidariedade em detrimento da compaixão piedosa significa, simplesmente, privilegiar o diálogo em detrimento do monólogo” (CAPONI, 2000, p. 44). Diálogo que só é possível ao se considerar a ética no âmbito da saúde:

Só podemos falar de ética quando existem ações que envolvem sujeitos livres e responsáveis com um mundo constituído, por sua vez, por sujeitos livres e conscientes. A solidariedade, como princípio, não é outra coisa que a realização de ações que beneficiem os outros, a partir do reconhecimento do outro como sujeito autônomo capaz de tomar decisões e de fazer escolhas, isto é, de aceitar ou de rejeitar essas ações (CAPONI, 2000, p. 45).

Ao longo de seu texto, a compreensão de Caponi sobre solidariedade se baseia nos pensamentos de Arendt sobre a condição humana da pluralidade na ação política. Ter como parâmetros, na saúde, a simetria e a liberdade do sujeito de escolher e decidir, implica reconhecê-lo como alguém responsável por si e também pelo mundo.

Arendt, no ensaio “Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing”, dedicado ao poeta e dramaturgo alemão Gotthold Ephraim Lessing, publicado em sua obra “Homens em tempos sombrios” (1968) e

proferido em seu discurso durante o recebimento do Prêmio Lessing concedido a ela pela Cidade Livre Hamburgo, em 1959, pensa que a fraternidade ¹⁰², unida à igualdade e à liberdade, lema da Revolução Francesa, confunde-se à ideia de compaixão e passa a inspirar as demais revoluções europeias. Para ela, munida de seu espírito crítico,

[...] a compaixão [entre os humanistas] é inquestionavelmente um afeto material natural que toca, de forma involuntária, qualquer pessoa normal à vista do sofrimento, por mais estranho que possa ser o sofredor, e portanto poderia ser considerada como base ideal para um sentimento que, ao atingir toda a humanidade, estabeleceria uma sociedade onde os homens realmente poderiam se tornar irmãos. Através da compaixão, o humanitário com idéias revolucionárias do século XVIII almejava a solidariedade com os infelizes e miseráveis — um esforço que equivalia a penetrar no próprio domínio da fraternidade. Mas logo se tornou evidente que esse tipo de humanitarismo, cuja forma mais pura é privilégio dos párias, não é transmissível e não pode ser facilmente adquirido por aqueles que não pertencem aos grupos párias (ARENDDT, 1968, p. 15 e 16).

Embora pretensamente universal e aspirando alcançar a todos numa grande união, a compaixão se enlaça à noção de fraternidade, abrangendo apenas alguns pares e reafirmando que o sentimento é seletivo e, portanto, excludente.

Já a aposta na solidariedade, para Caponi, coaduna com o caráter dialógico do exercício político, em que ideias diferentes de sujeitos diferentes são debatidas em favor da responsabilização pelo mundo comum. Sem almejar a união, tampouco privilegiar os pares, a aposta no diálogo pretende a consideração de ideias plurais.

A isso Arendt (1968) tratou, no ensaio citado acima, como o *amor mundi*: o sentimento de pertencimento ao mundo que se dá pela convivência entre os homens e pela responsabilidade política pelo mundo. Amor que não se refere ao romantismo, mas que gera compromisso com o comum, que se dá pela publicidade de relações e pelo pensamento crítico. É sobre isso, e também

¹⁰² A fraternidade para Arendt será tratada no próximo subitem do presente ensaio.

sobre a importância vital do pensamento crítico, que tratarei no próximo subitem do presente ensaio.

Sobre pensamento, amor, pescadores e sentidos

Primeiro de Maio

*Hoje a cidade está parada
E ele apressa a caminhada
Pra acordar a namorada logo ali
E vai sorrindo, vai aflito
Pra mostrar, cheio de si
Que hoje ele é senhor das suas mãos
E das ferramentas*

*Quando a sirene não apita
Ela acorda mais bonita
Sua pele é sua chita, seu fustão
E, bem ou mal, é o seu veludo
É o tafetá que Deus lhe deu
E é bendito o fruto do suor
Do trabalho que é só seu*

*Hoje eles hão de consagrar
O dia inteiro pra se amar tanto
Ele, o artesão
Faz dentro dela a sua oficina
E ela, a tecelã
Vai fiar nas malhas do seu ventre
O homem de amanhã*

(Milton Nascimento e Chico Buarque) ¹⁰³

¹⁰³ NASCIMENTO, M.; BUARQUE, C. Primeiro de maio. In: _____. *Milton & Chico. Show Primeiro de Maio*. Rio de Janeiro: Philips, 1977. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 1.

Dentre as maiores belezas do ser humano, gosto de matutar sobre a capacidade que temos de nos reinventar. Somos seres natais, como ensinou Arendt (2010), e é por isso que nos dispomos ao exercício de criação. Pelo ato de criar podemos nos transformar e, ao mesmo tempo, transformar o mundo. Afora as mudanças que a existência nos impõe e da qual não estamos prevenidos ou desejosos, tais como as tragédias e as paixões, devemos agir para transformar a realidade e criar nossos mundos.

Criar envolve diversas forças em vários lugares, desde nosso cotidiano caseiro até estruturas maiores e muito além de nossa vida privada, desde nossas relações mais próximas até as que configuram nosso povo. Ou, como Guattari e Deleuze propuseram, são forças políticas molares e moleculares que se entrelaçam, ora se superpondo umas às outras, mas que estão sempre juntas: “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 90). Nos contextos micro e macropolítico, em nossas relações em diversos sítios, a ação, desde que associada às forças do pensamento, permite nos responsabilizarmos pelo mundo que habitamos e por entregá-lo melhor aos que virão.

Não criamos algo sentados numa poltrona na sala de jantar, ocupados com trivialidades no ínterim entre o nascer e o morrer ¹⁰⁴, entregues à inércia que nos leva a acompanhar as mudanças sem questioná-las e sem nada fazer. Pensar com crítica sobre o estado de coisas em que se está imerso para agir e transformar o que merece sê-lo são alguns dos requisitos que nos fazem humanos. Não fosse assim, seríamos como os belos sabiás. Pensar, que para Arendt é atividade vital que nos diferencia dos demais animais, serve para criarmos sentidos à vida.

Pensar e agir, para Arendt, deveriam ser indissociáveis. Analisando o julgamento de Eichmann, ocorrido em 1963 e noticiado por televisões, jornais e rádios de todo o mundo, Arendt (1999), que estava presente com a tarefa de noticiá-lo para a revista estadunidense *The New Yorker*, apontou um aspecto fundamental do nazismo e que, até então naquela situação, não havia sido

¹⁰⁴ Referência à canção “Panis et circenses”. VELOSO, C.; GIL, G. Panis et circenses. In: MUTANTES. *Os mutantes*. Rio de Janeiro: Polydor, 1968. Disco sonoro de vivíl, lado A, faixa 1.

profundamente questionado: a ausência de pensamento crítico do réu quanto aos eventos da guerra e, tão revoltante quanto, a percepção de Adolf Eichmann de que os crimes que cometeu foram consequências tão somente de ele ter cumprido ordens logísticas, vindas de alguém que ocupava um posto de trabalho superior ao seu.

Ele era, inquestionavelmente, um réu sendo julgado. E, junto a isso, representava simbolicamente os nazistas que violentaram e mataram o povo judeu. Mas, Arendt percebeu nele algo além de um símbolo de punição aos criminosos da guerra: ela viu um homem comum e vulgar, cuja irreflexão e caráter acrítico de suas ações o predispuseram ao mal. Desse evento, a pensadora escreveu “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal” em 1962, tendo sido publicado em 1963, em que questiona, sobretudo, os efeitos nefastos de quem abdica de sua faculdade de pensar. Foi a partir do lugar de espectadora e, também, de judia, que a autora afirmou que a ação jamais deveria se dissociar do pensamento, sob pena de que o agir pudesse vir a se tornar mortífero.

Arendt refletiu sobre como aquele homem, parte de um imenso mecanismo nazista de produção de morte em série, foi tomado como exemplo de um perverso a ser punido, num ato quase simbólico. O diferencial da análise de Arendt foi seu entendimento de que talvez o réu fosse, como ele mesmo argumentou em sua defesa, apenas mais um entre muitos cumpridores de seus deveres, sem que houvesse alguma ideologia, ou mesmo gozo, por trás de quem praticava uma atrocidade.

O que chamou sua atenção foi que Eichmann realizava seu trabalho burocrático de coordenar a deportação de judeus aos campos de concentração de modo alienado. Afinal, tratava-se de “apenas” um funcionário encarregado de obedecer a ordens. A perspicácia de Arendt foi concluir que a ausência de pensamento crítico era tão presente naquele homem quanto em qualquer outro, não havendo ali um monstro hediondo a ser combatido. O mal de Eichmann é o mal que há em todo ser humano acrítico e alienado sobre o mundo que habita. Sua inquietação foi efeito de ela ter compreendido que qualquer um pode, em determinadas circunstâncias e sob certas influências, se

tornar um criminoso. Podendo recusar qualidades de humanidade em Eichmann e convergir com a opinião pública de que ele tinha certo gosto pelos massacres da guerra, ela sabiamente optou por reconhecer no réu um homem incapaz de pensar sobre seus atos. Mas, sobretudo, um homem.

Na apresentação do tema de “A condição humana”, Arendt previne o leitor que o livro

[...] aborda somente as articulações mais elementares da condição humana, aquelas atividades que tradicionalmente [...] estão ao alcance de todo ser humano. Por essa e outras razões, *a mais elevada e talvez a mais pura atividade de que os homens são capazes, a atividade de pensar*, é deixada de fora das presentes considerações (ARENDR, 2010, p. 6 e 7, grifos meus).

As atividades mais elementares e que estão ao alcance de qualquer ser humano não incluiria o pensamento. Ao assumir que, embora todos estejamos aparelhados para pensar, nem todos o fazem, ela levanta a suspeita de que pensar exige, antes de tudo, que se escolha fazê-lo. Escolha esta, evidentemente, atrelada ao lugar e tempo nos quais se vive. Mas, sobretudo, uma opção, e que não interessa a todos.

A distinção entre o “pensar” e o “conhecer” é cara à Arendt. Cabe às ciências conhecer para buscar suas verdades, que possuem validade geral e utilidade, e cabe ao pensamento buscar significados e criar sentidos para o homem no mundo. Pelo conhecimento e por ser dotado de habilidades, por exemplo, o *homo faber* constrói artefatos que edificam um mundo de coisas e possibilitam a experiência humana na Terra.

Mas, o conhecimento despojado de pensamento crítico pode levar à ruína da humanidade. Há perigos na ausência de crítica, especialmente se casada com conhecimentos despojados da responsabilidade com o mundo comum: durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, homens com brilhantismo intelectual inventaram engenhosidades monstruosas como, por exemplo, os campos de extermínio (ALMEIDA, 2010).

Na era moderna, a emergência da ciência como caminho privilegiado para a busca das verdades suplantou a importância da filosofia. Se antes o

filósofo se interessava pela verdade eterna em contraponto ao perecível, agora ele abandona ambos em favor do método cartesiano de introspecção, se distancia da vida concreta e do mundo comum e mergulha dentro de si mesmo. Daí se funda, entre outras ciências, a psicologia:

[O homem] descobriu a consciência como sentido interior com o qual o indivíduo sente os seus sentidos e verificou que ela era a única segurança da realidade [...]. O que descobre na região do si-mesmo interior é [...] o constante movimento das percepções sensoriais e a atividade mental [...]. Sob esse aspecto, a maior parte da filosofia moderna é, realmente, teoria da cognição e psicologia (ARENDDT, 2010, p. 366 e 367).

O pensamento também apresenta esse risco, pois, para pensar, o indivíduo se retira do mundo, experimentando um tempo dilatado e promovendo conversas consigo mesmo. Mas, não pensar é mais perigoso do que lidar com esse risco.

Ainda que Arendt não sistematize o que é o pensamento em “A condição humana”, ela dá pistas de que ele é um

[...] diálogo interior no qual alguém fala consigo mesmo [...]; e, embora esse diálogo não tenha qualquer manifestação externa e chegue a exigir a cessação mais ou menos completa de todas as outras atividades, constitui por si um estado eminentemente ativo (ARENDDT, 2010, p. 363).

O pensamento requer duas condições: a atividade de pensar é solitária, sendo o interlocutor e o receptor a mesma pessoa e, para que exista, o pensamento não necessariamente precisa de se manifestar no mundo. Em nossa cultura, traduz-se como o habitual “parar para pensar”. Clarice Lispector escreve com beleza sobre a solidão necessária ao pensar:

A arte de pensar sem riscos. Não fossem os caminhos da emoção a que leva o pensamento, pensar já teria sido catalogado como um dos modos de se divertir. Não se convidam amigos para o jogo por causa da cerimônia que se tem em pensar. O melhor modo é convidar apenas para uma visita, e, como quem não quer nada, pensa-se junto, no disfarçado das palavras. Isso, enquanto jogo leve. Pois para pensar fundo – que é o grau máximo do hobby – é preciso estar sozinho. Porque entregar-se a pensar é uma grande emoção, e só se tem coragem de pensar na frente de outrem quando a confiança é grande a ponto de não haver

*constrangimento em usar, se necessário, a palavra outrem. Além do mais exige-se muito de quem nos assiste pensar: que tenha um coração grande, amor, carinho, e a experiência de também se ter dado ao pensar*¹⁰⁵.

A solidão do pensar não quer dizer que o pensamento seja da ordem da introspecção cartesiana que retira o homem do mundo e o desresponsabiliza pelo comum (ALMEIDA, 2010; MAGALHÃES, 2011). O pensamento serve, também, para implicar o homem com o mundo, numa busca de compreensão e na criação de sentidos sobre a vida.

Segundo Almeida (2010), Arendt propõe

[...] um pensamento “engajado”. Nele, mesmo que a reflexão não tenha nenhuma função prática e embora o eu pensante se distancie provisoriamente do andamento das coisas, estamos preocupados com aquilo que se passa no mundo (ALMEIDA, 2010, p. 857).

Um engajamento permite ao ser que pensa não cair em armadilhas de obedecer acriticamente a quaisquer regras e perpetuar infortúnios, indignidades, sofrimentos, mortes. Um pensamento que desperte o pensador para a defesa do que é justo e com relevância para o político só é possível se for baseado na criticidade.

Sentidos são criados singularmente, mas nem sempre solitariamente. Cada pessoa tem seu próprio modo e sua própria potência de criação de sentidos para o trabalho e para a existência de modo geral, mas é na relação entre as pessoas que mundos são criados. Criar sentidos e mundos é tarefa tihosa e grandiosa, e é por isso que tenho profundo respeito por cada uma das ferramentas – teóricas, empíricas, religiosas, artísticas, entre outras – que se usa para isso. Eu também tenho ferramentas que, eventualmente, se fazem grades – destrancadas – e muros – baixos e quebradiços –, formando as bordas do que posso criar em meu trabalho de psicóloga e pesquisadora. Não raro meus limites teóricos, cumprindo sua função de circunscrever os pensamentos, vão ruindo, abrindo, remendando, fechando, permitindo outras

¹⁰⁵ LISPECTOR, C. Brincar de pensar. In: _____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro. Rocco, 1999, p. 23-24.

formas que me socorram. Como, aliás, qualquer pessoa que entenda que é preciso sempre se reinventar.

Os autores lidos são meus parceiros silenciosos no exercício de criação de sentidos e de mundos. E minha família e amigos são os ruidosos. Tenho sorte por ser próxima de tantas gentes que respeitam meus longos períodos de solidão e, também, por eventualmente ser resgatada do delicioso ofício de pensar que, quase sempre, me aparta do mundo. Não fossem eles, eu poderia me perder na desatenção às dimensões relacional e política que me são tão caras.

Pensamos porque estamos vivos, é óbvio. Mas, sobretudo pensamos porque precisamos singularmente criar sentidos para essa coisa tão sem sentido que é a própria vida. E também pensamos porque somos – ou, ao menos, deveríamos ser – coletivamente responsáveis pelo mundo, pelo que estamos fazendo dele e pelo que deixaremos nele.

As expressões da singularidade e da coletividade também são tratadas por Arendt na perspectiva do amor ao mundo, o “*amor mundi*”, sentimento de pertença ao mundo dado pela convivência entre os homens e pela reponsabilidade política por ele. Ao contrário do espírito romântico que localiza o amor no plano individual, e também da fraternidade, o *amor mundi* é vivido no domínio público e comum.

No ensaio dedicado a Lessing, já citado acima, Arendt (1968) pensa a fraternidade como uma intensa união entre homens pautada pela igualdade, não havendo espaço para a diferença, o que gera um descompromisso pelo mundo comum. Não há, no fraterno, lugar para a ação, uma vez que esta pressupõe uma teia de relações pautada na pluralidade.

O oposto da fraternidade, que tem origens na intimidade e familiaridade, é a amizade, por se dar no domínio público e ter conotação política:

[...] para os gregos, a essência da amizade consistia no discurso. Sustentavam que apenas o intercâmbio constante de conversas unia os cidadãos numa *polis*. No discurso, tornavam-se manifestas a importância política da amizade e a qualidade humana própria a ela. Essa conversa (em contraste

com a conversa íntima onde os indivíduos falam sobre si mesmos), ainda que talvez permeada pelo prazer com a presença do amigo, refere-se ao mundo comum (ARENDR, 1968, p. 23).

O *amor mundi*, consequência ética da ação política, também tem o contorno de relações amistosas, potentes elos produtores de mundos. A amizade é política e própria dos espaços públicos, onde as singularidades se encontram para agir em conjunto.

Se o que funda os regimes totalitários é o isolamento e a solidão, provocando isolamento, desamparo, desenraizamento, desertificando as relações e levando a um sentimento de não pertencimento ao mundo, um de seus antídotos é a amizade. Esta aproxima as pessoas, por se dar pelos encontros entre homens diferentes que discutem suas ideias plurais por amor ao mundo. Segundo Aguiar (2011),

[...] depreendemos em Arendt a concepção da amizade como *amor mundi* que é capacidade de se associar e de se igualar aos outros através da palavra e da ação, e tradução da consciência do pertencimento ao mundo comum. Nesse sentido, a amizade apresenta-se dotada de ampla possibilidade de resistência às potências destruidoras inerentes aos processos de naturalização, massificação e solidão contemporâneas, atuais arautos da dominação [...]. A pequena luz da amizade sinaliza a rendição à condição humana da pluralidade (AGUIAR, 2011, p. 137).

A amizade faz frente ao totalitarismo e também à introspecção, estado próprio das sociedades massificadas em que o homem volta-se a si e despede-se do mundo comum. Nesse contexto, o homem experimenta a amizade como partilha de sua intimidade e privacidade, e o amor como romantismo. É o que constitui uma das faces da alienação, pois inviabiliza que o homem se conecte ao outro para afirmar o mundo comum.

Na publicação “Aos nossos amigos”, do Comitê Invisível, eles pensam sobre as possibilidades de insurreições tendo como pano de fundo o que chamam de “crises de 2008”, num mundo que, em suas próprias palavras, “se desintegra”. Eles localizam o início da crise quando, durante a falência de um banco de investimentos estadunidense, abalando grande parte da economia mundial, mostrando a fragilidade do capitalismo. Partindo da ideia de que a separação entre sociedades é uma ficção, eles propõem que não há “lutas

locais” entre sociedades, comunas, países, mas “uma guerra entre mundos”, entre pessoas que querem outros mundos diferentes desse em que vivemos e as que insistem em não mudá-lo. Não se trata de uma luta para tomar o poder, mas para prescindir desse poder – de instituições, de organizações, do próprio Estado –, sem destruí-lo e com o interesse de produzir algo novo. Nesse movimento, a amizade aparece como elemento fundamental, pois é por e com nossos amigos que se pode edificar esses mundos:

Nada de sociedade, portanto, mas sim *mundos* [...]. Não há um céu social por cima das nossas cabeças, não há nada para além de nós e do conjunto de ligações, de amizades, de inimizades, de proximidades e de distâncias efetivas que experimentamos. Não há nada senão vários *nós* [...]. Um bulício de mundos, um mundo feito de todo um conjunto de mundos, e portanto atravessado por conflitos entre eles, por atrações, por repulsões. Construir um mundo é elaborar uma ordem, atribuir um lugar ou não a cada coisa, a cada ser, a cada propensão, e pensar esse lugar, mudá-lo se for necessário. A cada surgimento do nosso partido, quer seja na ocupação de uma praça, numa vaga de motins ou numa frase perturbadora pintada numa parede, difunde-se o sentimento de que somos bem “nós” que ali vamos, em todos esses locais onde nunca fomos. É por isso que o primeiro dever dos revolucionários é tomar conta dos mundos que edificam (COMITÊ INVISÍVEL, 2014, p. 154 e 155, grifos deles).

Os “nós” que vão onde eles nunca foram, que aparecem em ocupações, motins, numa frase perturbadora pintada na parede, compreende a ideia de amizade entre os que pretendem criar mundos comuns e diferentes do que vivemos. São amigos que dialogam entre si não como pares iguais, mas como pessoas que se conectam por guardar o mesmo interesse. O diálogo, tão necessário à prática política, pode ser feito, sim, pelo discurso, mas também por outras linguagens tão coletivas e plurais quanto ele. Eles finalizam o capítulo escrevendo que, na insurreição,

A nossa força [política] de golpe é feita da própria intensidade daquilo que vivemos, da alegria que daí emana, das formas de expressão que aí se inventam, da capacidade coletiva para resistir de que ela é testemunha. Na inconsistência geral das relações sociais, os revolucionários devem singularizar-se pela densidade de pensamento, de afeto, de delicadeza, de organização, que conseguem pôr em ação [...] [É] pelas suas qualidades sensíveis, que eles [os revolucionários] se tornarão

numa real potência, e não pela coerência ideológica. A incompreensão, a impaciência e a negligência, eis os inimigos (COMITÊ INVISÍVEL, op. cit., p. 155).

Num tom até mesmo de manifesto e – por que não? – de panfletagem, o Comitê Invisível encerra o capítulo se opondo ao que chama de “relações sociais”, das “lutas sociais” referidas no trecho anterior, pois o que está em jogo é uma “guerra entre mundos”: esse em que vivemos, capitalista e excludente, e o que está por vir, a ser criado por nós que o queremos diferente. Ao final da publicação, eles fazem uma pertinente afirmação ao leitor: “Tomámos tempo para escrever esperando que outros tomassem tempo para ler. Escrever é uma vaidade, se não for para amigos. Para amigos que ainda não conhecemos, também” (COMITÊ INVISÍVEL, op. cit., p. 193). Para “amigos” numa larga acepção de amizade, pois é para aqueles que, em suas diferenças, se dispõem a debates plurais em favor de uma insurreição.

Revoltar-se contra esse mundo em que vivemos para criar outros, ativando sensibilidades alegres e afirmando a força do elo da amizade, é efeito de amar intensamente o mundo, de estar disposto a ir até as últimas consequências por ele. A isso Arendt (1968) chamou de experimentar a dimensão “trágica” de amor ao mundo.

Embora pareça paradoxal, pois o amor se exerce por potências de encontros e de vida, o caráter trágico concerne à disposição de se arriscar corajosamente a morrer pelo mundo. Arendt (1968) empresta o termo de Lessing para pensar que

[O] riso ajuda a pessoa a encontrar um lugar no mundo [...]. O prazer, que é basicamente a consciência intensificada da realidade, surge de uma abertura apaixonada ao mundo e do amor por ele. Nem mesmo o conhecimento de que o homem pode ser destruído pelo mundo diminui o “prazer trágico” (ARENDR, 1968, p. 10).

Dar a si próprio ao mundo, abrindo-se apaixonadamente, é exigência para se exercer a natalidade e criar outros mundos, numa acepção de que é possível fazer insurgir o novo nas frestas do que o Comitê Invisível (op.cit.) chama de “poder” – de instituições como o Estado, a economia, os costumes.

O amor que, para Arendt, é “uma das mais raras ocorrências nas vidas humanas” (ARENDR, 2010, p. 301), não deveria ser confundido com romance. Numa nota de rodapé em “A condição humana”, ela registra que

O vulgar preconceito de que o amor é tão comum quanto o “romance” deve-se talvez ao fato de que todos ouvimos falar de amor pela primeira vez por meio da poesia. Mas os poetas nos iludem: eles são os únicos para os quais o amor é uma experiência não somente crucial, mas indispensável, o que lhes dá o direito de confundi-lo com uma experiência universal (ARENDR, 2010, p. 301).

Sobre essa espécie de amor, de origem pretensamente universal, mas que, na verdade, é bastante incomum, Arendt pensa que ele destrói a relação dos amantes com o mundo, sendo “não apenas apolítico, mas antipolítico, talvez a mais poderosas das forças humanas antipolíticas” (ARENDR, op. cit., p. 302). Ela propõe que o filho, produto do amor, seria a única forma de superar o fascínio da paixão que extingue o espaço intermediário que permite a conexão dos amantes com o mundo: “[...] é uma indicação de que inserirão um novo mundo no mundo existente. É como se, por meio do filho, os amantes retornassem ao mundo do qual o amor os expulsou” (ARENDR, op.cit., p. 302).

Será que se Arendt tivesse vivido para além de 1975, ano de seu falecimento, ela cogitaria que a expansão da participação da mulher no mundo do trabalho também pudesse operar um corte como esse que ela atribui apenas ao filho? Obviamente, não estou pensando a partir da distinção das atividades da *vita activa* que Arendt brilhantemente problematiza, pois estou de acordo que a supremacia do *animal laborans* sobre a ação é real, contemporânea e nefasta ao mundo. Estou pensando a partir das falas de algumas mulheres que me ensinam que, para elas, nenhum enamoramento ou experiência de maternidade supera a potência de vida que produzem quando trabalham. Será que essa pauta do movimento feminista, que tem produzido uma revolução feminina no mundo ocidental, também tocaria a pensadora?

Devo confessar que o amor, esse que é antipolítico, particularmente também me é caro. Ele me possibilita um respiro no meio do caos, valiosos momentos cotidianos de alívio das violências contra meu corpo brasileiro, me

sossega dos efeitos de ser mulher em uma sociedade ainda tão machista, me descansa do empenho hercúleo de educar minha pequena filha para que ela não padeça de ser criança durante o curso de governos que não lhes garantem direitos básicos, me fortalece para prosseguir enfrentando com alegria as indignidades do mundo.

Sobre o amor ao outro e ao mundo, e também sobre o trabalho, duas instâncias que movem a responsabilidade pelo mundo comum e que possibilitam criar sentidos e dar formas à vida, trarei ao texto algumas recordações da cultura praiana piauiense.

Quando morei em Parnaíba e o quintal da minha casa era o mar, aquele que quebra na praia e é bonito ¹⁰⁶, meus vizinhos pescadores, que generosamente me ofertavam seus peixes e suas histórias, me ensinaram que a pesca é uma arte que necessita se deixar levar, sem se deixar levar. Não raro a canção, “não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar, é ele quem me carrega como quem fosse levar” ¹⁰⁷ me ocupava a vitrola e os pensamentos.

Uma canoa a vela, diziam eles, precisa acompanhar o vento para navegar. De nada adianta içar a vela no mastro contra o vento e querer que a embarcação seja conduzida para o outro lado. A melhor condição de pesca é a favor do vento e, se possível, aproveitando a corrente da maré: assim é possível ir mais longe e em menos tempo para, com esforço e sorte, voltar em alguns dias com a rede cheia de peixes.

No entanto, nem sempre é possível esperar a boa maré para seguir adiante. Às vezes, navega-se contra ela, porque a fome não pode esperar condições favoráveis para a pesca. Betinho ¹⁰⁸ ensinou que “quem tem fome, tem pressa”, e esse lema explica, em parte, porque muitos de nós trabalhamos ontem, hoje, sempre e mais. É aí que mora a arte da pesca: com ou sem

¹⁰⁶ CAYMMI, D. O mar. In: _____. *Caymmi e o mar*. Rio de Janeiro: Odeon, 1957. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 8.

¹⁰⁷ VIOLA, P.; CARVALHO, H.B. Timoneiro. In: VIOLA, P. *Bebadosamba*. Rio de Janeiro: BMG, 1996. Disco compacto, faixa 2.

¹⁰⁸ Herbert José de Souza (1935-1997), conhecido como Betinho, foi um sociólogo brasileiro que, dentre outras causas, trabalhava contra a fome e a miséria.

condições favoráveis, o canoeiro que bota a rede no mar, que “cerca o peixe, bate o remo, puxa corda, colhe a rede” ¹⁰⁹, sabe que é preciso usar o vento, a chuva, o sol, a lua ¹¹⁰ a seu favor para saciar a fome usando o conhecimento das forças naturais. E a fé, evidentemente.

As lindas orações e reverências dos pescadores a São Pedro, padroeiro católico dos pescadores, e a Iemanjá, rainha do mar na Umbanda e no Candomblé, me lembravam frequentemente que a imprevisibilidade de Arendt é tão verdadeira quanto amedrontadora, e que é também por causa dela que os homens inventam – ou descobrem? – meios sobrenaturais para lidar com o imponderável da vida.

Os pescadores me ensinaram muito mais além da pesca. Seus causos de pescarias se misturavam aos de amizades, namoros e casórios. Diziam que de nada adiantava barriga cheia e coração vazio ou coração cheio e barriga vazia, como na recordação musical de minha vitrola afeita às canções de Caymmi: “Minha jangada vai sair pro mar/ Vou trabalhar, meu bem querer/ Se Deus quiser, quando eu voltar do mar/ Um peixe bom eu vou trazer/ Meus companheiros também vão voltar/ E a Deus do céu vamos agradecer” ¹¹¹.

Chamava-me a atenção que os causos litorâneos de pescaria, de romance e de amigos invariavelmente estavam juntos. Quando alguém se sentava à beira-mar e se punha a divagar sobre um tema, eu já sabia que o outro viria em seguida. Em suas narrativas, portanto, havia sempre o trabalho e o amor.

O sentido do trabalho para eles tinha estreita relação com estar entre seus pares, fazendo algo que, na grande maioria das vezes, provinha de ensinamentos amorosamente passados de geração a geração. A atividade da pesca lhes fazia sentido para a vida.

¹⁰⁹ CAYMMI, D. Pescaria (canoeiro). In: _____. *Canções praieiras*. Rio de Janeiro: Odeon, 1954. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 4.

¹¹⁰ Os movimentos de translação da lua influenciam as altas e baixas das marés, que guiam, por sua vez, as escolhas de quando e como se pesca.

¹¹¹ CAYMMI, D. Suíte do pescador. In: _____. *Caymmi e o mar*. Rio de Janeiro: Odeon, 1957. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 1.

A sabedoria dos pescadores me ensinou que o sentido do trabalho pode ser criação feita por muitas linhas, de anzóis e redes, de desejos e pensamentos, de causos em tramas micro e macropolíticas: um empenho coletivo em fazer algo, a convivência entre pessoas diferentes no mesmo barco, a necessidade do trabalho que transforma a miséria em fartura, a aprendizagem de uma profissão, a cautela de aguardar e a perspicácia de aproveitar as melhores condições da pesca, a responsabilidade pela manutenção de uma tradição, entre muitas outras.

E me ensinou também que o amor abrandava as dores do mundo e as de si próprio. Numa corrente expressão deles: “o amor e o trabalho são as bases da vida”. À época, embora ocupasse o cargo de docente em uma universidade, rapidamente entendi que eu estava no Piauí não para ensinar, mas para aprender.

Quando a única saída para sobreviver é trabalhar – e essa é a realidade da maioria de nós –, criar sentidos e propósitos para o trabalho talvez não seja uma opção, mas estratégia para tornar mais amena uma obrigação que necessariamente deve ser executada e que, a princípio, pode ser sem sentido. E isso também pode ser feito com nossas próprias existências.

Foi preciso bastante tempo para que eu compreendesse que não há sentido, *a priori*, para viver, e que isso não precisa ser sofrido. Porque o vazio de sentido pode ser um espaço para a criação. Ou, talvez por minha tendência de compreender sonoramente algumas questões da vida, é nesse “silêncio de sentido” que se pode pensar. E a arte de pensar, a mim, ainda não foi superada por nenhum outro exercício de criação.

Como ensinou Manoel de Barros, “uso a palavra para compor meus silêncios”¹¹². Ou, como disse Lacan em uma conferência,

[...] embora eu seja um psicanalista, sou também um homem e minha experiência me diz que a principal característica de minha vida humana e, certamente, das vidas de todos os presentes – e se alguém pensar assim, espero que se

¹¹² BARROS, M. O apanhador de desperdícios. In: _____. *Meu quintal é maior do que o mundo – Antologia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015, p. 122.

manifeste – é que a vida é algo que vai, como dizemos em francês, *à la derive* [à deriva]. A vida desce o rio, encostando de vez em quando numa margem, parando um pouco aqui e ali, sem nada compreender – e o princípio de análise é que ninguém entende nada do que acontece. A ideia de uma “unidade unificante” sempre me deu a impressão de ser uma mentira escandalosa (LACAN, 1976, p. 202, grifo do autor).

Esse silêncio de sentido – ou a vida que desce o rio à deriva e eventualmente se encosta em uma ou outra margem – pode gerar uma infinidade de sentimentos e de escolhas: angústia, aflição, apatia, entre tantos outros. Ou, pode ser um convite ao exercício de criar. Não uma criação barulhenta para dissipar o silêncio, mas criar apenas porque é o que se faz enquanto há vida pulsando no corpo.

Sempre que penso no vazio da vida, penso também em João Gilberto e em sua obsessão pelo silêncio, em sua voz miúda e em seu violão que, por vezes, faziam mais música que uma orquestra inteira.

E, eventualmente, também recorro a uma canção para pensar que talvez os silêncios e sons mais primários sejam os dos ciclos vitais do corpo, das vísceras funcionando, dos estalos das articulações, dos batimentos cardíacos, e também os barulhos siderais, estes que parecem tão distantes, mas do qual nós – poeiras de estrelas – fazemos parte:

O silêncio

*Foi a primeira coisa que existiu
O silêncio que ninguém ouviu
Astro pelo céu em movimento
O som do gelo derretendo
O barulho do cabelo em crescimento
E a música do vento
A matéria em decomposição
A barriga digerindo o pão
Explosão de semente sob o chão
Diamante nascendo do carvão
Homem, pedra, planta, bicho, flor
Luz elétrica, TV, computador
Batedeira, liquidificador
Vamos ouvir esse silêncio meu amor

Amplificado no amplificador
Do estetoscópio do doutor
No lado esquerdo do peito, esse tambor*

Num excerto da crônica “Escutatória”, de Rubem Alves, que também consultei para escrever sobre a arte da escuta clínica no ensaio “Um olhar sobre a loucura”, o autor conta que, durante uma estadia de uma semana num mosteiro, teve que participar dos momentos litúrgicos, descritos por ele da seguinte maneira:

Os suíços são sempre pontuais. A liturgia não começava. E ninguém tomava providências. Todos continuavam do mesmo jeito, sem nada fazer. Ninguém que se levantasse para dizer: “Meus irmãos, vamos cantar o hino...” Cinco minutos, dez, quinze. Só depois de vinte minutos é que eu, estúpido, percebi que tudo já se iniciara vinte minutos antes. As pessoas estavam lá para se alimentar de silêncio. E eu comecei a me alimentar de silêncio também. Não basta o silêncio de fora. É preciso silêncio dentro. Ausência de pensamentos. E aí, quando se faz o silêncio dentro, a gente começa a ouvir coisas que não ouvia. Eu comecei a ouvir. Fernando Pessoa conhecia a experiência, e se referia a algo que se ouve nos interstícios das palavras, no lugar onde não há palavras. E música, melodia que não havia e que quando ouvida nos faz chorar. A música acontece no silêncio. É preciso que todos os ruídos cessem. No silêncio, abrem-se as portas de um mundo encantado que mora em nós (ALVES, 2011, p. 58-60).

É vital “alimentar-se de silêncio”, reconhecer o vazio de sentido que é a vida, ao invés de rechaçá-lo ou tentar preenchê-lo com sons, coisas, pessoas. O vazio não se ocupa. Ele estará sempre ali, cumprindo sua função de não ser nada e de nos lembrar, de tempos em tempos, o quão deserta é a vida.

Nós não criamos algo com a finalidade de ocupar o vazio. Nossa capacidade humana de criar não serve para nada mais além de, propriamente, criar. Somos seres que inventam, desejam, povoam, multiplicam, nomeiam, habitam, plantam, fazem nascer. Seres natais, como tratou Arendt na passagem discutida no subitem anterior deste mesmo ensaio.

E é também no silêncio que se escuta o outro, como discutido no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”. Na mesma crônica, Rubem Alves escreve que “Para mim Deus é isto: a beleza que se ouve no silêncio. Daí a importância de saber ouvir os outros: a beleza mora lá também” (ALVES, op.cit., 2011, p. 60).

¹¹³ ANTUNES, A. BROWN, C. O silêncio. In: ANTUNES, A. *O silêncio*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1997. Disco compacto, faixa 1.

Dar relevância ao precioso vazio, lido por mim como “silêncio”, permite até mesmo musicá-lo. Não para dissipá-lo. Faz-se música porque somos seres dotados de potência criativa. É uma gota de lucidez no mar de loucura que nos constitui. Lucidez esta, aliás, até mesmo um tanto perigosa, como escreveu Clarice Lispector:

A lucidez perigosa

Estou sentindo uma clareza tão grande que me anula como pessoa atual e comum: é uma lucidez vazia, como explicar? Assim como um cálculo matemático perfeito do qual, no entanto, não se precise. Estou por assim dizer vendo claramente o vazio. E nem entendo aquilo que entendo: pois estou infinitamente maior do que eu mesma, e não me alcanço. Além do quê: que faço dessa lucidez? Sei também que esta minha lucidez pode-se tornar o inferno humano – já me aconteceu antes. Pois sei que – em termos de nossa diária e permanente acomodação resignada à irrealdade – essa clareza de realidade é um risco. Apagai, pois, minha flama, Deus, porque ela não me serve para viver os dias. Ajudai-me de novo consistir dos modos possíveis. Eu consisto, eu consisto, amém ¹¹⁴.

Dissipar a lucidez – o conhecimento sobre o silêncio, na discussão em questão – é tarefa improfícua. Mais sábio seria assumir que nada preenche o silêncio, ainda que nos empenhemos em abarrotá-lo com tantas coisas.

Entre experimentar a tormenta por saber que não há som que acabe com o silêncio, ou a libertação por saber que, a despeito do imperativo do silêncio, é possível sonorizar a vida, fico com a segunda opção. Sem intenção de acabar com o silêncio, é possível criar nele pequenos sentidos cotidianos para compor a grandiosidade da vida.

Aceitar o silêncio nos liberta da tola ideia de que temos algum controle sobre a vida. Especialmente aos cientistas, nem sempre isso não “soa muito bem aos ouvidos”, com o perdão do trocadilho. Nós das ciências humanas e, especialmente, da psicologia, teimamos em querer encontrar e controlar encadeamentos lógicos para os afetos, pensamentos, ideias, escolhas, relações, como se isso nos desse alguma segurança sobre o imponderável da

¹¹⁴ LISPECTOR, C. Declaração de amor. In: _____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 403.

vida, ou nos aliviasse da verdade de que não encontraremos respostas para algumas das nossas indagações mais elementares como, por exemplo, as que a pandemia de coronavírus em curso nos impõe: “o que é morrer?”, ou, mais difícil ainda de ser respondido: “o que fazer com a vida, essa que se bagunçou tanto diante de tantas mortes?”.

A ciência – ainda bem! – nos dá algumas preciosas orientações, torna nossas existências mais saudáveis e longas, nos alivia das dores, nos traz conforto, nos dá algumas seguranças das quais precisamos para viver. É por acreditar nela que trabalhei nos últimos anos. Mas, ela não alcança a grandeza que é a arte de criar nossos miúdos e preciosos sentidos para a vida.

Não entrarei na seara de defender que criar sentidos serve para tamponar a tal da falta que nos constituiria neuróticos, como diriam alguns psicanalistas, ou, ao contrário, para produzir mais e mais desejo, como diriam os esquizoanalistas. Também não quero sequer tatear o sentido de que falam tantos filósofos, ou mesmo o sentido que é ligado à percepção, como estudam os cientistas mais afeitos à biologia das coisas. Igualmente, não vou bulir com o sentido espiritual da vida proposto por diversas matrizes religiosas. Porque criar sentidos para a vida pode ser algo de ordem artístico. As teorias, por mais que tentem aglutinar a vida em saberes, ainda não conseguiram alcançar a potência da faculdade de criação artística que todo ser humano guarda.

Calligaris (2019), numa conferência com o tema “os sentidos da vida”, diz que “a questão do sentido da vida é simples. O sentido da vida é a própria vida concreta. A que vivemos e da qual morrer faz parte” (CALLIGARIS, 2019). Em outra entrevista, de 2021, em que conversa novamente sobre o sentido da vida, ele fala:

O primeiro passo mais importante para que a vida tenha sentido é se dar conta que o sentido da vida, se é que ele existe, ele está na própria vida, não está alhures, não está flutuando nos ares, não está nos esperando no fim da corrida ou no fim do túnel. Não tem nenhuma luz no fim do túnel. O sentido da vida está na corrida, está dentro do túnel [...]. [A] redescoberta do charme da vida concreta. Do fato que é preciso ter carinho para qualquer vida. Valorizar a vida da gente não significa necessariamente querer ter

comportamentos e gestos heroicos que mereçam registros na televisão. Valorizar a vida é saber transformar a ida de cada dia até a padaria da esquina numa aventura de descoberta dos outros, do que acontece na rua, do cachorro com o qual você cruza. O sentido da vida é a própria vida. Isso pode parecer uma total trivialidade, mas para a maioria das pessoas é um escândalo [...]. Pouquíssimas pessoas conseguem viver pensando que o sentido da vida está na vida. E, vou dizer mais: é a própria vida (CALLIGARIS, 2021).

Se o sentido da vida é a própria vida, é no correr dos dias e no “charme da vida concreta” que podemos criar formas de viver que nos interessam e dar contorno à experiência de estarmos vivos. Trata-se de inventar uma estética da vida de dentro dela, com base no que se vive, nas experiências cotidianas, sem buscar quaisquer parâmetros fora dela. Adiante, na mesma conferência, Calligaris toca na questão da estética da vida:

[No século XVIII] a brecha moderna inventa o juízo estético. Imediatamente, surge a ideia que a vida é a nossa obra de arte, de cada um, mais importante. E talvez a única. A experiência da vida é uma experiência criativa de uma obra de arte. A vida de cada um de nós é a sua obra de arte. [Julgar a vida] pela sua qualidade estética [...], o que faz com que não sejamos feios ou não, é um momento, seja como for, de tremenda liberdade [...] A gente não consegue, no fundo, explicar porque dessa extrema liberdade nós não paramos de fugir. É o que a gente mais faz. Fugir da extrema liberdade que a modernidade nos deu. Por exemplo, fugir da liberdade de poder inventar nossas vidas sem ter que invocar uma transcendência, simplesmente porque achamos certo, bonito, agir de uma certa maneira e não de outra. Preferimos no fundo, sempre, e periodicamente, pedir um sentido da vida a alguma transcendência que nos imponha um freio, que coloque limites a nossa liberdade de ser, que nos dê unidade de medida para um sentido que venha de fora (CALLIGARIS, 2021b).

Uma obra de arte que não busque sentidos “alhures”, numa “transcendência”. Ou, como tratou Arendt (2010), que se oponha à alienação de buscar seus sentidos, longe do planeta ou na introspecção de cada um. Porque a vida se faz arte nas relações entre as pessoas e na responsabilização pelo mundo comum, nos assuntos cotidianos, no que se experimenta concretamente. Também Foucault tratou da questão num trecho de uma entrevista concedida no ano de 1983:

O que me surpreende, em nossa sociedade, é que a arte se relacione apenas com objetos e não com indivíduos ou a vida; e que também seja um domínio especializado, um domínio de peritos, que são os artistas. Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que uma mesa ou uma casa são objetos de arte, mas nossas vidas não? (FOUCAULT, 1995, p. 265).

Uma vida, portanto, que pulsa no corpo e que se faz arte, que seja relacional, baseada em exercícios de pensamentos críticos e do sentir, amorosamente conectada ao mundo comum e ao outro.

A mim, esse silêncio é valioso. Nele crio as sonoridades de uma tese, de uma filha, com algumas vidas que se enlaçam à minha construindo mundos que, espero, sejam melhores que o que herdei. Durante alguns anos, tive a predisposição de eventualmente me mudar – de casa, de emprego, de cidade, de cenários. Era-me reconfortante chegar num lugar onde pouco ou nenhuma referência tinha, criar algo e ir embora, quando entendia já ter inventado e conhecido tudo o que podia e queria, como cantaram os poetas: “apagar as pistas de que um dia ali já foi feliz, criar raiz e se arrancar” ¹¹⁵. Hoje, pela maturidade que os anos me têm ensinado, por enquanto “meu quintal é maior do que o mundo” ¹¹⁶ e meu lar é lugar amoroso de refazimento de forças para que eu prossiga trabalhando nesta pesquisa, criando minha filha para que ela se engendre forte e saudável ao mundo, cuidando de meu companheiro e sendo por ele cuidada, fazendo um espaço que me alivia do caos pandêmico. É no silêncio de um pequeno pedaço de terra que, por hora, planto sementes e mudas, e também concretamente alguns sentidos cotidianos para a vida. Desde que, evidentemente, seja possível arrancar a raiz quando eu quiser ou tiver que partir para prosseguir criando sentidos.

Um pingo de Freud

¹¹⁵ Referência à canção “Na carreira”. BUARQUE, C.; LOBO, E. Na carreira. In: _____. *O grande circo místico*. Rio de Janeiro: Som livre, 1983. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 13.

¹¹⁶ Referência à obra de Manoel de Barros: “Meu quintal é maior do que o mundo”: BARROS, M. *Meu quintal é maior do que o mundo – Antologia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

*Zum daqui, zum-zum de lá
De flor em flor a trabalhar
Dia-a-dia sem parar
Colhendo o néctar para criar o mel
Mel docinho, mel cheiroso
Mel sadio e saboroso
O mel não é meu, o mel não é seu
O mel é o alimento da colmeia ¹¹⁷*

O amor é mesmo força produtora de mundos: seja o amor ao mundo, seja o amor no plano individual, esse potente sentimento nos move à vida. Se a atividade para Arendt, especialmente a ação política, se refere à condição humana, e se o *amor mundi* é o que possibilita a responsabilidade pelo mundo comum, a Freud (1996b) o amor – próprio da libido e cujo fenômeno é o sentimento dirigido a outrem – e o trabalho constituem as bases do que ele chamou de civilização. Embora eu não pretenda fazer um paralelo entre os dois pensadores, é no mínimo curioso que ambos elejam as mesmas duas instâncias do amor e do trabalho para pensar o mundo. Ou melhor, “curioso” talvez não contemple a dimensão de seus pensamentos: é verdadeiramente “sábio”.

Fazer um salto de Arendt a Freud, reconheço, é arriscado. Ambos são europeus, mais ou menos contemporâneos, escreveram em alemão, viveram as guerras, são judeus e talvez as semelhanças parem por aí. Embora Freud represente a fundação da tradição psicanalítica num contexto intelectual de médicos que pretenderam estudar e intervir no psiquismo e comportamento humanos, e da qual Arendt não faz parte, suas contribuições são bem-vindas porque ele apresenta as dimensões do amor e do trabalho em perspectivas também plurais e, especialmente sobre o amor, como sentimento dirigido a outrem, talvez como a “força antipolítica” dita por Arendt. Extrairei dessa outra maneira de pensar o humano alguns pontos para dialogar.

¹¹⁷ PALAVRA CANTADA. *Zum zum zum*. In: _____. Disponível no canal “Palavra Cantada Oficial” da plataforma digital “YouTube”: https://www.youtube.com/watch?v=-_RJJ4OlpcQ.

Em uma nota de rodapé provocativa e relevante feita no texto “O mal-estar na civilização”, de 1929 ¹¹⁸, Freud (op.cit.) propõe que a busca pela felicidade – a despeito do que cada um nomeie como “felicidade” – também passa pela criação de sentidos para o trabalho que se exerce.

A civilização, para ele, se funda pela realização de um trabalho em comum que permite a evolução do próprio sujeito, que conserva os grupos unidos para que sejam salvaguardados dos perigos e que mantém viva a espécie humana. A civilização teria, portanto, dois papéis: “proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos” (FREUD, 1996b, p. 96).

As possibilidades do que Freud chamou de “busca da felicidade” eleitas pela civilização são, segundo ele, a vivência da religião, a fuga do sofrimento, as intoxicações, a sublimação pelas vias da arte e da ciência, a rejeição à coletividade escolhida pelo eremita, o desfrute da beleza e, finalmente, o amor e o trabalho. Junto à eleição da experiência amorosa, Freud afirma que o trabalho constitui a base da civilização.

Trabalho e amor: eis as fontes mais importantes de satisfação libidinal ¹¹⁹ que salvaria o sujeito das dores e infortúnios da existência, segundo Freud.

¹¹⁸ Cabe alertar o leitor que “trabalho”, para Freud, evidentemente não se refere à distinção arendtiana de “trabalho, obra e ação” da *vita activa*. Além dessa nota de rodapé em “O mal-estar na civilização”, não há, ao longo da obra freudiana, uma definição explícita de “trabalho” para além de expressões como “trabalho analítico” ou “trabalho onírico”, por exemplo. Por sua omissão quanto a uma definição mais aprofundada do que é “trabalho”, opto por não tentar supor qualquer significado, restringindo-me à compreensão mais geral do trabalho como atividade humana. Além da nota de rodapé em “O mal-estar na civilização” tratada no presente ensaio, ele aborda brevemente o “trabalho” em “O futuro de uma ilusão”, de 1927, quando deduz que as massas que constituem a civilização são unidas por uma compulsão ao trabalho e por uma renúncia aos instintos. Freud descreve a característica humana de que “os homens não são espontaneamente amantes do trabalho” (FREUD, 1996a) e que, por isso, os líderes deveriam conduzir as massas ao trabalho pela coerção. A despeito de Freud apenas tangenciar o “trabalho”, sua nota de rodapé em questão merece ser pensada pelo ineditismo da suposição de que “amor” e “trabalho” são os dois caminhos eleitos por ele para alcançar o que ele chamou de “felicidade”.

¹¹⁹ Libido, na perspectiva freudiana, é um conceito complexo que, para ser resumido de modo didático e compreensível no contexto discutido, pode ser descrito brevemente como uma energia psíquica relacionada ao amor com fins sexuais. Entretanto, quase nunca a libido se destina ao ato da união sexual. Ela é dirigida a outros fins, nas mais diferentes situações e condições psicológicas: de agressividade, de alimentação, de sublimação, entre outros. Seja libido objetal (direcionada ao outro), seja libido do eu (direcionada a si mesmo), ela sempre é uma força que circula no aparelho psíquico, colocando o organismo para funcionar de modo a satisfazê-la (FREUD, op. cit., p. 103 e 104).

Nessa nota de rodapé, ele refere que o trabalho, ao lado do amor, compõe o caminho legítimo para a busca de um quinhão de felicidade:

Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana (FREUD, 1996b, p. 88).

Especialmente no que toca ao problema da presente pesquisa sobre tentar desfazer o normal e desnaturalizar a loucura, o trabalho e as oficinas, a oportunidade do trabalho ao louco pode contribuir para que a loucura ocupe um lugar social, em oposição ao lugar desvitalizado no manicômio. A alegação dos ativistas da Reforma Psiquiátrica é a de que os loucos, outrora aliados da experiência do trabalho, tiveram negado um dos caminhos de “busca de felicidade”, para usar o termo freudiano, e também de participação numa comunidade, de produção de sentidos para a vida e de um direito constitucional.

Freud prossegue seu raciocínio com a afirmação sobre o trabalho assegurar a existência do ser humano em sociedade:

A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional, e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade (FREUD, op. cit., p.88).

O deslocamento libidinal, para Freud, seria vital para uma organização da vida comunitária e, ao mesmo tempo, da vida psíquica. Para ele, aliás, a civilização é constituída de modo similar ao aparelho psíquico: “[...] não podemos deixar de ficar impressionados pela semelhança existente entre os processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo” (FREUD, op. cit., p.103).

O trabalho, portanto, ao ser alvo de deslocamento libidinal, fundaria arranjos psíquicos e societários. A explicação freudiana é que, quando a libido

é direcionada para a finalidade do trabalho, essa escolha seria capaz de produzir o que ele nomeia de “felicidade”. O trabalho produziria satisfação desde que pudesse ser uma escolha, como ele aponta na sequência do texto:

A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida, isto é, se, por meio da sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes, de impulsos instintivos persistentes ou constitucionalmente reforçados (FREUD, op. cit., p. 88).

A escolha deveria considerar, portanto, elementos psíquicos descritos por ele ao longo de sua obra, e que não abordarei aqui por não interessar a esse ponto da discussão. Ele finaliza a nota de rodapé cujas linhas são bastante curtas, mas de importância inversamente proporcional, com a seguinte afirmação que – esta sim – interessa a presente pesquisa doutoral:

No entanto, como caminho para a felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens. Não se esforçam em relação a ele como o fazem em relação a outras possibilidades de satisfação. A grande maioria das pessoas só trabalha sob a pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis (FREUD, op. cit., p. 88).

O psicanalista não usa eufemismos. Seu modo direto de se expressar pode ser, também, efeito do momento histórico em que o texto foi escrito. Em 1929, os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) estavam num momento de intenso trabalho de reconstrução de suas comunidades, cidades, economias, e certamente isso acontecia “sob a pressão da necessidade” de sobreviver à destruição abatida sobre eles.

A sociedade brasileira de nosso tempo, evidentemente, não passou pela tragédia da destruição rápida e em massa das Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Nossa destruição parece que foi – e continua sendo – a conta-gotas. Um esforço de construir algo aqui, uma derrocada ali, e assim seguimos tentando superar as mazelas de cinco séculos de história para, a duras penas, manter vivos os acertos.

Num tom certamente exagerado para que soasse impactante, Lévi-Strauss (1996) escreveu que “Um espírito malicioso definiu a América como

uma terra que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 102). Longe de concordar completamente com a afirmação de que não somos uma civilização, no estrito sentido do termo, pois gozamos, sim, de um progresso humanitário feito ao nosso modo, a citação guarda um tom desconfortável de verdade caso se considere que a “decadência” está sempre logo ali, ao alcance da mão, justamente pela fragilidade de nossa sociedade ainda tão impregnada de macro e micro corrupções e construída sob a égide da violenta desigualdade social.

A seguir, pensarei brevemente sobre algumas questões acerca do trabalho no contexto histórico e societário brasileiro. Talvez o que Freud chamou de “natural aversão humana ao trabalho” não seja tão “natural” assim. Primeiro porque o trabalho a que ele se refere talvez se aproxime do praticado pelo *animal laborans* arendtiano. Segundo porque, vale ressaltar, o termo “natural” provavelmente se deva ao esforço de Freud para que a psicanálise fosse considerada ciência, tratando de temas particulares com tons de universalidade, num momento em que os saberes científicos ocupavam lugares de grande valor no mundo.

Embora a nota de rodapé seja datada e localizada, devendo ser transposta à realidade brasileira com muito cuidado, discutirei algumas questões sobre a tal “aversão” apontada por Freud, sem a intenção de afirmá-la ou negá-la, mas apenas com a pretensão de exercitar o pensamento crítico.

Os “nós” e os “eus”

*Era uma vez
E é ainda
Certo país
E é ainda
Onde os animais
Eram tratados como bestas
São ainda, são ainda
Tinha um barão*

*Tem ainda
Espertalhão
Tem ainda
Nunca trabalhava
Então achava a vida linda
E acha ainda, e acha ainda
(Chico Buarque) ¹²⁰*

A “aversão humana ao trabalho” é uma afirmação polêmica que, a despeito de ser totalmente verdadeira ou não, merece ser pensada. Ela é polêmica primeiramente porque é datada: o texto em questão, como já explicitado, foi escrito cerca de uma década após o final da Primeira Grande Guerra, num momento em que o trabalho era fundamental para a reconstrução dos países destruídos. Além disso, ela é localizada, tendo sido escrita por um pensador vienense que pretendia fazer uma leitura pretensamente universal sobre o ser humano, mas que também admitia olhar apenas através de seus óculos europeus – ou, no máximo, ocidentais.

Ponderando que as raízes dessa aversão apontada por Freud provavelmente são datadas e localizadas, e considerando também que elas são muitas e diferentes, qualquer texto que se proponha a debater apenas algumas delas corre o risco de ser reducionista. Mesmo diante do perigo, e mesmo tendo sido escrita por um homem distante cultural e geograficamente do Brasil, partirei da afirmação freudiana para refletir brevemente sobre alguns pontos de uma controversa ideia de que o significado do trabalho, em nosso país, está vinculado à exploração, especialmente em virtude dos processos históricos pelos quais nos constituímos como nação.

Sou uma entusiasta da história, como o leitor já deve ter notado ao longo da tese. Não me empolgo com aquela cuja análise avalia o passado. Tenho interesse em exercitar um olhar retrospectivo com intenção de melhor compreender o presente. Creio que uma das muitas boas maneiras de começar a pensar sobre um problema é por sua raiz: por isso o hábito de tentar

¹²⁰ BACALOV, L.; BUARQUE, C. Bicharia. In: BUARQUE, C. *Saltimbancos*. Rio de Janeiro: Philips, 1977. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 1.

compreender as gêneses das palavras, e por isso também a busca por informações sobre causos oficiais e extraoficiais, tradições de povos, biografias, entre outros. Trata-se de um exercício para além da curiosidade, pois conhecer o que se passou me instrui o pensamento.

A seguir, abordarei pequenos trechos de algumas versões da história brasileira para pensar o porquê me parece que, excetuando-se as razões que o próprio capitalismo inflige – abuso, exploração, dominação, baixa remuneração, entre várias outras – pode haver, na constituição de nossa cultura, um percurso histórico que explique, em parte, o modo como produzimos e nos relacionamos com o trabalho na atualidade em nosso país.

Que se parta do princípio: o Brasil não foi descoberto. Ele foi inventado quando os portugueses invadiram essas terras. Antes de ser Terra de Vera Cruz, ele foi Pindorama, e atividade praticada pela população ameríndia em nada se assemelhava ao trabalho do velho mundo. Tratava-se de fazeres que, ordinariamente, garantiam a subsistência de cada membro, os agregavam como grupo coeso, desenhavam uma cultura, conhecimentos, hábitos e tradições próprias (RIBEIRO, 2015).

As condições e motivações para a atividade indígena não tinham paralelo com a noção de trabalho do contexto da civilização europeia ocidental do início do século passado. O que se sabe é que um povo originário foi atravessado abrupta e violentamente por outro povo que compreendia a força empenhada em algum trabalho como algo até mesmo um tanto indigno e desonroso (HOLANDA, 1995; RIBEIRO, 2015).

Durante a ocupação portuguesa, a escravidão maciça e ininterrupta entre os séculos XV e XIX também marcou o modo como o trabalho era exercido. Desde 1500, indígenas foram escravizados e, em 1535, chegou ao Brasil o primeiro navio com pessoas africanas escravizadas (MOURA, 2013). Ao longo de três séculos, a exploração da vida humana pela escravidão sustentou e enriqueceu a coroa portuguesa. Não me deterei no tema pela sua extensão, mas, citarei apenas dois pequenos exemplos a título de ilustração de que a exploração do trabalho alheio é fundante de nossa sociedade.

O filme “Carlota Joaquina, princesa do Brasil” (1995)¹²¹, aliado às referências históricas de Azevedo (2003) sobre a época do reinado de D. João, no início do século XIX, apresentam – o primeiro de uma forma jocosa e o segundo com caráter de estudo histórico – uma monarquia que, com pouco ou nenhum esforço próprio, por meio da exploração do trabalho alheio, se deleitava com prazeres glutões, viagens de exploração cultural, desfrute do apreço às artes e às ciências, entre muitas outras regalias. Talvez não seja por acaso que a linhagem política da República Democrática tenha, hoje, uma representação social tão parecida, acrescida da corrupção generalizada que, à época, também já era farta, escancarada e sistêmica. e nossa atualidade ainda guarda gotas do mar mediterrâneo ibérico que nos originou.

Além dos indígenas e africanos escravizados, diversos grupos étnico-raciais contribuíram na formação do povo brasileiro e no modo como hoje o trabalho é praticado, incluindo os imigrantes que vieram para cá pelos mais variados motivos (RIBEIRO, 2015).

Dada a amplitude do tema, não pude, nesta pesquisa doutoral, abordar os problemas advindos da escravidão e da imigração. Mas, não posso deixar de apontar que quem pratica e estuda a área da Saúde Mental sabe que o estigma relacionado ao racismo, um dos efeitos da escravidão, também tem consequências para o louco. Desde os primórdios da psiquiatria no Brasil, a pessoa negra que enlouquecia tinha muito mais chances de ser internada e relegada ao esquecimento nos manicômios do que a branca (MACHIN, MOTA, 2019; BARROS *et al*, 2014 ; ARBEX, 2013) e a Reforma Psiquiátrica hoje também precisa lidar com as consequências disso¹²².

A escravidão que sustentava os privilégios da coroa real também alimentava o ideal buscado pelo português que aqui desembarcava em busca de uma nova vida:

¹²¹ Filme brasileiro do ano de 1995, dos roteiristas Carla Camurati, Melanie Dimantas e Angus Mitchell, dirigido por Carla Camurati.

¹²² Reflexões provenientes de estudos no decorrer do estágio de docência realizado nos anos de 2019 e 2020 na Universidade Federal do Tocantins, sob a orientação do professor doutor Ladislau Ribeiro do Nascimento, especialmente durante a aula “Racismo e fracasso escolar” e o evento “Racismo institucional: desafios, impactos e enfrentamentos contemporâneos nas instituições”.

Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação (HOLANDA, 1995, p. 38).

Seria leviano afirmar que o ideal de ociosidade tinha relação apenas com a “aversão humana ao trabalho” levantada por Freud, pois isso responde de modo individual a um problema que é, antes de tudo, também coletivo e histórico. Mas, mesmo que não necessariamente se tratasse de uma característica humana universal, durante a colonização da Terra Brasilis, “[...] o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não a riqueza que custa trabalho” (HOLANDA, 1995, p. 49). A ousadia a que se refere o autor seria a da tradição lusitana de lançar-se aos mares e à aventura de conquistar novas terras.

Embora a figura aventureira do português navegante não seja a única explicação, tampouco a maior, sobre o porquê de o capitalismo ter tido êxito em nosso país, há que se reconhecer que o contexto histórico de exploração do escravo e de expropriação de terras contribuiu para a consolidação dessa expressão econômica. Afinal, a apropriação do trabalho alheio já estava consolidada e, de certa maneira, “naturalizada” desde a colonização.

Seria a caricatura do “malandro” de hoje uma “evolução” desse tal espírito aventureiro português? DaMatta (1997) crê que sim, pois o malandro é um herói nacional e “a trajetória dos nossos heróis tem as mesmas longitudes e latitudes dos mapas dos navegadores que nos inventaram, em busca de novos portos e rotas, quando contavam apenas com sua bússola e esperança” (DAMATTA, 1997, p. 271).

O malandro, esse “herói brasileiro” que DaMatta (op. cit.) estuda partindo de abordagens da figura mítica das culturas portuguesa e brasileira de Pedro Malasartes, “é um ser deslocado das regras formais, fatalmente excluído do mercado de trabalho, aliás definido por nós como totalmente avesso ao trabalho e individualizado pelo modo de andar, falar e vestir-se” (DAMATTA, 1997, p. 276). Um tipo caricato, portanto, que desvela uma realidade social.

A clássica obra “Macunaíma” (ANDRADE, 2014) também reflete a malandragem com diversão e crítica. Nela, Macunaíma, o “herói brasileiro”, é a representação irônica daquilo que o homem do povo representava para elite de barões paulistas e cariocas: alguém cujos atributos da falta de caráter, preguiça, prazer sexual e malemolência se sobrepujam a qualquer possibilidade – ou mesmo necessidade – de trabalho.

O português aventureiro, o malandro e Macunaíma são apenas algumas das muitas personificações míticas que contribuem na formação de uma cultura alicerçada em vantagens individuais em detrimento de direitos coletivos.

Os problemas históricos apresentados até aqui se somam a muitos outros e justificam, em parte, porque nossa sociedade ainda é tão marcada pela desigualdade social e pela falta de coesão num projeto de país. A identidade nacional, tão baseada em muitos “eus”, ainda carece de um “nós”, de um compromisso político e social coletivo. O princípio de que todos devem ter os mesmos direitos e deveres cidadãos ainda não é consolidado, já que a importância que se atribui aos interesses e proveitos individuais é sobreposta ao resguardo que se deve ter ao que é de todos.

Calligaris, ao tratar do tema da identidade nacional partindo da recorrente fala dos brasileiros de que “este país não presta”, pensa que

Algo em suma me parece testemunhar, nesta frase, um problema de – se me é permitido um neologismo – *umtegração*. Não digo de integração, pois não se trata de uma dificuldade em ocultar ou uniformar as diferenças originárias das diversas etnias. Também não se trata – é evidente – de uma falta qualquer de sentimento patriótico. Trata-se de uma dificuldade relativa ao *UM*, ao qual uma nação refere os seus filhos (CALLIGARIS, 1991, p. 14 e 15).

A dificuldade apontada pelo autor pode se traduzir ao problema da frágil sustentação de um “nós”, de uma “unidade” que garanta uma filiação coletiva, que se sobreponha aos “eus” e que esteja em favor de “todos”.

Construir um sentido coletivo de sociedade pressupõe considerar que o bem comum – como, por exemplo, os direitos constitucionais da saúde e o do trabalho discutidos nesta tese – deve ser resguardado. Ou, mais

enfaticamente, é preciso abdicar da centralidade do privado em favor de um sentido coletivo e, por isso, público e político de sociedade.

As noções de “público” e “privado” são mesmo complexas. Arendt (2010) se debruça sobre elas para abordar os motivos pelos quais, historicamente, ambas as categorias se fundiram e fizeram emergir o “social”, e para pensar sobre algumas consequências desse hibridismo.

Na civilização grega, a esfera pública, autônoma e plural, espaço da ação e da palavra, era ocupada pelos homens livres e iguais entre si, que debatiam os assuntos políticos e a construção de um mundo comum, ou seja, do que tinha caráter público. Em oposição estava o espaço privado, do lar e familiar por excelência, com seus assuntos relacionados às necessidades da vida biológica: o econômico, o comer, o dormir, o vestir, entre outros correlatos. Na esfera privada, o despotismo do chefe configurava uma hierarquia que “privava” a mulher, o filho e o escravo das experiências da liberdade e da igualdade que, para eles, correspondiam aos mais altos valores e capacidades humanas. “Quem quer que vivesse unicamente uma vida privada [...] não era inteiramente humano” (ARENDR, 2010, p. 46). Vem daí a expressão “esfera privada”.

Com a invasão romana, a importância que essa civilização atribuía à riqueza monetária se sobressaiu frente ao que era de interesse público grego, e os assuntos que antes estavam restritos ao lar doméstico na esfera privada se tornaram as principais preocupações entre os homens. Interessante observar que

[...] devemos o pleno desenvolvimento da vida no lar e na família como espaço interior e privado ao extraordinário sendo político do povo romano, que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado ao público, mas, ao contrário, compreendeu que esses dois fenômenos somente podiam subsistir sob a forma de coexistência (ARENDR, op.cit., p. 72).

O domínio privado – familiar, econômico e de manutenção da vida biológica –, a partir de então, invadiu o público, e essa fusão deu origem ao social: “[...] é significativo, mas não decisivo, que a palavra ‘social’ seja de

origem romana e não tenha equivalente na língua ou pensamento gregos” (ARENDDT, 2010, p. 27 e 28).

A dissolução do público e do privado na formação do social, entre outras consequências, promoveu a subtração da liberdade e igualdade políticas em favor de valores econômicos particulares. O espaço social foi desenhado pelo poder econômico e a dimensão “política” ganhou outro sentido: agora não mais relacionado ao livre debate de ideias grego, mas relegada a características restritamente governamentais, administrativas e burocráticas romanas. A estrutura social tornou-se uma espécie de administração doméstica e familiar macro e coletiva, gerida por poucos homens e desenhada como Estado-nação. Essa herança, para Arendt, é crucial para entendermos de onde parte nossa ideia de “social”: “o que chamamos de ‘sociedade’ é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana” (ARENDDT, 2010, p. 34).

Na modernidade, com o advento das Revoluções Francesa e, especialmente, Industrial, o trabalho se tornou um dos maiores valores humanos. Ele permitiria a riqueza – sinônimo, a partir de então, de aquisição de propriedade – e o desembaraço das limitações que a vida biológica impunha. Havia a ideia de que, com essas duas condições satisfeitas, o homem poderia finalmente gozar de tempo livre. No entanto, essa utopia fracassou, e o tempo do homem foi aprisionado à sua condição de trabalhador.

Outra novidade da modernidade é que a ideia de “propriedade”, antes restrita à esfera privada, passou a ser preocupação também do Estado-nação. Junto a isso, a política foi reduzida à figura do governo e a função dos governantes à administração de estratégias para o desenvolvimento do progresso econômico.

Enfim, a conjunção de elementos próprios das esferas privada e pública formaram o que conhecemos hoje no ocidente como a esfera social. Especialmente no Brasil, esses elementos são tão confusos quanto nossa própria fundação. A exploração do trabalho e de riquezas naturais pela coroa portuguesa assentou a noção de propriedade privada no Brasil antes mesmo

que houvesse uma esfera pública e comum. Nossa nação foi inventada, portanto, como objeto de domínio e exploração de outra nação.

Nesse desenho originário de sociedade brasileira já estava guardado o germe do atual “salve-se quem puder” que compromete a ética do que é público e comum. Ou, como pensou Holanda (1995), a prática do “personalismo”, tendo como figura central o “homem cordial”. Para ele, nossas origens ibéricas, que muito contribuíram para formar a tradição do povo brasileiro, fomentaram o mérito pessoal que muitas vezes guardava, em sua concepção, certa porção de estímulo e energia para valorizar o individual e independer de um coletivo (HOLANDA, op.cit.). Não é preciso um douto saber para suspeitar que se os interesses comuns da vida coletiva são ameaçados pelos interesses privados do personalismo, a sociedade se faz ruína. O homem cordial, afável com os amigos e hostil quanto a todos os outros homens que não lhe tenham parentesco ou que não pertençam ao seu círculo de relações, é um retrato do homem brasileiro patriarcal. Como o ditado ensina: “Aos amigos, tudo; já aos inimigos, a lei”. Mesmo que a “lei” seja sinônimo de “regras ditadas por tiranos”, ou seja, de infração da lei. Longe de exercer a civilidade, o homem cordial apadrinha seus pares com grande dose de generosidade pessoal e é inclemente com seus desafetos. Pratica, portanto, o personalismo, favorecendo alguns poucos, mesmo que isso custe a dignidade de outras vidas.

Resgato aqui a noção de amizade para Arendt (1968), discutida no subitem anterior deste mesmo ensaio. Para ela, a fraternidade é instância que une intensamente os homens iguais entre si, abolindo a diferença e a pluralidade necessárias à ação política. Os pares se protegem entre si e se propõem privilégios, excluindo quem não faz parte do seletivo grupo. Já a amizade, que para Arendt não é limitada aos âmbitos íntimo e particular, emerge do *amor mundi*, sentimento de pertencimento que permite ao homem se responsabilizar pelo mundo comum. Nossa identidade nacional configurada por muitos “eus” em detrimento de um “nós”, em que a primazia do homem cordial se sobrepõe aos interesses coletivos, em que a fraternidade dos pares enfraquece o mundo comum, carece de um compromisso social coletivo. Os

interesses privados em prejuízo do mundo comum nos constituíram como nação desde a invasão dos portugueses até os dias atuais.

Num nível macro, um dos efeitos de uma cultura do privilégio que alcança homens cordiais e seus pares é que o país esteve pouco propenso, desde o nascimento da República até o momento, a feitos políticos com um único propósito e que envolvessem fortemente tantas regiões e populações diferentes.

Pode ser que alguns movimentos tenham sido pouco abrangentes por interesses convenientes a cada região, ou a segmentos sociais específicos, ou mesmo pela dificuldade inerente à extensão territorial que deixou o país, até há pouco tempo, à mercê da grande imprensa de rádio, jornal/revista e televisão. Afora o carnaval e as festas religiosas, especialmente as cristãs, poucos são os momentos que unem coletivamente o país (DAMATTA, 1997).

Durante minha vida, ou seja, nas quatro últimas décadas, presenciei alguns poucos movimentos políticos que envolveram toda a nação. Na infância, assisti às Diretas Já pela redemocratização do país entre 1985 e 1986 e do impedimento de um ex-presidente em 1992. Ao longo desse tempo, talvez os momentos de eleições presidenciais possam ser tomados como lampejos de uma participação social mais coesa e abrangente. Localizo que as Manifestações dos 20 centavos em 2013 inauguraram a feliz novidade do fomento de contestações populares mais amplas e via redes sociais, sem a participação explícita da imprensa, pois foi pela *internet* que os contatos e alianças puderam ser expandidos em tempo real e com abrangência nacional.

Embora nos períodos citados tenha havido brevemente primórdios de uma construção de certo sentido coletivo de direitos, a maioria dos acordos que precisariam ser sociais ainda valorizam o plano individual. Um dos piores exemplos é o cruel exercício da prática de recompensa a quem apoia aqueles que jocosamente a expressão popular nomeia como “coronéis”. Afinal, “Em terra onde todos são barões não é possível um acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (HOLANDA, 1995, p. 32). As ações políticas forjadas por alguns dos cidadãos eleitos para representarem o

povo são centradas no individualismo e em benefícios pessoais, o que, é óbvio, também tem impacto nas políticas públicas de saúde.

Poucos recursos destinados à pasta da Saúde Mental, retrocessos quanto a políticas de cuidado em saúde ao louco, desmonte de equipamentos públicos de saúde e investimento em privados, todos esses acontecimentos dos últimos anos são desfavoráveis à Reforma Psiquiátrica. Entretanto, mesmo nesse cenário, as oficinas estudadas na presente pesquisa conseguem sobreviver e se apresentar como lugares exitosos no que tange à construção de sentidos coletivos de direitos.

As oficinas apostam em um funcionamento que valoriza, justamente, o fortalecimento dos processos coletivos de trabalho. É um lugar de “nós”. Quando se organizam cotidianamente baseadas no que é de interesse de todos, elas negam a lógica do personalismo.

A descrição freudiana de grupos artificiais em que “uma certa força externa é empregada para impedi-los [os participantes] de desagregar-se e para evitar alterações em sua estrutura” (FREUD, 1996c, p. 105) contribui para pensar sobre a perspectiva fundante das oficinas. Essa “força” ou, como escreveu adiante, essa “ideia dominante” (FREUD, op. cit., p. 106), é a concepção de que a oportunidade de experimentar processos coletivos de trabalho contribuiria para a ampliação da convivência social do louco. As práticas que ligariam os membros do grupo num pacto de unidade seriam a participação do oficineiro no mercado de trabalho e no cotidiano de relações da oficina.

Os oficineiros, obviamente, encontram dificuldades para fortalecer processos coletivos de trabalho, pois os grupos também contêm em sua formação elementos do território do qual fazem parte. Não é fácil, numa cultura que valoriza os “eus”, construir e sustentar os “nós”. Numa conjuntura em que formações de grupos que pretendem exercer a cidadania nem sempre são estimuladas e, quando o são, algumas vezes carecem de força, é um grande desafio sustentar a escolha de funcionar encorajando sujeitos a produzirem a potência de um trabalho coletivo e democrático.

No cotidiano da oficina, muito embora cada sujeito tenha seu modo singular de trabalhar, ele não o faz sem influência de outros participantes e também de seu entorno social. A aposta é que os processos de trabalho coletivos, assim como todas as outras relações do oficineiro, também constituem sua subjetividade. Afinal, a produção subjetiva – e suas ciências de análises, entre elas a psicologia – só acontece na relação de um sujeito com outro. Para lembrar uma máxima freudiana, “A psicologia individual [...] é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (FREUD, op. cit., p.81).

Para ele, o grupo se estrutura unido porque os participantes se fortalecem entre si. Um integrante da oficina, nesse sentido, é mais forte para enfrentar os desafios do que se estivesse sozinho, pois ele conta com o estímulo solidário de seus pares.

O contexto grupal nas oficinas se fortalece pelas escolhas da Economia Solidária e da inspiração cooperativista ¹²³ para fundamentar as práticas de trabalho. A Economia Solidária é uma proposta econômica e de relações sociais cujo objetivo é tornar vivo o direito à justiça social. E um dos objetivos da Reforma Psiquiátrica também é o da justiça social aos loucos.

Qual a justificativa da discussão ter tomado esse rumo? Principalmente para pensar sobre a questão de que é relevante à Reforma Psiquiátrica que o louco esteja em um lugar onde o fruto do trabalho só existe porque todos atuam em grupo, ou seja, onde os processos coletivos de trabalho são estimulados.

Isso não nega que, por exemplo, numa linha de produção tradicional de uma empresa taylorista ¹²⁴, fordista ¹²⁵ toyotista ¹²⁶, ou em qualquer outra

¹²³ A Economia Solidária e a inspiração cooperativista serão discutidas no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”.

¹²⁴ Frederick Winslow Taylor (1856-1930), engenheiro estadunidense de indústrias metalúrgicas, afirmou, em 1911, que a administração de uma empresa deve ser operacionalizada cientificamente. O principal ponto de sua teoria é que, pelo controle dos movimentos e gestos dos operários e da máquina, junto à determinadas divisões do trabalho, rotina das ações e especialização do operário na linha de montagem, era possível manipular o processo de produção de tal modo que se produziria mais em menos tempo e com menos trabalhadores (ANTUNES, 2000, 2011; RIBEIRO, 2015; TENÓRIO, 2011; ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, 2005).

inspirada nelas, o processo de produção de um trabalhador também depende diretamente daquele realizado por outro trabalhador. A diferença entre os princípios e funcionamentos da oficina e dos modelos tradicionais dessas empresas ¹²⁷ é a postura ética que a primeira adota de valorizar as parcerias em benefício de todos, enquanto na segunda a valorização da parceria muitas vezes se dá num contexto em que é sabido que servirá para que a divisão dos frutos do trabalho seja desigual. Nas linhas de produção tradicionais, grande parte dos ganhos de todos os trabalhadores é destinado ao dono da empresa, enquanto os demais “colaboradores” – eufemismo atual bastante presente na linguagem organizacional em substituição ao tradicional “trabalhador” –, na maior parte das vezes usufruirão de um salário fixo e invariável, independente do quanto a empresa lucre.

Longe de panfletar que as oficinas devem superar a lógica capitalista, até mesmo porque o capitalismo não necessariamente precisa ser suplantado para que haja outras possibilidades de organizações econômicas e sociais, o que pretendi trazer é que as oficinas operam numa lógica que sintoniza com valores de cooperação e solidariedade. Assisti a uma palestra de Paul Singer, no ano de 2011 ¹²⁸, em que ele sabiamente defendeu que a Economia Solidária pode ser mais uma opção de relações econômicas e sociais, coexistindo com o capitalismo vigente, e que não necessariamente precisa ser a hegemônica.

¹²⁵ Henry Ford (1863-1947), também engenheiro mecânico estadunidense, inovou ao inventar a produção em série e a articular a produção e o consumo em massa. Introduziu a noção de semi-automatização nas linhas de montagem em fábricas verticalizadas através das esteiras rolantes, e possibilitou o acesso do trabalhador ao consumo dos bens que produziam (ANTUNES, 2000, 2011; RIBEIRO, 2015; TENÓRIO, 2011, ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, 2005).

¹²⁶ O toyotismo é um modelo de produção industrial japonês criado depois da Segunda Guerra Mundial por Taichi Ohno, engenheiro mecânico, cujo maior marco foi o princípio da “acumulação flexível”, ou seja, de produzir de acordo com a demanda do consumidor, sem que a fábrica estocasse materiais e de modo a evitar o desperdício. Outras duas novidades importantes desse sistema foram a “flexibilização”, ou seja, o trabalhador é mais valorizado quanto mais funções desenvolver (ao contrário da especialização fordista) e a “terceirização”, que permitia que empresas fabricassem partes do produto para que a empresa contratante montasse e comercializasse a produção (ALVES, 2005, 2006; PINTO, 2012; ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, 2005)

¹²⁷ Guardadas as devidas proporções dessa afirmação generalizada, pois há muitas variações de empregabilidades diferentes e de outras formas de trabalho, como, por exemplo, as *startups*, os *freelancers*, os influenciadores digitais, os ambulantes, as cooperativas, entre muitas outras.

¹²⁸ Palestra de Paul Singer no evento “VII Seminário de Economia Solidária INTES/Uel-Sustentabilidade da Economia Solidária”, realizado na Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2011.

Já lutei contra moinhos de vento ¹²⁹ e hoje sei que essa luta só vale para exercitar o – imprescindível – sonhar. Hoje, na maioria das vezes, sonho com o que posso realizar. Creio, portanto, que é possível criar formas de viver de maneira mais saudável no sistema capitalista vigente. E também creio que somos capazes de inventar outros modos de economia, de produção, de comércio, de relações humanas que coexistam, ou mesmo que superem esse sistema.

Seja pelo capitalismo, seja pela Economia Solidária, seja por outras propostas que estão surgindo como alternativas viáveis para um modo de vida mais saudável e coerente com direitos coletivos em detrimento de vantagens individuais, a realidade da maioria dos brasileiros ainda é a de quem “trabalha no almoço para comer na janta” ¹³⁰. Realidade que eu desejo e me empenho para que seja superada.

Especificamente sobre as oficinas, em resumo, há basicamente duas diferenças entre o trabalho que se faz nelas e o que é feito em outros espaços. A primeira diz respeito aos processos coletivos que pretendem tornar viável outro modo de trabalhar, em que haja construções coletivas e colaborativas. A segunda, que será tratada a seguir, é sobre o sofrimento produzido pelo trabalho e o enfrentamento que as oficinas pretendem fazer a isso.

A dimensão do sofrimento

*Formiguinha que segue
De folhinha nas costas,
Por que não te recostas
Para descansar?
Será que consegues
Fazer o que gostas?
Não há mais propostas
Pra teu formigar?*

¹²⁹ Referência à "Dom Quixote de La Mancha". CERVANTES, M. *Dom Quixote de La Mancha*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

¹³⁰ Ditado popular cearense.

*A grama é imensa
E tu, tão pequena...
Será que tua pena
É sempre lavrar?
Quem sabe tu pensas,
Com tuas antenas,
Nas terras amenas
De outro pomar.
(Mardônio Parente de Menezes) ¹³¹*

As raízes de nossa cultura brasileira são muitas e complexas. Do passado, essa “roupa que não nos serve mais” ¹³², mas que insistimos em vestir, devemos superar o personalismo (HOLANDA, 1995) para produzir uma identidade nacional coerente baseada no resguardo ao coletivo. E, continuando a cantarolar, como “no presente, a mente, o corpo é diferente” ¹³³, creio que refletir sobre a história contribui para pensar em como inventar novos e diferentes caminhos.

O trabalho, é óbvio, tem papel fundamental nesse necessário processo de mudança, pois o modo como o mundo do trabalho ¹³⁴ está configurado hoje garante o mínimo – e apenas isso – necessário à sobrevivência da maioria dos trabalhadores, alimentando uma ordem social desigual. E a desigualdade, isso é sabido por todos, é a causa da maioria dos problemas sociais e de muitas dores particulares.

Como a formiguinha da epígrafe, talvez a maioria dos trabalhadores não descanse, não faz o que gosta, não desfruta de muitas possibilidades de escolha sobre com o quê, para quê e para quem lavrar. Como pensar nas terras amenas de outro pomar se, para garantir a folhinha no formigueiro – ou o

¹³¹ Referência: Poema de meu companheiro Mardônio. Palmas, julho de 2016.

¹³² BELCHIOR. Velha roupa colorida. In: _____. *Alucinação*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 2.

¹³³ Idem.

¹³⁴ A divisão feita nesse subitem entre os elementos “mundo do trabalho” e “oficinas” é apenas didática, servindo para viabilizar a compreensão das análises. É certo que as oficinas também compõem o vasto mundo do trabalho. Mas, pela dificuldade em encontrar termo melhor que diferencie um e outro, essa opção me pareceu mais segura.

pão na mesa, para ser menos inexata –, a “pena” de lavar é diária e ininterrupta?

Não é preciso um douto saber para compreender que esse cenário produz sofrimento e que, algumas vezes, pode adoecer. Talvez a maioria dos que cumprem a jornada de 44 horas semanais saiba disso e, mesmo assim, prossegue na labuta. Afinal, mesmo que o trabalhador tenha consciência de que é parte de uma imensa engrenagem que o mantém fazendo muito para pouco ganhar e sustentando o muito ganhar de poucos, a urgência de colocar o pão na mesa não o permita afrouxar um único parafuso dela. Como já discutido, no capitalismo, em que há a primazia da atividade do *animal laborans* sobre outras atividades, alguns sentidos como sofrimento, cansaço, dor, estafa, desprazer, adoecimento são frequentemente relacionados ao trabalho.

Cada um de nós sabe sobre as intensidades da dor e da delícia de ser o trabalhador que é ¹³⁵. Nuns dias, mais dores; noutros, mais delícias. E, sempre, a resignação – talvez nutrida pelos cinco séculos de uma vocação cristã que também constitui nossa cultura – que ajuda a cumprir a labuta nossa de cada dia. Porque “mesmo com todo emblema, todo problema, todo sistema, toda Ipanema, a gente vai levando, a gente vai levando, a gente vai levando essa gema” ¹³⁶. Com uma paciência à moda estoica, levando a gema no sentido figurado de “força”, para se fortalecer na delícia, e também a gema do verbo “gemer”, para gemer na dor.

Muitas são as dores e poucas são as delícias de empenhar os dias de nossas vidas e as saúdes de nossos corpos para manter a engrenagem funcionando. E, se há pouco desfrute e muito desprazer, pode haver adoecimento. É o que dizem os estudiosos dos saberes científicos, é o que

¹³⁵ Referência à canção “Dom de iludir”. VELOSO, C. Dom de iludir. IN: _____. *Totalmente demais*. Rio de Janeiro: Phillips, 1986. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 11.

¹³⁶ BUARQUE, C.; VELOSO, C. Vai levando. In: BUARQUE, C.; BETHÂNIA, M. *Chico Buarque e Maria Bethânia ao vivo*. Rio de Janeiro: Phillips, 1975. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 17.

dizem os brasileiros analfabetos cuja sabedoria advém da “ciência da vida” ¹³⁷. Sabido por todos, portanto.

Dos sábios da vida, dividirei com o leitor uma das inúmeras aprendizagens sobre saúde e trabalho que minha família e eu ganhamos de um vizinho de caráter bom e firme. Certa monta, ele nos ensinou, às gargalhadas, que “luxo é bucho”, dizendo preferir que o dinheiro que ganhava com seu trabalho de agricultor e jardineiro lhe proporcionasse mais e melhor comida, abdicando de quaisquer outros confortos. Das delícias, dizia que trabalhar com a terra para comer bem era o máximo de alegria e riqueza que ele queria, e eu prontamente concordei. Mas, por ser sábio, também reconhecia as dores de seu trabalho: durante a prosa, enquanto ele contava sobre a necessidade de cuidar de sua saúde para que pudesse trabalhar até o fim da vida, entendi que um dos infortúnios da austeridade culminaria em uma aposentadoria indigna. Falou também que nunca havia entrado em um hospital e que não conhecia nome de remédio de farmácia. “Não sabe nome de remédio?”, perguntei surpresa. Foi motivo de chacota: “A moça não entende de garrafada ¹³⁸! Se tu levar picada de bicho cobra, pode bater na minha porta que eu trato de tu!”. Terminei o dia agradecida porque, no aperreio da vida, sempre encontro sábios que cuidam de minha família e de meu quintal.

Já da ciência da academia, dos muitos autores que ofertam a possibilidade do pensamento crítico – que, para mim, tem tanto valor quanto a sabedoria sobre o cultivo da terra que o vizinho oferta à minha família –, Dejours (1980) é certo quando ensina, com suas reflexões sobre o que ele chamou de “psicopatologia do trabalho”, que o trabalho que pode adoecer, especialmente no que tange à exploração do sofrimento que o operário ¹³⁹ se submete para preservar seu emprego. Para o autor, a organização do trabalho

¹³⁷ “Ciência da vida” é um termo caipira usado para dizer das aprendizagens que não provém dos estudos formais.

¹³⁸ “Garrafada” é o nome genérico para bebidas medicinais caseiras baseadas nos saberes tradicionais e populares, feitas por imersão ou infusão de certas plantas em água ou álcool e cujos fins terapêuticos podem ser curativos ou de fortalecimento do organismo.

¹³⁹ Termo usado pelo autor, assim como “proletário”, para se referir ao “trabalhador”.

¹⁴⁰ é a causa principal do sofrimento. Encarar a necessidade de intervir nela é ponto crucial para o desempenho produtivo e para a saúde do trabalhador.

O sofrimento, para Dejours (op.cit.), é um processo produzido pela organização, e que deve ser mantido invisível. Já o adoecimento, também produto da organização somada à estrutura da personalidade do trabalhador, não necessariamente deve estar invisível, porque apenas pela via do adoecer seria possível exonerar o operário de suas atividades. Para ele, “O sofrimento mental e a fadiga são proibidos de se manifestarem numa fábrica. Só a doença é admissível” (DEJOURS, op.cit., p. 158). O sofrimento pode ser explorado até mesmo como fator de aumento de produtividade, como, por exemplo, a ansiedade que deixaria o operário mais atento na realização de suas atividades, ou o medo da demissão que incentivaria o trabalhador a produzir mais em menos tempo. O que ele chama de “doença mental” seria provocada por certa predisposição do trabalhador agravada pelas condições de sofrimento no trabalho.

Dejours (op.cit.) oferta uma compreensão sobre a saúde no trabalho que serve para pensar sobre o funcionamento das oficinas:

[...] a *organização do trabalho* exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o *aparelho psíquico*. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torna-la mais conforme às suas *necessidades* fisiológicas e a seus *desejos* psicológicos – isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada (DEJOURS, 1980, p. 173, grifos do autor).

A “história individual” a que ele se refere é o ponto de partida da inserção do usuário da Saúde Mental em alguma oficina. Quando da chegada do sujeito, a equipe técnica escuta sobre sua história de vida, com ênfase no que se refere ao trabalho, valorizando saberes, possibilidades e desejos.

¹⁴⁰ “Organização”, para Dejours, tem um significado amplo e complexo. Para fins didáticos, faço saber que se trata não apenas do espaço físico, mas também da divisão do trabalho, do conteúdo da tarefa a ser executada, da hierarquia, relações de poder, responsabilidades, cargos, entre outros elementos (MENDES, 1995).

A “relação homem-trabalho” e a conformação da tarefa às necessidades e desejos de que trata Dejours (op.cit.) são o que norteiam a configuração de uma oficina. Quem indica como a oficina deve funcionar e, pensando em todo o equipamento, quais oficinas serão criadas, mantidas ou fechadas, também é o próprio oficinheiro, além das oportunidades de venda dos produtos no mercado.

Certa vez, fui indagada que, se o modo como o trabalho é praticado hoje não serviria para quase ninguém, porque propô-lo ao louco? E, ainda, fui provocada com a afirmação de que, enquanto a sociedade não inventar outras formas de trabalho, o louco não poderia – ou mesmo deveria – exercê-lo. É fácil se desembaraçar da provocação com os argumentos já usados na presente tese: não é o louco que precisa se adaptar ao mundo, mas é o mundo que precisaria acolher o louco como ele é. E o “mundo” ao qual me refiro abarca, necessariamente, também o trabalho.

Como não costumo dispensar o ensinamento que pode trazer uma provocação, aprendi com ela que a Reforma Psiquiátrica deve estar atenta para que não esteja ofertando ao louco, com a promessa de pertencimento social, algo que ninguém deve experimentar: a pressão no trabalho para que se produza mais em menos tempo e com menos recursos, a competitividade que gera sofrimento, a remuneração insatisfatória, entre outros problemas. A pergunta fundamental que a provocação impõe é: que trabalho queremos para todos nós?

Embora eu não esteja buscando fazer uma análise comparativa entre o mundo do trabalho dentro e fora das oficinas para enaltecer as últimas e tratar com duras críticas o primeiro, porque seria ingênuo situar a pesquisa numa ótica dual e tão simplista, não posso deixar de acentuar que as oficinas são projetos de saúde em um mundo do trabalho que nem sempre preza pela saúde de seus trabalhadores.

Mesmo que a sociedade ainda não sustente hegemonicamente outra forma mais saudável de se exercer o trabalho, inegavelmente esse é um dos lugares sociais do qual o louco foi apartado. Portanto, ocupá-lo poderia

significar um passo a mais no combate à marginalização social e à afirmação da cidadania do louco.

O termo mais usado na Saúde Mental para falar sobre isso é a “inclusão social pelo trabalho”. O bordão, tão caro aos que participam das oficinas, parece ter se tornado, de certa maneira, um tanto “naturalizado” por ser frequentemente repetido. No entanto, ele nem sempre é pensado.

É certo que o uso de nomes e expressões guarda complexidades que, algumas vezes, não detém a merecida atenção de quem pensa, fala, escreve. “Terapeuta”, “coordenador”, “louco”, “pessoa com transtorno mental”, entre outros, são alguns dos substantivos e adjetivos que colaboram no diálogo com nossos pares.

Dentre todas elas, a expressão “inclusão social” tem me soado, nos últimos tempos, um pouco mais estranha do que outras. Sem que pareça eufemismo diante de toda a violência cometida contra o louco, e pelo acúmulo de leituras nos últimos anos, tenho preferido um pouco mais – incluindo no texto da presente tese – o termo “marginalização social” ao invés de “exclusão social”. Isso não se dá ao acaso, tampouco para “criar caso”, como no linguajar caipira pelo qual também me comunico.

Um termo não recusa o outro, certamente. Ao pensar a sociedade como uma rede de relações e a questão da loucura como o seu fora, ou seja, com o que se isola porque não se quer relacionar, o termo “inclusão social” é plenamente aceitável e desejável.

A questão sobre a “inclusão” da loucura gira em torno de: “incluir onde?”. Algumas vezes, escutei que era numa sociedade capitalista, onde quem não tem dinheiro para consumir e/ou não pode trabalhar, não faria parte dela. Essa argumentação um tanto comum pode responder parcialmente ao problema, embora também traga consigo uma espécie de “inclusionismo” que merece ser pensado. Especialmente no que tange às oficinas, Alberti, Costa e Moreira (2011) ensinam que

Algumas oficinas estabelecem uma meta a cumprir, centram os trabalhos em um único tipo de produto escolhido a priori, e avaliam seu sucesso conforme o reconhecimento do mercado, a partir da aceitação de seu produto como mercadoria a ser consumida. Os discursos de sua eficácia [da oficina] e socialização [dos sujeitos] – presentes nas falas quando o sucesso do produto é atingido – promovem um “inclusionismo” politicamente correto, por ser asséptico e estar em conformidade com a demanda do mercado, de acordo com o capitalismo contemporâneo (ALBERTI, COSTA, MOREIRA, 2011, p. 503).

O “inclusionismo” de que tratam as autoras não se referiria apenas ao produto, mas também ao sujeito. Para elas, a “inclusão” poderia se tornar uma armadilha caso estivesse vinculada ao sucesso do empreendimento pela aceitação do produto no mercado. E, aos sujeitos, a armadilha diria respeito a desconsiderar o que é vivido no ato e no processo de trabalhar: satisfação pessoal, convivência, circulação social, pertencimento a grupos, reconhecimento, entre outros efeitos. O “inclusionismo asséptico”, para elas, se relaciona ao fato de que “doentes e deficientes no mercado de trabalho virou certificação de sua socialização e inclusão social” (ALBERTI, COSTA, MOREIRA, op. cit., p. 504).

E há mais questões derivadas dessa. Como tratado no ensaio “Um olhar sobre a loucura”, a loucura também existe para que os que se julgam, no senso comum, “normais” – ou, como me expressei anteriormente, talvez um tanto “menos loucos” do que outros – possam afirmar suas pretensas “normalidades”. A loucura funcionaria, portanto, para certificar a tal “normalidade”. Uma não existiria sem a outra. Daí o engodo de que a “exclusão social” seria “revertida” caso houvesse “inclusão social” pelo trabalho.

A equação, no entanto, não é tão simples assim, pois, quando se trata de loucura e trabalho, as questões não podem ser tratadas pelo reducionismo de “ser” ou “não ser” algo. Pois “loucos” e “trabalhadores”, muitos de nós somos. E nem sempre estamos, de fato, imunes à marginalização social.

Também é relevante considerar que uma das justificativas para a existência das oficinas não seria, grosso modo, alguma “inaptidão” dos loucos ao mundo do trabalho, mas, numa inversão da lógica, a inaptidão do mundo do

trabalho em recebê-lo. Então, como pensar em “inclusão” em um mundo que não se interessa pelos loucos? Ou, pior, que os rejeitam? Se esse mundo não é capaz sequer de receber em condições dignas, seguras e saudáveis quem, ao menos aparentemente, não é tão louco, o que esperar em relação a quem parece ser mais louco que a maioria das pessoas?

Seja aos abandonados à margem, seja aos “incluídos” no mercado, seja aos mais ou aos menos loucos e trabalhadores, pensar como hoje se exerce o trabalho é complexo. Este ensaio, até aqui, pretendeu tocar em alguns dos vastos problemas que, a mim, tem instigado o pensamento nos últimos anos.

Para finalizar as reflexões, no último subitem, abordarei um predicado que, creio, é tão fundante de nossa humanidade quanto o trabalho: a preguiça. Não seria o ócio, com ou sem preguiça, tão necessário à vida quanto a energia que se despende na realização de um trabalho?

Exaltação à preguiça

A preguiça é a mãe do progresso. Se o homem não tivesse preguiça de caminhar, não teria inventado a roda. Não poderia viajar pelo mundo inteiro.
(Mário Quintana) ¹⁴¹

A fábula “A cigarra e as formigas” ¹⁴² nos educa, desde a infância, sobre a importância da provisão do trabalho em detrimento do imediato lúdico e belo. Uma cigarra divertida, musical, despreocupada quanto ao futuro inverno que lhe demandará abrigo e comida, em contraponto às formigas trabalhadeiras que, durante o verão, diligentemente labutam para se resguardar do frio

¹⁴¹ QUINTANA, M. Da preguiça como método de trabalho. In: _____. *Da preguiça como método de trabalho*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987, p. 6.

¹⁴² Por se tratar de uma fábula de domínio popular em diversos países, registrarei como referência bibliográfica ao leitor a versão brasileira de Monteiro Lobato: LOBATO, M. *Fábulas*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 12-14.

ameaçador que virá em breve. À chegada do inverno, as formigas abrigadas negam o pedido de abrigo da cigarra friorenta e faminta, com a clássica resposta de que sua preferência pela cantoria não lhe dava passe livre para o formigueiro abastecido e quentinho.

Durante o pré-primário, a leitura fazia parte do arsenal pedagógico de como convencer uma criança a, em última instância, se preocupar responsabilmente com seu futuro, com a moral da história ditada ao final: “primeiro o trabalho e depois a brincadeira”. Como se não houvesse brincar no trabalho, como se não houvesse trabalho no brincar.

Por sorte, tive professoras que me liam a versão verde e amarela de Monteiro Lobato, muito mais educativa para a vida. Nela, o fim se prolongava com a narração das formigas acolhendo a cigarra e agradecendo a cantoria:

– Ah! ... exclamou a formiga recordando-se. Era você então quem cantava nessa árvore enquanto nós labutávamos para encher as tulhas?

– Isso mesmo, era eu...

– Pois entre, amiguinha! Nunca poderemos esquecer as boas horas que sua cantoria nos proporcionou. Aquele chiado nos distraía e aliviava o trabalho. Dizíamos sempre: que felicidade ter como vizinha tão gentil cantora! Entre, amiga, que aqui terá cama e mesa durante todo o mau tempo.

A cigarra entrou, sarou da tosse e voltou a ser a alegre cantora dos dias de sol (LOBATO, 1995, p.14)

A lembrança do ensinamento me acompanha até hoje e reconheço que ele também me inspirou a valorizar ambas as atividades: o lúdico e o trabalho.

Minha família ascende de imigrantes que vieram de terras estrangeiras dispostos a trabalhar no que encontrassem, e isso explica, em parte, a importância que dou ao trabalho. Do mesmo modo, somos uma família festiva e barulhenta e isso também explica, em parte, minha inclinação à diversão.

Em certos – ou melhor, muitíssimos – momentos da escrita desta tese, minha pequena filha me convocava ao brincar e eu, dolorosamente, tinha que lhe negar minha presença. Sem saber tão bem como gerenciar o tempo dedicado ao trabalho da pesquisa e ao trabalho da maternidade, em alguns momentos, provavelmente, me desorganizei. E também não fui muito pontual

quando se tratava do tempo da dimensão brincante de ambos. Foi por esses motivos que decidi escrever um trecho sobre a preguiça em um ensaio que se propõe a pensar o trabalho.

Houve momentos em que eu trouxe minha filha brincante à tese, como, por exemplo, na tarde em que ela me perguntou sobre o que eu escrevia e se surpreendeu com a resposta: “estou pensando e escrevendo sobre a preguiça”. Rapidamente, ela se aninhou em meu colo, me indagando sobre o bicho-preguiça que havia visto num programa de televisão. Lá fomos nós em uma das incontáveis imersões na *internet* em busca de pesquisar sobre a bicharada do mundo. Disso, aprendemos que o bicho-preguiça é um mamífero que vive quase a maior parte da vida sobre árvores e se alimenta de folhas. O encantador animal não se movimenta com rapidez porque tem uma dieta pobre em nutrientes, o que induz à baixa metabolização. Seus gestos lentos também se devem a uma adaptação endotérmica que lhe permite abdicar de termorregulação. Vagoroso e com o desenho na pelagem da face que lembra um sorriso, o animal ganhou nossa simpatia e nos inspirou a dialogar sobre a preguicinha gostosa que experimentamos em certas horas da tarde.

Polissêmica quanto aos sentidos e polêmica quanto aos deleites e punições que provoca, a preguiça pode ser tão ou mais propriamente comum do que a “aversão ao trabalho” freudiana. E, embora haja parentesco entre “preguiça” e “trabalho”, é apenas quando atribuímos um valor ao trabalho que a preguiça se torna condenação.

Prova disso é a concepção de ócio da Grécia Antiga. Naquele tempo e lugar, não havia a preguiça ao homem livre, pois o trabalho não era uma virtude. Era, antes, atributo dos escravos, como discutido no subitem “Criar mundos e acompanhar sabiás” deste ensaio.

Wolff (2012), sobre a Grécia Antiga, parte de uma pertinente indagação sobre o que faz com que a civilização atual “condene o ócio a ponto de transformá-lo em um vício chamado preguiça e que a civilização antiga exalte o ócio a ponto de torná-lo uma virtude chamada liberdade” para afirmar que

Saber ser preguiçoso, ou seja, saber o que fazer quando não se tem nada para fazer, é uma arte, um luxo, um privilégio. É o

privilégio dos espíritos livres. É a prerrogativa daquele cujo espírito é tão livre que não se entedia jamais. É a virtude daquele que pode dedicar seu tempo a servir à comunidade sem a ela se subjugar — é isso a política, [...]; ou é a virtude daqueles que podem se esforçar para compreender o mundo sem depender deste — é isso a filosofia. [...] A política a serviço da Cidade e a filosofia a serviço do pensamento puro constituem o avesso do trabalho. Constituem, se quisermos colocar nesses termos, belas atividades preguiçosas (WOLFF, 2012).

A “*skholé*” grega corresponde ao “*otium*” no latim, significado de “lazer”, do que se faz quando não se tem uma obrigação a cumprir. Por sua vez, o “*otium*” deu origem ao “*negotium*”, à negação do ócio, que no português, língua moderna de origem latina, se tornou “negócio” (WOLFF, 2012).

O ócio, aos gregos antigos, era condição primeira para o exercício do pensar – esse, sim, altamente valorizado, ao contrário do trabalho. Segundo Albornoz (2016),

[...] era do ócio que se esperava surgisse o pensamento, a capacidade de pensar e de julgar. O que os gregos concebiam como *skholé* provavelmente não era idêntico ao que hoje entendemos como ócio, lazer ou tempo livre, e não teria o constrangimento moral da *preguiça* proibida, pois parece ter sido prezado como condição importante para a aprendizagem e a criação, haja vista o que de *skholé* ainda sobra na palavra *escola* (ALBONOZ, 2016, p. 113, grifos da autora).

Se os helenos prezavam o ócio mais que o trabalho, o surgimento do cristianismo subverteu essa ordem. A noção atual de trabalho guarda mais elementos ascéticos do que gregos, se fundando na intersecção da moral cristã – em que o trabalho é forçoso e penoso – e do capitalismo – em que o trabalho é socialmente útil e pretensa origem da riqueza.

Ao Catecismo da Igreja Católica, a preguiça é um dos sete pecados capitais identificados pelo Papa Gregório Magno, no século VI, baseado nas Epístolas de São Paulo. Os pecados, que originalmente foram escritos em latim, *inanis gloria, inuidia, ira, tristitia, avaritia, uentris ingluies, luxuria*, hoje são traduzidos por: vaidade, inveja, ira, preguiça, avareza, gula, luxúria. Note o leitor que o que hoje conhecemos por “preguiça” foi, à época, tratada por “*tristitia*”, posteriormente traduzido por “acídia” (LAUAND, 2004).

O Papa definiu como “acídia” a tristeza que afasta o cristão das boas obras, o tédio, a negligência e a indiferença espiritual consigo e com o outro. “Acídia” seria a ácida “queimadura interior do homem que recusa os bens do espírito” (LAUAND, 2004). A tristeza não permitiria que ele desempenhasse com louvor a tarefa que Deus lhe designou.

O responsável pelo jogo léxico entre “*tristitia*” (“acídia”) e “preguiça” foi Tomás de Aquino, que organizou em sua obra do século XIII nomeada “Suma Teológica” os sete pecados definidos pelo Papa Gregório Magno (LAUAND, op. cit.).

Para o Papa, a tristeza é um mal. Já na interpretação de Tomás de Aquino, ela não seria um mal em si, mas fonte de outros males passíveis de culpa e repreensão, como, por exemplo, a inação e a prostração diante do dom da vida ofertado por Deus. Daí a escolha do teólogo por “preguiça” ao invés de “tristeza”. A tristeza, para este último, também pode conduzir à ação se ela nutrir uma indignação diante das coisas que devem ser mudadas e uma compaixão diante dos que necessitam da benevolência cristã. Tomás de Aquino

[...] chega a recomendar banho e sono como remédios contra a tristeza! Pois, diz o Aquinate, tudo aquilo que reconduz a natureza corporal a seu devido estado, tudo aquilo que causa prazer é remédio contra a tristeza. [...] para os remédios contra a tristeza, Tomás não fala de Deus nem de Satã, mas sim recomenda: qualquer tipo de prazer, as lágrimas, a solidariedade dos amigos, a contemplação da verdade, banho e sono (LAUAND, op.cit.).

Curiosamente, portanto, a preguiça condenada pelos cristãos é, originalmente, relacionada à tristeza, e ela se cura com prazer. A explicação não se parece muito com a preguiça prazerosa que hoje os cristãos costumam rejeitar.

Há diversas referências ao valor do trabalho na tradição cristã. Citarei apenas mais duas: a primeira é que, entre os monges beneditinos, há a máxima “*ora e labora*”, significando que rezar e trabalhar são regras básicas das leis monásticas (NOUB, 2005). A segunda, mais conhecida, é sobre a

obrigação do descanso aos sábados, pois, no livro da Genesis, conteúdo da Bíblia Sagrada, consta que Deus descansou no sétimo dia, depois de criar tudo o que há ¹⁴³. Trata-se de um dos dez mandamentos: guardar os sábados e as festas santas.

Diversas outras raízes da preguiça poderiam ilustrar a presente pesquisa. Pela curiosa proximidade com os valores atuais de nossa latinidade e brasilidade, mencionarei a da civilização andina denominada “inca”. Nela, havia três leis morais maiores: não seja ladrão, não seja preguiçoso, não minta (*Ama Súa, Ama Kella, Ama Llulla*) que, se desobedecidas, eram punidas. A valorização do trabalho da comunidade agrária (os *ayllu*) era o pilar da civilização e, por isso, a preguiça não era admitida (FAVRE, 1987; CORTEZ, 2013).

Especialmente em nosso país, a preguiça carrega um tom de definição de um certo caráter do povo, aos olhos, obviamente, de quem não se reconhece como povo. Vez ou outra, ao escrever esta tese, eu me lembrava de um texto que, desde minha juventude, me é especial, pois consigo ler nele uma sábia análise a respeito da ideia de que o brasileiro é um povo preguiçoso. Trata-se da peça teatral “A farsa da boa preguiça”, de Ariano Suassuna, que conta a história do casal Simão e Nevinha, um poeta e uma dona de casa pobres e explorados por outro casal, Aderaldo e Clarabela, seus ricos e esnobes patrões. O que está no centro de sua divertida e pertinente discussão é que “Pode haver nobreza e criação na preguiça, pode haver feiúra e roubalheira no trabalho” (SUASSUNA, 2005, p. 27). A peça transcorre em três atos, com bom humor e crítica a “[...] um dos chavões de que a classe burguesa urbana mais se vale, no Brasil, para falar mal do nosso grande Povo, [que] é o da preguiça e da ladroeira” (SUASSUNA, op. cit., p. 24). No prólogo da obra, a autor escreve:

[...] Reconheço que existem alguns perigos na posição dos que, como eu, partem dessas qualidades [de preguiça e de

¹⁴³ O trecho consta no livro de Gênesis, que integra a Bíblia Sagrada. Referência: BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: *Bíblia sagrada: Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 1990, p. 16-17.

trabalho] do Povo brasileiro. Um, é não denunciarmos suficientemente uma situação social injusta, um estado de coisas em que nós, os brasileiros privilegiados, temos, aqui dentro, um direito ao ócio, direito adquirido às custas da exploração do Povo brasileiro pobre. Atualmente, a nossa situação é esta: de um lado, uma minoria de privilegiados, com direito ao ócio, quase sempre mal aproveitado, danoso e danado; do outro, o Povo, colocado entre duas cruzes: a cruz do trabalho escravo, intenso e mal remunerado, e a cruz pior de todas, a do ócio forçado, a do *lazer* a pulso do desemprego (SUASSUNA, 2005, p. 29, grifos do autor).

Mesmo sob o risco, o autor desenvolve a trama com a maestria que lhe é peculiar. Dos muitos trechos críticos a nossa sociedade, destacarei um em que, a meu ver, ele notadamente faz uma justa análise social:

Nevinha:

*Por que você não deixa a poesia
para as horas vagas e não vai trabalhar?*

Simão:

*Agora, já começa a dizer besteira!
Trabalhar pra que, mulher?
Trabalho não me convém!
O que tiver de ser meu
às minhas mãos inda vem!
Se trabalho desse lucro,
jumento vivia bem!
Eu vejo esse povo que se mata,
pensando que ser burro de carga
é tudo no mundo:
quando estouram, deixam tudo
e, ainda por cima, perderam a alma
e caem no Fogo profundo!*

Nevinha:

Sabe que é capaz de você ter razão? ¹⁴⁴

Em nosso país, as figuras míticas do “malandro” e de “Macunaíma”, pensadas no subitem “Os nós e os eus” deste mesmo ensaio, também

¹⁴⁴ SUASSUNA, A. *Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 164.

representam jocosamente o olhar dos privilegiados sobre o povo, tratado por Suassuna.

O malandro é caricato personagem construído a partir de referenciais cariocas em relação aos sambistas. A malandragem é uma forma de resistência à exploração pelo trabalho, criticando também a ideologia do bom trabalhador que serve ao patrão. Para Kehl (2012), o tema da malandragem, bem como da preguiça do sambista, devem ser entendidos como um discurso:

Nos sambas [...] a preguiça nunca é nomeada como tal. Ela comparece sob os nomes de orgia, malandragem e boemia, a misturar vadiagem e sociabilidade, bebedeira e trabalho criativo (quantos sambas não foram compostos em parcerias espontâneas, ao longo da madrugada, em mesas de bar?), sensualidade malemolente (bela palavra essa, que já soa preguiçosa) e destreza no domínio de algum instrumento de corda ou percussão. O ritmo confere outra marcação à passagem das horas, diferente da do relógio. [...] Sambar, tocar, cantar a noite toda, sem preguiça nenhuma, é uma forma de vadiagem que escapa à polarização atividade / inatividade e, em troca, opõe trabalho a prazer, uso útil do tempo a desperdício inútil das horas que o relógio se esquece de marcar e cuja passagem o corpo não dá sinais de reparar. Preguiçoso, o sambista? Que nada: incansável! (KEHL, 2012).

A percepção da preguiça do malandro também parte do olhar da classe média carioca a um povo que tantas vezes ela rechaça, sem compreender, sobretudo, que certos artifícios criados não servem à vadiagem, mas ao enfrentamento da exploração.

Há uma referência cançãoeira de Chico Buarque bastante conhecida que ilustra esse personagem, lamentando um malandro que, afeito ao trabalho, perdeu seu prestígio e encerrou uma tradição.

*Mas o malandro pra valer
Não espalha
Aposentou a navalha
Tem mulher e filho e tralha e tal
Dizem as más línguas
Que ele até trabalha
Mora lá longe e chacoalha*

Em outro samba, Chico Buarque ironicamente canta o trabalhador que, chamado por “vagabundo”, se sacrifica em proveito do ideal do trabalho duro e padece pela exploração:

*Vai trabalhar, vagabundo
Vai trabalhar, criatura
Deus permite a todo mundo
Uma loucura.
Passa o domingo em família,
Segunda-feira, beleza
Embarca com alegria
Na correnteza.
Prepara o teu documento
Carimba o teu coração
Não perde nem um momento
Perde a razão.
Pode esquecer a mulata
Pode esquecer o bilhar
Pode apertar a gravata,
Vai te enforcar,
Vai te entregar,
Vai te estragar,
Vai trabalhar.* ¹⁴⁶

Já o “herói brasileiro” Macunaíma representa ironicamente o olhar dos barões cafeeiros ao povo. Numa crítica ao ideal europeu e norte-americano de “progresso”, a figura mítica recebeu adjetivos como “sem caráter” e “preguiçoso”. Dentre as muitas passagens de Macunaíma, uma das mais divertidas se refere a ele ter levado seis anos para aprender a falar e, quando finalmente falou, suas primeiras palavras foram: “Ai, que preguiça...”. Esse prossegiu sendo um refrão ao longo de toda a obra (ANDRADE, 2014).

¹⁴⁵ Referência: BUARQUE, C. *Homenagem ao malandro*. In: _____. Ópera do malandro. Rio de Janeiro: Polygram/Phillips, 1979.

¹⁴⁶ BUARQUE, C. *Vai trabalhar, vagabundo*. In: _____. *Meus caros amigos*. Rio de Janeiro: Philips, 1976. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 5.

A preguiça, nessas quatro referências – grega, católica, andina e brasileira –, está relacionada a um trabalho: na Grécia, ao ofício de pensar; na Igreja, ao trabalho designado por Deus; entre os incas, ao trabalho agrícola; para os brasileiros, ao trabalho de uns explorado por outros. Desde outros tempos, portanto, a preguiça tem sido entendida como negação e inércia diante de um trabalho. E, obviamente, para que haja a negação, deve haver, antes, o reconhecimento de que há um trabalho a ser feito.

Um adendo curioso: muito embora eu não tenha baseado as reflexões da tese no materialismo histórico-dialético, ousarei citar brevemente o manifesto “O direito à preguiça”, de Lafargue (1999), lançado em 1883, apenas pela relevância acadêmica e por reconhecer que o assunto da preguiça é da alçada de muitos autores, de diferentes colorações políticas e ideológicas. Dentre muitas palavras em tom de panfletagem e ordem, ele propõe que os operários só teriam saúde se trabalhassem 3 horas por dia e se usufríssem dos bens que produziam. Para que tivessem reduzidas suas jornadas e pudessem se dedicar ao cultivo de suas essências criativas, seria preciso que as máquinas fizessem a maior parte de seus trabalhos. Nos tempos atuais, a proposta parece até um tanto ingênua. Mas, ela condiz ao cenário social e político em que foi lançada, no ano de 1880 no jornal francês *L'Égalité*.

A ideia da diminuição da jornada de trabalho também foi defendida por Bertrand Russel. Crítico do marxismo, ele acreditava que 4 horas de trabalho seriam suficientes para que todos vivessem com segurança e conforto, o que tornaria possível a justa distribuição do lazer entre todos os trabalhadores.

Penso que se trabalha demais atualmente. [...] Quero dizer, com toda a seriedade, que muitos males estão sendo causados ao mundo moderno pela crença na virtude do trabalho, e que o caminho para a felicidade e prosperidade está em uma diminuição organizada do trabalho. [...] Quero dizer que um dia de trabalho de quatro horas deveriam ser suficientes para as necessidades e confortos elementares da vida, e que o resto de seu tempo deveria ser seu para usá-lo como achasse conveniente [...] A idéia de que os pobres devam ter lazer sempre foi chocante para os ricos. [...] Quando eu era criança, pouco depois de os trabalhadores urbanos conquistarem o direito ao voto, certos feriados foram estabelecidos por lei, para a grande indignação das classes superiores. Lembro ter ouvido

uma velha duquesa dizer: "O que os pobres querem com feriados? Eles têm que trabalhar" (RUSSELL, 1932, p. 2-7).

Seu texto foi escrito em 1932, no período entre as duas Grandes Guerras, e merece ser localizado temporalmente para que o leitor saiba que a ideia da redução da jornada de trabalho é antiga e se justifica, já desde há muito tempo, pelo caráter virtuoso que a civilização atribui ao trabalho.

Curioso constatar que, mesmo proferida em 1932, sua opinião sobre os ricos se escandalizarem com a ideia de que os pobres tenham acesso ao lazer ainda pareça tão atual. Vem-me à memória o brado de alguns manifestantes, em 2016, ridicularizando empregadas domésticas que viajavam ao exterior do país, e uma fala recente proferida por um político federal sobre elas frequentarem a Disneylândia. Ariano Suassuna, com seu fino humor, conta um caso jocoso sobre isso:

Quando eu tomei posse na Academia Brasileira de Letras, eu fui convidado para jantar na casa de um casal rico do Rio de Janeiro. [...] Quando estava no meio do jantar, repare como a mulher se dirigiu a mim. Ela disse assim: "Você, naturalmente, já foi à Disney, não é?" Eu disse: "Não, eu nunca fui". Ela disse: "Foi aos Estados Unidos e não foi à Disney?". Eu disse: "Não, eu nunca fui aos Estados Unidos. Eu nunca saí do Brasil". Eu notei uma decepção enorme na cara dela. Na cara dela, ela quis dizer assim: "Esse homem não devia ter sido escolhido para a Academia Brasileira de Letras. Um homem que nunca saiu do Brasil!". Daqui a pouco, o marido dela falou de uma pessoa, e ela disse: "Ele já foi à Disney, não é?". O marido disse: "Foi". E eu por dentro, disse: "Bom, essa mulher divide a humanidade em duas categorias: quem foi à Disney e quem não foi. E eu estou desgraçado! Eu não fui!". [...] A gente ri porque é a história é engraçada, mas o que está por trás disso é uma quantidade de ideias frívolas, uma visão superficial do mundo e do ser humano que é uma coisa perigosa (SUASSUNA, 2012) ¹⁴⁷.

Movida por essa passagem de Suassuna, registrarei, ainda, uma canção

¹⁴⁷ SUASSUNA, A. *Você já foi à Disney?* Ariano Suassuna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S4zTj2N9ns8>. Acessado em 24/05/2021.

de Janet de Almeida e Haroldo Barbosa, que conheço na voz de João Gilberto, que retrata o ranço da elite aristocrática em relação ao lazer e à arte do povo:

*Madame diz que a raça não melhora
Que a vida piora por causa do samba
Madame diz que o samba tem pecado
Que o samba, coitado, devia acabar
Madame diz que o samba tem cachaça
Mistura de raça, mistura de cor
Madame diz que o samba, democrata,
É música barata sem nenhum valor.*

*Vamos acabar com o samba
Madame não gosta que ninguém sambe
Vive dizendo que samba é vexame
Pra que discutir com madame?*

*Vamos acabar com o samba
Madame não gosta que ninguém sambe
Vive dizendo que samba é vexame
Pra que discutir com madame?*

*No carnaval que vem também concorro
Meu bloco de morro vai cantar ópera
E na Avenida, entre mil apertos
Vocês vão ver gente cantando concerto
Madame tem um parafuso a menos
Só fala veneno, meu Deus, que horror
O samba brasileiro, democrata
Brasileiro na barata é que tem valor¹⁴⁸.*

Haveria muito mais o que ser escrito sobre esses mesquinhos discursos tradutores de que não apenas o acesso ao trabalho, mas também ao lazer é distintivo social no Brasil. Mas, pararei por aqui. Bastam os dois acima para nos inspirar a lidar com o artifício de enfrentamento mais inteligente que pode existir: a fina flor do humor.

¹⁴⁸ ALMEIDA, J.; BARBOSA, H. Pra que discutir com madame? In: GILBERTO, J. *Live in Montreaux*. Montreaux, Elektra/Musician, 1985. Compact Disc, faixa 4.

O foco a seguir partirá de uma indagação, que gira em torno das relações entre a preguiça, o trabalho, o ócio e o tempo livre: afinal, a que(m) serve a preguiça?

Na discussão empreendida no subitem “Os nós e os eus” do presente ensaio, Arendt começa a iluminar essa indagação quando refere que, após as Revoluções Francesa e Industrial, o trabalho foi erigido à categoria dos maiores valores humanos. Disso resultou a utopia de que, se o homem satisfizesse suas necessidades de sobrevivência próprias do ciclo vital e pudesse viver com relativa segurança, teria tempo livre para gozar da liberdade.

A história conta – e a atualidade corrobora – o fracasso desse projeto, pois hoje o trabalho que garante a permanência da experiência biológica ocupa grande parte do tempo da vida. O que se convencionou chamar de “tempo livre” – o tempo em que o trabalhador não está trabalhando, o tempo para o exercício da liberdade – é pouco e raro para a maioria dos trabalhadores.

De um prisma, a preguiça, para alguns, tem relação com esse “tempo livre”. Embora a expressão “tempo livre” seja controversa, pois associar a liberdade à ausência do trabalho pode ser uma armadilha, recorrerei a ela para trazer agora ao debate algumas reflexões de dois pensadores que podem parecer díspares, num primeiro momento, mas que, se olhados com mais retidão, contribuem para pensar que um mesmo trabalho pode conter momentos de criação e de opressão, a depender do contexto e de quem o realiza.

A despeito das reflexões de Adorno não estarem presentes em outros trechos da presente tese, tampouco sequer fundamentarem meus pensamentos sobre o trabalho, sua conferência de 1969 a uma rádio da Alemanha, posteriormente publicada em um ensaio intitulado “Tempo Livre”, merece constar aqui, não por mera curiosidade, mas por ilustrar uma compreensão de uma época remota, mas que ainda existe na atualidade. Adorno (2007) dizia que o tempo livre é “acorrentado” – e ele usa esse termo – ao trabalho, ou seja, um não é oposto do outro.

Para ele, “o tempo que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho” (ADORNO, op. cit., p. 106). O tempo só poderia ser compreendido como “livre” se a pessoa produzisse algo que faz sentido para si, se não fosse um momento em que se descansa do esforço do trabalho para retornar a ele em melhores condições.

Adorno, porém, reconhece a dificuldade quando diz que seria “inoportuno e insensato esperar ou exigir das pessoas que realizem algo produtivo [...] uma vez que se destruiu nelas justamente a produtividade, a capacidade criativa” (ADORNO, op. cit., p. 111). Para que o tempo fosse verdadeiramente livre, seria preciso superar a contradição de uma sociedade que deposita no trabalho o lugar por excelência da realização pessoal, no momento mesmo em que ele também seria o principal destruidor da inventividade do trabalhador.

O trabalho a que se refere Adorno – o que é remunerado e permite ao trabalhador sobreviver – não precisa ser a principal atividade que produz satisfação, tampouco se faz aniquiladora da capacidade de criação, pois criar é atributo humano que não se esvai. Há outras atividades que contribuem para que o ser humano se sinta realizado e elas não necessariamente têm relação com o que se faz para ganhar o pão.

Como tenho comigo a marca da esperança e creio que “quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida” ¹⁴⁹, penso que a capacidade de criar no trabalho pode persistir, mesmo em contextos os mais adversos. O desafio está em não se render a um modo de trabalho que aniquila a criatividade e que coisifica até mesmo o tempo livre, e reconhecer que, em certos momentos, é mais astuto cumprir a tarefa obrigatória e ter tempo – e fôlego – de seguir adiante em busca de brechas para exercer a potência de criação no trabalho.

De Masi (2000) também contribui de modo original para pensar sobre o “tempo livre”. Assim como Adorno, ele crê que esse tempo deveria ser usado

¹⁴⁹ NASCIMENTO, M.; BRANT, F. Maria Maria. In: NASCIMENTO, M. *Clube da Esquina 2*. Disco sonoro de vinil. Rio de Janeiro: EMI, 1978, Lado D, faixa 2.

para produzir algo que fizesse sentido ao sujeito, e até mesmo que trouxesse mais saúde. Entretanto, ao contrário de Adorno que acredita que o potencial criativo no trabalho pode ser destruído numa sociedade capitalista, De Masi (op.cit.) pensa que o ser humano deve valorizar o que chamou de “ócio criativo”.

Novamente, recordo-me de um diálogo da “Farsa da boa preguiça”, de Suassuna, em que o personagem “Manoel Carpinteiro” ensina que

*[...] é preciso
temperar sabiamente
o trabalho com a contemplação e o descanso.
Existe um ócio corrutor,
mas existe também o ócio criador.*¹⁵⁰

O “ócio criador” de Suassuna guarda semelhanças com o “ócio criativo” de De Masi. Este último pondera sobre as afirmações do trabalho como castigo ou como salvação e sugere que o trabalho que mais interessa é o que faz sentido para a vida de quem o executa.

As críticas de De Masi (op.cit.) partem do modelo de produção adotado, inicialmente, nos Estados Unidos, e também fruto da Revolução Industrial, que apregoa alto valor a um tipo de trabalho em que o corpo do trabalhador se dedica às máquinas. Nele, produz-se algo mecânico, automático e ausente de pensamento e ludicidade, o que provoca falta de sentido, estresse e toma grande parte do tempo de vida do trabalhador.

Um projeto de sociedade que implique menos tempo de trabalho e mais de ócio, para De Masi (op.cit.), possibilitaria uma vida mais saudável e feliz. Desde há cerca de duas décadas, o pensador defende que já seria possível uma nova configuração em que o trabalhador não fosse explorado e diminuído à sua capacidade de produção de um bem ou serviço, mas que fosse valorizado em sua potência criativa. As empresas

¹⁵⁰ SUASSUNA, A. *Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 126.

[...] mantêm milhões de pessoas num regime de baixo nível das ideias, utilizam só as suas capacidades executivas, fazendo com que se envolvam de uma tal maneira com a burocracia, que elas acabam perdendo a capacidade de inventar e se tornam outros robôs (DE MASI, 2000, p. 184 e 185).

Para ele, a idolatria do trabalho e da competitividade na sociedade atual constrói a ideia de um trabalho atrelado à obrigação. Essa ideia poderia ser superada com soluções criativas em que se pudesse unir o trabalho com o tempo livre, desenhando o que ele chama de “ócio criativo”.

A expressão popular italiana “*dolce far niente*”¹⁵¹ interessaria menos que um trabalho em que o sujeito pudesse praticar a criatividade: “[...] não fazer nada é menos doce do que um trabalho criativo” (DE MASI, op. cit., p. 17). Para o autor, é possível ter mais prazer em um trabalho que envolva a mente, a capacidade de criação e o desejo, em contraponto ao ócio em que nada se produz, pois existem

[...] trabalhos que desembocam no jogo, como, por exemplo, de uma equipe cinematográfica que se diverte na filmagem de um filme cômico [...]; e existem trabalhos que se misturam com o estudo, como de uma equipe de cientistas realizando um experimento [...] Contudo, a plenitude da atividade humana é alcançada somente quando nela coincidem, se acumulam, se exaltam e se mesclam o trabalho, o estudo e o jogo [...], isto é, quando nós *trabalhamos, aprendemos e nos divertimos, tudo ao mesmo tempo*. Por exemplo, é o que acontece comigo quando estou dando aula. E é o que eu chamo de “ócio criativo”, uma situação que, segundo eu, se tornará cada vez mais difundida no futuro (DE MASI, op. cit., p. 147 e 148, grifos meus).

Ele defende a possibilidade de atividade em que se exerça a potência da capacidade criativa, conjugando o lúdico, a aprendizagem e a realização de uma tarefa. Um outro sentido ao trabalho, portanto. A dúvida que resta é se esse novo sentido seria mais proveitoso ao trabalhador, ao empregador ou a ambos.

Adorno e De Masi, cada um a seu modo, pensam o tempo livre. Coisificado e aniquilador da criatividade, como para o primeiro? Sim, em alguns contextos. Oportunidade de exercer a criatividade, como para o segundo? Sim,

¹⁵¹ Expressão em língua italiana que significa “o prazer de não fazer nada”.

também. Embora ambos tenham olhares que, a princípio, contrastam entre si, é ponderado extrair desses pensadores – como de quaisquer outros – seus ensinamentos.

A experiência do trabalho pode conter momentos em que o exercício criativo é possível e, em outros, não, restando ao trabalhador resignação quanto ao cumprimento da tarefa e paciência para aguardar o tempo livre. Exercer a criação no processo de trabalho é empreitada grandiosa e, de certo modo, também rebelde, especialmente porque o capitalismo prioriza um fazer serializado e que serve ao consumo imediato, retroalimentando um ciclo de mais trabalho para mais consumo.

As horas dedicadas ao trabalho são muitas e correm ligeiras, e o uso do tempo livre tem servido para que o trabalhador se recomponha e esteja pronto novamente ao próximo ciclo de trabalho. Trata-se de um ritmo que anestesia o pensamento. Para Novaes (2012),

Talvez o mais danoso de todo esse legado [do trabalho na Era Industrial] para o espírito humano seja a criação de um mundo vazio de pensamento que o ocioso procura preencher. [...] Isto é, não há mais o tempo lento do pensamento, momento em que o tempo não contava. Sabemos que é na vida meditativa e lenta que o homem toma consciência da sua condição.

Sem tomar consciência de sua condição, o homem prossegue retroalimentando acriticamente um sistema que, ao mesmo tempo, roga que ele trabalhe para viver e que deixe de viver para trabalhar. Alguém duvida que o ser humano seja o animal mais contraditório que a natureza criou?

Referências

ADORNO, T.W. Tempo livre. In: _____. *Indústria cultural e sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

AGUIAR, O.A. A amizade como *amor mundi* em Hannah Arendt. *O que nos faz pensar*, v. 19, n. 28, p. 131-144, 2010. Disponível em: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_28_07_odilio_alves_aguiar.pdf. Acessado em 21/04/2021.

ALBORNOZ, S. (Sobre a) Preguiça. *Laboreal*, Porto, v.12, n. 1, p. 112-115, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/lab/v12n1/v12n1a13.pdf>. Acessado em 30/04/2021.

ALMEIDA, V. S. A distinção entre conhecer e pensar em Hannah Arendt e sua relevância para a educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.36, n.3, p. 853-865, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a14>. Acessado em 23/04/2021.

ALPINO, T.M.A. *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 8, 2020, p. 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpwMh9ZDrrsM9QG38VnBm/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 25/07/2021.

ALVES, G. Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. *Org. & Demo.*, v.7, n.1/2, Jan-Jun/Jul-Dec 2006, p. 89-108. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/394>. Acessado em: 09/09/2019.

ALVES, G. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2005, p. 409-428. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000200009. Acessado em 10/09/2019.

AMARANTE, P. Franco Basaglia: novas histórias para a desinstitucionalização. In: _____. *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 65-106.

AMARANTE, P. *Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

ANDRADE, M. C. *et al.* Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n1/v33n1a14.pdf>. Acessado em: 28/01/2020.

ANDRADE, M. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a centralidade no mundo do trabalho*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDDT, H. *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1968.

ARENDDT, H. Trabalho, obra e ação. In: *Cadernos de ética e filosofia política*, n. 7, v.2, 2005, p. 175-201. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/163510/157212>. Acessado em 01/10/2020.

AZEVEDO, F.L.N. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

BARROS, S. *et al.* Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo: um olhar sob a perspectiva racial. *Saude soc.*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1235-1247, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n4/0104-1290-sausoc-23-4-1235.pdf>. Acessado em 01/07/2020.

BASAGLIA, F. *A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática*. Conferências no Brasil. São Paulo: Debates, 1979.

BASAGLIA, F. *Escritos selecionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BEZERRA JÚNIOR, B. Um apelo à clínica: nem o respaldo da norma, nem o extravio da dor. In: LOBOSQUE, A.M. (Org.) *Caderno Saúde Mental – a Reforma Psiquiátrica que queremos: por uma clínica antimanicomial*. Belo Horizonte: Encontro Nacional de Saúde Mental da escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2006, p. 21-31. Disponível em: <http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/06/caderno-saude-mental.pdf>. Acessado em 18/04/2020.

BRAGA-CAMPOS, F.C.; MARTINS, W. A rede embala e o ritmo da gestão embola. *Saude soc.*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 54-65, 2019. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000300054&lang=pt. Acessado em 28/12/2019.

BRASIL. *Constituição federal*. Título VIII, Capítulo II, Seção II: Da Saúde. Art. 196. 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.11.2019/art_196.asp. Acessado em 27/12/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego. *Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária*. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1208.pdf>. Acessado em 31/12/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n° 1511*. Brasília, 2013. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1511_24_07_2013.html. Acessado em 30/12/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n° 1646*. Brasília, 2015. Disponível em: Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1646_02_10_2015.html. Acessado em 09/01/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n° 336*. Brasília, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acessado em 30/12/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa de Volta Para Casa*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/programa-de-volta-para-casa>. Acessado em 28/12/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Residências Terapêuticas: o que são, para que servem*. 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>. Acessado em 28/12/2019.

CALLIGARIS, C. Conferência. Porto Alegre, 2019a. Disponível em: <https://www.fronteras.com/videos/o-sentido-da-vida-e-a-vida-concreta>. Acessado em 20/04/2021.

CALLIGARIS, C. Conferência. Porto Alegre, 2019b. Disponível em: <https://www.fronteras.com/videos/uma-vida-boa-depender-de-transcendencia>. Acessado em 20/04/2021.

CALLIGARIS, C. *Entrevista ao Programa Impressões da TV Brasil*. 06/01/2021. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/impressoes/2019/12/o-sentido-da-vida-e-propria-vida-diz-contardo-calligaris>. Acessado em 20/01/2021.

CALLIGARIS, C. *Hello Brasil: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta, 1991.

CAMUS, A. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro, Record, 2018.

CAPONI, S. A lógica da compaixão. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 21-22, n. 1, p. 91-117, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/trans/v21-22n1/v22n1a09.pdf>. Acessado em 09/04/2021.

CAPONI, S. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos*. Lisboa: Edição Antipáticas, outubro de 2014. Disponível em: <https://edicoesantipaticas.tumblr.com/#130559273935>. Acessado em 17/04/2021.

CORREIA, A. Apresentação à nova edição brasileira de *A condição humana*. In: ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. V-XIX.

CORREIA, A. Quem é o animal laborans de Hannah Arendt?. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 25, n. 37, p. 199-222, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/679/607>. Acessado em 11/02/2021.

CORTEZ, P.T. *Breve história dos incas*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2013.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, 2020, p. 969-978. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 25/07/2021.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ECO, U. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Barbacena: Editorial Presença, 1977.

ENCICLOPÉDIA MODERNA. Santiago: Encyclopædia Britannica do Chile, 2011.

FAVRE, H. *Os incas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FOUCAULT, M.. Michel Foucault Entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: H. DREYFUS; P. RABINOW. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 259-270.

FREUD, S. O futuro de uma ilusão. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 21, 1930[1929]/1996a, p. 11-63.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 21, 1930[1929]/1996b, p. 65-148.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 18, 1921/1996c, p. 77-143.

GERRERO, A.V.P. *et al.* O Programa de Volta para Casa na vida cotidiana dos seus beneficiários. *Saude soc.*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 11-20, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000300011&lang=pt. Acessado em: 28/12/2019.

HESÍODO. *O trabalho e os dias*. Curitiba: Segesta, 2012. Disponível em: <http://www.segestaeditora.com.br/download/ostrabalhoseosdias.pdf>. Acessado em: 06/10/2019.

HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ITÁLIA. *Costituzione della Repubblica Italiana*. Art. 32. 1948. Disponível em: <http://www.senato.it/documenti/repository/costituzione.pdf>. Acessado em 27/12/2019.

ITÁLIA. *Lei n° 180, de 13 de maio de 1978*. Dispõe sobre controle e tratamento sanitários voluntários e obrigatórios. Disponível em: <http://laps.ensp.fiocruz.br/arquivos/documentos/21>. Acessado em 27/12/2019.

JONES, M. *A Comunidade Terapêutica*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.

KEHL, M. R. *A preguiça na cadência do samba*. 2012. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/a-preguica-na-cadencia-do-samba/>. Acessado em 25/05/2021.

LACAN, J. Da estrutura como intromistura de um pré-requisito de alteridade e um sujeito qualquer. In: MACKSEY, R.; DONATO, E. (Orgs.) *A controvérsia estruturalista*. São Paulo: Cultrix, 1976, P. 198-212.

LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1999.

LAUAND, J. *O pecado capital da acídia na análise de São Tomás de Aquino*. Conferência. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur28/ljacidia.htm>. Acessado em 03/02/2021.

LIMA, E.M.F.A. Atividades, mundo comum e formas de vida: contribuições do pensamento de Hannah Arendt para a terapia ocupacional. *Cad. Bras. Ter. Ocup. UFSCAR*, São Carlos, n.28, v.3, 2020. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2622/1377>. Acessado em 15/09/2020.

LIMA, E.M.F.A.L. *Vida ativa, mundo comum, políticas e resistências: pensar a terapia ocupacional com Hannah Arendt*. São Paulo, 2017. Tese (Livre-Docência). Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/5/tde-05022018-084711/publico//ElizabethMariaFreiredeAraujoLima.pdf>. Acessado em: 15/09/2020.

MACHIN, R.; MOTA, A. Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v23/1807-5762-icse-23-e180314.pdf>. Acessado em 02/07/2020.

MAGALHÃES, T.C. Ação e pensamento em Hannah Arendt. *Filosofia do Direito e o Tempo. Estudos em Homenagem ao Professor Nuno M. M. S. Coelho*. MELLO, C.M.M.; BRAGA, L.M. (Orgs.) Juiz de Fora: Editar, 2011, p. 25-30. Disponível em:

<https://www.fafich.ufmg.br/~tcalvet/A%E7%E3o%20e%20Pensamento%20em%20Hannah%20Arendt.pdf>. Acessado em 24/04/2021.

MARTINO, A. *et al.* Modelo assistencial da casa da saúde: reestruturando o cuidado na atenção primária na Itália. *Saúde em Redes*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 87-101. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/617>. Acessado em 27/12/2019.

MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MASSA, P.A.; MOREIRA, M.I.B. Vivências de cuidado em saúde de moradores de Serviços Residenciais Terapêuticos. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 23, 2019. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100215&lang=pt. Acessado em 29/12/2019.

MENDES, A.M.B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. *Psicol cienc prof.*, 1995, vol.15, n.1-3 p.34-38.

MENEZES, A. Mito ou identidade cultural da preguiça. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.57, n.3, p.9-10, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000300005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 24/10/2019.

MOURA, C. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.

NOUB, J.E. *A regra de São Bento*. Tradução de João Evangelista Noub. Rio de Janeiro: Editora Lumen Christi, 2005.

NOVAES, A. *Apologia da preguiça: o sequestro do nosso tempo pelo trabalho*. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 24 de julho de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il2407201105.htm>. Acessado em 21/05/2021.

OLIVEIRA, A.M.C.; DALLARI, S.G. *Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde e o Servizio Sanitario Nazionale: a reforma da reforma - a adoção do Ticket Sanitario*. *Saude soc.*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 895-901, 2016. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000400895. Acessado em 26/12/2019.

PASSOS, I.C.F. *Reforma psiquiátrica: as experiências francesa e italiana*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

PINTO, G. O Toyotismo e a mercantilização do trabalho na indústria automotiva do Brasil. *Cad. CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, 2012, p. 535-552. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300010&lang=pt. Acessado em 10/09/2019.

RIBEIRO NETTO, P.M.; AVELLAR, L.Z. Representações de loucura e cuidado no contexto das residências terapêuticas. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 33, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100415&script=sci_abstract&lng=pt. Acessado em 29/12/2019.

RIBEIRO, A.F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v.19, n.35, 2015, p. 65-79. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/26678/pdf>. Acessado em 05/09/2019.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

RIBEIRO-SILVA, R.C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n9/1413-8123-csc-25-09-3421.pdf>. Acessado em 07/04/2021.

RIESEBRODT, M. A ética protestante no contexto contemporâneo. *Tempo soc.*, São Paulo, v.24, n.1, p.159-182, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v24n1/10.pdf>. Acessado em 14/09/2009.

ROZA JUNIOR, J.A.; LOFFREDO, A.M. Residências Terapêuticas e a cidade: enfrentamentos de normas sociais vigentes. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 287-295, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2018.v42n116/287-295/pt>. Acessado em 29/12/2019.

RUSSELL, B. *Elogio ao ócio*. 1932. Disponível em: <https://www.ic.unicamp.br/~campos/ElogioOcio.pdf>. Acessado em 21/05/2021.

SEBRAE. *Cooperativismo: entenda mais sobre a composição de fundos*. 2018. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/conteudo_uf/cooperativismo-entenda-mais-sobre-a-composicao-de-fundos,ec2c476a91983610VgnVCM100004c00210aRCRD. Acessado em 15/09/2019.

SERAPIONI, M. Franco Basaglia: biografia de um revolucionário. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1169-1187, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702019000401169&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 26/12/2019.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUASSUNA, A. *Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

TENÓRIO, F.G. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n.4, p. 1141-1172, Aug. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000400011&lng=en&nrm=iso. Acessado em 07/09/2019.

WAGNER, E.S. *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

WOLFF, F. *Apologia grega à preguiça*. 2012. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/apologia-grega-a-preguica/>. Acessado em 19/05/2021.

ZABELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.; BASTOS, V. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P.C. *et al.* O pioneirismo de Louis Le Guillant na reforma psiquiátrica e psicoterapia institucional na França: a importância do trabalho dos pacientes para a abertura dos hospícios. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v9n3/v9n3a05.pdf>. Acessado em 10/02/2020.

Ensaio 3: Um olhar sobre as oficinas



Figura 13

Título: Logotipo da Associação Cornélia Vlieg, parceira do Núcleo de Oficinas e Trabalho, feito por Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckama Vlieg
Fotografia minha (ano de 2018)

*Tudo o que move é sagrado
E o fruto do trabalho
É mais que sagrado, meu amor
Abelha fazendo o mel
Vale o tempo que não voou
(Beto Guedes e Ronaldo Bastos) ¹⁵²*

Quando se fala em Reforma Psiquiátrica no Brasil, geralmente, o que se pensa? Talvez, em primeiro lugar, no fechamento dos manicômios que tem demandado tantos esforços ao longo das últimas três décadas. Justíssimo que seja a primeira referência, afinal, é a causa elementar que moveu e continua

¹⁵² GUEDES, B.; BASTOS, R. Amor de. In: GUEDES, B. *Amor de índio*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1978. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 1.

movendo todos os que participam do movimento. A segunda lembrança mais comum, talvez, seja a dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o que é igualmente justo, pois houve uma grande aposta, em termos de políticas públicas, de que sua disseminação em todo o território nacional seria caminho seguro para superar a lógica manicomial.

Reconhecer que o fim dos manicômios depende dos CAPS torna-se, então, quase “natural”, pois esse foi o caminho da Reforma. E é nessa “naturalização” de um processo tão complexo que se localiza uma das lacunas do movimento: a do pouco investimento em outros lugares e formas de cuidado para além dos CAPS, ou mesmo dos ambulatórios de Saúde Mental, Prontos-Socorros psiquiátricos, alas de internação psiquiátrica em Hospitais Gerais, Saúde Mental na Atenção Básica.

Olhando para a rede pública de Saúde Mental dos municípios que dispõe de uma – é importante marcar que, lamentavelmente, a maioria dos municípios que conheço não dispõe sequer de uma rede –, a impressão que se dá é que as necessidades do louco seriam apenas do escopo da saúde. E aí mora um contrassenso: se o que pretendíamos com a Reforma era que os muros do manicômios caíssem, soava um tanto óbvio que não bastaria ofertar ao louco um lugar aberto de tratamento. Afinal, para habitar a cidade, todos precisamos de certas condições que nos permitam nos relacionarmos, circularmos em alguns lugares, tecermos alguns vínculos.

O corpo do louco não é apenas um corpo louco: ele é, antes de tudo, um corpo animal que precisa de casa, comida e roupa lavada, um corpo cidadão que precisa de garantia de direitos, um corpo social que precisa de convivência, entre muitos outros corpos que comportam um único corpo. A indagação que me tenho feito ao longo dos últimos doze anos, e que também move essa pesquisa de doutorado, é: por que a Reforma ainda não assumiu para si que o problema do trabalho – ou melhor, da falta dele – é fundamental para que o louco tenha uma vida digna?

Daí minha impressão acerca do contrassenso. Acabar com os manicômios não deveria ser um fim, mas um meio. Fosse um objetivo a ser

alcançado, bastariam espaços de tratamento psiquiátrico e, *voilà!*, o problema estaria resolvido. Mas, pôr fim às internações não basta. É preciso, agora, pegar nas mãos dessas pessoas e de suas famílias que tiveram suas vidas devastadas pelos manicômios, e também das que enlouqueceram e que não tiveram a experiência do internamento, para caminhar com elas, sendo suporte em suas reconstruções.

No ensaio “Um olhar sobre a loucura”, registrei sobre o momento histórico em que o louco passou a ser isolado nos hospitais. Inicialmente, na segunda metade do século XVII, ele foi internado por fazer parte do contingente de pessoas que não trabalhavam. A internação, portanto, não teve relação com a loucura, mas com a condenação da ociosidade numa sociedade em que um certo modo de trabalho começou a ocupar o centro dos interesses humanos. Apenas com o nascimento da psiquiatria, no final do século XVIII, o louco se tornou objeto de intervenção e tratamento médico. O louco foi tomado como “incapaz” para o trabalho e, portanto, o tratamento tinha como um dos objetivos torná-lo “capaz”. Como pensou Foucault (2006), o louco caiu para fora do campo da capacidade.

Ainda hoje, esse discurso reverbera. Mas, de que capacidade – ou incapacidade – se trata? De ser capaz de participar de um modo de produção em um mundo do trabalho no qual nem mesmo quem não é tão louco encontra lugar, como discutido no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”?

Nesse ponto se encontra o caráter fundamental das oficinas. Elas operam uma fenda nesse “campo das capacidades” de que trata Foucault (op.cit.), tornando possível ao louco adentrar no mundo do trabalho. É sobre os processos e efeitos dessa abertura que tratarei no presente ensaio.

Nosso movimento de Reforma Psiquiátrica em muito se inspirou no italiano. Entretanto, nos perdemos justamente quando deixamos de considerar o trabalho como um dos três pilares que sustentariam a liberdade do louco. A meu ver, os outros dois pilares seriam o lugar de morada e o de tratamento. Em terras basaglianas, o que permitiu o fechamento dos manicômios foi, junto aos serviços comunitários de saúde, a proposta da cooperativa de trabalho.

Aqui, nosso foco em CAPS e, quando muito, em Residências Terapêuticas, pode ter nos desviado da relevância do trabalho.

Ainda caminhamos lentamente nesse sentido. Ao longo de minha trajetória profissional e estudantil, encontrei poucos parceiros que também acreditavam que a Reforma Psiquiátrica poderia deslocar a centralidade de seus interesses dos espaços tradicionais de tratamento para as oportunidades do trabalho, da convivência, da circulação social, da educação, entre outras. Sem desconsiderar a importância dos espaços tradicionais, é preciso reconhecer que apenas eles não conseguirão viabilizar o projeto de uma sociedade sem manicômios. Escrevo o presente ensaio, portanto, com a intenção de contribuir nessas discussões.

Dos equipamentos da Reforma que conheço hoje, as oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental são os formatos que mais se aproximam do que tenho esperança que alcancemos: uma vida digna ao louco que inclua, entre outras, a oportunidade do trabalho. Escrevo sobre “aproximação” porque, assim como os CAPS, também creio que as oficinas não deveriam ser um fim, mas um meio. Que um dia elas sejam lembradas como um importante momento de um processo que culminou na efetiva participação do louco no mundo do trabalho.

Adiante, refletirei sobre as oficinas estarem num plano do mundo do trabalho um tanto diferente da maioria dos espaços que o compõem, por se localizarem na área da Saúde Mental. Trarei aspectos históricos, traçarei alguns paralelos entre as Reformas Psiquiátricas brasileira e italiana, pensarei sobre o direito ao trabalho, a parceria com a Economia Solidária e as perspectivas clínicas e de cuidado em saúde presentes nas oficinas.

Especialmente sobre o último ponto, lamentavelmente, os debates sobre a clínica nas oficinas ainda são negligenciados na maioria dos textos acadêmicos a que tive acesso. Por essa omissão, e também por crer que, junto ao trabalho, a clínica também forma o binômio fundamental das oficinas, discutirei sobre a relevância de se valorizar a produção de cuidado em saúde em seus cotidianos.

Trabalho e clínica podem ter inúmeras versões e significados. “Clínica” é um conceito complexo e sua delimitação aqui se referirá ao que ele pode contribuir para pensar as oficinas. O trabalho em consórcio com a clínica será pensado com a parceria de alguns autores que, espero, somem ensinamentos a essa pesquisa e ao leitor.

Os que já me conhecem sabem que eu jamais praticaria uma pesquisa que eu não tivesse a crença de ser plenamente realizável. Espero, portanto, que os pensamentos a seguir contribuam concretamente com a Reforma Psiquiátrica brasileira na superação da marginalização social do louco.

Origens das oficinas

*A aranha
Vive do que tece
Vê se não se esquece
(Gilberto Gil)¹⁵³*

Buscar a origem de uma palavra é um bom hábito para tentar entender alguns de seus significados. Ao longo desta pesquisa de doutorado, procurei por muitas delas, e registrarei agora mais uma: a gênese do vocábulo “oficina”:

O termo oficina tem sua origem no latim medieval: *opifficina* que, sincopado, se tornou *officina*. Segundo o *Etymological Dictionary of Latin*, a palavra deriva de *opifficium*, tendo dado origem também a ofício [...] [Durante a] Idade Média a palavra *opifficina* referia-se ao exercício de um ofício, a um lugar onde se faz consertos, ou a dependências de igrejas e conventos, como cozinha, refeitório ou despensa. Lugar laborativo para tecer, consertar ou construir, o que decidiu de sua acepção como *local de trabalho* (ALBERTI, COSTA, MOREIRA, 2011, p. 502, grifos dos autores).

O *Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages*¹⁵⁴ (VAAN, 2008, p. 431) apresenta *opifficina* (aqui sem a duplicação da letra “f”)

¹⁵³ GIL, G. Oriente. In: _____. *Expresso 2222*. Rio de Janeiro: Philips, 1972. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 4.

¹⁵⁴ Tradução: Dicionário Etimológico de Latim e outras línguas Itálicas.

como “performance”. Seu significado também tem relação com *Ops* ou *Opis* que, em latim, quer dizer “riqueza, prosperidade, abundância”, e com os nomes da deusa grega responsável pela fertilidade e pelo cultivo da terra. A relação entre “trabalho” e “riqueza” já estava presente na cultura dos povos latinos originários.

O vocábulo *ops* também tem semelhança com *opus*, que, em latim, tem o sentido de “trabalho” e “atividade”, especialmente o trabalho que envolve esforço como, por exemplo, trabalhar a terra (VAAN, op. cit., p. 431). De *opus* deriva *operarius* e *operaria*, matrizes de, respectivamente, operário e operária. No mesmo dicionário, *opificium* quer dizer “a performance do trabalho construtivo”.

De “oficina” nasceu “oficineiro”, um neologismo criado pelos atores da Reforma Psiquiátrica. Nos três campos da presente pesquisa, nomeia-se o participante da oficina de maneiras diferentes. No Núcleo de Oficinas e Trabalho e na Casa das Oficinas, “oficineiro” é o usuário da Saúde Mental que trabalha na oficina. Na Arte e Convívio, o usuário é chamado de “trabalhador”. Em outras oficinas que conheci ao longo do meu percurso profissional, “oficineiro”, em geral, refere-se ao técnico que coordena e/ou monitora o grupo.

Os termos não se redundam entre si. Eles estão aqui para reafirmar que o uso de “oficina” guarda significados desde há muito tempo. Remontar às origens das palavras, então, não é mero recurso ilustrativo. O debate se enriquece ao saber que nossa língua deriva de outras, cujas culturas guardavam diferentes valorações sobre o trabalho. “Trabalhar”, no sentido de operar esforços em atividades que permitam garantir a sobrevivência, atingir a prosperidade, participar de uma sociedade, criar sentidos para a vida, entre muitos outros significados, vem, como constatado nos estudos etimológicos descritos acima, desde há milênios.

Por que tanta lonjura histórica? Porque suponho que, para falar de oficinas, não basta olhar para o seu nascimento nos manicômios. É preciso também ter alguma crítica sobre o trabalho e sobre nosso mundo.

As primeiras oficinas nos moldes da geração de renda na Saúde Mental que se conhece hoje nasceram por volta do final da década de 1980 e início da década de 1990, quando a Reforma Psiquiátrica começava a se expandir. As três primeiras experiências de que se sabe foram as de Campinas, no Núcleo de Oficinas e Trabalho do Serviço de Saúde Cândido Ferreira, as de Santos, na Unidade de Reabilitação Psicossocial do Programa de Saúde Mental, e as de São Paulo, na Associação Franco Basaglia do CAPS Luis Cerqueira (LEAL, 2008).

Especialmente sobre o Núcleo de Oficinas e Trabalho, que é um dos três equipamentos pesquisados e lugar onde trabalhei, suas primeiras oficinas foram: Agrícola e Nutrição em 1991, Papel Artesanal e Gráfica em 1992, Vitral Artesanal em 1997, Mosaico e Marcenaria em 1998, Serralheria em 2001, Velas e Vitral Plano em 2002, Ladrilho Hidráulico em 2005, Nutrição Eventos em 2006 e Costura em 2008 (LUIZ, 2017, p 43 e 44).

Trazer essas informações ao texto também busca imprimir uma marca cujo efeito nós, brasileiros e brasileiras, estamos perdendo: o de manter vivas memórias de tempos não tão remotos para compreender o que vivemos hoje. Que possamos todos nos lembrar de que as oficinas nasceram no contexto e tempo histórico em que uma reviravolta política importante estava em curso.

Até o final dos anos 1980, momento de fins de ditadura militar e de redemocratização do país, o acesso à precária assistência à saúde era restrito aos que tinham carteira de trabalho assinada. Os atendimentos aconteciam pela via do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) vinculado ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Perdoe-me o leitor já cansado de ler e escutar sobre essa história que sempre consta em textos acadêmicos como introdução para a pauta da saúde, mas é preciso reafirmá-la, como escrevi acima, para marcar que as oficinas surgiram num momento propício à democracia.

Na Constituição Federal de 1988, como efeito das lutas do movimento sanitarista, a saúde foi documentada como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Movidos pela esperança de que finalmente a conjuntura política

permitiria a todos o acesso irrestrito às ações de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) nasceu pela Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/1990), que regulamenta as ações e serviços de saúde, acrescida da Lei 8142/1990, que tratou especificamente da participação popular na gestão do Sistema e também da transferência de recursos financeiros para sua criação e manutenção.

Foi nesse cenário que a Reforma Psiquiátrica, que já fervilhava desde o final da década de 1970, pôde se fortalecer e se expandir. Ela é fruto do SUS e, como tal, tem em seu cerne expressões democratas e humanistas. Novos equipamentos de saúde foram planejados e criados, com destaque para os Centros de Atenção Psicossocial que vieram prestar assistência e articular a rede de Saúde Mental. As oficinas, antes lugares marginais, ressurgem como dispositivos de saúde. Uma nova paisagem pautada na ética da Atenção Psicossocial e na atuação pelo fim dos manicômios foi sendo desenhada.

Violência pelo trabalho nos hospitais psiquiátricos

*Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotava da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.
(Vinicius de Moraes) ¹⁵⁵*

¹⁵⁵ MORAES, V. O Operário em construção. In: _____. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 242-248.

A pauta do trabalho ao louco, e isso não é surpresa, não surgiu com a Reforma Psiquiátrica. O uso da atividade na psiquiatria ao longo do tempo foi marcado por momentos que são superpostos entre si, mas que também convivem uns com os outros no mesmo espaço. Essa compreensão dos acontecimentos auxilia na interpretação da realidade, que pode ser “contaminada” com discursos de outras épocas. Talvez por isso, em discussões sobre oficinas, se percebe, algumas vezes, elementos de certa manutenção de uma ordem social do mundo do trabalho, conjugados a outros elementos de expressão de liberdade próprios da Reforma Psiquiátrica.

A seguir, serão apresentados alguns pequenos trechos de uma longa história psiquiátrica no Brasil para ajudar a compreender o cenário atual. Temos hoje resquícios de um passado que, embora ainda não tenha sido superado completamente, já se arrefeceu e abriu espaço para algo novo que, desejo, está por vir. Um momento de transição, portanto. Credo fortemente na natalidade arendtiana discutida no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, afirmo que somos capazes de criar mundos, de fazer nascer o novo sempre e mais. Porque “uma nova mudança em breve vai acontecer. O que há algum tempo era novo, e jovem, hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer” ¹⁵⁶.

Para sabermos para onde vamos e que futuro queremos, devemos conhecer o pretérito. Foucault (1997) ensina que, no século XVII, os grandes asilos europeus davam assistência aos grupos que se acreditava serem inaptos a viver em sociedade, consoante com as regras especialmente racionais e morais da época e com o propósito de diminuir a mendicância e a ociosidade. O trabalho e a ausência dele eram as bases da avaliação que culminaria ou não na internação dos desregrados, incluindo os loucos.

Apenas no final do século XVIII, na França, Pinel imprimiu uma nova ordenação: ao louco do hospício, a imposição do tratamento supostamente curativo pela via do próprio trabalho. Este que, paradoxalmente, se julgava que ele não era capaz de realizar fora do hospício. O médico francês, fundador da

¹⁵⁶ BELCHIOR. Velha roupa colorida. In: _____. *Alucinação*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 2.

psiquiatria, inventou e aplicou o “tratamento moral” que previa, entre outras indicações e inovações para a época, a do trabalho que se acreditava ser terapêutico. Isso também acontecia em outros países, tais como nas *workhouses* inglesas, onde os acometidos pela “desrazão” – termo da época – eram internados para que lhes fosse aplicado o trabalho com finalidade de cura¹⁵⁷ (FOUCAULT, 1997).

As ideias psiquiátricas europeias influenciaram fortemente as práticas brasileiras no final do século retrasado. Havia, à época, um discurso do “trabalho terapêutico”, como descrito por Guerra (2008):

[a atividade e o trabalho] Aparecem em sua função terapêutica de restabelecimento da razão e de controle dos excessos, prescritos pelo médico psiquiatra. Reordenam moralmente, através do *trabalho mecânico*, as ações e atitudes dos internos, agora asilados em nome do tratamento médico edificado em torno da estrutura hospitalar. O uso da atividade e do trabalho [...] reaparece agora entre a ciência e a moral, garantindo, através da idéia de “terapêutico”, um novo lugar para o asilo” (GUERRA, 2008, p. 28 e 29, grifos da autora).

Além de serem pretensamente “terapêuticas e curativas”, as atividades tinham objetivos escusos de aproveitamento dos internos dos manicômios para formarem mão de obra barata ou mesmo gratuita. O primeiro hospital psiquiátrico da América Latina, o “Hospício Pedro II”, inaugurado em 1852 na cidade do Rio de Janeiro, já foi pensado de modo a contemplar o trabalho dos internos, onde “as ocupações eram objeto das oficinas de alfaiataria, marcenaria, sapataria, flores, e desfiação de estopa” (MONZELI, 2019, p. 82).

Durante a monarquia, o Hospício era de responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Pouco depois da Proclamação da República, conforme conta na mostra virtual sobre a instituição no sítio do “Centro Cultural Ministério da Saúde”,

[...] o governo provisório criou o Decreto nº 142 A, de 11/01/1890, desanexando o Hospício de Pedro II da administração da Santa Casa de Misericórdia, tornando-o

¹⁵⁷ Os hospitais gerais, o nascimento da psiquiatria, as *workhouses* e a relação histórica entre loucura, trabalho e marginalização social estão discutidos no ensaio “Um olhar sobre a loucura” da presente tese.

independente e subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No mês seguinte, o Decreto de nº. 206, de 15/02/1890, determinou que fossem criadas a Assistência Médica e Legal aos Alienados, formada pelo Hospício de Pedro II, agora chamado Hospício Nacional de Alienados, e duas colônias instaladas na longínqua Ilha do Governador (CENTRO CULTURAL MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Essas duas colônias agrícolas, denominação comum para um espaço de internamento dos ditos “alienados” com vistas ao trabalho agrícola, se chamavam São Bento e Conde de Mesquita, localizados na Ponta do Galeão e no antigo Convento de São Bento. Elas começaram a funcionar em 10 de fevereiro de 1890 e a receber pacientes do sexo masculino transferidos do Hospício em 22 do mesmo mês. Curioso constatar que foram enviados apenas os chamados “indigentes”, o que configurou o lugar muito mais como de imposição de trabalho do que propriamente de “tratamento”.

Assim como os naturalistas europeus faziam expedições ao nosso país para registrar com detalhes a fauna, a flora e o povo, num momento em que esse modo de ciência nominalista e descritiva estava em voga, houve duas visitas de médicos franceses ao referido hospício, gerando documentos de grande valor histórico.

A carta do médico alienista François Jouin, em 1880, intitulada “Visita ao asilo de Pedro II no Rio de Janeiro”, deu ênfase aos elementos raciais como um dado semiológico que indicaria uma relação entre raça e loucura, com a justificativa de que a minoria dos internos era negra e que não havia nenhum indígena. Talvez ele não tenha sido advertido sobre o fato de que os escravos, quando não eram mais úteis, eram abandonados à própria sorte, pois uma internação implicaria gastos ao seu “senhor” (TEIXEIRA; RAMOS, 2012).

O também médico alienista francês Philippe Marius-Rey visitou o hospício durante 1 mês e deixou a carta “O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil”, publicada em 1875. Partindo de seu olhar eurocentrado, ele narrou detalhadamente o que era, o que continha e como se dava o funcionamento do lugar. Especificamente sobre o trabalho, relatou que

[...] os alienistas do Brasil sabem que o trabalho bem organizado é a base do tratamento dos pacientes atingidos pela alienação mental. Em 1869, sobre uma população de 332 doentes (186 homens e 146 mulheres), 83 homens estavam trabalhando em oficinas diversas, no jardim, na cozinha e com tarefas dentro do asilo. Das 146 mulheres, 108 trabalhavam com costura, bordado, tapeçaria e flores artificiais (MARIUS-REY, 2012, p. 401).

Como se constata, o trabalho dos internos, à moda pineliana, era tido como elemento central do “tratamento”, e as diversas funções exercidas estavam intimamente relacionadas à dinâmica e ao cotidiano do asilo.

O Hospital Psiquiátrico do Juqueri, inaugurado em 1898 no município hoje denominado Franco da Rocha - SP, também foi criado no modelo das colônias e priorizava o trabalho como imposição terapêutica. A proposta de trabalho rural nos hospícios se expandiu país a fora, tendo sido criadas diversas colônias com essa finalidade. Algumas delas ficavam a centenas ou mesmo milhares de quilômetros dos lugares de onde vinham suas clientelas, o que apartava definitivamente o interno de seu lugar de origem. Como ensina Resende,

Malogradas as intenções de recuperação do doente contidas nas propostas de seus criadores [...], restava ao hospital agrícola ater-se à única função que já caracterizava a assistência ao alienado, no país, desde a sua criação: a de excluir o doente de seu convívio social e, a propósito de lhe proporcionar espaço e liberdade, escondê-los dos olhos da sociedade (RESENDE, 2007, p. 66).

A colônia masculina Juliano Moreira e a feminina do Centro Psiquiátrico Nacional foram criadas no bairro Engenho de Dentro, no município do Rio de Janeiro, e também se configuravam pelas atividades agrícolas. Aproveitando a vocação rural da recém-criada República, as pessoas recolhidas a esses lugares eram submetidas ao trabalho com a proposta de que, dessa maneira, se curariam de suas “enfermidades”. Nas duas colônias cariocas, as atividades eram manuais, tais como

[...] o plantio de frutas e hortaliças e a criação de animais. Além disso, na colônia masculina funcionavam oficinas de ferraria, mecânica, elétrica, carpintaria e marcenaria, tipografia e encadernação, sapataria, colchoaria e vassouraria e, por fim,

pintura de paredes (SOARES apud GUERRA, 2008, p. 32 e 33).

As histórias do Hospital Colônia de Barbacena-MG, que hoje é referência simbólica dos genocídios praticados em hospitais psiquiátricos brasileiros, oferecem um retrato da situação. Há muitos relatos de exploração do trabalho dos internos, tais como os de Luiz Felipe Carneiro, filho de um mestre de obras que ajudou a construir o hospital, e que morou numa casa pertencente ao avô, administrador do Colônia, construída em suas dependências. Arbex (2013) traduz sua narrativa:

[...] Ouvia tantas histórias sobre os loucos perigosos, mas não conseguia compreender como aqueles homens que ele via trabalhando sem trégua ofereciam tanto risco. – Mas que loucuras eles têm? – perguntava a si mesmo, sem coragem de questionar os mais velhos. O menino intuía que alguma coisa estava errada. Da varanda da casa colonial, Luiz Felipe via os pacientes abrirem estrada na enxada. A ferramenta também era utilizada na plantação. Registros da instituição apontam que, em 1916, quase metade da receita do hospital foi garantida pelo suor dos pacientes e pela venda dos alimentos que eles plantavam. Com a colheita de dez alqueires de milho, cinco de batata doce, nove de feijão e nove hectares de mandioca, os negócios no Colônia iam bem. O faturamento era garantido, ainda, pelo uso da mão de obra dos internos no conserto de vias públicas, limpeza de pastos, preparação de doce. A venda de roupas – 4 mil peças só naquele ano – também era negócio lucrativo. De longe, Luiz Felipe observava a lida daquela gente. Não pareciam doentes, mas escravos, embora a escravatura no Brasil tivesse terminado havia quase trinta anos (ARBEX, 2013, p. 49 e 50).

Outro relato impactante de trabalho forçado no mesmo hospital é o de Luiz Pereira de Melo, que foi internado lá quando criança e só saiu décadas mais tarde, já tendo perdido contato com sua família. Sobre ele, Arbex (2013) escreve que:

Em Barbacena, o jovem experimentou a covardia e a escravidão. Recrutado por um funcionário do hospital que decidiu ganhar dinheiro nas costas daquela gente, Luiz passou a construir, de graça, casas populares que o tal homem vendia. E a exploração da sua mão de obra, no entanto, não foi o que mais doeu, e sim as humilhações impostas. – Por qualquer coisinha de nada ele me dava um coro, batendo com a mão aberta no meu rosto e orelha – relembra Luiz (ARBEX, 2013, p. 108 e 109).

Os objetivos do trabalho nas colônias uniam a imposição de certa ordem e disciplina pela distribuição de tarefas, a ocupação do tempo ocioso e a renda para a manutenção das instalações. Para Machado (1978), esse tipo de trabalho

[...] facilita a manutenção do hospício, pois os próprios alienados confeccionam as roupas, lavam, passam, além dos produtos poderem ser vendidos; [...] [e também acreditam que] o louco aprende um ofício que depois poderá exercer na sociedade, evitando problemas como miséria e desocupação, causas da loucura (MACHADO, 1978, p. 442).

Inúmeras narrativas caberiam aqui, mas me aterei apenas a essas duas, que exemplificam com agudeza o que acontecia nos hospitais psiquiátricos. Com vestes de suposto “trabalho terapêutico”, a prática violenta do aproveitamento das atividades impostas aos internos mantinha financeiramente os hospitais. Para Guerra (2008),

[...] foi a década de 1920 aquela que se caracterizou pelo avanço do aparato psiquiátrico com a criação das Colônias Agrícolas, consolidando a primeira reforma do setor no país, ao introduzir o trabalho como recurso de reabilitação. Lá, o trabalho eminentemente agrário (o que não quer dizer exclusivamente) trazia os resquícios europeus de utilização da atividade de um lado, enquanto recurso para tratamento para crônicos e, de outro, enquanto recurso financeiro para manutenção, a baixo custo, das colônias (GUERRA, 2008, p. 33 e 34).

Os acontecimentos históricos não se anulam uns aos outros, mas convivem sobrepostos entre si. Elementos do passado algumas vezes estão juntos aos atuais, e conhecer esses resquícios pode contribuir para pensar como são feitas as ofertas das oficinas hoje. Nos dois séculos anteriores, havia um cenário brasileiro econômico e político de industrialização tardia e de valorização de tarefas manuais, e um contexto psiquiátrico de marginalização social.

Importa refletir sobre as atividades guardarem, ainda hoje, um caráter manual, como as impostas aos internos nos dois séculos anteriores, pois pode ser que não se trate de escolha fortuita, ou mesmo embasada nas habilidades dos oficineiros.

O trabalho nos hospícios esteve intimamente relacionado a um dito tratamento que encobria, muitas vezes, coerção e escravidão, e os esforços atuais para a superação desses elementos de violência são muitos. No entanto, de certo modo, o perfil de atividades quase sempre manuais ainda permanece.

Vale uma ressalva: o levante histórico e crítico não desvaloriza, de modo algum, as atividades manuais; ele somente tem a pretensão de refletir que é preciso acreditar que o oficineiro pode se envolver em fazeres que exijam outras complexidades para além das manuais, e possibilitar que ele esteja mais conectado à realidade do mercado atual.

Adiante, para argumentar que o trabalho é uma das principais forças para a derrocada dos manicômios, abordarei um dos muitos paralelos que há entre as Reformas Psiquiátricas italiana e brasileira, que diz respeito a como essas duas nações entendem o direito à saúde, e como aquela influenciou a criação de arranjos políticos da nossa atenção à Saúde Mental.

Paralelos entre as Reformas Psiquiátricas brasileira e italiana

Eu gosto muito de história de doido. Eu não sei se é por identificação, mas eu gosto muito. [...] Eu tenho um interesse por doido danado, porque eles veem as coisas de um ponto de vista original, e isso é uma característica do escritor também. O escritor verdadeiro não vai atrás do lugar-comum, ele procura o que tem de verdade por trás da aparência, e o doido é danado pra revelar isso. [...] Meu pai governou a Paraíba de 1924 a 1928. [...] Então, meu pai, quando governador, construiu um hospício e colocou no hospício o nome do maior psiquiatra brasileiro da época, que

era o médico chamado “Juliano Moreira” [...] [que] foi o precursor no Brasil da chamada “psicoterapia pelo trabalho”. Então, meu pai chegou lá, os médicos todos de branco, e entraram os doidos com os carros de mão que tinham sido adquiridos pelo governo pra iniciar a tal “psicoterapia pelo trabalho”. Aí, um dos doidos estava com o carro de mão de cabeça pra baixo. Papai chamou e disse: “olha, não é assim que se carrega. É assim”. Ele disse: “eu sei, doutor, mas, se eu fizer assim, eles colocam pedra dentro pra eu carregar”. É um gênio!

(Ariano Suassuna) ¹⁵⁸

No trecho a seguir, apresentarei alguns paralelos entre as Reformas Psiquiátricas brasileira e italiana, além das correspondências que os países têm a respeito das concepções sobre saúde. Após, apontarei para o problema do trabalho na atualidade ser, muitas vezes, adoecedor, e alguns movimentos da oficina para superar essa lógica.

Para pensar sobre o trabalho nas Reformas Psiquiátricas italiana e brasileira, recorro inicialmente a uma referência artística. Com a delicadeza que o cinema possibilita, o filme “Dá pra fazer” ¹⁵⁹ transmite ao expectador algo do cotidiano da criação e do funcionamento do que seriam as cooperativas sociais italianas compostas, entre outros, por ex-internos de manicômios. Ao longo de minha formação profissional, soube delas por leituras sobre a Reforma Psiquiátrica italiana e pelos relatos de alguns de seus visitantes, especialmente os que foram à cidade de Trieste.

O filme, inspirado na história real da cooperativa *Noncello*, conta que Nello, um sindicalista afastado de diversos empregos por suas posturas

¹⁵⁸ SUASSUNA, A. *Aula-espetáculo proferida em 18/04/2012*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ieVa2tVPac&feature=youtu.be>. Acessado em 05/11/2019.

¹⁵⁹ Filme italiano do ano de 2008, do roteirista Fabio Bonifacci e do diretor e roteirista Giulio Manfredonia, cujo título original é “*Si può fare*”.

políticas, se empenha, junto aos internos de um hospital psiquiátrico, em criar e fazer funcionar o que batizaram de “Cooperativa 180”. Com traços de humor e drama, o roteiro se desenvolve mostrando algumas das dificuldades de se superar o modelo de assistência centrado no hospital. A estratégia para isso seria o trabalho dos pacientes num projeto de fabricação e instalação de parquets. Como escreveram Londero e Paulon (2018),

Nello apostava na radicalidade da cooperativa, na qual todos tem voz e projetam o futuro da associação de maneira coletiva e democrática. Os “ex-loucos” começaram a se surpreender quando, escutados em suas singularidades e convocados por Nello a se expressarem, passaram a proferir suas ideias e desejos diante daquele coletivo que pouco a pouco ganhava forma de “trabalho real”, ao mesmo tempo em que se distanciava do amordacamento manicomial (LONDERO, PAULON, 2018).

O trabalho na cooperativa possibilitou que os internos tivessem alta hospitalar para habitar o espaço social comum e inspirou a criação de outras com a mesma proposta.

A despeito das diferenças políticas, sociais, culturais, econômicas e outras entre o Brasil e a Itália, o fato é que nossa Reforma Psiquiátrica muito se inspirou na deles. O maior expoente italiano nesse sentido, o psiquiatra Franco Basaglia, potencializou a transformação que os brasileiros já começavam a vislumbrar quando veio ao Brasil duas vezes, no ano de 1979, para debates em seminários e palestras (SERAPIONE, 2019). Aqui, os primeiros passos da Reforma Psiquiátrica começaram a serem dados pouco antes, em 1978, com a deflagração de uma crise na Direção Nacional de Saúde Mental pelo descontentamento dos trabalhadores com as condições de trabalho e, no mesmo ano, com denúncias na imprensa feitas por esses mesmos trabalhadores, sobre maus tratos praticados aos internos nos hospitais psiquiátricos (AMARANTE, 1995).

Basaglia inicialmente se fundamentou nas experiências inglesa da Comunidade Terapêutica ¹⁶⁰ e francesa da Psicoterapia Institucional ¹⁶¹ e da

¹⁶⁰ Experiência empreendida inicialmente pelo psiquiatra sul-africano radicado na Inglaterra Maxwell Jones (1907-1990), a partir da década de 1940, que consistia em creditar à

Psiquiatria de Setor ¹⁶² para tentar fazer do hospital psiquiátrico em Gorizia ¹⁶³, onde trabalhava, uma comunidade terapêutica, acreditando que isso humanizaria o cuidado.

A Psicoterapia Institucional já havia pensado no trabalho como elemento importante de ser abordado na instituição psiquiátrica. Segundo Le Guillant ¹⁶⁴, diretor do hospital psiquiátrico francês *Charité-sur-Loire*, em 1940, diante do risco de bombardeio nazista,

Tendo obtido a aprovação do administrador do departamento, a nossa colega Dra. Petit tomou a excelente iniciativa de libertar um certo número de pacientes – 38 homens e 65 mulheres, calmos, lúcidos, cujas famílias se encontravam na região, providos de alguns víveres (LE GUILLANT apud ZAMBRONI-DE-SOUZA *et al.*, 2009, p. 615).

Aqueles que não foram libertados fugiram do hospital, com a conivência de Le Guillant. Após a guerra, souberam que “grande parte deles conseguira ótima adaptação, seja ficando bem no convívio com suas famílias, seja trabalhando em fazendas da região em troca de comida e abrigo” (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2009, p. 615). Le Guillant concluiu, com essa experiência, que a maioria dos pacientes não necessariamente deveria ser internada. Como ensinam Andrade e Costa-Rosa (2014),

[...] durante a Segunda Grande Guerra, devido à impossibilidade de se manter a superpopulação dos asilos no

organização a recuperação do paciente. A base dessa proposta era considerar que as relações interpessoais, junto a uma prática democrática que propiciasse a participação ativa dos pacientes nos assuntos do hospital, seriam potencialmente terapêuticas (JONES, 1972).

¹⁶¹ A Psicoterapia Institucional, cujo maior expoente foi o psiquiatra e psicanalista francês Jean Oury (1924-2014) na Clínica de La Borde, nasceu como uma das propostas da política da Psiquiatria de Setor. Trata-se de uma abordagem teórico-prática que tem nas decisões coletivas, na autogestão e na abertura do hospital psiquiátrico para que os “pensionistas” (como são denominados os moradores da Clínica) circulem socialmente suas maiores apostas terapêuticas (PASSOS, 2009). Como citado no trecho da presente tese “Um cotidiano”, estive na clínica em 2014 para conhecê-la e pude perceber que a Psicoterapia Institucional ainda se fazia presente em sua propostas radicais de coletivizar as decisões e de ser um lugar aberto de tratamento.

¹⁶² A Psiquiatria de Setor nasceu como uma política pública francesa a partir da década de 1970 e que vingou até a década de 1990, que previa abordar a Saúde Mental de uma população específica de determinado território geográfico pela profilaxia, prevenção, cura e pós-cura do que se denominava “doença mental” (PASSOS, 2009).

¹⁶³ Comuna localizada ao norte da Itália, na fronteira com a Eslovênia e vizinha de Trieste.

¹⁶⁴ Louis Le Guillant (1900-1968), psiquiatra francês, foi um importante expoente na defesa de que o trabalho poderia reabilitar o paciente para o convívio social.

contexto de uma economia de guerra e para oferecer-lhes a possibilidade de sobrevivência aos ataques inimigos ao território francês, os psiquiatras tomaram a decisão de liberar os pacientes internos. Isso ocorreu para que esses não morressem, se integrassem ao trabalho nas fazendas e comunidades vizinhas ou voltassem ao convívio familiar. Relata-se que houve uma readaptação ao cotidiano de vida destes lugares sem apresentarem problemas ligados à falta dos recursos de tratamento oferecidos pela Psiquiatria. Tal fato provocou um questionamento à instituição asilo como espaço de tratamento que, ao invés de manter-se inerte, poderia proporcionar convivência e reaprendizagem da vida coletiva [...] ao mesmo tempo, isso fez repensar o trabalho como um fator decisivo de melhora, uma vez que podia produzir, nos que vivenciaram a experiência, sentimentos de utilidade e de reconhecimento social (ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014).

Partindo da situação de liberação dos internos em função da guerra, alguns psiquiatras franceses fizeram a suposição de que seria necessário humanizar a instituição asilar, de modo que ela fosse um espaço de tratamento baseado na convivência. Eles também apostaram que o trabalho – especialmente em grupo – seria elemento de ressocialização. Embora não acabasse com o asilo, isso representou um passo em sua abertura e para que os internos circulassem socialmente.

Com base nos eventos históricos como o citado acima, Basaglia pretendeu apostar numa comunidade terapêutica em Gorizia. Entretanto, ele rapidamente entendeu que o caminho não possibilitaria um rompimento definitivo com as relações de poder mortificadoras que o hospital produzia. Inspirado em discussões propostas por Erving Goffman em “Manicômios, prisões e conventos”, e de Michel Foucault em “História da Loucura”, Basaglia concluiu que a miséria humana produzida pelos hospitais só teria fim com a derrubada de seus muros, tanto concretos quanto simbólicos (AMARANTE, 1995, 1996; BASAGLIA, 1979, 2005).

Era preciso, para Basaglia, transformar a relação da sociedade com a loucura, o que só seria possível negando que a psiquiatria era a única autorizada a proferir discursos sobre a loucura, além de descortinar as relações de poder desiguais entre pacientes e equipe técnica (BASAGLIA, 1979, 2005; SERAPIONE, 2019). Tratava-se de produzir uma ruptura epistemológica com a instituição “manicômio” e inventar outra instituição. Aos italianos, havia

[...] uma profunda divergência no reconhecimento do objeto da Psiquiatria. O que era a instituição a ser negada? A instituição em questão era o conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos, de códigos de referência cultural e de relações de poder estruturados em torno de um objeto bem preciso: "a doença", à qual se sobrepõe no manicômio o objeto "periculosidade" (ROTELLI, s.d., p. 1).

O problema de quem os italianos chamavam de "doente mental" não seria a "doença" propriamente dita, mas a suposta incapacidade do sujeito de participar do corpo social. Especialmente sobre o trabalho, Basaglia dizia que

O que poderemos dizer sobre a definição de norma em nossa sociedade industrial é que ela coincide explicitamente com a produção [de trabalho]. Isso significa que qualquer pessoa que fique às margens desta se torna desviante. [...] não exercer um papel ativo ou passivo na produção, ou rejeitar (por escolha ou por necessidade) o papel de consumidor, deve tornar-se – através da ideologia científica mais apropriada – algo que seja uma confirmação da norma e, ao mesmo tempo, dos seus parâmetros (BASAGLIA, 2005, p. 165 e 166).

A relação intrincada entre "produção" e "norma" é uma das muitas contribuições de Basaglia sobre outras formas de pensar a loucura ao longo de sua obra e, especialmente, de sua prática como psiquiatra. Suas reflexões são, antes de tudo, sobre como a psiquiatria serve ao capitalismo que rege essas normas, conforme o trecho a seguir:

[...] nosso sistema social – bem longe de ser um regime econômico de pleno emprego – não pode estar interessado na reabilitação do doente mental, que não teria condições de ser acolhido por uma sociedade na qual não foi plenamente resolvido o problema do trabalho dos seus membros são (BASAGLIA, 2005, p. 114).

Partindo dessas críticas, Basaglia pôde pensar sobre como os sujeitos libertos dos manicômios poderiam concretamente se sustentar, para além dos cuidados nos serviços de saúde territoriais. Para ele, afeito ao socialismo marxista e vivente de um momento político e econômico cujos ideais socialistas eram fortes, as cooperativas serviriam como um caminho de resgate de cidadania dos loucos (AMARANTE, 1995, 1996; BASAGLIA, 1979, 2005;

SERAPIONI, 2019). Com a promulgação da Lei 180 em 1978 na Itália ¹⁶⁵, a Reforma Psiquiátrica italiana se instituiu juridicamente, o que garantiu a continuidade e a expansão das realizações dos trabalhadores e usuários da Saúde Mental nos enfrentamentos aos manicômios (AMARANTE, 1995; ABRASME, [s.d.]).

Fazendo um brevíssimo retrospecto, a base da Reforma italiana é o que eles chamaram de “empresa social” que, ao contrário do que o nome pode dar a entender, não são apenas negócios. A Franco Rotelli, outro grande expoente do movimento,

Toda a história de 20 anos de trabalho psiquiátrico desenvolvido em Trieste pode ser traduzida em apenas uma expressão: empresa social. [...] Denominamos de empresa social aquela que ‘faz viver’ o social, [...] empresa social é, por exemplo, a transformação de uma grande e única instituição – o manicômio – em uma rede de serviços sanitários nos quais os direitos do cidadão vêm salvaguardados e, sobretudo, vêm construídos. [...] Isso significa direito à assistência social – subsídios, dinheiro, comida, vestimentas –, direito a possibilidades mínimas de sobrevivência (ROTELLI, 2000, p.301 e 302).

A ideia de empresa social também contempla, desde o início da Reforma, os investimentos em oportunidades de trabalho aos ex-internos dos manicômios – e é neste ponto que creio que a Reforma Psiquiátrica brasileira deveria se inspirar mais fortemente. No mesmo texto, Rotelli (op.cit.) conta que

A rede de cooperativas conta com cerca de 30 atividades, tais como: uma loja de frutas e verduras, equipes de transportes e mudanças, jardinagem, limpeza e manutenção, um restaurante, um bar, um salão de cabeleireiro e estética, uma oficina de produção e uma loja de artigos de couro, a administração de um pequeno hotel, um centro de produção de vídeos, outro de teatro, um laboratório de *design*, uma rádio na cidade, uma editora de livres e revistas, etc. Ou seja, uma gama de atividades integra essa rede, na qual as pessoas ditas normais e as pessoas com graves problemas psiquiátricos, ou com outros problemas, trabalham com afinco, conjuntamente, dentro de um mundo produtivo, com um salário, com um mercado, no interior das regras de mercado, com um apelo à

¹⁶⁵ A Lei 180 (ou “Lei Basaglia”, como ficou conhecida) tinha seu ponto forte na determinação de que o tratamento psiquiátrico fosse ofertado em contextos extra-hospitalares e comunitários (ITÁLIA, 1978).

produção, onde produzir não é ter um *status*, é estar incluído na grande sociedade do mercado, mercado humano, do trabalho, da produção, da relação entre os homens (ROTELLI, op. cit., p. 303).

A centralidade das cooperativas é o que se destaca na Reforma italiana. Eles entenderam, desde o início, que, para que a instituição “manicômio” pudesse ser superada, o processo de desinstitucionalização deveria contemplar, antes de tudo, condições concretas de sustento aos ex-internos. Era preciso “casa, comida e roupa lavada”, para usar uma expressão brasileira.

A aposta italiana nas cooperativas é forte, e ela não se restringe à Reforma. Desde o ano de 1991, por meio da lei 381, o país criou as “cooperativas sociais”, que executam atividades de apoio aos que chamam de “pessoas em desvantagem social”. Um grande incentivo a essa modalidade de cooperativa é que os encargos sociais e previdenciários dos cooperados definidos como pessoas em condição de desvantagem social – que devem, necessariamente, compôr ao menos 30% do total de cooperados – são totalmente cobertos pelo poder público. Ou seja, nada custam à cooperativa, o que aumenta o interesse de outras cooperativas em ter consigo pessoas nessa situação. As cooperativas sociais são divididas em “tipo A” e “tipo B”. As de “tipo A” são destinadas à gestão de serviços socio-sanitários, formativos e educativos como, por exemplo, creches, escolas, acolhimento de idosos, entre outros. As de “tipo B” tem como objetivo o que a lei chama de “inserção social” de pessoas em situação de desvantagem social como, por exemplo, pacientes psiquiátricos, usuários de substâncias psicoativas, infratores da lei condenados a penas alternativas, entre outros (GONÇALVES, PEREIRA, FERREIRA, 2008).

Esse é um breve panorama da história que inspirou a Reforma Psiquiátrica brasileira. O que merece ser destacado disso é que o hospital só pôde fechar porque os pacientes tiveram para onde ir e como pagar por isso.

O Brasil já entendeu que, para acabar com os manicômios, é preciso que os ex-internos tenham onde morar, e por isso criou o “Programa De Volta Pra Casa” (PVC) e os “Serviços Residenciais Terapêuticos” (SRT). Eles foram pensados para viabilizar a passagem dessas pessoas para o convívio social, e

é inegável que tiveram bons efeitos. Mas, no que tange à questão do trabalho, pode ser que ainda tenhamos que aprender com a experiência italiana que garantir um meio de sustento também é imprescindível.

O PVC, que fez parte da Política Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, também chamado de “auxílio-reabilitação psicossocial”, foi instituído pela Lei Federal nº 10.708, do ano de 2003, e pretendeu tornar viável o direito à moradia aos egressos de hospitais psiquiátricos cuja internação tenha sido igual ou superior a dois anos ininterruptos. Ele tem um caráter indenizatório, em virtude da privação de liberdade dos ex-internos, e também a proposta de contribuir financeiramente no processo de retorno desses pacientes ao lar de referência familiar ou a um SRT. O valor do auxílio mensal era de R\$412,00 (BRASIL, 2003; BRASIL, [s.d.]; BRASIL, 2013; CENTRO CULTURAL MINISTÉRIO DA SAÚDE, [s.d.]a) e ele era pago por 1 ano, podendo ser prorrogado por mais 1 ano.

Embora seja um valor muito pequeno em relação ao dano produzido pelo Estado brasileiro pela negligência com essas pessoas, simbolicamente representa um passo no reconhecimento de que os manicômios ruíram com suas vidas. Há relatos positivos de que o auxílio contribuiu no processo de retorno dessas pessoas ao convívio social (BRAGA-CAMPOS; MARTINS, 2019; GUERRERO *et al.*, 2019), principalmente no que diz respeito a possibilitar minimamente acesso a bens de consumo necessários à sobrevivência.

Importante saber que os recursos destinados aos SRTs, conhecidos ainda como “residências terapêuticas”, eram anteriormente destinados aos leitos em hospitais psiquiátricos. Além da casa propriamente dita, as pessoas são cuidadas por equipes de Saúde Mental que as apoiam no processo de retorno à convivência em sociedade (CENTRO CULTURAL MINISTÉRIO DA SAÚDE, [s.d.]b; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Há resultados exitosos que justificam a manutenção da relevante proposta, entre os quais os moradores referirem que o cuidado em saúde nas SRTs resulta em felicidade e prazer para suas vidas (MASSA; MOREIRA, 2019) e que há superação da segregação social dos moradores pela apropriação do espaço urbano (ROZA

JUNIOR; LOFFREDO, 2018). A vizinhança na qual a residência está instalada também tem a oportunidade de pensar o lugar da loucura na comunidade e de interagir com ela de modo mais próximo e respeitoso (RIBEIRO NETTO; AVELLAR, 2017).

Sem diminuir a importâncias dessas políticas, a realidade é que, embora haja um auxílio e um programa de residências em funcionamento que contribuem no processo de retorno ao convívio social, isso não é suficiente para que muitos usuários da Saúde Mental vivam dignamente, entre os quais aqueles que não preenchem aos critérios de internação que garantiria o acesso aos benefícios, ou aqueles que não estiveram em manicômios. Ainda há um lapso no que diz respeito a políticas que garantam o sustento por meio do trabalho para que essas pessoas tenham acesso a bens e serviços que qualquer cidadão deveria ter direito.

Nossa experiência brasileira guarda características de um país que não oferta possibilidade de emprego a todos, em parte pela “reserva de mercado” do sistema capitalista, que mantém uma parcela da população desempregada para regular os valores pagos a quem ocupa postos de trabalho. O desemprego é matéria de constante preocupação em função da condição estrutural de um país onde a riqueza e as possibilidades de ascensão social não estão ao alcance do povo. Fica fácil concluir que um sistema que só existe porque exclui não conseguiria acolher a categoria dos internos dos manicômios que, por sua condição psíquica, estiveram apartadas do convívio social por mais de dois séculos.

Pelo exposto, é urgente tocar num tema sobrevalorizado ao longo do movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira, que é o do direito ao trabalho. Não tratar do problema de que o louco deve ter garantida a oportunidade de trabalhar e de suprir a si próprio com o fruto de seu trabalho também é sinônimo de desassistência.

O lugar de trabalho nas cooperativas sociais na Itália foi fundamental no processo de superação dos manicômios. Embora o cenário além-mar não seja uma questão para a presente tese, e sem querer fazer uma comparação

descabida entre dois países com suas próprias histórias de Saúde Mental, é válido compreender que há algo na experiência italiana que merece ser olhado com mais apreço pelos brasileiros implicados com a causa da Reforma Psiquiátrica.

Inicialmente, é importante apontar que há semelhanças entre os sistemas de saúde italiano e brasileiro. A Constituição da República Italiana de 1948 foi a primeira a conceber a saúde como direito, garantindo-o no seu Artigo 32:

A República protege a saúde como direito fundamental do indivíduo e interesse da coletividade, e garante cuidado gratuito ao indigente. Ninguém pode ser obrigado a um determinado tratamento de saúde específico, exceto por disposição legal. A lei não pode, em nenhuma circunstância, violar os limites impostos pelo respeito à pessoa humana (ITALIA, 1948, p. 19, tradução minha) ¹⁶⁶.

Sendo a primeira, a Constituição tornou-se referência para muitas outras, incluindo a brasileira que, em seu Artigo 196, reza que a saúde é direito de todos e dever do Estado e que precisa ser garantida por políticas que pretendam a “redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Para conceber algumas aproximações entre as Reformas Psiquiátricas brasileira e italiana, é preciso partir dessa correspondência entre a concepção de saúde presentes nas duas Constituições.

Mesmo considerando que há diferenças fundantes nos *Servizio Sanitario Nazionale* (SSN) e Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à forma de financiamento, já que o primeiro é custeado parte pelo Estado e parte pelo usuário (OLIVEIRA; DALLARI, 2016) e o segundo é todo financiado pelo Estado, a concepção de que a saúde é um direito do cidadão é marca forte de ambos os sistemas.

¹⁶⁶ Tradução feita a partir do texto original: “*La Repubblica tutela la salute come fondamentale diritto dell’individuo e interesse della collettività, e garantisce cure gratuite agli indigenti. Nessuno può essere obbligato a un determinato trattamento sanitario se non per disposizione di legge. La legge non può in nessun caso violare i limiti imposti dal rispetto della persona umana*”.

Há também certa aproximação na compreensão de que as ações de saúde deveriam partir de demandas de base territorial. A diferença nesse ponto é que lá as Regiões ¹⁶⁷ têm reconhecida autonomia para operacionalizar suas próprias políticas, entre elas as que dizem respeito ao campo da Saúde Mental. Aqui, mesmo que a Atenção Básica seja municipalizada, parece que alguns municípios não fazem bom uso dessa autonomia, pois planejamentos que poderiam contemplar o perfil sanitário de uma determinada população seguem, primordialmente, critérios escolhidos por outros territórios, o que parece configurar uma certa “federalização” dos planejamentos e ações em saúde. Por exemplo, há lugares que optam pelo CAPS pelos incentivos federais, ou mesmo por não terem ainda avançado nas discussões sobre o que seria e a quem serviria um CAPS. Na prática, muitos deles gerenciam os CAPS como se estes fossem ambulatórios de Saúde Mental.

A questão que se impõe é: será mesmo possível pensar uma única política para um país de tamanho continental e que guarda características tão singulares das diversas culturas e populações que o constituem? Meu percurso profissional, embora não ofereça resposta ao problema, pode contribuir para refletir sobre alguns impactos e consequências da tentativa de uniformidade nacional das políticas.

Quando visitei Manaus-AM pela primeira vez, afora o impacto de estar numa metrópole no meio da floresta amazônica, escutei histórias de um médico psiquiatra que fez seu campo de estágio doutoral em uma região cujo posto de saúde mais próximo ficava distante sete dias de viagem de voadeira ¹⁶⁸, partindo da aldeia onde ele estava. Uma mulher contou-me que, de Manaus até sua cidade natal, levava-se cerca de trinta dias de barco. À época, questionei-me sobre o Centro de Atenção Psicossocial que eu conhecia ser inviável para essas regiões.

Em minhas andanças em grande parte de nosso extenso território, conheci povoados e pequenas cidades muito distantes geograficamente de

¹⁶⁷ A Itália é subdividida em 20 “Regiões”, de acordo com a Constituição Federal de 1948. As Regiões são subdivididas em Províncias e estas, por sua vez, em Comunas.

¹⁶⁸ Tipo de embarcação de metal de pequeno porte e movida a motor.

qualquer rede de saúde mental de referência, o que me fazia indagar se o que é ofertado em termos de modelos de equipamentos de Saúde Mental não deveria ser revisto e ampliado para contemplar essas pessoas. As diferenças culturais na concepção do que é Saúde Mental também parecem não ser levadas em consideração na formulação de algumas das políticas brasileiras.

Sobre os lugares onde morei, penso que a urbanização fortemente industrializada de Campinas-SP em nada se parece com o ambiente de economia predominantemente pesqueira de Camocim-CE. O comércio local incentivado, entre outros, pelo turismo em Parnaíba-PI é bastante diferente da dimensão do comércio de Maracá-SP, que é assentado na cultura agropecuária local. E em Palmas-TO, onde divido morada com Assis-SP, os postos de empregos vinculados a concursos públicos superam em muito qualquer outro lugar que eu tenha conhecido.

Por exemplo, as mulheres que deprimiam ou que viviam uma psicose no período do pós-parto, davam significados diferentes em Campinas e em Camocim, a despeito das singularidades de suas histórias particulares. Atendi pessoas na primeira cidade que se preocupavam em se estabilizar o mais rápido possível pela necessidade de não extrapolarem o período de licença-maternidade afastadas do trabalho, porque a maternidade por si só, nesse contexto urbano, já dificultava o retorno da mulher ao mercado. Em contrapartida, sem cair numa visão simplista, tampouco dicotômica das duas situações, muitas mulheres que cuidei em Camocim em condições de desestabilizações que o pós-parto havia provocado viviam isso pela perspectiva de que o sofrimento é mesmo inerente à condição de ser mãe e que não há nenhum desvalor numa mulher que se afasta das atividades de trabalho por enlouquecer depois de parir.

Lugares com atividades econômicas, sociais e culturais tão distintas merecem políticas públicas de Saúde Mental mais próximas de suas realidades. Se as discussões que consideram que o problema do sofrimento psíquico não são atemporais, tampouco isentas de influências ambientais, sociais, culturais, entre outras próprias de cada lugar, todas essas variantes produziriam subjetividades que só se encontrariam nesses territórios e que

deveriam ser abordadas em equipamentos de saúde que tivessem configurações em acordo com as necessidades de cada um dos lugares.

Portanto, se enlouquecer na floresta tropical não é o mesmo que enlouquecer no litoral da caatinga, tampouco num município do interior paulista, pois cada região têm características que levam a certas compreensões e experiências subjetivas de loucura comuns apenas a elas próprias, por que é admissível que as políticas públicas de atenção à Saúde Mental sejam as mesmas para todas?

Retornando às discussões sobre as políticas de saúde italiana e a brasileira, que operam em modelos de atenção com base nas particularidades de cada território, elas pretendem interagir com a comunidade por meio de serviços que levem em conta “a especificidade da realidade local, [como] por exemplo considerar a clínica e o cuidado como componentes e associados às diretrizes com base na vigilância à saúde e no território” (MARTINO *et al.*, 2015, p. 101). A diferença entre elas é que, entre os italianos, parece haver mais bom uso da autonomia na formulação de suas políticas, enquanto no Brasil essa autonomia nem sempre é explorada.

Fosse assim, muito provavelmente o modelo de Centro de Atenção Psicossocial explícito na portaria 336 (BRASIL, 2002), por exemplo, poderia ser rejeitado pela população ribeirinha das florestas citada acima, que criaria seus próprios equipamentos adequados aos seus territórios. Ou, ainda, numa quimera maior, localidades do interior do Brasil poderiam dispor de mais iniciativa para a criação e financiamento de projetos de geração de trabalho e renda condizentes às suas realidades locais e que efetivamente integrassem os usuários da Saúde Mental ao convívio social, não apenas pela nobilíssima oferta de um lugar de trabalhador, mas também quanto à possibilidade real de sustento financeiro de uma vida digna.

Ainda é distante a possibilidade de reconfiguração das políticas de Saúde Mental de âmbito nacional para que considerem realidades tão diferentes. Também parece certo que estados e municípios não disponham de tanta iniciativa quanto poderiam para criar e implementar políticas públicas

mais condizentes com o que seus territórios precisam e comportam. Reflexões a respeito, então, se tornam relevantes e urgentes, e representam mais um dos muitos desafios da Reforma Psiquiátrica.

Direito ao trabalho

Linha linha de montagem
A cor a coragem
Cora coração
Abecê abecedário
Ópera operário
Pé no pé no chão
[...] Gente que conhece e prensa
A brasa da fomalha
O guincho do esmeril
Gente que carrega a tralha
Ai, essa tralha imensa
Chamada Brasil
(Chico Buarque) ¹⁶⁹

O direito ao trabalho consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil faz parte. No artigo XXIII, é dito que:

1- Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego; 2- Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. 3- Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social (ONU, 1946).

Junto à Declaração, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Título III “Dos direitos e garantias fundamentais”, capítulo II “Dos

¹⁶⁹ BUARQUE, C. Linha de montagem. In: NASCIMENTO, M.; BUARQUE, C. *Show Primeiro de Maio*. Rio de Janeiro: Philips, lado A, faixa 1.

direitos sociais”, artigo 6º, alterado pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015, roga que

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o *trabalho*, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988a, grifo meu).

O direito ao trabalho aparece em ambos os documentos que guiam – ou deveriam guiar – a formulação de políticas públicas no país. Os trechos constam neste ponto da tese para reafirmar que o trabalho é condição de cidadania.

Mesmo nas condições políticas mais adversas, as oficinas buscam contemplar a garantia do direito social ao trabalho. Seus atores têm conhecimento da grandiosa tarefa a que se prestam, pois, junto ao desafio de pensar um trabalho cuja remuneração consiga suprir as necessidades dosicineiros e lhes dar alguma segurança de vida, o que nem sempre é possível por causa do baixo valor de algumas bolsas, há ainda outras preocupações cotidianas de grande relevância, tais tornar possível um trabalho que vise a autorrealização, que seja favorecedor de redes de sociabilidade, entre outros.

Importante sublinhar que um trabalho que, algumas vezes, não permite satisfatoriamente ser meio de sustento, não é exclusivo das oficinas. Fora delas, os baixos salários, sobretudo o valor irrisório do salário mínimo ¹⁷⁰ que evidentemente contradiz as riquezas produzidas no país, servem à única finalidade de manutenção da concentração de renda nas mãos de poucos e à perpetuação de uma lógica social em que a maioria do povo é dependente economicamente da elite. A injusta distribuição de renda é uma das principais causas da violenta e vergonhosa desigualdade social brasileira.

As oficinas tentam bulir com essa lógica. Inventar meios de o louco participar do mundo do trabalho é empreitada gigantesca. Gerar renda a quem a sociedade tacha de “incapaz” já soa curioso aos olhos de quem se julga

¹⁷⁰ O valor do salário mínimo hoje (janeiro de 2021) é de R\$1100,00.

“normal”. Gerar renda que permita ao louco integridade e segurança de vida parece soar quase como uma afronta.

A bolsa é produto da repartição dos ganhos da oficina. Trata-se da remuneração mensal em dinheiro que cada oficineiro recebe, cujo valor depende das vendas dos produtos no período e da função desempenhada na produção de bens e serviços.

O valor da bolsa ¹⁷¹ parte de um cálculo entre o “valor total” atribuído a quem exerce determinada função na oficina caso compareça todos os 20 dias úteis do mês – chamado, no NOT e na Casa das Oficinas, de “bolsa cheia” – e o “valor parcial” referente aos dias em que o oficineiro compareceu. O valor também apresenta variações baseadas na avaliação do desempenho da lida diária de cada um. Por exemplo, no caso de uma oficina cujo pagamento da bolsa cheia fosse R\$500,00 e o oficineiro tenha comparecido durante 10 dias no mês, sua bolsa referente a esse período seria de R\$250,00.

Em pesquisa feita no Núcleo de Oficinas e Trabalho, em 2017, Luiz refere que

Os valores da bolsa oficina também variam muito de uma oficina para outra e entre as oficinas de prestação de serviços (R\$:50,00 a R\$:800,00 reais) e de artesanato (R\$:50,00 a R\$: 500,00). Seu cálculo depende do ganho mensal da oficina com a venda dos produtos e serviços, avaliação de desempenho dos oficineiros, função e frequência na oficina. Os oficineiros entram como aprendizes, com um ganho menor. Conforme evoluem no aprendizado da técnica, mudam de função e passam a ganhar um valor maior de bolsa oficina (LUIZ, 2017, p. 43).

Estes valores sofreram alterações, até o presente momento, para cifras um pouco mais altas. Durante a apresentação das prosas que fiz com técnicos e oficineiros, abordadas na quarta parte da presente tese, a questão da remuneração também será abordada.

Quando coordenei oficinas, havia uma queixa frequente dos oficineiros sobre não receberem o pagamento referente ao dia em que iam ao tratamento no CAPS ou Centro de Saúde. A justificativa era que, ao trazer o atestado, eles

¹⁷¹ O valor deveria ser decidido entre todos os participantes do grupo.

poderiam ser remunerados, pois a “falta” seria justificada. Embora a maioria compreendesse sobre o espírito cooperativista da oficina, paradoxalmente a referência dos oficineiros continuava sendo a de um trabalho regido pelo regimento da “CLT”¹⁷², o que não acontecia.

Outro ponto importante sobre o direito ao trabalho, já apontado no subitem anterior deste mesmo ensaio, é que o formato do mercado de trabalho hoje é excludente por si só, pois impõe a chamada “reserva de mercado”, ou seja, a parcela da população que permanece desempregada para que haja a regulação dos postos de trabalho. Provavelmente ninguém discorde que loucos também compõem a reserva. Então, como esperar igualdade de oportunidades e garantia de direitos aos loucos em um sistema que precisa excluir para existir?

As oficinas estudadas e todas as outras que conheço pretendem superar os efeitos nocivos dessa conjuntura, especialmente a perpetuação da desigualdade social, pela via da Economia Solidária. A seguir, abordarei criticamente algumas questões sobre essa perspectiva, com foco especial no seguinte problema: a Economia Solidária é uma escolha das oficinas, ou é algo já instituído?

Reflexões sobre a parceria entre Saúde Mental e Economia Solidária

*Quem tem dinheiro no mundo
Quanto mais tem, quer ganhar
E a gente que não tem nada
Fica pior do que está
[...] Se morre o rico e o pobre
Enterre o rico e eu
Quero ver quem que separa
O pó do rico do meu
Se lá embaixo há igualdade*

¹⁷² “CLT”, ou “Consolidação das Leis do Trabalho” é como se conhece popularmente o decreto-lei nº 5452 de 1 de maio de 1943, modificado diversas vezes até o momento atual. Referência: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.

*Aqui em cima há de haver
(Gilberto Gil) ¹⁷³*

Como as práticas na Casa das Oficinas, no Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT) e na Associação Arte e Convívio são embasadas também pela Economia Solidária (Ecosol), e levando em conta que a pesquisa bibliográfica relatada a seguir aponta para algo que, provavelmente, diz da preferência dos técnicos, usuários e pesquisadores da Saúde Mental brasileira por essa proposta econômica, empreenderei, a partir de agora, algumas reflexões sobre a parceria entre a Saúde Mental e a Ecosol.

Não retomarei longamente a história da Ecosol e me furtarei de enumerar os benefícios dessa opção aosicineiros, pois isso já foi feito exaustivamente em diversas publicações. A proposta é apresentar considerações sobre algumas possíveis implicações dessa potente parceria, com todo o cuidado para não enfraquecê-la, pois ela possibilita produção de saúde na vida das pessoas que participam dela. Valorizo a organização do trabalho nas oficinas e seus modos de produção pautados nos princípios e valores da Economia Solidária, pois creio firmemente que os processos coletivos e democráticos tornam o trabalho libertador. No entanto, isso não me abstém de refletir sobre algumas questões.

As oficinas estudadas nesta pesquisa, bem como outros equipamentos com o mesmo propósito no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira (BRASIL, 2001), nasceram antes de qualquer legislação específica sobre geração de renda na Saúde Mental. Elas são resultado do comprometimento dos trabalhadores e dos usuários na busca por um cuidado em saúde o mais amplo possível.

O primeiro documento que trata de algum tipo de trabalho aos pacientes psiquiátricos é a Lei Federal nº 9867, do ano de 1999, que “Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social

¹⁷³ GIL, G.; AZEVEDO FILHO, J.A.S. Roda. In: GIL, G. *Louvação*. Rio de Janeiro: Philips, 1967. Disco Sonoro de Vinil, lado A, faixa 1.

dos cidadãos” (BRASIL, 1999). Nela, as cooperativas sociais são descritas como entidades

[...] constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagens no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos, e incluem entre suas atividades: I – a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos; II – o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços (BRASIL, 2004).

É uma lei visivelmente inspirada nas “empresas sociais” da Reforma Psiquiátrica italiana, até mesmo na definição de quem seriam as “pessoas em desvantagens”, termo usado para identificar as populações abrangidas pelas cooperativas sociais:

Art. 3º Consideram-se pessoas em desvantagens, para os efeitos desta lei: I – os deficientes físicos e sensoriais; II – os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos; III – os dependentes químicos; IV – os egressos de prisões; V – VETADO VI – os condenados a penas alternativas à detenção; – os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo (BRASIL, 2004).

Como abordado no subitem deste mesmo ensaio que tratou dos paralelos entre nossa Reforma Psiquiátrica e a italiana, a Lei nº 10.708, de 2003, instituiu o auxílio-reabilitação psicossocial para prestar

[...] assistência, acompanhamento e integração social, fora de unidade hospitalar, de pacientes acometidos de transtornos mentais, internados em hospitais ou unidades psiquiátricas (BRASIL, 2003).

Para Santiago (2014), as legislações dão também abertura a um processo político:

Para os municípios e estados brasileiros que colocam tais políticas em ação, o processo é político por impulsionar o olhar público, coletivo [...]. Inéditas relações são contempladas: os objetivos das ações são postos e percorridos, caminhos não óbvios são indicados, outros atores sociais são incluídos como participantes e não como corresponsáveis (como familiares de

usuários), e mediações e articulações em uma rede intersetorial de serviços e políticas públicas são recomendadas (SANTIAGO, 2014, p. 123-124).

O termo “oficina de geração de trabalho e renda”, no âmbito da Saúde Mental, só apareceu em documentos governamentais na Portaria Interministerial nº 353, de 07 de março de 2005, que “Institui o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária” (BRASIL, 2005c). O Grupo nasceu do primeiro movimento do Ministério da Saúde, no ano anterior, para mapear as experiências de geração de trabalho e renda na Saúde Mental que já aconteciam no país. Ele se reuniu em Brasília, em 2005 e, em março de 2006, publicou o “Relatório final do Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária”, que diz:

No final do ano de 2004 a Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde iniciou o mapeamento das iniciativas de geração de trabalho e renda, desenvolvidas nos âmbitos municipais e estaduais, que visam à inclusão social de pessoas com transtornos mentais e/ou com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Esta proposição objetivou realizar um panorama das experiências em curso no cenário nacional com vistas ao delineamento de uma política de Inclusão Social pelo Trabalho factível e concreta para os usuários dos serviços de saúde mental do Sistema Único de Saúde. [...] Como parceira para efetivação desta proposta, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, tem caminhado junto com a Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005c, p. 2).

Mesmo que algumas oficinas não fossem baseadas na perspectiva da Ecosol, a leitura governamental, à época, era de que a parceria entre a Saúde Mental e a Ecosol já estava consolidada. Essa forma de “aparição” das oficinas em uma portaria provavelmente contribuiu para o modo como hoje elas são concebidas, já que, quando se fala em geração de trabalho e renda para usuários da Saúde Mental, é bastante comum pensar também na Ecosol.

Como produto do empenho do Grupo, duas portarias foram lançadas para destinar recursos financeiros às oficinas. A primeira foi a Portaria nº 1169, de 07 de julho de 2005, que “Destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão Social pelo Trabalho” para usuários da

Saúde Mental (BRASIL, 2005a). Ela chamou municípios para receberem um recurso pontual no valor de R\$5.000,00, R\$10.000,00 ou R\$15.000,00, a depender de quantos usuários frequentassem a oficina a ser beneficiada, e desde que o município atendesse aos critérios de possuir uma rede de Saúde Mental, estar habilitado ao recebimento do benefício do Programa “De Volta Para Casa” e, ainda, incluído no mapeamento do Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST).

A segunda foi a Portaria nº 132, de 26 de janeiro de 2012, que novamente destinava um recurso pontual no valor de R\$15.000,00, R\$30.000,00 ou R\$50.000,00, dependendo no número de participantes dos projetos e, dessa vez, considerando que o município estivesse inserido na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no CIST e que tivesse acompanhamento e apoio técnico de “Associações de Usuários, Familiares e Técnicos, Cooperativas, Incubadoras de Cooperativas ou Entidades de Assessoria e Fomento em Economia Solidária” (BRASIL, 2012). Nessa portaria, ficou mais perceptível a associação das oficinas com a perspectiva da Ecocol.

Ainda no ano de 2005, uma publicação do Ministério da Saúde intitulada “Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho” (BRASIL, 2005b) tornou visível o que se discutiu nos dois dias do encontro do Grupo. O texto, que contém transcrições das mesas-redondas e das discussões, é provavelmente o documento mais importante do gênero, servindo também como registro histórico de um momento em que as oficinas finalmente começaram a se configurar como política pública. Isso reforça que a Reforma Psiquiátrica é um movimento social capaz de criar seus próprios dispositivos de saúde e que, dependendo do momento político, alcançam a máquina pública.

Com a criação das Redes de Atenção Psicossocial, instituídas pela Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011, as oficinas passaram a integrar o que se chamou de “Estratégias de Reabilitação Psicossocial” (BRASIL, 2011) com o texto a seguir:

Art. 12. O componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial é composto por iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais. § 1º As ações de caráter intersetorial destinadas à reabilitação psicossocial, por meio da inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho de pessoas com transtorno mental ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas em iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/ cooperativas sociais. § 2º As iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais de que trata o § 1º deste artigo *devem articular sistematicamente as redes de saúde e de economia solidária* com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares (BRASIL, 2011, grifos meus).

Novamente, as oficinas aparecem como “empreendimentos solidários” e há o imperativo de que elas se articulem “sistematicamente” com a rede de Economia Solidária. Sabe-se que uma portaria não inviabiliza que possam surgir equipamentos de saúde com outros formatos, pois o SUS é vivo e se reinventa conforme as necessidades de sua população e território. Mas, a marca de que elas devem se articular sistematicamente com a Ecosol parece desconsiderar que possam existir oficinas que não funcionam nessa perspectiva.

Não há, portanto, legislação específica de âmbito nacional que regulamente o que são as oficinas, como devem funcionar, onde, com quantos participantes, entre outras orientações. Os únicos documentos governamentais a respeito até o presente momento – as quatro portarias citadas que tratam do Grupo de Trabalho, os dois recursos pontuais e a inclusão nominal das oficinas na RAPS – descrevem as oficinas sempre contando com sua articulação com a Ecosol.

Durante os diálogos com os técnicos e oficinairos em 2018, pela falta de legislação específica discutida acima, o Núcleo de Oficinas e Trabalho e a Casa das Oficinas estavam cadastrados no Cadastro Nacional de

Estabelecimentos de Saúde (CNES) ¹⁷⁴ como “clínica especializada”, justamente por não haver outra possibilidade de registro.

Não existir uma legislação nacional pode ser interessante porque abre espaço para que os municípios possam criar seu próprio conjunto legislativo e administrativo a respeito, embora não seja possível afirmar se há ou não interesse sobre isso. Entretanto, o ponto negativo da falta de um alinhamento nacional é que não há recurso público federal específico e contínuo destinado à geração de trabalho e renda na Saúde Mental, já que as duas portarias ministeriais citadas previam apenas dois incentivos financeiros pontuais.

As iniciativas de oficinas hoje continuam nascendo e sobrevivendo pela mobilização, coragem e criatividade dos usuários e técnicos do SUS, a despeito de apoio governamental. Sem legislação, elas sofrem por ficarem expostas às mudanças de governos, pois é sabido que, lamentavelmente, a continuidade de projetos públicos muitas vezes depende dos resultados das urnas nas eleições.

Para não dependerem completamente de apoios governamentais que podem ir e vir, há alguns movimentos dos três equipamentos pesquisados sobre busca de iniciativa privada que apoie os projetos, o que pode ser interessante para manter certa independência de flutuações das ocupações das cadeiras dos governos, especialmente municipais e federais.

A Arte e Convívio conta, desde sua fundação, com a parceria da FAMESP (Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar), fundação privada sem fins lucrativos qualificada como uma “organização social de saúde” (ANDRADE *et al.*, 2016), para financiar parte do projeto, incluindo pagamento de aluguel, salários e demais encargos dos profissionais.

As buscas por parcerias são importantes para a sobrevivência e manutenção dos projetos e elas não negam a configuração das oficinas como

¹⁷⁴ O “Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde” é um sistema oficial de cadastramento de informações obrigatório a todos os estabelecimentos de saúde, hospitalares e ambulatoriais, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde, públicos ou privados, e que tem como principal objetivo identificá-los ao Ministério da Saúde para alimentar bancos de dados locais e federais, o que torna possível ações de planejamento, avaliação e controle, auditorias, ensino e pesquisa, entre outros.

empreendimentos econômicos solidários, tampouco como dispositivos do SUS. Alguns técnicos, durante nossos encontros, apontaram sobre a relevância da busca, e minhas memórias de coordenadora de oficinas corroboram que é uma saída importante para que não se dependa completamente dos poucos e instáveis recursos públicos. Isso não pode soar, aos mais puristas, como uma afronta ao princípio do SUS de que ele seja totalmente financiado pelo Estado. O que se quer é que os projetos garantam sua sobrevivência, a despeito de, até o momento, eles não terem sido prioridade para os governos atual e anteriores.

A Saúde Mental vê na Ecosol uma possibilidade de se fortalecer, já que a ética de ambas é fundamentada em valores como o cuidado ao ser humano e uma sociedade mais justa. Na primeira, há pensamentos e práticas que visam o cuidado em liberdade; na segunda, uma proposta econômica, de trabalho e de comércio que pretendem alcançar o direito à justiça social.

A discussão empreendida nesse subitem não desdiz que a Ecosol contribui com a Saúde Mental, mas aponta para o problema de que talvez já esteja instituído que as oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental sejam feitas no formato da Ecosol. Trata-se de um problema pouco discutido em trabalhos científicos. Como já advertido ao leitor em outros momentos, não há aqui intenção de dar respostas. O que há, certamente, é a oportunidade de lançar perguntas com o interesse de provocar reflexões.

A maioria das oficinas que conheci, pessoalmente ou através de leituras, atua na perspectiva da Ecosol e se identifica como empreendimentos econômicos solidários. A questão que se impõe é: haveria mesmo uma preferência das oficinas pela Ecosol, ou se trataria de um desenho pré-estabelecido e que nem sempre é questionado?

Um levantamento bibliográfico feito entre janeiro e fevereiro de 2020 nos sítios do *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), da Biblioteca Virtual em Saúde ¹⁷⁵ e do Google Acadêmico ¹⁷⁶, usando os descritores “oficina trabalho

¹⁷⁵ O SciELO e a BVS são duas reconhecidas plataformas de base de dados para busca de literatura científica nas ciências humanas e da saúde. A BVS é um sistema de informação que

renda saúde mental”, permitiu encontrar 41 artigos. Destes, selecionei 33 que têm como foco a geração de trabalho e renda para usuários da Saúde Mental.

Dos selecionados, 11 tratam especificamente de oficinas que operam na perspectiva da Ecosol (ALVAREZ; NEVES; SILVA, 2017; ANDRADE *et al.*, 2016; ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; ANTUNES, 2016; GALVES *et al.*, 2016; LUIZ; LEAL; GALLETTI, 2018; LUSSI; MORATO, 2012; HAHN, 2011; LUSSI; SHIRAMISO, 2013; RODRIGUES; YASUI, 2016; VOLZ *et al.*, 2015).

Outros 4 artigos tratam especificamente de cooperativas que também são baseadas na Ecosol (PEDROSA *et al.*, 2012; ESTEVAM; SALES, 2016; LUSSI; MATSUKURA; HAHN, 2011; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016).

Há 1 artigo que trata tanto de oficinas, quanto de cooperativas baseadas na Ecosol (LUSSI; PEREIRA, 2013).

Ainda, há outros 7 textos que abordam experiências de Economia Solidária na Saúde Mental, mas em lugares que não se denominam como “oficinas” ou “cooperativas”. Os relatos são sobre um projeto para a geração de trabalho e renda (CAMPOS *et al.*, 2015), um grupo de geração de trabalho e renda de uma Organização Não Governamental (FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015), um empreendimento solidário de um CAPS (FILIZOLA *et al.*, 2011), o Núcleo de Trabalho do Programa de Saúde Mental de Santos entre 1989 e 1996 (KINKER, 2009), uma iniciativa de geração de trabalho e renda (MORATO; LUSSI, 2015), uma Associação de trabalho e produção (RODRIGUES; MARINHO; AMORIM, 2010) e empreendimentos solidários vinculados à Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (SILVA; LUSSI, 2010).

Por fim, há 4 estudos teóricos referentes à parceria entre a Saúde Mental e a Ecosol: um sobre o problema do trabalho para o louco (ANDRADE *et al.*, 2013), outro acerca da empresa social e das cooperativas integradas

condensa em sua busca, entre outros, a BIREME (“Biblioteca Regional de Medicina” do “Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde” da OPAS- Organização Pan-Americana de Saúde), a MEDLINE (“*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*”) e a Lilacs (“Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde”).

¹⁷⁶ Embora não seja uma base de dados reconhecida no meio científico, o Google Acadêmico também pôde colaborar com a busca de artigos.

(LUSSI; PEREIRA, 2011) e dois documentais sobre legislações de políticas públicas para essa área (SANTIAGO; YASUI, 2015; SANTIAGO, YASUI, 2020).

Dos 31 textos encontrados, portanto, apenas 6 discutem o tema da geração de trabalho e renda na Saúde Mental sem fazer alusão à Economia Solidária. O primeiro trata da proposta laboral nas oficinas terapêuticas para refletir sobre a importância do ócio (ALBERTI; COSTA; MOREIRA, 2011). O segundo traz experiências do PACTO (Programa Composições Artísticas e Terapia Ocupacional), entre 2002 e 2008, que pretendeu lidar com questões como a comercialização de objetos artesanais feitos com intencionalidade artística (CASTRO *et al.*, 2013). O terceiro é sobre como os familiares compreendem uma oficina de reciclagem num CAPS (KANTORSKI *et al.*, 2009). O quarto trata do Projeto Copiadora do CAPS Luis Cerqueira, cuja coleta de dados foi feita entre dezembro de 1995 e janeiro de 1996 (SILVA; FONSECA, 2002), momento em que a Saúde Mental ainda não havia se aproximado da Ecosol. O quinto e o sexto tratam, respectivamente, sobre a importância da superação da ideia social de que pessoas com transtornos mentais graves – denominação dada pelo autor – não podem trabalhar (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2006a) e sobre uma experiência da realização de bazar num CAPS (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2006b).

Alguns dos 6 últimos artigos provavelmente não se reportam à Economia Solidária porque são anteriores à disseminação da parceria “Ecosol e Saúde Mental”.

Duas suposições podem advir dessa busca: ou a produção científica se interessa mais por oficinas que funcionam baseadas nos princípios da Ecosol, ou os pesquisadores não encontraram oficinas que funcionam em outro formato. Parece-me mais certo apostar na segunda hipótese e é daí que parte o questionamento sobre a provável homogeneidade de oficinas na Saúde Mental, atuando na perspectiva da Ecosol.

Algumas vezes, quando colegas de profissão – ou não – conversam comigo sobre as oficinas, seja pela curiosidade de conhecê-las, para acompanhar minha pesquisa de doutorado, para se inspirarem na

implementação ou para refletirem sobre a condução de alguma que já exista, a tônica da prosa jamais interroga a dobradinha “oficina” e “Ecosol”. Parte-se do pressuposto de que essas instâncias coexistem *a priori*, como se fossem uma só instância, e na insolubilidade delas

Provavelmente, a discussão ressoará muito pouco – se é que ressoará – nos equipamentos pesquisados, pois escolhi três experiências exitosas, independente de quaisquer conjunturas políticas, econômicas e sociais do passado e do presente. O propósito maior é tentar inspirar pensamentos sobre algo que tem me intrigado nos últimos tempos e também para que as oficinas que ainda serão criadas – e eu desejo que sejam muitas – possam ter a escolha de participar ou não da proposta da Ecosol.

Houve uma fala de uma técnica, durante os encontros realizados em 2018 e que estão registrados na quarta parte desta tese, sobre a relevância de as oficinas “flertarem com o capitalismo”. Ela me provocou a pensar sobre o tal “flerte” como uma aproximação, uma relação, um olhar de uma à outra. Basta conhecer um pouco das oficinas pesquisadas para saber que seus produtos são comercializados, em grande parte, em eventos, feiras, encomendas do pautados no capitalismo. Então, por que o pudor em admitir que a relação é necessária, e até mesmo que as oficinas se localizam num dos muitos planos de uma sociedade majoritariamente capitalista?

As oficinas, obviamente, não pactuam com as segregações, marginalizações, desigualdades, enfim, tantas violências impostas pelo capitalismo. É até um tanto irrelevante fazer essa afirmação. Mas, talvez a aproximação com o capitalismo hegemônico ainda esteja sendo pouco estudada. Já participei de inúmeras feiras de comércio justo e solidário da Ecosol em que poucos produtos das oficinas foram vendidos e já presenciei projetos potentes irem à bancarrota por insistirem que a base de comercialização de seus produtos seria feita exclusivamente na perspectiva da Ecosol. Se o que se quer é efetivamente gerar renda, é preciso abertura para refletir sobre o problema.

Não à toa escolhi, para minha pesquisa, três projetos exitosos que produzem a partir das premissas da Ecosol, inspirados na perspectiva cooperativista e que, quando partem para vender seus produtos, o fazem “de igual para igual” com outros produtos no comércio predominantemente capitalista. Para alcançar a sustentabilidade dos projetos, é urgente pensar em todas as etapas de uma oficina, incluindo a lida com o dinheiro.

Não seria um tanto curioso que o lugar de trabalho que se oferta ao louco seja, também e ainda, o lugar “contra hegemônico” da Economia Solidária? E que o louco continue à margem da economia predominante? Trata-se de um problema a ser pensado.

Claro é que as relações produzidas pelo capitalismo nem sempre são saudáveis nem aos mais, nem aos menos loucos. Como tratado no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, a predominância do trabalho que garante a sobrevivência do corpo e que se sobrepõe à responsabilidade política pelo mundo produz um modo de existência contaminado pelo consumo voraz – de coisas, de pessoas, do planeta –, o que culmina na alienação do homem sobre o mundo comum.

Mas, será que apartar o louco dessa realidade – repito, catastrófica para a humanidade – não seria, novamente, apartá-lo do mundo? Porque não crer na potência do louco para que, participando desse cenário, abram brechas que possibilitem criar outros mundos?

Não aceito a resposta de que a oficina na perspectiva da Ecosol já seja, ela mesma, a brecha. Brechas não são dadas *a priori*: elas são encontradas nas frestas do que se pretende superar, inventadas nas pequenas rachaduras entre um ponto de tensão e outro, em fissuras que envolvem questionamentos, críticas, disputas, emergências de singularidades dispostas a parcerias e a rompimentos.

Sim, é um contrassenso de difícil resolução. A Saúde Mental amplia suas possibilidades de cuidado quando se une à Ecosol, ao passo que é inegável que a estável institucionalidade dessa relação pode trazer alguns problemas.

Lanço a questão apenas por questionar que uma oficina já deva “nascer” com a marca da Ecosol. Afinal, a perspectiva da Economia Solidária não me parece ter se configurado como “uma” das muitas possibilidades para as oficinas, mas como a “única” delas. Do mesmo modo, a inspiração cooperativista não parece ser um formato “possível” para as oficinas, mas “exclusivo”.

Optar ou não pela Ecosol deveria ser processual, de acordo com o perfil dos participantes, do território, do que se quer produzir para vender, durante o processo de constituição de um grupo. Faço as ponderações porque olhar de modo plural para todas as faces de um mesmo problema é tarefa ética de qualquer pesquisador que tenha a ciência em alta conta.

A seguir, abordarei um dos muitos problemas que experimentei quando coordenei oficinas, e que pode elucidar a ambiguidade de que trato. Trata-se da hierarquia, dos diferentes espaços que cada um de nós ocupávamos, da afirmação das diferenças de cada participante e de alguns de seus efeitos.

Equidade, trabalho menor, obra

*Não tem um, tem dois,
Não tem dois, tem três,
Não tem lei, tem leis,
Não tem vez, tem vezes,
Não tem deus, tem deuses.
Não há sol a sós.
(Araldo Antunes) ¹⁷⁷*

Os grupos de trabalho consultados para a presente pesquisa têm particularidades que talvez não se encontrem em outros lugares de inspiração cooperativista fora do escopo da Saúde Mental. Nota: tenho preferido ajustar as terminologias e pensar em “inspiração cooperativista” porque, embora as

¹⁷⁷ ANTUNES, A. Inclassificáveis. In: _____. *O silêncio*. Rio de Janeiro: BMG, 1996. Disco compacto digital, faixa 6.

oficinas estudadas não sejam administrativamente cooperativas tradicionais, elas funcionam orientadas por esse modelo, sendo lugares onde a proposta colaborativa de trabalho é valorizada para que se minimizem ou se superem relações de trabalho competitivas e excludentes.

Claro é que nem toda cooperativa tem propósitos colaborativos. Cada uma tem sua própria intenção, desde evitar encargos trabalhistas, fortalecer grandes conglomerados empresariais para alcançar certas fatias de mercado, livrar a empresa de alguns impostos, entre outros. Aqui, as reflexões partem de modelos diferentes dessas.

A questão a ser pensada nesse subitem diz respeito à tomada horizontal de decisões entre os participantes da oficina. O problema da hierarquia e das relações pretensamente horizontais me desassossegava quando coordenei oficinas, pois nem sempre sabíamos como colocá-la em prática sem que, com isso, negássemos as diferenças tão salutares entre os participantes. Afinal, se há algo inegociável para a Reforma Psiquiátrica, é a afirmação do respeito pela diferença, de colocar em evidência a alteridade louca.

Retorno ao texto freudiano “Psicologia das massas e análise do eu”, do ano de 1921, já abordado no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, para pensar sobre a liderança e seus impactos nas relações grupais. Para ele,

[...] a exigência de igualdade num grupo aplica-se apenas aos membros e não ao líder. Todos os membros devem ser iguais uns aos outros, mas todos querem ser dirigidos por uma só pessoa. Muitos iguais, que podem identificar-se uns com os outros, e uma pessoa isolada, superior a todos eles: essa é a situação que vemos realizada nos grupos capazes de subsistir (FREUD, 1996, p. 131).

Se o grupo precisaria de uma figura de liderança para se constituir, como operar a derrocada do papel do líder num lugar com inspirações cooperativistas, considerando que, supostamente, ele seria um empecilho num lugar que requer que todos os seus participantes tenham o mesmo grau de importância nas decisões?

Outro problema decorrente desse me inquietava: como garantir a igualdade de poder decisório quando, além da diferença entre os papéis desempenhados pelos oficinairos, havia também uma espécie de “hierarquia” entre coordenador, monitor e oficinairos, naquela forma de organizar o trabalho?

À época, as reflexões eram muitas e complexas. Parecia-me que um dos impedimentos para que houvesse uma espécie de “nivelamento” entre os membros do grupo era o dinheiro que circulava. Era desafio cotidiano pretender uma paridade entre oficinairos, coordenadores e monitores quando os dois últimos não tinham seus rendimentos da mesma fonte que o primeiro, pois eram contratados pelo regime de “Consolidação de Leis do Trabalho”, também conhecido como “carteira assinada”. Por um lado, havia o reconhecimento de que postos de trabalho diferentes mereciam diferentes remunerações; por outro, uma tensão para equalizar o problema das decisões serem tomadas democraticamente entre pessoas remuneradas diferentemente. Para embarçar ainda mais, cabia ao coordenador orientar as finanças da oficina.

Faço uma observação acerca das atribuições do monitor e do coordenador. Na Casa das Oficinas e no NOT, “coordenador” é o profissional de nível superior (psicólogo, terapeuta ocupacional ou nutricionista) contratado para conduzir a oficina administrativamente e em relação ao cuidado em saúde com o oficinairo. “Monitor” é o profissional de nível médio que detém o domínio da técnica a ser empregada na confecção dos bens e serviços a serem comercializados, dispendendo também cuidado em saúde ao oficinairo. Já na Arte e Convívio, ambas as funções se fundem na figura do coordenador, que é um profissional de nível superior.

Luiz (2017) define as tarefas do coordenador de oficina no NOT, e que parece ser bastante próxima do que se realiza também nos outros dois equipamentos pesquisados, como:

Acompanhar o grupo da oficina em todas as atividades como facilitadores dos processos de gestão, produção e do cuidado em saúde. Inclui realização das triagens, acolhimento, cuidado e manejo com os oficinairos. Compartilhamento dos casos com

a rede de saúde mental e rede de apoio dosicineiros. Responsabilidade pela parte administrativa da oficina- compra de material, orçamentos, pesquisa de mercado, calculo de valor dos produtos, da bolsa oficina, estratégias de venda, organização da produção, planejamento das atividades, entre outras atividades (LUIZ, 2017, p. 41).

Sobre o monitor, ele deve

Ensinar e auxiliar os oficineiros em todo o processo de aprendizado da confecção dos produtos e organização da produção na oficina. Além de parceiro do coordenador nas atividades de gestão e administração da oficina, acolhimento e cuidado em saúde dos oficineiros (LUIZ, 2017, p. 41).

Coordenador, monitor e oficineiro, portanto, exerciam diferentes ofícios e recebiam remunerações diferentes entre si. A indagação girava em torno de como nivelar o poder decisório sobre as questões da oficina entre pessoas com funções diferentes e que tem fonte de renda diferente (salário e bolsa). Não questiono se isso é ou não possível, pois parto do princípio que necessariamente tem que ser possível. A questão era: como fazê-lo?

Afirmar as diferenças do louco é tarefa ética da Reforma. Esse era o motivo pelo qual seria preciso abdicar da proposta de que uma unidade grupal estaria acima da proclamação do sujeito. Participar de um grupo, é óbvio, traz a possibilidade se isentar de fazer escolhas, e até mesmo de pensar criticamente, já que há um líder que o faz. Uma “bandeira”, “time de futebol”, “partido político”, “ideologia” é reconfortante, pois aprova que se abdique ao exercício fundamentalmente solitário de pensar e autoriza seus membros a não decidirem sobre algo. Afinal, a ideia que os une já seria tão suficientemente forte, que permitiria que eles apenas cumpram – quase que burocraticamente – seus afazeres. Daí advém o risco do apagamento do sujeito em favor da integração do grupo.

Tudo isso me levava a pensar que eu deveria, no papel de coordenadora, desencorajar certa ideia de uniformidade grupal como pensou Freud em suas análises sobre uma psicologia de grupos (FREUD, 1996). Minhas investidas eram no sentido de propiciar um clima em que houvesse uma equivalência relativa entre todos, para que fosse construído um mesmo

plano de oficina, mas sem que se refutassem as categorias “oficineiro” e “técnico” e partindo de lugares e atuações diferentes.

Uma pista na qual eu me amparava era de que não se constrói um coletivo se já estão dadas a ideia unificante e se já estão instituídos os lugares que cada um ocupa num grupo. Então, a coletividade era refeita a cada entrada de um novo integrante. O que era bastante cansativo, confesso.

Frequentemente, eu me retirava de um suposto lugar de liderança para que algumicineiro assumisse o papel, de modo que a transição desse lugar responsabilizasse osicineiros por decisões que afetariam a todos. O que me guiava era o horizonte de que ali deveriam ser geradas saúde e renda. De resto, eu deixava que a surpresa dos encontros em cada dia de trabalho conduzissem o grupo.

Por um tempo, matutei se o que eu tentava fazer era algo inspirado na equidade em saúde. “Estou viajando muito?”, eu me perguntava. Uai, é possível. Acompanhe-me: se a oficina é um campo em que a singularidade é valorizada, um suposto discurso de igualdade entre seus membros precisaria ser questionado. Para dissolver qualquer confusão entre a promoção da igualdade dos participantes e a afirmação de suas alteridades, eu tomava a equidade como inspiração norteadora para que houvesse, por exemplo, paridade na tomada de decisões, ao mesmo tempo em que um ou outroicineiro assumia o papel de liderança. Uma bagunça, eu sei. E também reconheço que não conheci nenhuma oficina que operasse dessa forma. Mas, no tempo em que estive lá, a experiência teve alguns efeitos interessantes que, garanto, abriram portas para que osicineiros se reconhecessem potentes em suas diferenças.

Junto à integralidade e à universalidade, a “equidade” forma a tríade de princípios doutrinários do SUS. Em poucas palavras, o conceito propõe que a atenção a necessidades diferentes de diferentes sujeitos seja feita de modo e com recursos diferentes. Todas as pessoas têm direito aos serviços prestados pelo SUS, então pode parecer um tanto estranho afirmar que deva haver certa “desigualdade” em suas ofertas. Mas, a equidade se faz fundamental pela

importância da assertividade do cuidado e pelo bom uso e otimização dos recursos. Por exemplo, um sujeito que precisa de um cuidado que é ofertado pela Atenção Básica deverá ter seu direito garantido, assim como um sujeito que precisa de atendimento na Atenção Básica e também a participação em oficinas deverá tê-los. Cada usuário do SUS deve ter reconhecidas suas diferenças e receber o cuidado na justa medida do que necessita e pelos procedimentos específicos para seu caso, não devendo ser ofertado nem mais, nem menos do que isso (BARROS; SOUSA, 2016; ESCOREL, 2009, VIEIRA-SILVA; ALMEIDA FILHO, 2009).

Ao usar metaforicamente o conceito de equidade para que ele inspirasse a dinâmica do grupo, eu reconhecia que a gramática da oficina seria feita por sujeitos diferentes entre si e que poderiam, sem abrir mão de suas diferenças, contribuir desarmonicamente na constituição de um grupo forte e coeso. Cada um tinha garantido seu singular direito de ser quem era e de receber os cuidados em saúde específicos para seu caso, ao mesmo tempo em que contribuiria, à sua maneira, no exercício do trabalho.

Era uma dinâmica confusa, às vezes. A aposta era de que seria mais interessante guiar o grupo pela loucura de cada um, do que me empenhar em tornar osicineiros “normóticos”, termo comum entre os atores da Reforma Psiquiátrica para problematizar as relações ditas “normais”. Se fosse para enquadrá-los num regime de trabalho neurótico, melhor seria que trabalhassem em outros lugares.

Além de tentar desestabilizar um jogo de relações marcado por lugares pré-estabelecidos de coordenadora, monitor,icineiros, outra maneira de reconhecer as diferenças de cada um era valorizando as marcas produzidas pelas mãos que fabricavam as peças¹⁷⁸ a serem comercializadas.

Como o *homo faber* tratado por Arendt (2010), oicineiro é um fabricante de suas obras. Pela transformação da natureza bruta em manufatura, ele contribui na construção de artefatos que compõem um mundo

¹⁷⁸ Embora aqui eu trate de “peças”, porque pensarei sobre os artesanatos, é importante registrar que nas oficinas pesquisadas também havia os “serviços” dos produtos alimentícios e de horta, jardim e construção civil.

artificial e permanente de coisas. E a oficina, lugar de trocas relacionais entre os participantes e instância produzida coletivamente, é também um espaço da ação política de que tratou a pensadora. A oficina é um lugar de produção de um mundo comum, de pertencimento a uma sociedade da qual o louco foi historicamente alijado.

No cotidiano da oficina, o fazer do artesão era complexo. Nem sempre era possível atribuir a ele total originalidade na fabricação de uma peça, já que ela quase sempre partia de projetos anteriormente dados, que obedeciam a certa padronização e ao pedido do cliente. Afinal, ela precisava ser original, vendável, passível de enfrentar a concorrência e capaz de gerar renda. Havia criação de novos produtos, especialmente porque o mercado demandava, mas ela não era diária, tampouco constante.

Entretanto, embora nem sempre a concepção da peça fosse do oficinheiro, havia alguma inventividade envolvida no processo de feitura artesanal. O sujeito deixava suas marcas singulares quando provocava rastros de si nos pequenos e sutis toques dados intencionalmente ou não durante a fabricação.

Quando, por exemplo, um oficinheiro se destacava em alguma etapa do fazer, ou apresentava dificuldade em outra, ou expressava algo sobre seu momento de vida durante fabricação, ele imprimia um caráter autoral naquilo que, a princípio, seria repetição. Um vitral com cores mais vivas, um mosaico com texturas menos suaves, um feijão com arroz mais temperado, uma madeira irregular, cada uma das produções era única e guardava a assinatura de quem a fez.

A peça era o produto tangível de um processo de trabalho singular que pretendia funcionar como dispositivo de subjetivação de uma existência mais saudável. O cotidiano de trabalho afirmava a capacidade produtiva de pessoas que foram desacreditadas ao longo dos dois últimos séculos. Nesse período, a produção dos loucos foi perdida no nível de desimportância dos manicômios, quando seus corpos e discursos foram trancafiados e taxados de “inúteis” e

“perigosos”. Aliás, não é curioso e paradoxal que algo sem utilidade possa representar um perigo?

Não raro os processos de trabalho na oficina inspiravam a vida do oficinheiro de forma mais ampla. Afinal, se havia na peça alguns rastros e impressões de quem a fazia, por que não expandir a possibilidade de se singularizar em outras circunstâncias? Os oficinheiros contavam sobre mudanças de postura em suas relações, sobre sonhos já conquistados e outros futuros sonhos, sobre a conquista do respeito que todo ser humano quer e merece.

Inspirada no conceito de “literatura menor” criado por Gilles Deleuze e Felix Guattari sobre o conjunto das obras de Franz Kafka ¹⁷⁹ (DELEUZE; GUATTARI, 1977), penso que o trabalho dos oficinheiros seja uma espécie de “trabalho menor”. Para os autores, Kafka foi um escritor que, do lugar de uma minoria, usou uma língua “maior” – a que era amplamente falada e escrita por todos – para construir sua própria linguagem, com particularidades que só se aplicavam à sua literatura. Ele promoveu um

[...] deslocamento provocado por uma descaracterização cultural, em função do espaço e da língua, operada por grupos ou subgrupos étnicos, raciais ou culturais que, em dado momento histórico, acham-se submetidos a um processo de marginalização. Construir a consciência de minoria é desviar do padrão, extrapolar o critério de medida já conhecido. É criar o novo, em que impera a ausência de talentos, de cânones ou de qualquer tradição balizadora com a qual o escritor tenha de dialogar (BATALHA, 2013).

Partindo dessa ideia, os autores afirmaram que a capacidade de criação é potência do homem comum e não prerrogativa de gênios, tampouco de artistas. Quando Kafka morreu, ele era esse homem comum, sem ter vendido mais do que duas centenas de exemplares de seus livros, e sem o reconhecimento que hoje lhe prestam. Embora, como contou Arendt,

[...] seus amigos literários e os poucos leitores que haviam topado quase acidentalmente com suas pequenas peças de

¹⁷⁹ Franz Kafka (1883-1924), nascido em Praga, foi um escritor que usou de maneira inovadora e particular a língua alemã, com variações próprias do Império Austro-Húngaro dominante à época, para produzir sua literatura.

prosa (nenhuma das novelas fora ainda publicada) sabiam, além de qualquer dúvida, que ele era um dos mestres da prosa moderna (ARENDR, 1968, p. 113).

O oficinairo, sendo esse homem comum de que tratam Guattari e Deleuze, criaria seu modo de trabalho singular, tomando para si o trabalho majoritário, que é um dos valores estruturantes da sociedade no presente, e transformando em trabalho menor, ou seja, em uma experiência de criação de um modo de trabalhar próprio e que faz sentido a ele. O trabalho menor funcionaria como a literatura menor, pois “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p.25).

Para dar passagem a esse “trabalho menor”, a oficina deve ser lugar que propicie e acolha as criações. Não seria a oficina que definiria o perfil do trabalhador, mas cada trabalhador, em sua diferença, quem desenharia como seria a oficina, o que seria produzido, como seria comercializado, enfim, todas as regras do jogo. Vem daí minha insistência cotidiana, descrita anteriormente, em fazer valer a singularidade de cada oficinairo, mesmo que isso abalasse a unidade do grupo.

Outra forma de afirmar a diferença, junto à torção no conceito de equidade, às marcas autorais nas peças artesanais e ao “trabalho menor”, seria lidar com o problema da comercialização dos produtos. O propósito de produzir algo vendável – no sentido de ser útil, bonito e feito com esmero – quase sempre dava o tom do que se fazia. No entanto, havia situações em que o oficinairo tinha dificuldade em vender, porque reconhecia ali uma parte de si da qual não queria se desfazer. Uma obra, enfim.

Um relato pertinente sobre essa situação não tão incomum nas oficinas foi dado por Alberti, Costa e Moreira (2011), quando as autoras defenderam que o processo do que elas nomearam de “inclusão social” não deveria estar relacionado à aceitação de um produto pelo mercado:

Sabemos que a inclusão do objeto não é a inclusão do sujeito. Vale aqui um exemplo de um usuário de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que pintava belíssimas mandalas, ou as fazia com jornal e depois as tecia com tantas cores e formas

que ficavam grandes e belas. Cada vez que suas mandalas eram vendidas, ele sucumbia a uma crise. Ele não entendia como podia reduzir toda aquela mandala a algumas cédulas de dinheiro com as quais ele não tinha a menor relação. O que ele almejava era ver nos olhos do outro o *reconhecimento de sua obra*, mas não as queria no campo mercadológico. O valor de troca para ele desqualificava sua obra (ALBERTI, COSTA, MOREIRA, 2011, p. 504, grifos meus).

Nem sempre é possível comercializar algo que guarda um valor além do monetário. Isso envolve um exercício de sensibilidade para que se perceba que talvez não haja preço em dinheiro para aquilo que foi investido de desejo. O que fazer? Não há resposta pronta. A discussão coletiva sobre que medida adotar é sempre a melhor escolha. Embora a geração de renda fosse a tônica, todo debate que gerenciei e que tinha esse teor culminaram na resposta unânime: se ele não quer vender, não deve vender. *Punto e basta!*¹⁸⁰ E eu sempre terminava o dia pensando que a loucura do mundo do trabalho fora das oficinas era muito mais desgastante, tensa, produtora de sofrimento do que a loucura das oficinas.

Afirmção da clínica para produzir saúde

Respondi que eu gostaria mesmo era de poder um dia afinal escrever uma história que começasse assim: “Era uma vez...”. Para crianças? Perguntaram. Não, para adultos mesmo, respondi já distraída, ocupada em me lembrar de minhas primeiras histórias aos sete anos, todas começando com “era uma vez”.

*(Clarice Lispector)*¹⁸¹

Afirmar as diferenças de cadaicineiro e estar atenta para que caminhássemos em direção ao horizonte da geração de renda e do cuidado em

¹⁸⁰ Expressão italiana que marca o fim de uma discussão.

¹⁸¹ LISPECTOR, C. Ainda impossível. In: _____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1999, p. 406.

saúde era o que configurava o cotidiano de trabalho nas oficinas. Como se caminharía, em que intensidade, em qual sentido, tudo sempre era uma surpresa a cada dia. Minhas memórias e aprendizagens são muitas e sou grata a cada oficinheiro e técnico que me ensinaram que loucura e trabalho são trilhas que se encontram para compor a longa estrada da saúde.

No último trecho do presente ensaio, pensarei o trabalho como possibilidade de produzir cuidado em saúde e a clínica como instância que dá suporte ao processo.

Esse não é um exercício de pensamento que agradaria a todos nas oficinas. Os técnicos dos três equipamentos pesquisados foram heterogêneos em suas opiniões. Para alguns poucos, o trabalho serviria exclusivamente à geração de produto ou serviço a ser comercializado, se configurando como somente lugares de artesanatos, culinária, construção civil e agrícola, como os que se fazem fora do âmbito da Saúde Mental. Eles distinguiram “espaço de tratamento” (que, no caso, são traduzidos por eles mesmos como sendo os CAPS, hospital dia, centros de saúde e profissionais liberais) e “espaço de trabalho”, como citados por eles próprios. Felizmente, a maioria reconhece a oficina como lugar onde trabalho e saúde se encontram.

Se a oficina fosse apenas de trabalho, qual seria a importância de ter coordenadores nutricionistas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e psicólogos afeitos à Saúde Mental e que escolheram estar ali pelo interesse em atuar na área e, até mesmo, com formação específica nela? E qual seria a importância de ter monitores que detêm o domínio sobre a técnica empregada para a feitura do bem ou serviço e que necessariamente também tenham perfil e disponibilidade para lidar com a loucura? Enfim, por qual motivo há resistência em assumir que o que se faz também é do universo da saúde?

Há quem coloque a questão no âmbito do “terapêutico”, algo que gera desconforto em algumas pessoas. É um termo controverso provavelmente porque sugere intervenções com finalidade de “cura”. Mas, ele esteve presente em narrativas de oficinheiros e técnicos durante nossos encontros, além de ser debatido por alguns autores, como, por exemplo, Costa e Figueiredo (2008),

que indagam: “[...] como sustentar a geração de renda sem prejudicar o bom andamento da função terapêutica das oficinas?” (COSTA, FIGUEIREDO, 2008, p. 9).

Luiz (2017), em sua dissertação que teve como campo de pesquisa o Núcleo de Oficinas e Trabalho, também escutou o termo “terapêutico” por parte dos oficinairos durante a coleta de dados. Para ela, “[...] tomar a oficina como terapia e fonte de renda não são experiências que se excluem” (LUIZ, op. cit., p. 76).

De sua pesquisa, vale um destaque também de alguns sentidos que os oficinairos atribuíram às suas práticas de trabalho: diminuir a ociosidade e desânimo, ganho de habilidade, melhorar as relações familiares, não ficar parado, melhorar a mente, trabalho menos competitivo e estressante que outros desenvolvidos anteriormente, desenvolver autonomia, superação do adoecimento e estigma, entre outros (LUIZ, 2017). Sentidos, aliás, muito mais próximos da saúde do que do trabalho.

A linha de raciocínio da autora parte de uma pista indicada pelos próprios sujeitos. Para os oficinairos, quando o ganho financeiro obtido com as bolsas é insuficiente, eles conseguem permanecer nas oficinas porque também recebem algum benefício previdenciário ou social, como, por exemplo, o auxílio doença. “Neste caso então, a oficina é vivida como “terapia”, mas o recurso que o permite usufruir dessa terapia é o suporte social” (LUIZ, op. cit., p. 76). Disso, ela deduz que

Vários sentidos são atribuídos ao trabalho dentro da oficina, o sentido terapêutico ganha destaque principalmente quando o ganho financeiro torna-se baixo e o valor das trocas entre o grupo, o sentir-se melhor, diminuição da ociosidade, aparecem como justificativas para a participação na oficina. O sentido das oficinas como espaço de trabalho aumenta conforme [...] o valor da bolsa torna-se mais substancial, quando precisam dar conta de um pedido grande. Neste caso fica evidente a potência dessa atividade no enfrentamento do estigma. A ideia de trabalho e terapia se misturam, dando sentido para a participação na oficina no cotidiano do trabalho (LUIZ, op.cit., p. 78).

A harmonização entre “sentido terapêutico” e “ganho financeiro”, como tratado pela autora, não é mesmo fácil. Algumas vezes, tanto durante os encontros com osicineiros e técnicos para dialogar sobre esta pesquisa, quanto no período em que atuei nas oficinas, percebi que pairava no ar certo constrangimento sobre isso, como se admitir que ali também se produzia cuidado em saúde diminuísse o valor do trabalho dosicineiros. E esse é o ponto.

A afirmação que o cuidado em saúde interessa tanto quanto a participação do louco no mundo do trabalho, como já escrito, não é consenso, embora a maioria concorde com ela. Ainda há quem negue a perspectiva da saúde, advogando que cuidado e trabalho não poderiam habitar o mesmo espaço. O que não é tão problemático, pois a pluralidade de ideias, é óbvio, enriquece o projeto. Uma postura reducionista sobre a oficina ser apenas lugar de trabalho é compreensível quando fundamentada na história das oficinas nos hospitais psiquiátricos, apresentada e questionada no início deste mesmo ensaio. Não há quem queira igualar a oficina a um duvidoso “tratamento” perversamente travestido de trabalho. Os que operam a tensão de afirmar que o trabalho deve ser a tônica da oficina não nos deixam esquecer a importância de superar qualquer vestígio de manicômio.

Dos oito anos em que trabalhei na Saúde Mental no SUS, minhas melhores lembranças da trajetória contra manicômios e a favor da saúde são as dos encontros com as pessoas. Pode até parecer uma colocação redundante, pois sou psicóloga e, geralmente, é o que se espera de alguém com a minha profissão. Sendo ou não redundante, parto do princípio que, na base de qualquer equipamento de saúde, há sujeitos com suas histórias de vida, tanto do lado de quem cuida, quanto do lado de quem é cuidado.

Sempre me interessei por contatos com pessoas e suas biografias. As disciplinas e cursos, para mim, tinham mais sentido se refletissem essa preferência. Protocolarmente, me empenhei em aprender tudo o que pude ao longo de minha formação estudantil – incluindo este momento do doutorado. Porém, eu gostava mais de aprender sobre estar com alguém e me dispor a cuidar.

Por acreditar na importância dos roteiros das vidas das pessoas quando elas me demandavam tratamento, a questão que eu me fazia diante de alguém era: como acessar respeitosamente essa história? Assim meu percurso profissional foi sendo desenhado: escutando sujeitos, pensando e praticando intervenções, refletindo sobre dinâmicas institucionais, compreendendo o sistema de saúde, reafirmando o compromisso ético de cuidar em liberdade.

O nome que dou a isso é: “clínica”. Com algumas objeções, evidentemente, pois o exercício de clinicar não é simplesmente acessar biografias e partir delas para compor o cuidado em saúde. Fazer clínica é complexo e envolve muitas forças. Mas, seguramente, começa com a escuta de histórias de vida.

Ao longo do tempo em que estive no SUS, não foi difícil perceber a resistência que parece haver, entre alguns profissionais de saúde, a respeito do nome “clínica”. Onocko-Campos (2001) ensina que a clínica, no que ela chama de “serviços de saúde”, é “palavra negada”, pois ainda é identificada como algo tradicionalmente relegado aos espaços fechados dos médicos, psicólogos, psicoterapeutas e psicanalistas.

A autora faz uma análise sobre essa negação e conclui, entre outros pontos, que o *setting* – ou seja, a configuração do espaço de tratamento – deve ser outro, que pouco ou nada lembra os tradicionais:

Tratar psicóticos, colocando a doença entre parênteses, fazendo advir uma clínica do sujeito, nos desafia a sermos capazes de mudar nosso setting. Nada contra o divã, mas temos certeza de que a clínica que almejamos para o serviço público não será construída somente em volta dele (ONOCKO-CAMPOS, 2001, p. 109).

Pode ser que uma espécie de aversão à clínica também seja explicada pela equivocada compreensão, como tratou a autora, de que ela deve estar circunscrita ao espaço do que seria classicamente um consultório de portas trancadas, onde se aplica técnicas de determinados núcleos profissionais na ação de consultar.

A ideia da clínica como o que se passa entre quatro paredes na relação entre terapeuta e paciente limita algo que pode ser maior e potente, tal como afirmou Yd (2006):

O colóquio terapeuta/ paciente, válido e necessário, acontece tanto dentro quanto fora do consultório, e se enriquece pelos encontros nas oficinas, nas assembleias, passeios e festas, que não são benesses dos serviços e de seus técnicos, para os usuários; mas locais de produção de sentidos que permitem ampliar a perspectiva do cuidado, envolvendo o sujeito que cuida e o que é cuidado, numa relação que aposta na possibilidade de todos vivermos na cidade, com nossas diferenças e habilidades (YD, 2006, p.56).

A relação clínica viria do encontro e disponibilidade entre “o sujeito que cuida e o que é cuidado” para além do consultório fechado, se estendendo às ações do equipamento de saúde e do território que a autora chama de “cidade”, entendido como o espaço do qual o louco foi historicamente apartado.

As noções de clínica e de sujeito não têm uma “essência” e nem existem deslocadas de determinado tempo e espaço. Elas são contingenciais, provisórias e impossíveis de serem definidas sem que se refira ao contexto social. Sobre isso, Delgado pensa que a clínica e o sujeito são “sempre “em relação a””: em relação aos outros, em relação ao momento concreto, em relação à situação histórica dada. Não existe essencialidade” (DELGADO, 2006, p. 60). O que não significa, obviamente, que se deva abdicar de referenciais teóricos, estudos, pesquisas, mas de localizar possíveis referências num dado momento histórico e em relação a certo sujeito e coletivo.

Alguns autores merecem ser lidos considerando o momento em que se expressaram, podendo ou não serem transpostos para determinada situação particular atual. Tomo sempre como exemplo Freud que, há mais de um século, tratou históricas na Europa, cujos fenômenos psíquicos pouco – ou mesmo nada – se produziram na atualidade. A associação livre, método psicanalítico por excelência, ainda permanece. Mas, é preciso que se entenda que nossos tempos são outros, os sintomas são outros e até mesmo o modelo

de consultório é outro. Os atendimentos *online* praticados na pandemia em curso estão aí para provar que a escuta clínica se reinventa a todo o momento.

Ser louco hoje não é o mesmo que ser louco há alguns anos. Parece um apontamento redundante, mas não é, pois ele reafirma que o abandono da busca pela essencialidade do sujeito e da clínica permite que esses conceitos sejam frequentemente atualizados.

Há um engano, segundo Leal (2008), que sustenta, em parte, a negação da clínica nas oficinas, quando se diz sobre ações do que ela chama de “reabilitação pelo trabalho” configurarem a fase final ou, ainda, posterior ao tratamento. Sobre isso, Luiz (2017), escutando as narrativas de oficinairos no NOT em sua pesquisa, confirmou que “a oficina surge como algo a ser indicado quando se está melhor e como uma etapa de diminuição da frequência de acompanhamento no CAPS” (LUIZ, 2017, p. 74).

Fica fácil constatar que aí está uma das tensões no debate sobre as oficinas como dispositivos clínicos. Leal (2008) escreve que, baseado nesse mal-entendido, é comum que se pense que pacientes em “quadro agudo”, para usar um termo seu, não possam participar das oficinas. O problema, para a autora, é que, na Saúde Mental, costuma-se partir da premissa de que o cuidado médico-psiquiátrico deveria ser o modelo hegemônico de tratamento, o que desconsideraria saberes produzidos por técnicos de outras áreas. Para ela, as consequências de

[...] considerar que as ações de inserção pelo trabalho não constituem tratamento é: a) compreender os sujeitos como definidos exclusivamente por seus aspectos biológicos; b) tomá-los como seres desconectados do mundo, alheios aos seus efeitos e igualmente incapazes de transformá-lo (LEAL, 2008, p.20).

Aliás, um parêntese: não é curioso que não haja médicos psiquiatras coordenando oficinas? Seria porque a remuneração não alcança o que um médico geralmente recebe pelo seu trabalho em outros lugares? Ou, seria porque, mesmo que alcançasse, a formação psiquiátrica não contempla a possibilidade de que se atue em campos que exijam que ele amplie seu saber-

fazer? Óbvio que não se deve projetar no outro – nessa circunstância, o médico – as resistências, embaraços e contradições de outras categorias profissionais, mas não pude deixar de registrar o devaneio.

Não é mesmo fácil pensar a clínica numa perspectiva tão colada simbolicamente ao saber médico e também aos saberes dos campos de conhecimento em que são graduados os coordenadores das oficinas. E esse, no meu entender, é um dos principais pontos no qual uma oficina deveria investir, pois praticar a clínica deve ser tão imperativo quanto fazer a gestão de um negócio.

Outro parêntese: os coordenadores das oficinas pesquisadas, que são psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas e terapeutas ocupacionais, também precisam exercitar alguma renúncia das bases teóricas de seus campos de saberes para gerenciar uma oficina que pretende gerar renda. Ter um certo perfil empreendedor ou, como frequentemente dito nas oficinas, o tal “tino para os negócios”, é fundamental para administrar a parte comercial.

Uma pista para esboçar o que pode ser essa clínica é refletir sobre a origem da clínica médica. Como ensinou Foucault (2003), ela nasceu no século XVIII, quando as especulações filosóficas e metafísicas sobre o humano exercidas há séculos foram substituídas pelo empirismo da ciência moderna. À época, inspirada pelo crescente desenvolvimento da botânica que nomeava e classificava plantas e animais, a medicina se interessou mais em descrever, nomear e classificar fenômenos corporais observáveis do que explicar a doença na totalidade do corpo, procurar sua causa e propor uma justa terapêutica. Com o avanço da anatomia patológica pela manipulação do corpo em necropsia e pelo uso do microscópio, os sinais e sintomas puderam ser relacionados aos órgãos adoecidos, e a doença, de certo modo, passou a ser mais importante que o corpo doente. Algo como se o foco fosse numa doença “desanexada” do corpo. Como escreveu Foucault, naquela época, “Quem desejar conhecer a doença deve subtrair o indivíduo com suas qualidades singulares” (FOUCAULT, 2003, p. 14).

A palavra “clínica” vem do grego *Kline*, cujo paralelo em português seria “leito” e que significa, em poucas palavras, algo como a ação de um médico a debruçar-se sobre o leito do paciente para observá-lo e examiná-lo, a partir de determinado método (FOUCAULT, 2003). O paciente, portanto, estaria numa condição passiva. Esse não é um modelo clínico que caiba tão bem à Saúde Mental, pois nela a dinâmica da relação entre paciente e cuidador é ativa, não pressupondo um sujeito “estático” a ser “observado”. É na relação entre o sujeito que cuida e o que é cuidado que as condutas serão pensadas e executadas.

Lancetti (2006) cunhou a feliz expressão “clínica peripatética” para descrever uma das práticas clínicas fora das configurações tradicionais de tratamento no consultório. A perspectiva envolveria disponibilidade ao encontro, escuta, intervenções no território, ampliando a área – tanto física quanto simbólica – da atuação clínica.

Sobre “território”, termo muito usado no linguajar da Saúde Mental, Delgado (2006) faz reflexões de sua intersecção com a clínica:

O território não nos garante nada. O território é um desamparo absoluto. Ele está fora daqueles lugares que nos asseguram o exercício da clínica naquelas tradições nas quais fomos formados: o consultório, o ambulatório, o hospital psiquiátrico, a emergência. O território é, ao mesmo tempo, aproveitando a lembrança inevitável do Guimarães Rosa, o território... “é o mundo”. Se o território é o mundo, se o território é o sertão, ele tem que ser apropriado permanentemente. Esta apropriação é a clínica. Esta apropriação não se dá como uma condição para a clínica. Ela é a clínica mesma. Porque é nesse lugar do território que construiremos o espaço, o lugar social da loucura (DELGADO, 2006, p. 61).

A apropriação do território como o lugar da clínica desconstrói qualquer legado de que a prática clínica se daria prioritariamente no consultório. Trata-se de cuidar de alguém no mundo, no lugar onde a loucura se apresenta, de desertar das quatro paredes de uma sala fechada, ou do divã referido por Onocko-Campos acima.

Há um bordão da Reforma Psiquiátrica italiana, dito por Franco Basaglia e adotado por nós, que corrobora as ideias discutidas: é preciso colocar a

doença entre parênteses e olhar para o sujeito. Tratei dele também no ensaio “Um olhar sobre a loucura”.

“Colocar a doença entre parênteses” é uma aposta que, a despeito do que possa parecer, não prescinde da clínica, mas a convoca no justo momento em que ela deve ser praticada. A clínica, no sentido do olhar técnico, não precisa se fazer presente todo o tempo e é desejável que seja assim. Do contrário, quão cansativo e improdutivo seria cuidar de alguém no território.

O bordão basagliano faz pensar que o objetivo do tratamento deveria ser a pessoa em sua totalidade, ou, como se costuma dizer no domínio da Saúde Coletiva, cuidar integralmente. Onocko-Campos reflete, ainda, que colocar a doença entre parênteses não significa negá-la, obviamente, pois ela não pode ser negligenciada (ONOCKO-CAMPOS, 2001).

O que pretendi problematizar até aqui é que a “clínica”, essa negada e, paradoxalmente, tão presente nos equipamentos de saúde, deveria ser assumida como parceira do “trabalho” nas oficinas. A tarefa não é fácil, pois implica disponibilidade para a construção de uma escuta afinada a um campo em que a produção de trabalho parece ser privilegiada.

A escuta, quando bem empregada, é a mais importante ferramenta de cuidado. Trata-se de um exercício de escuta que precisa ser amparado por alguma teoria, evidentemente, mas que não pode ficar restrito a ela. Isso porque escutar também é arte. Chego ao ápice da discussão: a reflexão sobre a arte do cuidado na Saúde Mental, ou, como conhecida no interior da história da medicina, a *ars curandi* – arte de curar, em latim.

Embora na Saúde Mental não se trate de “curar”, mas de “cuidar”, como já discutido ao longo do ensaio “Um olhar sobre a loucura”, a reflexão sobre a *ars curandi* serve, no contexto da presente discussão, apenas para fazer referência à “arte”.

Ainda que Canguilhem (2006) pense eminentemente sobre a medicina, a Saúde Mental de forma mais ampla também se beneficia de suas contribuições, e por isso trarei novamente suas ideias à baila, como fiz no

ensaio “Um olhar sobre a loucura”. Para ele, a atividade clínica na medicina se funda numa patologia física. Fazendo uma correspondência crítica, na Saúde Mental, a atividade clínica estaria baseada no pressuposto de que é preciso cuidar de um sofrimento para que se tenha uma vida com mais qualidade.

Para o autor, em uma bonita passagem, “[...] a medicina nos pareceria, e nos parece ainda, uma técnica ou arte situada na confluência de várias ciências, mais do que uma ciência propriamente dita” (CANGUILHEM, 2006, p. 6). Essa “técnica ou arte”, que está onde várias ciências convergem, tem como princípio a capacidade humana de criar. E criação, seja na medicina, na psicologia, na Saúde Mental ou em qualquer outro campo de saber e área de atuação, envolve disposição para o novo, abertura ao imprevisível, atos originais para responder a velhos problemas.

Também assim Arendt (2010) propôs: criar é exercício de natalidade, da potência humana de agir para fazer gerar e nascer a novidade. Como discutido no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, para ela, a presença humana no mundo se define pelo nascimento, embora tenhamos que lidar com a inquestionável fatalidade de que, um dia, morreremos. O fim do ser humano não é morrer, mas fazer nascer. E a potência artística advém dessa capacidade de criação.

Canguilhem (op.cit.) considera que ser saudável envolve a “técnica ou arte” que torna possível inventar novas normas para si, diante dos imperativos que a vida impõe. O patológico, ao contrário, seria uma capacidade reduzida de agir criativamente frente a esses mesmos imperativos.

Clínica, nesse sentido, se faz pela potência da criação. Ela não é confinada a saberes prévios, mas não abdica deles. Os saberes são acessados e produzidos na relação entre sujeitos que se encontram para exercer o cuidado.

Se ser saudável é dispor da possibilidade de criar novas normas, a clínica pode contribuir ao se configurar como dispositivo que oferta condições de sustentação ao sujeito que experimenta processos de criação de vida. Ela se faz, portanto, ciência e arte.

A ciência, no formato da técnica, que, na clínica, se constitui eminentemente pelo olhar e escuta do cuidador, permite acessar o ponto de partida – a queixa, o protesto, o sintoma, o desejo – e apoiar seus processos criativos. Os métodos? Muitos. O que eles pretendem? Também muitos horizontes. Lembro-me de algumas falas de pessoas cuidadas por mim: “restabelecer um estado mais harmônico”, “inventar uma vida mais saudável”, “melhorar desse problema”.

As divisões das disciplinas e suas especialidades – psicologia, medicina, terapia ocupacional, nutrição, entre outras – é muito mais didática do que qualquer outra coisa. Esses ramos científicos precisariam se somar, sem que houvesse confrontos destrutivos. As ciências existem porque o ser humano precisa ser cuidado em toda sua complexidade para estar vivo e com qualidade de vida. Pela clínica ser essa espécie de “somatória” de arte e tantas ciências, ela é complexa. E bonita.

Campos (2002), também pensando no bordão basagliano de colocar a doença entre parênteses e olhar para o sujeito, propôs uma inovação com seu conceito de “clínica do Sujeito”. Ela seria uma “clínica reformulada e ampliada” que deslocaria a ênfase na doença e focaria o tratamento naquele que ele chama de “sujeito concreto”. E o faria sem negar a doença do ponto de vista ontológico, tampouco todo o saber sobre ela acumulado pelas ciências. O desafio seria transitar de um campo de certezas dos saberes para “o campo da imprevisibilidade radical da vida cotidiana [...] O saber seguro e preso às estruturas; ou a imprevisibilidade caótica das situações sempre distintas” (CAMPOS, 2002, p. 11).

Numa crítica que interessa à arte da clínica, o autor prossegue afirmando que, para realizar o percurso entre o previsível da técnica e o imprevisível das situações, um primeiro passo seria reconhecer que há limitações em tratar o caso particular com o saber geral e estruturado:

No entanto, fica a questão: Como realizar este trajeto do geral ao particular com um pouco mais de segurança do que aquela, por exemplo, exigida do artista? A Clínica como arte? Mas a vida de uma pessoa não é um amontoado de argila ou de

pedra que se possa atirar fora caso a intuição do artista não tenha funcionado. Por isto é muito importante conhecer aspectos genéricos dos processos saúde-doença-atenção. Por isto é importante aprender com a variação, por isto é importante saber escutar e, mais, saber também perscrutar o caso singular. E decidir, mas decidir ponderando, ouvindo outros profissionais, expondo incertezas, compartilhando dúvidas. Por isto a Clínica do Sujeito demanda trabalho em equipe e um agir comunicativo (CAMPOS, 2002, p. 10 e 11).

Fosse apenas arte, seria irresponsável. Como pensou Campos, não dá para confiar uma vida à intuição artística. Mas, sei que também não é possível confiar apenas à técnica, porque ela é, por definição, generalizável, o que pode ser incompatível ao caso singular. A proposta da clínica, como abordado acima, parte de criação e técnica. Harmonizar a criação do cuidado – a arte – à ferramenta da técnica – a ciência – é o ético caminho para a produção de saúde.

Para propor essa experiência clínica mais ampla, se poderia partir de duas premissas. Primeiro, como apontou Campos (2002), seria relevante que essa clínica fosse composta por diversos saberes. Especialmente às oficinas, Galletti propõe que

As oficinas são dispositivos que, ao não se fixarem no terreno de saúde mental, invadem e transitam por outros territórios como o trabalho, a arte, a rua e a cidade, colocando a clínica em contato com a sua exterioridade. Esses projetos tornaram-se mais do que projetos de saúde; foram projetos de vida, entendendo a vida para além da simples ausência de doença, mas vida como pluralidade, como inauguração de novas possibilidades (GALLETTI, 2004, p. 123).

Seria, portanto, uma clínica que transbordaria a área da Saúde Mental, ocupando o território, como proposto por Lancetti (op.cit.) e Delgado (op.cit.). E, se ela transborda, também a noção tradicional de “terapeuta” poderia ser repensada.

Há profissionais que, mesmo sem formação técnica na área da Saúde Mental, também exercem o cuidado. Nos equipamentos estudados, são os monitores, os técnicos administrativos, os vendedores, entre outros. Luiz (2017) oferece informações que ilustram essa premissa. Ela descreve da seguinte maneira as atribuições do motorista no Núcleo de Oficinas e Trabalho:

Compra de materiais para as oficinas. *Acompanha visitas domiciliares.* Ajuda na montagem de feiras e eventos. *Acolhimento dosicineiros.* *Levaicineiros para os CAPS ou pronto atendimento quando necessário,* e passeios. Realiza entrega de alimentação para os grupos que estão em atividades externas, entre outras atividades (LUIZ, 2017, p. 42, grifos meus).

Os itens grifados não necessariamente pertenceriam ao escopo da função de um motorista, especialmente no que tange ao “acolhimento dosicineiros”. No contexto, “acolher” envolveria, sem protocolos, ofertar uma escuta fina e empática, apoio, compreensão do sofrimento, solidariedade, conforto, cumplicidade, para que oicineiro tenha a oportunidade de pensar sobre si, se fortalecer, reconhecer suas potências, dizer de um sofrimento sem morrer dele, entre tantos outros efeitos. A clínica se produz na relação com oicineiro, diluindo o que uma categoria profissional pressupõe e estando aberto para o que vier do encontro.

É óbvio que a falta de protocolos não implica abdicar de uma ética. Os profissionais do NOT, equipamento estudado por Luiz (op.cit.) e onde também trabalhei, contavam, à época, com supervisão clínica e institucional, momentos muito relevantes na formação continuada dos profissionais, e com reunião de equipe semanal em que se tratava, além de questões administrativas, também de discussão de casos clínicos.

Se a primeira premissa propõe que o cuidado seja praticado por quem tiver perfil e disponibilidade a isso, a segunda propõe que, para se pensar uma clínica nas oficinas, é preciso assumir que o cuidado aoicineiro é uma produção processual ao longo de sua atuação na oficina, e não uma finalidade para que se participe dela.

Há muitas formas de praticar esses processos. O fundamental é considerar singularidade de cada caso, entendendo que as pessoas são diferentes entre si, suas vivências são particulares e que elas demandam diferentes modos de cuidar. Como discutido no subitem anterior deste mesmo ensaio, embora haja uma convocação para o coletivo quando se trata de um

grupo de pessoas, para praticar o cuidado em saúde há que se olhar para a particularidade de cada caso.

Ao se olhar para cada ser singular em suas necessidades, desejos, potências, fragilidades, entre outros, deduz-se que apenas um único saber não poderia alcançar a complexidade da subjetividade humana. O que estaria em jogo não seria um embate de forças para afirmar o valor de uma categoria profissional sobre a outra, mas algo mais promissor: a composição desses saberes com a finalidade de criar estratégias de cuidado em saúde.

Nesse campo híbrido entre trabalho e saúde, a produção de cuidado é atualizada no cotidiano das relações entre os participantes do grupo e na plasticidade dos acontecimentos.

Rauter (2000) escreve que, na Saúde Mental, é importante que o sujeito “conquiste seu cotidiano”:

[...] trata-se de reinventar a vida em seus aspectos mais cotidianos, pois é do cotidiano, principalmente, que se encontram privados os chamados doentes mentais. [...] Isto, se se deseja que as oficinas, o trabalho e a arte possam funcionar como catalisadores da construção de territórios existenciais, ou de ‘mundos’ nos quais os usuários possam reconquistar ou conquistar seu cotidiano (RAUTER, 2000, p. 217).

Por “cotidiano” pode-se entender desde os aspectos mais utilitários, como a execução de tarefas; pragmáticos, como a compreensão da necessidade do dinheiro na vida; ou mesmo subjetivos, como a seguridade de uma rotina, o reconhecimento das amizades, os afetos – e desafetos, por que não? – entre os participantes, entre tantos outros.

O trabalho só é válido se ele andar de mãos dadas com uma clínica constituída por uma escuta fina, prescindindo de saberes cristalizados, considerando a singularidade de cada caso e se refazendo criativamente. O bordão da Saúde Mental “cada caso é um caso” marcou minha trajetória profissional. Deveria ser inegociável a afirmação de que a subjetividade não é passível de ser categorizada para ser alvo da aplicação de intervenções, metaforicamente pensando, “ortopédicas”. Para cada sujeito, um olhar, uma escuta, um cuidado diferente.

Deixemos a ortopedia aos ortopedistas. Nós, ativistas da Reforma Psiquiátrica, fiquemos com a disponibilidade de sermos receptivos à loucura e com a aprendizagem de acompanharmos um ser humano em seu percurso de trabalho e saúde. Há muitas forças operando numa oficina. A aposta nessa maneira de operacionalizar o grupo viabiliza o direito ao trabalho, ao mesmo tempo em que olha para o fazer que cada oficineiro desempenha para encontrar pistas sobre como o cuidado em saúde pode ser operado. Assim, as práticas nas oficinas rompe com um passado manicomial e reafirmam a ética da vida em liberdade.

Referências

ALBERTI, S.; COSTA, A.C.; MOREIRA, J.O. Oficina do ócio: um convite para o sujeito. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 499-512, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v14n3/07.pdf>. Acessado em 09/12/2019.

ALVAREZ, A.P.E.; NEVES, C.E.A.B.; SILVA, C.O. Saúde mental e economia solidária: pesquisa cartográfica em um dispositivo clínico-político. *Cad. Bras. Saúde Ment.*, Florianópolis, v.9, n.22, p.124-144, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69028/41523>. Acessado em 05/02/2020.

ANDRADE, D.M.A. *et al.* Do sonho à realidade: a arte de viver, conviver e (re)criar. *Cad. Bras. Saúde Ment.*, Florianópolis, v. 8, n. 20, p. 195-203, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cbsm/v8n20/v8n20a12.pdf>. Acessado em 25/01/2020.

ANDRADE, M.C. *et al.* Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n1/v33n1a14.pdf>. Acessado em: 28/01/2020.

ANDRADE, M.C.; COSTA-ROSA, A. O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 27-41, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a04.pdf>. Acessado em: 29/01/2020.

ANTUNES, D.C. “Sabor, saúde e sustento”: construção em rede de um empreendimento econômico solidário. *Cad. Bras. Saúde Ment.*, Florianópolis, v. 8, n. 20, p. 232-243, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69266>. Acessado em 03/02/2020.

ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDT, H. *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARROS, F. P. C.; SOUSA, M. F. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-18, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n1/1984-0470-sausoc-25-01-00009.pdf>. Acessado em 17/12/2019.

BATALHA, M.C. O que é uma Literatura Menor? *Cerrado*, v.22, n.35, 2014, p. 113-134. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/issue/view/1251>. Acessado em 03/07/2020.

BRASIL. *Constituição Federal*. Título III, Capítulo II, Seção II: Dos Direitos Sociais. Brasília, 1988a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 15/12/2019.

BRASIL. *Constituição Federal*. Título VIII, Capítulo II, Seção II: Da Saúde. Brasília, 1988b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 15/12/2019.

BRASIL. Lei nº 10.216, 06/04/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acessado em 18/04/2020.

BRASIL. Lei nº 10.708, 31/07/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.708.htm. Acessado em 22/04/2020.

BRASIL. Lei nº 8080, 19/09/1990. Lei Orgânica da Saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acessado em 16/12/2019.

BRASIL. Lei nº 8142/1990, 28/12/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acessado em 16/12/2019.

BRASIL. Lei nº 8213, 24/07/1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acessado em 17/04/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego. *Portaria Interministerial nº 353*. Brasília, 2005c. Disponível em: http://www.editoramagister.com/doc_243140_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_353_DE_7_DE_MARCO_DE_2005.aspx. Acessado em 30/12/2109.

BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação em saúde mental. 1990-2004. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_mental.pdf. Acessado em 19/04/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n° 1169*. Brasília, 2005a. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1169_07_07_2005.html. Acessado em 30/12/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n° 132*. Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0132_26_01_2012.html. Acessado em 30/12/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n° 3088*. Brasília, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_comp.html. Acessado em 30/12/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho*. Brasília, 2005b. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/departamento/nucleo/CComs/doc/Sm%20e%20economia%20solid%20ria.pdf>. Acessado em 31/12/2019.

CAMPOS, G.W.S. *A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. Saúde Paidéia*. São Paulo: Hucitec, 2002. Disponível em: <https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/CLINICAampliada.pdf>. Acessado em 16/04/2020.

CAMPOS, I.O. *et al.* Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. *Cad. Ter. Ocup. UFSCAR*, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 411-415, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/986/621>. Acessado em 04/02/2020.

CASTRO, E.D. *et al.* Agenciamentos coletivos na experimentação do PACTO Trabalho. *Cad. Bras. Ter. Ocup., UFSCAR*, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 163-170, 2013. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/742/427>. Acessado em 23/01/2020.

CENTRO CULTURAL MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Hospício de Pedro II: da construção à desconstrução*. Mostra virtual. 2014. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/index.php>. Acessado em 29/11/2019.

CENTRO CULTURAL MINISTÉRIO DA SAÚDE. *O Programa de Volta Para Casa*. [s.d.]a. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/VPC/programa.html>. Acessado em: 28/12/2019.

CENTRO CULTURAL MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Residências Terapêuticas*. [s.d.]b. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/VPC/residencias.html>. Acessado em 29/12/2019.

COSTA, C.M.; FIGUEIREDO, A.C. Apresentação. In: _____. *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008, p. 7-10.

CUNHA, A.G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELGADO, P. G. C. Por uma clínica da Reforma: concepção e exercício. In: LOBOSQUE, A.M. (Org.) *Caderno Saúde Mental – a Reforma Psiquiátrica que queremos: por uma clínica antimanicomial*. Belo Horizonte: Encontro Nacional de Saúde Mental da escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2006, p. 59-65. Disponível em: <http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/06/caderno-saude-mental.pdf>. Acessado em 19/04/2020.

ESCOREL, S. Equidade em saúde. In: *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/egusau.html>. Acessado em 16/12/2019.

ESTEVAM, N.M.; SALES, M.M. Loucos pelo trabalho: a interface entre economia solidária e a saúde mental. *Pretextos*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 15-33, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/13609>. Acessado em 27/01/2020.

FERRO, L.F.; MACEDO, M.; LOUREIRO, M.B. Economia Solidária, Saúde Mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. *Cad. Ter. Ocup.*, UFSCAR, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 101-116, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/648>. Acessado em 25/01/2020.

FILIZOLA, C.L.A. *et al.* Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 418-425, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a16.pdf>. Acessado em 04/02/2020.

FOUCAULT, M. A loucura só existe em uma sociedade. In: MOTTA, M.B. (Org.) *Foucault: Ditos e Escritos*. Volume 1: Problematizações do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 149-185.

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. 7 ed. Tradução: José Teixeira de Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 18, 1921/1996, p. 77-143.

GALLETTI, M.C. *Oficina em saúde mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?* Goiânia: editora da UCG, 2004.

GALVES, F.R. *et al.* Trabalho e geração de renda como produção de cidadania na saúde mental: a experiência do núcleo de oficinas e trabalho de Campinas. *Cad. Bras. Saúde Ment.*, Florianópolis, v.8, n.18, p.206-213, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69277>. Acessado em 03/02/2020.

GONÇALVES, C.A.P.; PEREIRA, M.L.; FERREIRA, S.T. Cooperativas sociais italianas: um breve relato. *Anais do VI Encontro Internacional de Economia Solidária: economia solidária e modelos de desenvolvimento*. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Rel-9.htm>.

Acessado em: 08/05/2020.

GUARINELLO, N.L. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 227-246, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200010. Acessado em: 06/10/2019.

GUERRA, A.M.C. Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In: COSTA, C.M.; FIGUEIREDO, A.C. *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008, p. 23-58.

KANTORSKI, L.P. *et al.* Oficinas de reciclagem no CAPS Nossa Casa: a visão dos familiares. *REME- Rev. Min. Enferm.*, v. 13, n. 1, p. 34-42, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317456301_Officinas_de_reciclagem_no_CAPS_Nossa_Casa_a_visao_dos_familiares. Acessado em: 01/02/2020.

KINKER, F.S. Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 49-61, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/573>. Acessado em 26/01/2020.

LANCETTI, A. *Clínica peripatética*. São Paulo: Hucitec, 2006.

LEAL, E.M. Trabalho e reabilitação psiquiátrica fora do contexto hospitalar. In: COSTA, C.M.; FIGUEIREDO, A.C. *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008, p. 11-22.

LONDERO, M.F.P.; PAULON, S.M. A revolução não será televisionada. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana: Universidade Federal de Sergipe, v. 28, 2018, p. 11-23. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/10493>. Acessado em 01/02/2021.

LUIZ, C.C.A. *Narrativas sobre o cotidiano de trabalho de usuários em oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental do município de Campinas*. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

LUIZ, C.C.A.; LEAL, E.M.; GALLETTI, M.C. Desafios enfrentados por usuários da saúde mental. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*, São Paulo, v.29, n.1, p. 63-69, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/140212/147348>. Acessado em 24/01/2020.

LUSSI, I.A.O.; MATSUKURA, T.S.; HAHN, M.S. Reabilitação Psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da Saúde Mental. *O Mundo da Saúde*, v.35, n. 2, p. 185-192, 2011. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/artigos/reabilitacao_psicossocial_oficinas_geracao_renda_saude_mental.pdf. Acessado em 02/02/2020.

LUSSI, I.A.O.; MORATO, G.G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. *Cad. Ter. Ocup. UFSCAR*, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/681/395>. Acessado em 29/01/2020.

LUSSI, I.A.O.; PEREIRA, M.A.O. Concepções sobre trabalho elaboradas por usuários de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 208-212, 2013. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/68210/pdf_26. Acessado em 24/01/2020.

LUSSI, I.A.O.; PEREIRA, M.A.O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 515-521, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a29.pdf>. Acessado em 26/01/2020.

LUSSI, I.A.O.; SHIRAMISO, C.S. Oficina integrada de geração de trabalho e renda: estratégia para formação de empreendimento econômico solidário. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 28-37, 2013. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/61987/pdf_5. Acessado em: 30/01/2020.

MACHADO, R. *et al. Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARIUS-REY, P. O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil (1875). *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 382-403, June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v15n2/12.pdf>. Acessado em 30/11/2019.

MONZELI, G.A. *Histórias da Terapia Ocupacional na América Latina: processos de criação dos primeiros programas de formação profissional*. São Carlos, 2019. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11943/Tese%20Gustavo%20Monzeli%20-%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 02/12/2019.

MORAES, R.C.P. CASTRO-SILVA, C.R. Sentidos e Processos Psicossociais envolvidos na Inclusão pelo Trabalho na Saúde Mental. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 748-762, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n3/1982-3703-pcp-36-3-0748.pdf>. Acessado em 06/02/2020.

MORATO, G.G.; LUSSI, I.A.O. Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 23, n. 4, p. 733-745, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1401/661>. Acessado em 28/01/2020.

MOURA, C.M.; FIGUEIREDO, A.C. Apresentação. In: _____. *Oficinas terapêuticas em Saúde Mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008, p. 7-10.

ONOCKO-CAMPOS, R. Clínica: a palavra negada – sobre as práticas clínicas nos serviços substitutivos de Saúde Mental. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, vol. 25, n. 58, p. 98-111, 2001. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/paganex/rosana2001clinicaapalavranegada.pdf>. Acessado em 15/04/2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acessado em 01/12/2019.

PEDROSA, A.P. *et al.* Articulação saúde mental e economia solidária: relato de projeto de inclusão social. *Rev. Rene*, Fortaleza, v.13, n.2, p. 454-462, 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/3955/pdf>. Acessado em 24/01/2020.

PELBART, P. P. Manicômio mental: a outra face da clausura. In: LANCETTI, A. *Saudeloucura* 2. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p.131-138.

RAUTER, C. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. In: AMARANTE, P. (Org) *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000, p. 267-277.

REDE PENSSAN. Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. *Inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*. Brasil, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acessado em 07/04/2021.

RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. *Cidadania e loucura: políticas de Saúde Mental no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 15-73.

RODRIGUES, A.C.; YASUI, S. Oficinas de geração de trabalho e renda na Atenção Psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado. *Cad. Bras. Saúd. Ment.*, Florianópolis, v.8, n.20, p.01-21, 2016.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69203/41562>. Acessado em 30/01/2020.

RODRIGUES, R.C.; MARINHO, T.P.C.; AMORIM, P. Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1615-1625, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/073.pdf>. Acessado em: 02/02/2020.

ROTELLI, F. Empresa social: construindo sujeitos e direitos. In: AMARANTE, P. (Org) *Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000, p. 301-306.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 700-711, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00700.pdf>. Acessado em 05/02/2020.

SANTIAGO, E.S. *O trabalho como estratégia de atenção em Saúde Mental: cartografias do conceito Trabalho nas políticas públicas de saúde*. Assis, 2014. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Pós-Graduação em Psicologia.

SANTIAGO, E.S.; YASUI, S. O trabalho como estratégia de atenção em Saúde Mental: um estudo documental. *Psicol. Sau.*, v.12, n.3, 2020, p. 109-125. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v12n3/v12n3a08.pdf>. Acessado em 22/05/2021.

SILVA, A.L.A.; FONSECA, R.M.G.S. Projeto copiadora do Caps Luis Cerqueira: do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 36, n. 4, p. 358-366, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n4/v36n4a09.pdf>. Acessado em 01/02/2020.

SILVA, M.D.P.; LUSSI, I.A. Geração de renda e saúde mental: o cenário do município de São Carlos. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 18, n.1, p. 35-48, 2010. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/331/266>. Acessado em 27/01/2020.

TEDESCO, S.H.; SADE, C.; CALIMAN, L.V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2016, p. 92-127.

TEIXEIRA, M.O.L.; RAMOS, F.A.C. As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 364-381, June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v15n2/11.pdf>. Acessado em 03/12/2019.

VAAN, M. *Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages*. Leiden: Brill, 2008. Disponível em: <https://www.bulgari-istoria->

2010.com/Rechnici/Etymological%20dictionary%20of%20Lat%20-%20de%20Vaand,%20Michiel_5820.pdf. Acessado em 09/12/2019.

VASCONCELOS, B.A. O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma Antiga ao Brasil contemporâneo. Goiânia, *Revista UFG*, ano XIII, n. 12, julho de 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/12_15.pdf. Acessado em 01/10/2019.

VIEIRA-DA-SILVA, L.M.; ALMEIDA FILHO, N. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. s217-s226, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25s2/04.pdf>. Acessado em 16/12/2019.

VOLZ, P. M. *et al.* A inclusão social pelo trabalho no processo de minimização do estigma social pela doença. *Saude soc.*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 877-886, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n3/0104-1290-sausoc-24-03-00877.pdf>. Acessado em 23/01/2020.

YD, M.A. Por uma clínica antimanicomial: a audácia de um projeto. In: LOBOSQUE, A.M. (Org.) *Caderno Saúde Mental – a Reforma Psiquiátrica que queremos*: por uma clínica antimanicomial. Belo Horizonte: Encontro Nacional de Saúde Mental da escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2006, p. 53-57. Disponível em: <http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/06/caderno-saude-mental.pdf>. Acessado em 18/04/2020.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P.C. Trabalhando com saúde: trabalho e transtornos mentais graves. *Psic. em Estud.*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 175-183, 2006a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a20.pdf>. Acessado em 03/02/2020.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P.C. Trabalho e transtornos mentais graves: breve histórico e questões contemporâneas. *Psicol. Cien. Prof.*, Brasília, n. 26, v. 1, p. 154-167, 2006b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a14.pdf>. Acessado em: 03/02/2020.

PARTE III

Prosas: contar causos por palavras e imagens

O principal — incluindo o passado, o presente e o futuro — é que estava viva. Esse o fundo da narrativa [...]. Por que contar fatos e detalhes se nenhum a dominava afinal? E se ela era apenas a vida que corria em seu corpo sem cessar? Nunca suas interrogações foram inquietas à procura de resposta — continuou Joana descobrindo.
(Clarice Lispector) ¹⁸²



Figura 14
Título: Rosas coloridas da Oficina de Papel Reciclado do Núcleo de Oficinas e Trabalho (I)
Fotografia minha (ano de 2018)

¹⁸² LISPECTOR, C. *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 39.

Certa vez, fui questionada se esta pesquisa de doutorado apresentaria um retrato fiel das oficinas. Posso afirmar que os ensaios contêm algo do que eu tenho pensado e que, a partir daqui, as prosas que fiz com técnicos e oficinairos desenham um retrato de nossos olhares sobre as oficinas.

Pela boa causa de refletir sobre alguns elementos que foram trazidos durante os encontros, foi preciso abdicar da lógica textual ensaística para dar passagem às prosas. O ensaio possibilita a expressão do autor, mas possivelmente não me permitiria trazer ao texto, na intensidade que eles merecem, também o que pensam os oficinairos e a equipe técnica que contribuíram com a pesquisa. Que o leitor me perdoe a transgressão de uma mudança de rota, mas o nexos estrutural dos ensaios e uma espécie de homogeneidade metodológica que a ciência muitas vezes pede importa menos que o registro dos diálogos entre técnicos, oficinairos e eu.

A seguir, apresentarei algumas prosas, compostas por narrativas, que também pretendem desfazer o normal e desnaturalizar a loucura, o trabalho e as oficinas. São registros de pensamentos, sentimentos, emoções, causos, opiniões, desabafos, dores e delícias do trabalho nas oficinas.

Por prosa, não entenda o leitor a estrutura de texto da prosa literária. “Prosa”, aqui, se refere ao “dedinho de prosa” que todo caipira que se preza gosta de fazer, aquela composta por narrativas de causos, opiniões, jocosidades, levezas cotidianas. Guardo a carinhosa lembrança infantil da vizinhança onde eu morava, quando, ao finalzinho da tarde, muitos dos adultos sentavam nas calçadas, em dezenas de cadeiras de macarrão e banquetas de madeira, para “colocar o assunto em dia”, numa mistura de conversas e risadas que atualizavam os acontecimentos do bairro, as notícias políticas, os jogos de futebol, os causos do dia, entre brincadeiras da criançada e convites para um café ou chá em uma ou outra casa. É nesse clima matuto que convido o leitor a me acompanhar na apreciação do texto a seguir.

Mesmo que a palavra falada tenha sido o recurso privilegiado, houve algumas matérias dos encontros que não couberam nelas, como, por exemplo,

a beleza do fazer dos oficinairos. A eventual escassez das palavras será atenuada por registros fotográficos de alguns momentos das oficinas e de alguns produtos que estavam à venda. Eles merecem estar aqui porque retratam, mesmo que tão brevemente, um pouquinho da beleza do que se produz lá.

Num prefácio de “A condição humana” (ARENDR, 2010), e também em um dos capítulos dedicados à Karen Blixer – cujo pseudônimo é “Izak Dinesen” – em “Homens em tempos sombrios” (ARENDR, 1968), Hannah Arendt cita e dialoga com a seguinte passagem de Karen: “Todas as mágoas são suportáveis se as colocamos em uma estória ou contamos uma estória sobre elas” (DINENSEN apud ARENDR, 2010, p. 219). A despeito do que se trate – felicidade, angústia, alegria, sofrimento, entre muitos outros da imensa fonte de humanidade que são os sentimentos –, uma história pode tornar uma experiência mais suportável e, até mesmo, as dores superáveis. O exercício da imaginação, presente desde a mais tenra infância, nos permite essa passagem do “terrível” ao “possível”. Daí meu interesse nas narrativas durante minha vida, daí meu interesse na psicologia, daí meu interesse em trazer pequenos recortes de narrativas à presente pesquisa.

As prosas entre mim e os oficinairos e técnicos das oficinas aconteceram por meio da estratégia da entrevista aberta, permitindo que emergissem os conteúdos que os participantes quisessem, sem que houvesse amarras às falas. Numa direção cartográfica, a entrevista “[...] acompanha processos, mais do que representa estados de coisa; intervém na realidade, mais do que a interpreta” (PASSOS; BARROS, 2009b, p.169).

Os encontros foram regidos com cuidado para abrir convites à fala e facilitar a produção de materiais que interessassem à pesquisa, assim como ensinam Tedesco, Sade e Caliman:

Devido ao caráter pragmático da linguagem, toda entrevista é produtora de realidades, de experiências, conseqüentemente, é preciso estar atento aos modos de proceder na construção da experiência ao longo da entrevista, a fim de promover sua abertura às variações, às multiplicidades para impedir seu fechamento em perspectivas totalizantes. Isso aproxima a

entrevista na cartografia bem mais do diálogo na clínica, do que as perguntas de um repórter ou jornalista que busca informação, por exemplo (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016, p. 105).

Manejei os encontros de acordo com esse exercício de “diálogo na clínica” de que tratam os autores. As conversas fluíram de maneira agradável e, em muitos momentos, também divertidas, com recordações de casos de quando eu trabalhei nas oficinas e algumas das últimas novidades.



Figura 15
Título: Vitrais da Oficina de Vitral do Núcleo de Oficinas e Trabalho
Fotografia minha (ano de 2018)

A partir das idas ao campo, a apreciação dos dados e a realização das análises não estiveram reservadas a um único momento, tampouco foram dissociadas da pesquisa bibliográfica, pois constituíram a totalidade de uma pesquisa que aconteceu comungando todas as etapas ao mesmo tempo. Como ensinam Barros e Barros,

Se há algo de analítico na escolha inicial dos procedimentos a serem empregados é porque, em cartografia, não há como separar a análise das demais fases de pesquisa. Ela não é uma etapa a ser realizada apenas ao final do processo, na qual o material do campo poderia ser, enfim, compreendido. A atitude de análise acompanha todo o processo, permitindo que essa compreensão inicial passe por transformações (BARROS; BARROS, 2016, p.182).

Embora as reflexões não tenham sido feitas em um único momento, elas foram estrategicamente organizadas nessa terceira parte da tese para criar um arranjo que pudesse ser melhor aproveitado pelo leitor.

O tratamento do material dos encontros com os técnicos e os oficinairos será guiado pela abordagem qualitativa (MINAYO, 2000, 2005), pois a complexidade dos encontros com os sujeitos nos campos demanda uma abordagem que contemple a expressão dos sujeitos e as minhas como constituinte principal da investigação e não apenas como seu pano de fundo. A pesquisa qualitativa interessa porque possibilita analisar problemas humanos e sociais incorporando a produção subjetiva como conteúdo fundamental. Sobre isso, Minayo e Sanches elucidam que

É no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa. A compreensão das relações e atividades humanas com os significados que as animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social. A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza (MINAYO; SANCHES, 1993).

A subjetividade, as relações, as atividades humanas e a perspectiva de aproximação entre sujeito e objeto citados pelos autores acima serão as substâncias das narrativas apresentadas aqui.

Os fatos narrados nos encontros não passaram pelo crivo da verificação e a conversa foi se configurando sem que eu pedisse muitas explicações. Se as informações eram verídicas ou não, nada importou, pois elas eram verdadeiras para o narrador. Sobre a escolha dessa postura, Benjamin refere que

Metade da arte narrativa está em, ao comunicar uma história, evitar explicações (...). O extraordinário, o miraculoso é narrado com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso *o episódio narrado atinge uma amplitude que falta à informação* (BENJAMIN, 2012, p. 219, grifo meu).



Figura 16
Título: Oficina de Serralheria do Núcleo de Oficinas e Trabalho
Fotografia minha (ano de 2018)

Fragmentos das narrativas foram aproveitados da maneira como o oficineiro e os técnicos se reportaram a elas. Sobre isso, Benjamin elucida que “a narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar, na cidade –, é, ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, op. cit., p. 221). Através ela, muitos são os modos artesanais de se expressar e, com isso, dar contorno à experiência humana.

As narrativas trazem, sobretudo, alguma luz não apenas ao tema, mas aos tempos que vivemos. Articular as falas dos sujeitos e os pensamentos que me ocorreram lembrou-me de uma feliz passagem de Arendt, no prefácio de “Homens em tempos sombrios” (1968):

Que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e freqüentemente fraca que alguns homens e

mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra. [...] Olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era a luz de uma vela ou a de um sol resplandecente. Mas tal avaliação objetiva me parece uma questão de importância secundária que pode ser seguramente legada à posteridade (ARENDDT, 1968, p. 6).

As luzes dos diálogos pretendem também iluminar o que pude pensar nos ensaios, pois, mesmo fundamentada em literaturas pertinentes ao longo dos estudos, elas não interessariam se estivessem circunscritas apenas no âmbito das teorias. São luzes que me renovam as esperanças, pois lembram que há projetos potentes e bonitos em pleno funcionamento, mesmo com todo desinvestimento histórico no Sistema Único de Saúde.

Há também reflexões minhas. Elas não tiveram intenção explicativa dos diálogos. Afinal, sou mais uma narradora entre os sujeitos. Articulei minha voz a deles para registrar mais alguns pensamentos meus, que não necessariamente foram debatidos nos ensaios, formando, assim, outros desenhos caleidoscópicos.

Ao longo de três dias, na primavera do ano de 2018, dialoguei com alguns técnicos e oficinairos na Arte e Convívio, Casa das Oficinas e Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT). Os três equipamentos de saúde foram escolhidos porque, embora não devam ser seguidos como modelo, podem inspirar outras experiências de trabalho e renda na Saúde Mental por serem experiências exitosas na área, por terem relevante reconhecimento social em suas respectivas comunidades, pela diversidade de oficinas ofertadas e pelo expressivo número de oficinairos.

Propus o Núcleo de Oficinas e Trabalho, em Campinas-SP, pela possibilidade de prosseguir com as reflexões que iniciei quando trabalhei lá e que fiz em minha dissertação de mestrado (RODRIGUES, 2012), além de ele ser uma experiência que, reconhecidamente, suscitou a criação de outras (ALCÂNTARA, 2007; CAYRES, 2001; RIMOLI; CAYRES, 2012; GALVES *et al.*, 2016). Escolhi a Casa das Oficinas, também em Campinas-SP, para transitar por um equipamento que, inspirado pelo Núcleo de Oficinas e Trabalho, construiu sua própria identidade dentro da mesma rede de saúde. Também

escolhi a Arte e Convívio, em Botucatu-SP, por ser um equipamento de grande relevância na rede de saúde do município (RIBEIRO, 2001; RIBEIRO; MARTINS; OLIVEIRA, 2009) e referência de uma experiência exitosa para cidades de pequeno e médio portes.

O NOT e a Casa das Oficinas são equipamentos de saúde que, junto a outros, constituem o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. Trata-se de uma entidade filantrópica inaugurada em 1924 que funcionou como um hospital psiquiátrico até 1990, quando firmou convênio com a prefeitura municipal de Campinas e passou a ser um serviço de saúde mental aberto e financiado pelo Sistema Único de Saúde ¹⁸³. Ambos os equipamentos contam com a parceria da Associação Cornélia Vlieg, fundada em 1993, no próprio Cândido Ferreira, para dar suporte jurídico às oficinas de geração de trabalho e renda e que estavam começando a ser criadas.

A Arte e Convívio conta com uma parceria com a prefeitura municipal de Botucatu-SP e com a FAMESP (Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar), que é uma fundação privada sem fins lucrativos instituída em 1981 no campus de Botucatu da UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) para atuar na gestão de recursos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu ¹⁸⁴.

A escolha sobre quem conversaria comigo foi feita entre eles próprios, anteriormente à minha chegada, e também enquanto estive lá. Algumas prosas aconteceram durante seus trabalhos nas oficinas e outras não. A escolha sobre o lugar onde conversaríamos partiu deles.

Na Arte e Convívio, conversei em roda com todos os quatro técnicos presentes, por sugestão deles próprios. Nos dois outros equipamentos, conversei individualmente com dois técnicos na Casa das Oficinas e com um no Núcleo de Oficinas e Trabalho. Quanto aos oficineiros, conversei com dois na Casa das Oficinas, dois na Arte e Convívio e três no NOT. A todo, foram dez boas prosas com catorze pessoas.

¹⁸³ Referência: <https://candido.org.br/portal/candido-ferreira/>, consultado em 04/07/2020.

¹⁸⁴ Referência: <https://www.famesp.org.br/quem-somos/>, consultado em 04/07/2020.



Figura 17
Título: Loja Armazém das Oficinas (I)
Fotografia minha (ano de 2018)

Durante os encontros, pretendi conduzir os diálogos tendo um roteiro de orientação com os seguintes eixos:

- Sentidos do trabalho que o oficineiro e o técnico realizam na oficina;
- Valor de pertencer à oficina na transformação do lugar social do louco;
- Como se constituem o trabalho e a clínica na oficina;
- Qual a importância das oficinas no movimento da Reforma Psiquiátrica.

No entanto, o conteúdo das narrativas não se restringiu a esses eixos. Em certos momentos, aliás, alguns deles sequer foram contemplados, o que permitiu que os sujeitos trouxessem os conteúdos que lhes interessassem, mesmo que fossem além ou aquém dos eixos citados acima.

Fatos da atualidade e lembranças do passado também compuseram as conversações entre os participantes, influenciando seus afazeres, interesses e o clima geral do grupo. Um estava preocupado porque a chuva da noite anterior inundou seu bairro, outro cabisbaixo porque o time do coração perdeu o campeonato, outro entusiasmado pela viagem que faria no próximo verão. Seus contextos sociais, preferências, disputas, amores, formações escolares, remunerações, fés, solidariedades, entre outros, em conjunto com as tarefas que desenvolviam ali, desenhavam o cotidiano das oficinas e de nossos diálogos.

Há algumas informações objetivas estruturais que também possibilitaram compreender um pouco mais dos equipamentos pesquisados. Interessou conhecer desde a história da fundação das oficinas até a condição atual de funcionamento, formação dos técnicos, giro financeiro periódico médio, natureza das atividades das oficinas, infraestrutura, entre outros. Alguns números foram informados exatamente, mas a maioria foi de modo aproximado.

No momento da visita, a Arte e Convívio, fundada em 1998, contava com 4 oficinas (mosaico, costura, gráfica e café) que recebiam 36 trabalhadores ¹⁸⁵. Além deles, havia também 2 trabalhadores responsáveis pelas vendas da loja e pagamento de contas, 1 coordenadora da Associação, 2 psicólogas e 1 terapeuta ocupacional.

A Casa das Oficinas existe desde 2006 e, na época da visita, tinha 3 oficinas (papeleria e costura, mosaico e culinária), 55 oficineiros, 1 enfermeira residente, 2 terapeutas ocupacionais, 1 gestora, 3 monitores, 1 assistente administrativo. O giro anual do ano de 2017 tinha sido em torno de R\$18.000,00 e os cálculos apontavam para o dobro em 2018.

O NOT era constituído de 12 oficinas (vital, doceria, culinária, eventos, ladrilho hidráulico, agrícola, marcenaria, papel, mosaico, gráfica, costura, serralheria), cerca de 300 oficineiros e 45 técnicos (entre gestora,

¹⁸⁵ A Arte e Convívio usa o termo “trabalhador” ao invés de “oficineiro”. Porém, para uniformizar os termos e tornar a leitura melhor, escolhi usar “oficineiro” em todas as discussões.

coordenadores e monitores das oficinas, motorista, técnicos administrativos, vendedores da loja). As formações dos coordenadores eram: psicologia, assistência social, terapia ocupacional, enfermagem, nutrição. O giro financeiro anual aproximado, em 2018, era em torno de R\$2.000.000,00 ¹⁸⁶.

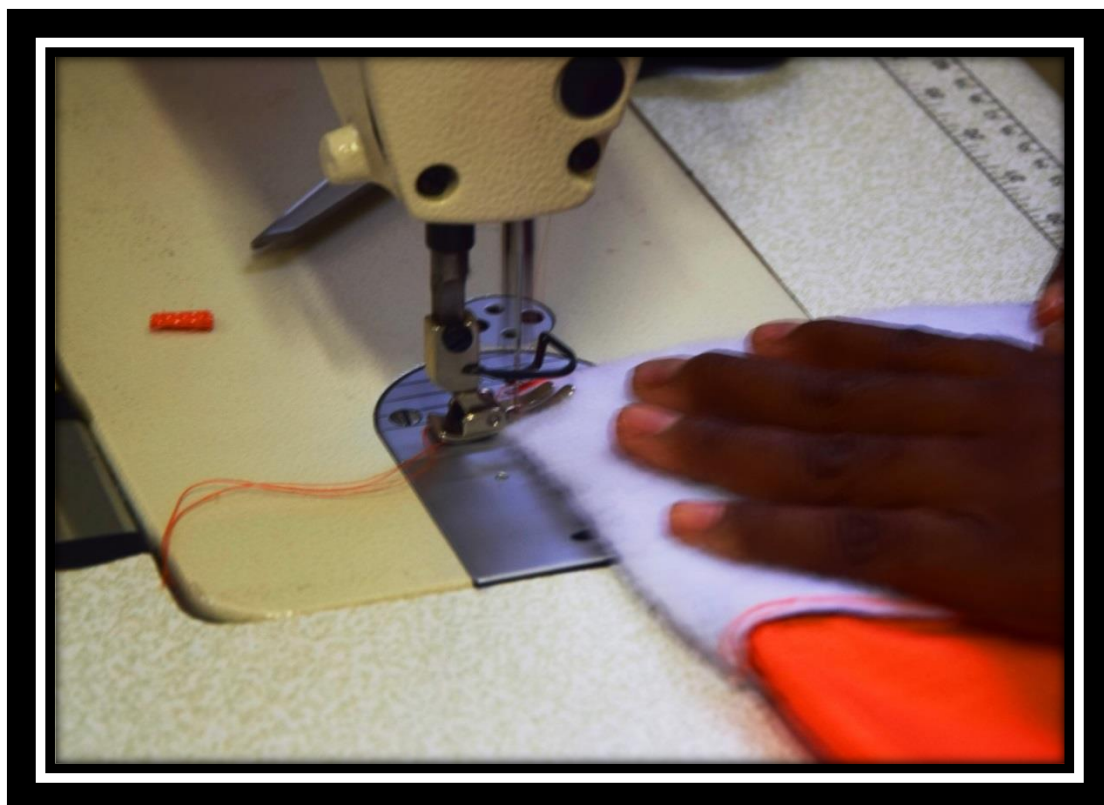


Figura 18
Título: Costurando na oficina de Costura do Núcleo de Oficinas e Trabalho
Fotografia minha (ano de 2018)

Os recortes das narrativas foram escolhidos porque houve assuntos que se repetiram em algumas conversas, o que me alertou para a importância deles, pois suponho que, se há diferentes pessoas falando sobre os mesmos assuntos, eles podem ser relevantes para o cotidiano das oficinas. Também fiz as escolhas baseadas em minha própria experiência profissional, quando conheci algumas das potencialidades e desafios das oficinas.

¹⁸⁶ Para conhecer mais sobre os produtos comercializados, sugiro a busca em seus sítios na internet. O endereço da Arte e Convívio é: <http://www.arteeconvivio.com.br>, o da Casa das Oficinas é: <https://candido.org.br/portal/unidades/inclusao-pelo-trabalho/casa-das-oficinas/> e o do Núcleo de Oficinas e Trabalho é: <https://candido.org.br/portal/unidades/inclusao-pelo-trabalho/not/>. Os dois últimos também vendem os produtos no sítio do Armazém das Oficinas: <https://armazemoficinas.com.br/>.

Como escrito anteriormente, escrevo pensando na produção acadêmica e, ao mesmo tempo, nos oficinairos e técnicos. Criar uma linguagem à altura da academia e acessível aos leitores do campo da pesquisa não é tarefa fácil. Também escrevo pensando em quem pode buscar, nestes estudos, inspirações para os seus próprios e para suas práticas profissionais. Não fosse assim, talvez eles pouco contribuíssem com a Reforma Psiquiátrica.

Organizei o trecho a seguir em tópicos que não apresentam uma linearidade das conversas, que não tem ordem de importância e tampouco pretendem fazer constar na tese todo o conteúdo das conversas. O agrupamento dos diálogos e reflexões foi feito nesse formato para facilitar a leitura e as discussões. Ordenei as falas de modo a aproximá-las umas das outras no que tange aos seus teores e optei por sistematizar os diálogos de maneira literal, ou seja, sem correções linguísticas.

Para resguardar a identidade dos oficinairos e técnicos, seus nomes não serão expostos. Explicitarei apenas se trata-se de uma fala de um técnico ou de um oficinairo, pois parto da suposição que, embora sejam todos trabalhadores, eles ocupam lugares diferentes nas oficinas e podem contribuir de modos também diferentes à pesquisa.

Fui gentilmente recebida nos equipamentos. Anteriormente à minha ida, me comuniquei por e-mail com eles e solicitei que escolhessem dois ou três oficinairos e alguém da equipe para conversar um pouco comigo. Fiquei um dia em cada equipamento e, durante minha estada, também conversei com outras pessoas que tiveram interesse. A disponibilidade de todos foi algo marcante e eu já esperava por isso.

Quando estive no NOT, tive boas memórias afetivas do tempo em que trabalhei lá. Encontrei-me com novos e antigos técnicos e oficinairos, lembrei-me de pessoas, causos, lugares, sons das máquinas, cores dos produtos, cheiros da fazenda, sabores dos almoços e, sobretudo, da gratidão que tive e tenho por aquelas pessoas que tão bem me acolheram no ano de 2009.

A seguir, um pouco das prosas, com pensamentos que me ocorreram durante os encontros e no momento da escrita. Como escreveu Benjamin, “O

narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 2012, p. 217). Acompanhe-me nos recortes feitos e permita-se afetar e pensar também... É para isso que eles estão aí.

Resistência e sustentabilidade

As oficinas são plurais e obras em aberto. Plurais porque acolhem diferentes pessoas e permitem configurações que mesclam trabalho e cuidado em saúde. Obras em aberto porque estão sempre se refazendo, conforme os interesses e necessidades dosicineiros, do mundo do trabalho, do entra-e-sai da equipe técnica, entre muitos outros movimentos.

Pude dialogar com seus atores sobre minha crença de que as oficinas são lugares de resistência, pois nasceram do desejo e da autonomia dos trabalhadores e hoje se sustentam contando com o mesmo protagonismo para enfrentar e vencer os desafios. Elas existem a despeito da falta de legislação, se reinventam frente às demandas do mercado e estão consolidadas como ponto de atenção à saúde em suas respectivas redes de saúde.

O ato de reconhecer o valor e a importância de um trabalho público e coletivo nem sempre é prática tão comum. Talvez esta seja a maior contribuição da tese, junto ao meu desejo de que ela possa inspirar e incentivar outros profissionais em diversos contextos da Saúde Mental.



Figura 19
Título: Loja Armazém das Oficinas (II)
Fotografia minha (ano de 2018)

Na Arte e Convívio, houve uma fala interessante a respeito dessa resistência mencionada acima e também sobre o Café Arte e Convívio ser um espaço com essa característica:

Técnica: Estamos fazendo um exercício, tentando definir qual é o caráter real desse Café. A gente ainda não tem clareza disso por conta da própria clientela. E a gente percebeu que eventos é uma coisa que chama muito, e porque a Associação tem uma história e uma característica de ser um espaço... A gente vive num município que é um município super tradicional, super eletivo e seletivo, e Associação é espaço de resistência. De resistência, de discussão. E aí a esquerda se reúne... os desajustados vem pra cá. Aqueles que não cabem em lugar nenhum chegam aqui.

Resistir, para as oficinas, me parece menos ato de defesa e de suportar infortúnios e mais postura de persistir diante das dificuldades e de estar aberto às mudanças, com resiliência e sabedoria. O mercado mudou e os produtos não estão mais vendendo como antes? Fecha-se uma oficina e abre-se outra que permita vender mais. O oficinairo entrou em crise? Cuida-se. A gestão desassistiu? Busca-se respostas e outras formas de financiamento. Uma

empresa se interessou? Faz-se parcerias. Um fornecedor deu calote? Contrata-se outro.

A seguir, um trecho de um diálogo sobre o fechamento de uma oficina que se transformou em outra porque os produtos já não estavam vendendo tão bem:

Técnica: Nós tínhamos a oficina de velas e estava uma crise, ninguém comprava a vela, vendia uma miséria, ganhava uma bolsa...

Ariana: Eu me lembro.

Técnica: Não ia, não vingava. Teve um “boom” da modinha da vela, e depois vendia muito pouco [...] Teve um dia que a gente estava discutindo metas de vendas e eu fui numa reunião com a oficina de velas. Eu falei: gente, o que vocês acham de vender brigadeiro em vez de vela? Porque estavam pensando em ações... Eu falei: já esgotei a minha capacidade de criatividade de pensar em coisas para sua oficina, para esse produto. Eu acho que vocês são super capazes. Vocês conseguem fazer, vocês dão conta de fazer coisas super delicadas, e que são difíceis de fazer. Eu acho que uma vela é difícil, o acabamento dela é difícil, mas vocês mexem com fogão, fogo, mistura, temperatura. Fazer uma coisa tipo brigadeiro com certeza vai vender mais do que fazer vela. Aí elas ficaram muito resistentes no começo. A gente foi visitar a oficina de culinária, foi um mês assim de elaboração... A monitora da oficina gosta muito de cozinhar. Eu falei: você já sabe fazer bombons, você faz umas coisas deliciosas que você traz para vender às vezes. Aí ela fala: “então vamos experimentar”. A gente estava organizando o espaço físico, e na loja tinha um espaço que ainda estava desocupado e que daria para ser oficina. Eles mudaram para lá e a gente fez a capacitação em manipulação de alimentos, higiene, e eles foram. Quase todos que estavam na vela [...] Lembra da “X”¹⁸⁷?

Ariana: Lembro da “X”.

Técnica: Ela não fazia nada. Tá uma belezinha fazendo na culinária.

Ariana: O “Y”¹⁸⁸ também...

Técnica: Todos se adaptaram. Estão fazendo compotas, geleias, brigadeiros, pães, doces. Ainda estão se construindo.

Ariana: Está ganhando alguma coisa?

¹⁸⁷ Nome da oficinaira

¹⁸⁸ Nome do oficinairo.

Técnica: Ainda está no processo. Porque aqui mesmo dentro do NOT, o projeto já tem muitas possibilidades. Eles só ficaram com doces. Então eles fazem bolos, mas os bolos estão saindo deliciosos, os pães estão saindo gostosos, brigadeiro.

Ariana: É. Eu acho que é isso ai mesmo. Tem que acompanhar o mercado e tem que vender.

Técnica: As geleias... Ainda não tá naquela coisa da bolsa ser super boa, como as outras de culinária. Mas, vai chegar lá.

Uma oficina que foi próspera em um momento, mas que deixou de sê-lo em outro, tomou a sábia decisão de se refazer. Não basta, portanto, que se faça uma atividade que os oficineiros gostem, ou que tenham habilidade para executar, ou que queiram aprender. Como todo negócio, é preciso criar algo que efetivamente gere renda.

Todas as oficinas do NOT, assim como as da Casa das Oficinas, são amparadas juridicamente pela Associação Cornélia Vlieg, fundada em 1993 no Cândido Ferreira para dar respaldo à geração de renda que já acontecia informalmente no hospital. O NOT tem uma particularidade interessante: se uma oficina não gera renda o suficiente, recebe a poio de outra. Recorrerei a um trecho de minha dissertação para contar sobre isso:

[A Associação Cornélia Vlieg] opera de modo peculiar no que tange ao gerenciamento do dinheiro. As oficinas funcionam em rede: uma dá sustentação financeira à outra, já que há oficinas que operam “no vermelho”, ou seja, que não tem saldo suficiente para se sustentar nem em bolsas, nem em equipamentos, nem em manutenção de estoque de matéria-prima. O dinheiro de uma oficina faz o pilar da outra que não gera dinheiro suficiente para funcionar, para que esta se mantenha ativa com o caixa daquela, como num “empréstimo”, mas sem cobrança de juros. Portanto, opera-se com um só montante de dinheiro que é depositado na conta bancária da associação e o gerenciamento dele é feito por todos os coordenadores, na intersecção de discussões com o grupo de oficineiros e monitores (RODRIGUES, 2012, p. 78).

Esse modo de funcionar é muito importante para o NOT e pode inspirar outras realidades de oficinas que pretendam se expandir. É o “pulo do gato”, a fórmula que inventaram para dar sustentação a um grande projeto e poder atender a tantos oficineiros.

Ao longo dos anos, tenho percebido que o maior equívoco de alguns lugares é abdicar da ideia de que uma oficina é um empreendimento

econômico e que, como tal, precisa vender seus produtos. Como narrado pela técnica:

Técnica: [...] o nosso foco é o trabalho, que tem que produzir, que tem que produzir bem feito, os produtos tem que vender, os produtos têm que estar com uma qualidade boa para ser vendido, que as pessoas não compreem porque tem dó.

A história recente do NOT também oferece outro exemplo da importância de se ter disponibilidade para a mudança e estar atento às vendas dos produtos. Frente ao imperativo vindo da gestão do Cândido Ferreira de que deveriam diminuir seus custos em 20% ¹⁸⁹, eles repensaram todo o equipamento e tomaram uma decisão arriscada que, felizmente, tornou-se exitosa:

Ariana: Quando eu vim para cá ontem, eu soube que a loja [Armazém das Oficinas] tinha vindo para cá, para o [espaço] do Cândido [Ferreira]. A “Z” ¹⁹⁰ falou que foi contenção de despesas. Falei: mas ninguém passa no Cândido para comprar... Quando eu cheguei aqui, o “Y” ¹⁹¹ me falou: “Foi ótimo a loja ter vindo pra cá porque aumentou muito as vendas!” Eu fiquei super feliz!

Técnica: Quando encerrou a questão da internação aqui ¹⁹² [...], o Cândido fez uma proposta que cada serviço tentasse se reorganizar e diminuir em 20% o seu custo. A gente fez a conta: o único jeito é tirar a loja de lá ¹⁹³ e trazer as oficinas. A gente não deixou de atender ninguém, não fechou nenhuma oficina, não fechou a loja e ocupou o espaço [do antigo Núcleo de Retaguarda] que estava sendo desocupado aqui. Foi uma aposta, porque o nosso ponto da loja, você conhece Campinas, era uma rua de trânsito rápido e as pessoas iam lá porque iam lá. Não era uma coisa de passagem, o estacionamento era difícil... Então a gente fez essa aposta e, junto com isso, vamos ressignificar esse espaço do Cândido. Não vai ter mais internação, temos que pensar em alguma coisa. [...] Do ponto de vista dos usuários que estavam lá, no primeiro momento teve muita resistência: “a gente não quer o Cândido, porque lá é o lugar de hospital, porque não gosto de lá, porque lá é

¹⁸⁹ De acordo com uma técnica do NOT, o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira havia passado por uma intervenção recente com o objetivo de reduzir gastos para buscar quitar suas dívidas.

¹⁹⁰ Nome da técnica

¹⁹¹ Nome do técnico

¹⁹² O “Núcleo de Retaguarda”, setor de internações do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, foi finalmente fechado em 2017.

¹⁹³ A loja “Armazém das Oficinas” era instalada num prédio comercial no bairro Bosque. No mesmo prédio, também funcionavam 3 oficinas das 12 do Núcleo de Oficinas e Trabalho.

longe...” Como o processo demorou, de quando a gente decidiu que ia mudar e até desocupar aqui, até fazer a reforma, o pessoal vir, foi mais de 6 meses, 7 meses. Então, todo mundo que não vinha foi reconsiderando, foram vendo a reforma... Enfim, todos vieram. Não perdemos nenhum oficinairo. Todas as três oficinas vieram. E a loja, a gente inaugurou e tem trabalhado bastante nessa questão de divulgação. Estamos aí na luta para que seja um ponto de referência. A gente ampliou restaurante, fez o jardim, fez reforma do jardim, abrir a porta para cá, reformou.



Figura 20
Título: Rosas coloridas da Oficina de Papel Reciclado do Núcleo de Oficinas e Trabalho (II)
Fotografia minha (ano de 2018)

Há outra situação que retrata flexibilidade do equipamento e capacidade de se reinventar para resistir. Diante da diminuição na quantidade de refeições vendidas e diminuição significativa de recursos, eles mudaram estratégias de produção, divulgação e venda para manter a oficina de culinária funcionando.

Técnica: Porque dentro dessas propostas de redução dos valores e de sucateamento do SUS, uma das coisas que foi reduzida foi o fornecimento de refeição. As oficinas de culinária, que serviam refeições para o CAPS e vendiam as refeições para o Cândia, o Cândia cortou a quantidade absurdamente. Elas davam muita produção. Então, de 50, 70

refeições que eram servidas nos CAPS para quem estivesse lá, reduziu para 20 por dia, no almoço, só para quem está em atendimento intensivo e leito ¹⁹⁴. As oficinas de culinária tiveram uma perda de renda, de produção, muito grande, então também nos fez rever o espaço da oficina, para quem ia servir. A gente reformou o restaurante, tentou e tem tentado... A gente estipulou metas de quantas pessoas a gente teria que atender por dia, para poder cobrir [as despesas]. Passamos a abrir de sábado. A gente começou com 20 refeições por dia [depois do corte do Cândido], hoje a gente está com quase 80 quase todo dia [exceto domingo, em que o restaurante é fechado], de pessoas da comunidade que vem aqui, que gostam do ambiente, gostam da comida. Aí as pessoas que vem para o almoço também conhecem a loja [Armazém das Oficinas, que fica no mesmo espaço]. Então a gente está nesse processo.

O exercício de resiliência é importante para que uma oficina se reinvente frente às adversidades e aos problemas financeiros, fortalecendo o projeto e garantindo sua sustentabilidade.

Sobre se manter funcionando mesmo com o problema da insuficiência de financiamento público, um oficineiro disse que:

Oficineiro: A gente vê que esse trabalho do NOT é muito gratificante. É enriquecedor para as pessoas que fazem o tratamento psiquiátrico. Eu só lamento as nossas autoridades não investir mais num tipo de trabalho como esse. [...] Nossos governos não investem, não veem essa melhoria do trabalho, para o bem. Se o governo investisse mais nisso, ele teria menos gasto aí fora. Digo gasto porque as pessoas sem tratamento ficam pelas ruas. Outra coisa, sem atendimento, dá muito mais gasto para a população. Então, esse trabalho é maravilhoso.

Folgo em saber que não estou sozinha na ideia de que é preciso mais interesse de investimento governamental nas oficinas. Somo a isso a opinião de que, se os próprios atores da Reforma Psiquiátrica compreendessem a potência das oficinas, talvez as ações fossem mais direcionadas para esse modo de cuidar em liberdade que, hoje, parece mais eficiente do que as estratégias que se ofertam nos equipamentos de saúde tradicionais.

¹⁹⁴ De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 336/2002, “atendimento intensivo” é “aquele destinado aos pacientes que, em função de seu quadro clínico atual, necessitem acompanhamento diário” nos CAPS. Já “leito noite” é como os técnicos e usuários da Saúde Mental geralmente se referem à modalidade de tratamento intensivo em que o paciente pernoita no CAPS, quase sempre em virtude de uma situação de crise.

Outra forma de resistir às dificuldades é buscar fontes de apoio e financiamento que abram possibilidades para além da esfera pública. À época das visitas, o NOT e a Casa das Oficinas tinham os salários e demais encargos dos técnicos e as despesas com água, energia elétrica e telefone pagos pela Secretaria da Saúde, por intermédio de um convênio entre o município e o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. A Casa das Oficinas, além disso, também tinha o aluguel do prédio onde estão instaladas as oficinas e a loja pago pelo convênio.

A Arte e Convívio contava com a parceria da Secretaria de Assistência Social da prefeitura de Botucatu e com a FAMESP (Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar) para o pagamento dos salários e encargos dos técnicos, além do aluguel, água, energia elétrica e telefone de um dos prédios onde funcionavam as oficinas e a loja.

Num dos equipamentos, uma técnica contou que estavam em busca de recursos financeiros com empresas privadas para que não dependessem completamente de recursos públicos, que são escassos e incertos. A saída merece ser adotada, pois abre mais possibilidades de sustentabilidade dos projetos.

No que tange à matéria-prima, insumos e pagamento de bolsas, todas as oficinas são autossustentáveis. No entanto, elas não seriam se tivessem que arcar com as despesas de aluguel – ou construção de prédio próprio – água, energia elétrica, telefone e técnicos.

Sobre os técnicos

Para atuar na coordenação e monitoria das oficinas, além da disponibilidade clínica para o cuidado doicineiro, é preciso também ter disposição para o empreendedorismo, sabendo lidar – ou estar disposto a aprender – com o que envolve negociações de compras, vendas, preços, tendências de modismos, fornecedores, embalagens, transportes, propagandas, entre outros.

Uma das técnicas falou sobre a importância de o coordenador ter essas qualidades:

Técnica: A gente fica muito focado... Focado, não. A gente se volta para a questão do cuidado, que tem a ver com nossa formação, com nosso olhar, com nosso saber num lugar, de certa forma, confortável. Quando começa a aparecer um monte de pedido, de evento, quando o trabalho começa a sobressair e você precisa se organizar para dar conta de compra, de preço, produção, organização... Aí você fala: caramba! Aí assusta! Mas eu não sou da saúde? Aí gera algumas crises toda vez que vem uma demanda maior de trabalho.

Ariana: Eu acho que quem não tem perfil não fica.

Técnica: Não fica. Não fica porque começa a gerar muito sofrimento.

Ariana: Tem que gostar de pesquisar tendência de mercado, tem que gostar de fazer compra com o oficinairo...

Técnica: Tem que ter um tino para o negócio. Tem que saber negociar, tem que saber fazer preço, medir um lucro, medir a capacidade produtiva... É bem isso. Não ter medo de arriscar. Porque você tem que arriscar. Num negócio, se você não arrisca, você vai continuar... Se o profissional não tem o perfil de empreendedor, vai gerar só angústia para ele. Porque ele vai ser cobrado, vai se sentir cobrado de ter que gerar renda, de ter que produzir "x" peças, mas ele não se sente a vontade pra isso. Ele não tem esse perfil, essa habilidade, essa característica.

Ariana: O cuidador entra...

Técnica: Com certeza. O cuidador entra, o discurso da saúde, do cuidado, é o que cresce. E aí a gente vai retomando de novo qual a missão, quais são os limites, as deficiências, onde a gente pode investir pra cuidar disso...

“O cuidador entra” significa que as qualidades de empreendedor são sobrepostas pelas do profissional de saúde. Esse é um equilíbrio delicado de ser feito, mas imprescindível para sustentar o cuidado aos oficinairos e ao empreendimento ao mesmo tempo.

Outra técnica fez o seguinte comentário sobre a relevância de os coordenadores das oficinas reunirem qualidades profissionais relativas à gestão de uma oficina de trabalho:

Técnica: Hoje, se eu fosse contratar, eu jamais contrataria de novo profissional de saúde. Nunca mais. É que foi um parto também chegar ao que vocês [coordenadores de oficinas] estão hoje. Porque eu penso isso? Porque se é empreendimento de trabalho, se eu vou trabalhar com a lógica do capitalismo, com a lógica da produção, não a produção alienante, então eu preciso ter gente que conheça o mercado. Primeira coisa.

Ao menos duas questões são disparadas pela narrativa: por que a concepção de que o técnico da área da saúde não teria competência para gerenciar um empreendimento de trabalho? E será que um técnico que não seja da área da saúde desviaria – ou mesmo privaria – a dimensão clínica da oficina?



Figura 21
Título: Colando cerâmica na Oficina de Mosaico da Arte e Convívio
Fotografia minha (ano de 2018)

Retomando o filme “Dá pra fazer”, mencionado no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”, o protagonista Nello era um sindicalista que, inicialmente, estava interessado em criar uma cooperativa de trabalho. A proposta não era clínica, mas, indiscutivelmente, a oportunidade do trabalho e o olhar cuidadoso

e sensível de Nello possibilitaram um salto na qualidade de vida dos cooperados. Houve, ainda, situações em que a colaboração de um psiquiatra que se interessou pela aposta da cooperativa permitiu algumas intervenções clínicas pertinentes como, por exemplo, sua leitura de que os cooperados poderiam reduzir o uso de medicações psiquiátricas.

Guardo lembranças valiosas, de quando trabalhei no NOT, sobre o quão potente foi aprender a cuidar de pessoas num ambiente de trabalho e sobre como gerir um empreendimento econômico me ensinou sobre a inegável dimensão concreta da vida – aquela intrinsecamente ligada às contas a pagar, ao dinheiro que se ganha, ao significado do tempo regulado pelo relógio para a organização do cotidiano.

Eis um trecho de um diálogo sobre alguns dos prazeres do trabalho do técnico:

Ariana: Eu nunca tinha pensado sobre isso. A equipe do NOT tem muito menos rotatividade do que nos CAPS.

Técnica: Sim. Tem uma rotatividade muito baixa.

Ariana: Eu acho que trabalhar aqui é mais saudável [do que trabalhar em CAPS].

Técnica: É porque a gente lida com a vida, você lida com coisas bonitas. Lida também com questões complicadas de crise, mas é muito menos. Eu acho que o investimento é de incluir as pessoas. [...] Não é um local de doença aqui, é de saúde. Eu vejo as oficinas como muito mais de produção de saúde do que de ficar vendo a questão da doença.

Outra técnica diz que:

Técnica: Às vezes a gente escuta assim: “trabalhar na Saúde Mental é muito pesado, lida com demanda pesada o tempo inteiro, será que isso vale a pena, não vale.”. Eu, pessoalmente, gosto do que faço. Eu acho que eu estou na parte gostosa da Mental.

Particularmente, o trabalho que realizei no NOT entre 2009 e 2011 foi o que me possibilitou chegar mais perto do que acredito que seja o caminho para uma sociedade sem manicômios, exercendo uma clínica potente e produzindo saúde. Era uma equipe coesa em seus objetivos, respeitosa entre si, num clima

em que todos se apoiavam mutuamente frente aos desafios, com as oficinas funcionando “a todo vapor” e desconstruindo o preconceito de que o louco é incapaz de trabalhar. Confesso que o ambiente da fazenda onde são instaladas as oficinas, longe das poluições da cidade e cheio de terra, matagal e bicharada, também contribuía para tornar mais feliz minha experiência de trabalho. Lembro-me com especial carinho dos almoços da oficina de culinária seguidos das prosas e da sobremesa embaixo das sombras das árvores, que faziam parte das pequenas delícias do meu cotidiano.



Figura 22

Título: Flores da oficina de Costura do Núcleo de Oficinas e Trabalho
Fotografia minha (ano de 2018)

Era prazeroso inventar produtos, pesquisar tendências de cores, aromas, embalagens, fotografias, entregar uma encomenda a tempo, receber pedidos de produtos porque os clientes tinham boas referências e reconheciam a qualidade. E era igualmente gratificante acompanhar o crescimento de pessoas que chegavam tímidas, pouco esperançosas, desconfiadas, desacreditadas em suas capacidades, se tornando, com o tempo e com – pouco, diga-se de passagem – investimento de escuta, orientação, apoio,

ensino, superarem estigmas de incapacidades e se tornarem pessoas mais saudáveis e com mais qualidade de vida.

Trabalho protegido” versus “trabalho libertador”

Para que o oficineiro vislumbre o direito ao trabalho, é preciso que se vençam muitas barreiras. Uma delas diz respeito à relevância de se considerar que as oficinas contemplam quem o capitalismo marginaliza, mas que não necessariamente se configuram como “proteção”, como um espaço “delirante”, numa realidade apartada do mundo.

As reflexões a seguir partem de algumas lembranças e de uma pertinente fala de uma técnica sobre a expressão “trabalho protegido”. Eis um trecho de nosso diálogo:

Ariana: Não é um trabalho informal, mas não é formal. Fica num... Não está nem no meio. Fica num outro lugar que não tem nome, mas...

Técnica: Trabalho protegido. Sim, porque é protegido pela saúde. Ele está debaixo de uma estrutura que é da saúde. Está sob os cuidados de uma instituição.

Ariana: Eu tenho pensado sobre isso. Não tenho uma clareza...

Técnica: É um termo antigo. Uma época, a gente parou de falar isso porque a gente não está aqui no sentido de tutelar. Não é protegido no sentido de tutelar, de privar... Mas é um trabalho e ainda está sob os cuidados da saúde. Talvez não usar o termo “protegido”, mas usar o termo “terapêutico”?

Ariana: Termo sempre vai ser um problema!

Técnica: Sempre vai ser um problema!

Justificativas para o “trabalho protegido”, em outros tempos, seriam, provavelmente, a fragilidade da pessoa e a tentativa de abrigá-la de prováveis contratempos fora das oficinas. Como a técnica, também creio se tratar de um termo que já foi – ou deveria ter sido – superado.

Sobre o “trabalho protegido”, e também sobre o que as autoras denominam de “trabalho terapêutico”, Nicácio, Mangia e Ghirardi (2005) pensam que seria preciso “indagarmos sobre as práticas nas quais o trabalho

apresenta-se como um benefício, que, entretanto, não permite que o sujeito torne-se protagonista, limitando-o ao papel de assistido” (NICÁCIO, MANGIA E GHIRARDI, 2005, p. 62).

O diferencial da oficina é ser espaço em que o oficinairo cuida de si e que seja protagonista de seus processos de trabalho. Não se trata de lugar de “proteção” para resguardar os oficinairos das dificuldades e desafios da vida, mas de suporte para que ele exerça o trabalho de acordo com suas possibilidades e limitações, o que nem sempre é possível no mundo do trabalho, como um dos oficinairos relatou:

Oficineiro: Eu gosto muito do trabalho que eu faço, me sinto realizado por fazer um trabalho que as pessoas confiam em mim [...] Eu sou só uma pessoa que, se eu estivesse no mercado de trabalho, talvez eu não conseguiria realizar a tarefa com as exigências que o mercado de trabalho tem.

Ariana: Entendi. Aqui também faz parte do mercado de trabalho, mas de um outro jeito...

Oficineiro: É. Uma Economia Solidária.

A oficina é um espaço que permite ao sujeito uma experiência de trabalho “libertadora” de estigmas de incapacidade, que possibilita um desembaraço do enunciado da improdutividade do louco, que reconhece as fragilidades do oficinairo e que afirma suas potencialidades. Mas, não deve “poupá-lo” do mundo.

Há um relato de uma situação que ilustra a questão do “trabalho protegido”, sobre uma ocasião em que trabalhadores de um projeto municipal, que já haviam sido oficinairos, tiveram dificuldades em uma atividade de trabalho fora do NOT:

Técnica: Porque o comportamento [do oficinairo] muda. O comportamento, quando você trabalha essa questão que aqui tem que ter respeito, as regras do trabalho, a gente atende cliente. [...] Acho que a postura muda um pouco. Porque é outro comportamento que tem que ter. É muito interessante isso. Eu não sei ainda... Precisava escrever uma tese sobre isso!

Ariana: Você pode escrever! Porque eu só vou escrever do meu olhar!

Técnica: Mas é uma questão que eu me lembrei agora. A gente atende também [...] pessoas em situação de rua [...] Tem um projeto da prefeitura, que abriu agora, que chama “Mãos Amigas”. Eles criaram uma lei que a municipalidade contratou uma empresa para registrar pessoas em situação de rua e [essas pessoas] trabalham nos departamentos da prefeitura de parques e jardins. Essa empresa é terceirizada da prefeitura, mas ela tem que contratar os moradores de rua. E eles vieram trabalhar aqui [no Cândido Ferreira, durante uma mostra de arquitetura]. Muitos deles já tinham passado aqui pelo NOT. Lá [no projeto “Mãos Amigas”] ganha um salário mínimo fixo. Então, é interessante. Fizeram um curso de jardinagem e de capacitação dessas pessoas. Teve uma conferência, uma conversa com todos os grupos da assistência. [Nela] os grupos, os pacientes, as pessoas que eram nossos oficinairos aqui, que estão hoje nesse grupos, pediram que tivesse mais oficinas iguais ao NOT. Mais vagas nas oficinas... Gente, eles estão ganhando mais! Eu fiquei pensando: qual o sentido disso? Eu perguntei por quê. Eles falaram: “porque o trabalho é mais organizado, porque a gente tem mais acompanhamento. Talvez o ideal seria que tivesse oficinas igual ao NOT e ganhando o que a gente ganha”. Mas [no projeto “Mãos Amigas”], também não é organizado? Tem responsáveis... [Eles responderam:] “Ah, mas não é a mesma coisa”. [...] Passado um tempo, eles vieram aqui pela Mostra Sustentável¹⁹⁵. Teve um dos arquitetos que contratou esse pessoal para vir aprender a fazer jardim a partir do uso e do reuso de materiais reciclados, de material de sobra, tipo telha, material de obra para reciclar e usar na construção de jardins e praças públicas. Eu vi e eles vieram falar [que] eles brigam... Não tem um monitor, não existe respeito porque eles não trabalham esses valores. “Eu tô fazendo assim”, “não é assim”, “eu faço como eu quiser”... A parede ficou torta lá, o capricho do trabalho não é o mesmo que eles fazem quando eles estavam fazendo o jardim aqui na oficina, porque [...] não tem ninguém que trabalhe essa questão com eles, [que] estamos trabalhando em grupo, que tem que respeitar o outro. Eles pedem um cuidado e eles pedem regras e limites, porque é o que a gente acaba dando. Se ele está falando para você que é assim, vamos ouvir, vamos pensar. [...] Acho que aí entra nossa parte da Saúde Mental, de ser terapêutico, [de dizer que] não dá para você falar assim com o seu colega. Se ele está dando sugestão, então vamos explicar porque você está falando desse jeito, porque você está fazendo assim ou assado. [Eles diziam:] “Você não manda aqui, você tá querendo ser chefe”. É muito engraçado... Engraçado não, triste. Triste e interessante. A se pesquisar, né?

¹⁹⁵ “Mostra + Sustentável” é um projeto que contempla uma exposição de arquitetura e paisagismo, design e arte, gastronomia e educação, realizada por profissionais da área. No ano de 2018, a Mostra foi realizada no complexo do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. Para mais informações, consultar o site: <http://mostramaissustentavel.com.br/>.

Surpreendentemente, osicineiros pediram que houvesse lugares de trabalho iguais aos das oficinas, mas ganhando mais dinheiro do que se ganhava nelas, pois reconheciam que o trabalho nas oficinas era “mais organizado” e que tinha “mais acompanhamento”.

Isso ilustra uma questão relevante: as oficinas eram mais atraentes porque ensinavam e valorizavam alguns aspectos que o mundo do trabalho em geral não o faz, mas, por outro lado, as mesmas oficinas não eram tão interessantes do ponto de vista da remuneração.



Figura 23

Título: Colando flor na Oficina de Papel Reciclado do Núcleo de Oficinas e Trabalho
Fotografia minha (ano de 2018)

A seguir, trarei algumas narrativas que ponderam a respeito da remuneração.

Remuneração

Como discutido no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”, a influência no sentido que o oficinairo atribui ao seu trabalho e o valor da bolsa frequentemente estão relacionados. Geralmente, quando o valor da bolsa é avaliado por ele como pequeno, o oficinairo atribui um sentido “terapêutico” ao trabalho. Ao contrário, quando o valor é maior, o lugar de trabalhador se sobressai. “Pequeno” e “maior” não podem ser quantificáveis, pois depende da crítica do oficinairo sobre isso.

Alguns deles se queixaram sobre ganharem pouco dinheiro pelas atividades realizadas. Era uma reclamação constante também quando trabalhei nas oficinas. Fazia parte dos nossos desafios diários pensar como nos organizaríamos para produzir mais, como venderíamos mais produtos, o que o mercado pedia, quais eram as tendências da moda, onde compraríamos matéria-prima de qualidade e mais barata, enfim, tudo o que um empreendimento que deve gerar renda precisa pensar e operacionalizar para aumentar seu ganho.

Percebi, ao longo dos anos de trabalho e de estudos sobre o tema das oficinas, que parecia haver um certo pudor entre os atores da Reforma Psiquiátrica quando se tratava de discutir sobre dinheiro. Frequentemente me lembrava da fala de uma personagem do filme “Dá pra fazer”, comentado no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”, que dizia que não gostaria de participar da cooperativa porque o mercado era muito “vulgar”. Somente quando cheguei ao NOT, encontrei pessoas debatendo o tema sem constrangimento.

Não encontrei literatura a respeito disso agora e nem mesmo quando experimentei o desafio de tentar gerar mais renda nas oficinas. Aliás, curioso observar que, quando o assunto é geração de renda na Saúde Mental, muitas vezes pouco – ou mesmo nada – se escreve sobre a legítima questão de que é difícil gerar renda. Talvez a ausência de discussão torne o problema negligenciado academicamente.

Provavelmente, ter mais propriedade sobre isso não sanaria a queixa sobre o quanto se ganha. Mas, poderia envolvê-los mais nas discussões e responsabilizá-los pelo que tem sido feito para que esse objetivo seja alcançado. Afinal, a grandiosa tarefa das oficinas é a de ser um lugar em que as pessoas tenham a oportunidade de produzir, escolher o que fazer com a produção, decidir sobre os ganhos e perdas, enfim, serem eles próprios os administradores de tudo. Os papéis do coordenador e do monitor seriam, portanto, de apoio a esses processos, como demonstram as falas a seguir:

Técnica 1: Eles são trabalhadores, eles são donos desse negócio. Esse negócio não é nosso, é deles. Eles são donos. Eles sabem disso.

Técnica 2: O empreendimento é deles. A gente tá ali junto, ajudando, pra eles se empoderar...

Técnica 3: A gente vê eles falando que querem montar um negócio... Mas, você já tem um negócio!

Técnica 2: É deles o negócio. Não é nosso. Nós estamos aqui só mediando. Então eles são trabalhadores.

Nos três equipamentos pesquisados, essa é a postura dos técnicos. Entretanto, nem sempre é a dos oficineiros, pois alguns ainda não se reconhecem como os “donos do negócio”, como se percebe nessa fala:

Oficineiro: É porque eu não entendia o trabalho lá da “X” (nome da coordenadora da oficina). Porque tinha umas peças que tinha que pintar, de ferro... E eu não sei. É porque a firma dela é grande.

Há outro relato de uma oficineira sobre, aparentemente, não entender como funcionam alguns processos da oficina:

Ariana: Você recebe 250. Você acha que dá pra receber mais?

Oficineira: Não sei, acho que daria. Eu não sei te dizer. Acho que daria. Não sei... Poderia, né? Mas eu não sei como faz.

Ariana: Você acha que a oficina poderia vender mais?

Oficineira: Poderia.

Ariana: E pagar mais?

Oficineira: Poderia.

Ariana: Ou dinheiro não importa muito?

Oficineira: Importa bastante. Com certeza. Fundamental. Importa bastante, sim.

Ariana: Se fosse só atividade, sem nenhum dinheiro, você viria?

Oficineira: Não sei. Dependendo das circunstâncias. Acho que eu deveria. Porque no começo, eu vinha e nem estava me importando muito com o dinheiro. Depois que eu fui vendo o negócio do dinheiro. Porque eu vim mais para me ocupar, sair do foco da minha casa.

Um oficinairo traduz uma certa compreensão sobre a repartição dos ganhos ter relação com o fato de que todos participam do processo de produção de uma peça:

Oficineiro: Sim. Cada um vai fazendo um [uma pra adiantar. Às vezes um faz um pouquinho, outro faz outro pouquinho da mesma peça, outro termina, outro pinta, outro rejunta. Por exemplo, eu fiz um pouco de triangulozinho, lixei triangulozinho. Enquanto eu vim aqui conversar com você, eles veem lá. Se tiver pecinha pronta daquela determinada cor que eles precisam e for que eu fiz, a outra pessoa vai automaticamente o meu e usar. Nós somos super unidos aqui, graças a Deus!

Ariana: Então, quando tem um produto final, todo mundo fez?

Oficineiro: Todo mundo. Cada um contribuiu um pouquinho para renda também.

Mas, o mesmo oficinairo que compreende que todos participam do processo de produção e, portanto, da geração de renda, não entende sobre como se atribui o preço a um produto:

Ariana: E como é feito o preço aqui? Como é que eu sei se isso aqui custou 1 real ou 100 reais?

Oficineiro: Eu acredito que é pela qualidade que o produto apresenta.

Ariana: Como é que vocês põe preço?

Oficineiro: Preço? Esse aqui deve ser uns 25?

Ariana: Eu não sei. Mas, minha pergunta é: como é que vocês chegam em 25 reais? Como vocês pensam esse preço?

Oficineiro: Lembra que eu falei para você que cada um faz um pouco? Às vezes, um coloca uma parte até aqui, outro até aqui, um pouquinho passando lá, um pouquinho passando aqui. Depois eles conversam entre eles: “olha, eu fiz esse aqui”, aí o outro fala: “eu já vendi”, “estou tendo dificuldade”, “uma sugestão”. Às vezes, fala: “Eu já vendi” e a gente acredita que ele já vendeu e pergunta: “por quanto foi?”. Isso tem que ser sério.

Ariana: Mas, a minha pergunta é: quem diz que isso aqui vale “tantos reais”?

Oficineiro: Quem diz?

Ariana: Quem põe o preço? É você?

Oficineiro: Não sou eu. Acredito que não, mas poderia ser.

Ariana: Quem põe o preço?

Oficineiro: Quem põe o preço eu acho que é os que estão há mais tempo trabalhando aqui. Acho que é. Quem tem mais prática.



Figura 24
Título: Colando tecido na oficina Harmonia da Casa das Oficinas
Fotografia minha (ano de 2018)

As oficinas tentam desconstruir diariamente a lógica capitalista de que alguém decide sobre os processos de trabalho e o quanto cada trabalhador deve ganhar. Mesmo assim, essa racionalidade ainda parece ser repetida por alguns oficinairos. É compreensível, pois trata-se de um exercício cotidiano que busca superar um modelo de relação de subordinação entre pessoas.

Em 2018, segundo informações dos técnicos, os oficinairos ganhavam entre R\$20,00 e R\$700,00 na Arte e Convívio e entre R\$50,00 e R\$1200,00 no NOT. Na Casa das Oficinas, não houve referência a valores durante as conversas. Vale lembrar que, nos três equipamentos, o cálculo da bolsa é feito a partir da hora trabalhada e do posto que o oficinairo ocupa. No NOT e na Casa das Oficinas, há também uma avaliação mensal do oficinairo, feita pelo próprio grupo, e que influencia no cálculo do valor mensal da bolsa.

Por exemplo, se numa oficina há um posto cujas atribuições são semear, cuidar do plantio, da colheita e há outro posto em que a pessoa deve regar as plantas, cada um deles renderá valores diferentes de bolsa, de acordo com o grau de dificuldade do que se exerce e de empenho a ser dispensado para realizar a tarefa. Nessa situação hipotética, provavelmente o primeiro posto seria mais bem remunerado que o segundo.

Além disso, se, num mesmo posto, houve um oficinairo que trabalhou regando durante 20 dias no mês e houve outro que desempenhou a mesma função durante 10 dias no mês, o primeiro receberá o valor cheio da bolsa, enquanto o segundo receberá metade.

Por fim, se um oficinairo foi melhor avaliado que outro no exercício da função, o primeiro também receberá mais. Os critérios de avaliação não são os mesmos em todas as oficinas, pois são acordados entre os oficinairos de cada grupo, de acordo com o que eles compreendem que deveriam valorizar. Lembro-me que na oficina de velas, que coordenei entre 2009 e 2011, os critérios valorizados eram: assiduidade, pontualidade, iniciativa, cooperação e organização. As avaliações eram feitas entre os próprios oficinairos e a mim cabia garantir a possibilidade de fala de todos.

Sempre gostei do momento de avaliação, mesmo sabendo que seria tenso porque envolveria o valor final da bolsa que cadaicineiro receberia, além de provocá-los em suas dificuldades. Era um momento interessante porque eles tinham a oportunidade de exercer um olhar sobre o outro e sobre si no intuito de se tornarem pessoas melhores, de se apreciarem como parte importante de um grupo, de reconhecerem suas potências e fragilidades, de assumirem o compromisso de se aperfeiçoarem, de serem solidários frente às dificuldades do companheiro de trabalho.



Figura 25
Título: Loja Armazém das Oficinas (III)
Fotografia minha (ano de 2018)

Ainda sobre os valores das bolsas, num tom bastante pejorativo, lembro-me de uma fala de um oficinairo, quando eu coordenava oficinas, dizendo ao grupo que “não se paga aluguel vendendo vela”. Isso não é regra, mas, em muitas situações, o valor das bolsas nem sempre é compatível com o que uma pessoa precisaria para honrar suas contas básicas como, por exemplo, moradia, alimentação, energia elétrica, água, transporte, diversão e cultura, entre outros. Algumas vezes, a bolsa parece se configurar com uma complementação de renda para quem já tem outra fonte como, por exemplo, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio doença, entre outros, ou mesmo uma ajuda financeira aos que cuidam do sustento do oficinairo.

Houve uma fala que refletiu um pouco isso:

Técnica: [...] geralmente esses que já estão com benefício, a questão do trabalho entra muito mais de uma qualidade de vida muito melhor, ajuda em outras coisas, de ter uma ocupação, de não ser inválido e incapaz que está em casa e não faz nada, apesar do dinheiro. Eu observo isso também. A questão do quanto ganha não é o que faz as pessoas virem ou não aqui. É muito curioso. O que faz é a questão de estar trabalhando, de ter um trabalho, um grupo, a convivência, a rotina do trabalho, isso tem muito mais valor do que simplesmente o valor monetário que eles ganham com isso. É bom e é ruim, porque às vezes a gente fala: “todo mundo que trabalha quer ganhar, e ganha pouco..”. Mas, a gente também percebe que isso faz a autoestima deles mais elevada.

A narrativa ilumina, com poucas palavras, um dos sentidos do trabalho para alguns oficinairos: que dinheiro importa, sim, mas que, sobretudo, importa o lugar do trabalho.

Vale ressaltar que o desejo de ganhar mais não é exclusivo dos oficinairos. Na sociedade capitalista, muitos são os trabalhadores que também não ganham o que garantiria uma vida digna. Junto a isso, na sociedade capitalista, a cidadania pode estar falsamente relacionada ao poder de compra. O ato de consumir, como discutido no ensaio “Um olhar sobre o trabalho”, é constantemente incentivado para que o próprio sistema seja retroalimentado.

Cada um tem seu próprio motivo para estar nas oficinas. Mas, quando muitos concordam que a repartição dos ganhos não basta, embora seja justa de acordo com os contratos feitos pelo grupo, a reflexão se torna importante.



Figura 26
Título: Colando cerâmica na Oficina de Mosaico da Arte e Convívio
Fotografia minha (ano de 2018)

Dunker escreve que “O trabalho cura. O trabalho sem amor corrompe. O trabalho sem amor e sem dinheiro mata” (DUNKER, 2017). Reconhecendo que há certo exagero quando isso é pensado para as oficinas, talvez se o verbo “matar” puder ser lido como metáfora de “faz sofrer” ou “faz adoecer”, a afirmação faça algum sentido.

A oficina é, sim, um lugar de produção de saúde, e a saúde, nesse caso, também implica um trabalho que gere possibilidade de sustento. No cotidiano

das oficinas, cada grupo faz suas próprias análises do impasse partindo de como o oficineiro compreende as divisões dos ganhos. Se a tarefa está relegada ao coordenador, torna-se inviável reflexões de todos sobre o equilíbrio entre gastos e ganhos e a repartição entre todos. É preciso crer no potencial de compreensão dos oficineiros e decisão sobre o que fazer com o dinheiro que gira.

O diálogo abaixo foi feito com uma das equipes sobre a questão do baixo valor da bolsa:

Ariana: O que pega é a questão da grana... Fico pensando...

Técnica 3: Eu acho que é um modo de trabalhar.

Ariana: No sentido de fazer um enfrentamento, uma competição em que eles possam vender mais, por exemplo. No mercado, vocês fazem um mosaico aqui, aí tem o cara da China que vende os mosaicos três vezes mais barato, entendeu?

Técnica 2: Mas não pra fazer esse preço porque...

Técnica 3: Também não dá pra trabalhar desse jeito. Porque eu acho que é uma luta por um mundo melhor. É um outro jeito de pensar o mundo e o trabalho.

Técnica 1: Eu penso mais ou menos diferente.

Técnica 3: Como você pensa?

Técnica 1: Eu acho que é um avanço. Acho que a gente avançou muito.

Ariana: Eu também acho. Mas, para eles ganharem mais...

Técnica 1: Eles tinham que trabalhar mais.

Ariana: Tinha que pensar um outro jeito de fazer Economia Solidária que eu não sei qual é.

Técnica 1: Eu acho que a gente tem que flertar melhor com o capitalismo.

“Flertar com o capitalismo” foi uma expressão que me surpreendeu. Flertar envolve uma disponibilidade à aproximação, sem que seja imperativo participar do capitalismo. Significa demonstrar interesse, se aproximar, se comunicar e reconhecer no outro um parceiro possível. Como discutido no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”, Paul Singer dizia que a Economia Solidária

não almejava ser hegemônica ou substituir o capitalismo, mas ser mais uma opção econômica e de relações humanas, reconhecendo que ambos poderiam coexistir ¹⁹⁶.

Lugar híbrido de trabalho e de cuidado em saúde

Diante do que foi discutido até agora, a questão que se impõe é: por que, afinal, as pessoas frequentam as oficinas? Embora seja certo que não há somente uma resposta para isso, pois cada um tem seus próprios motivos para trabalhar – seja oficinheiro ou técnico, seja você ou seja eu –, venho pensando, como discuti no ensaio “Um olhar sobre as oficinas”, que os oficinheiros frequentam as oficinas porque elas são lugares de trabalho e também de cuidado em saúde. E também que os técnicos trabalham nelas porque encontram algum sentido em suas atuações profissionais.

Uma das técnicas, quando questionada sobre a missão das oficinas, comentou:

Ariana: A missão [das oficinas]... Você acha que é o que?

Técnica: Inclusão social pelo trabalho. [...] Eu acho que quando a gente fala da inclusão social pelo trabalho, a gente já tá dizendo que não é o trabalho qualquer formal. Eu acho que o cuidado com as pessoas, o acolhimento que se dá aqui... A gente trabalha com pessoas que têm dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. Eu acho que tem por trás isso, mas o nosso foco é o trabalho, que as pessoas venham aqui não só para fazer terapia. A terapia, o tratamento medicamentoso é no CAPS, aqui vem também para essa questão do trabalho. Mas, eu acho que o trabalho é muito terapêutico, a convivência, as regras e os compromissos, as responsabilidades. Eu acho que tem total o seu lado terapêutico. Para a gente que não tem nenhum problema, eu acho muito terapêutico. Imagina... Eu acho que as pessoas acabam se organizando. E aí é difícil dizer: “ah, é só trabalho, não tem nenhum aspecto terapêutico”. Tem os aspectos terapêuticos que o próprio trabalho tem. A gente enquanto um serviço também muito próximo e dentro da Saúde Mental, acaba tendo a nossa relação com os oficinheiros, dos coordenadores e dos monitores, também de acolhimento, de

¹⁹⁶ Palestra de Paul Singer no evento “VII Seminário de Economia Solidária INTES/Uel-Sustentabilidade da Economia Solidária”, realizada na Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2011.

dar uma escuta, que isso é importante para o vínculo. Daí eles se vinculam, se sentem mais pertencentes a aquele grupo, a aquela atividade. É difícil separar que “é só trabalho”.

Se eu tivesse que elencar uma única narrativa para ilustrar toda a tese, seria a citada acima. Ela ensina que a oficina é um lugar onde se exerce o trabalho e que, ao mesmo tempo, acolhe, escuta, propicia vínculo com o propósito, nas palavras da técnica, “terapêutico”. Não o que tem sentido de “cura”, mas que remete, principalmente, ao cuidado em saúde. A fala demonstra ricamente a importância de desconstruir a ideia de que a oficina é somente um lugar de trabalho.

Não há contradição quando se afirma que terapia e tratamento medicamentoso devem ser restritos ao CAPS, se a afirmação estiver relacionada ao que frequentemente se entende por uma clínica “tradicional” da psicoterapia e a da consulta médica. Como pensei no subitem “Afirmação da clínica para produzir saúde” do ensaio “Um olhar sobre as oficinas”, a clínica do divã e entre quatro paredes não interessa às oficinas.

Outra técnica falou sobre isso:

Técnica: [A oficina] É um lugar de trabalho. A gente diz assim. É um lugar de trabalho, a gente fez muitas discussões já aqui na equipe. Por alguns anos, a gente falou: nós somos 100% trabalho, nós somos 100% saúde.

Ariana: Melhor definição! Adorei!

Técnica: Porque o pano de fundo é a saúde. Mas, nós somos trabalho. A nossa missão aqui é gerar trabalho e renda. Só que é com uma população que precisa de cuidados. São profissionais de saúde que estão fazendo a geração de trabalho e renda. Então, não deixa de ser cuidado.

Ser “100% trabalho e 100% saúde” é uma bela e sábia expressão sobre as oficinas, pois traduz que a dedicação a ambos é completa. Embora o equilíbrio entre os dois eixos nem sempre seja fácil, as três experiências exitosas que foram campos da pesquisa ensinam que é possível alcançá-lo.

Dentre os muitos relatos sobre a oficina ser um lugar híbrido de trabalho e de cuidado em saúde, apresentarei mais dois que tratam do acolhimento. Destaco, no primeiro, a relevância que aicineira dá à conversa:

Oficineira: Quando eu cheguei aqui, eu cheguei para fazer as duas coisas [trabalho e tratamento]. Mas, já estava naquela fase de mais adaptação de trabalho, de geração de renda, essas coisas, e o tratamento ficaria mais no posto de saúde. Mas aqui é como se fosse um tratamento também, porque quando a gente chega ruim, a gente tem uma pessoa para conversar, uma pessoa pra te acolher, uma pessoa para levantar você aqui. Eu acho que também seja uma oficina de terapia ainda. [...] Porque muitas vezes eu já cheguei aqui muito ruim, muito desorientada, e encontrei uma pessoa para conversar comigo, para espalhar minhas ideias, e aí eu melhora, eu começo a fazer atividade. Conversa comigo, melhora, então eu acho que concede as duas coisas.



Figura 27

Título: Colando caco na Oficina de Mosaico do Núcleo de Oficinas e Trabalho
Fotografia minha (ano de 2018)

O segundo relato é de umaicineira que fala do “lugar de brincadeira”:

Oficineira: Às vezes você vem sentida de casa e precisa desabafar com alguém. Aí eu procuro alguém e eles cuidam de mim. É uma terapia pra nós. Ao mesmo tempo que a gente tá trabalhando, você tá... É um lugar de brincadeira, a gente distrai a cabeça.

Ariana: Se não tivesse bolsa, a senhora viria mesmo assim?

Oficineira: Se não tivesse bolsa? Eu viria, porque distrai a minha cabeça. Eu acho falta daqui. Eu recebia auxílio doença, eu não precisava vir aqui, e eu vinha aqui. [...] Me tratam muito bem. Melhorei mais aqui, porque eu era uma pessoa que vivia chorando. Aliás, eu ainda tenho medo de ficar em casa sozinha e ter convulsão. Tenho medo de andar na rua porque parece que tem alguém me seguindo. Eu tenho que vir, porque eu penso: lá eu me sinto bem. [...] Elas me tratam bem, elas tem paciência comigo. [...] Se eu tiver fazendo alguma coisa lá, eu largo e vou fumar, e elas têm muita paciência. Pra mim, isso já é bom, que é a paciência que elas têm de conversar, de explicar as coisas pra gente. Porque eu não tive estudo. Aqui é muito bom. As pessoas que vem para cá mudam, porque eu mudei muito. Muda para melhor, se diverte, você vê que a pessoa fica mais feliz. Você não viu a bagunça naquela cozinha?

Ariana: Eu achei tão organizada! Tão limpa!

Técnica: Não estou falando de limpeza. Eu estou falando de brincadeira. O pessoal se diverte, então isso é muito bom pra pessoa que faz tratamento. Você se sente bem ali dentro. É um tratamento, é uma terapia. E você se sente bem, você vê todo mundo bem, sendo feliz, dando risada.

O exercício clínico de produção de saúde – que os oficinairos chamaram de “tratamento” – proposto no cotidiano das oficinas é aquele que cuida no próprio território do trabalho, pela “conversa”, pela “brincadeira”, pela “paciência”, por tantos modos de operar o cuidado. Tenho duas memórias para compartilhar contribuem na defesa de que as oficinas são lugares de trabalho e de cuidado em saúde.

Uma delas é sobre umaicineira que, num verão, chegou à oficina vestida com uma blusa de inverno. Ao longo da manhã, me aproximei dela e, ao mesmo tempo em que embalávamos juntas algumas velas, perguntei com discrição o porquê da blusa de frio se fazia calor. Ela desconversou, continuamos a tarefa, e minutos depois me pediu para nos falarmos a sós. Confirmei a suspeita: ela conseguiu me contar sobre as agressões que vinha sofrendo em casa e que, daquela vez, havia lhe deixado escoriações na pele. Junto a isso, a ideia delirante de que os machucados também tinham sido provocados por pessoas da televisão. Ao longo do dia, sem que as tarefas da oficina fossem interrompidas, entrei em contato com sua rede de apoio por telefone e ela foi acolhida por parentes. Na manhã seguinte, ela seguiu cuidada

por todos nós da oficina. O desfecho foi bom para ela e o que precedia a iminência de uma crise foi contornado.

Outro caso é o de um oficineiro que, quando o conheci, escrevia textos para o jornal “Candura”¹⁹⁷ e recortava papel numa oficina que, diga-se de passagem, não usava papel. Ele estava lá há anos, vinha todos os dias, não falava com ninguém, recortava papel na parte da manhã, almoçava e ia embora para, no outro dia, chegar pontualmente à oficina e, novamente, recortar papel. Havia uma gaveta cheia dos recortes. Ele ganhava R\$10,00 de bolsa por mês, embora não colaborasse com a feitura das velas. Segundo a monitora que trabalhava na oficina há mais tempo do que eu, ele ganhava esse valor simbolicamente, porque seu trabalho não contribuía com as vendas. Aos poucos, me aproximei e comecei a recortar um pouco de papel junto com ele em alguns minutos da manhã, todos os dias, sem que a produção de velas fosse interrompida. Um dia, ele me emprestou sua tesoura e pediu a minha. Foi a primeira vez que escutei sua voz. E assim, todos os dias, recortávamos papel uns minutos e a conversa se alongava. Até que, num começo de manhã, usei pedir que ele colasse um dos papéis numa vela. Ele colou, mesmo que um pouco contrariado. Vi ali uma abertura para um diálogo mais longo. No outro dia, colou mais papéis. Algumas semanas depois, resolveu esculpir as velas com os desenhos dos recortes dos papéis. Surpreendentemente, todas as velas foram vendidas e ele começou a ensinar outros oficineiros a esculpir também. Mas, ninguém fazia com a destreza, capricho, criatividade e beleza como ele, que, por isso, passou a ter uma das maiores bolsas da oficina. Certa vez, sua mãe me telefonou para dizer que ele não queria mais tomar seus remédios com a justificativa de que eles atrapalhavam seu trabalho. Fui com ele até a consulta com o psiquiatra do Centro de Saúde e depois até sua casa para conversarmos com sua mãe. Depois da consulta e da visita, segundo ela, ele voltou a tomar os remédios, passou a fazer as refeições junto com a família, a brincar com os sobrinhos e a passear com o cachorro. Quando parti da oficina, ele se despediu com um poema que publicou no jornal Candura.

¹⁹⁷ “Candura” era uma publicação impressa bimestral do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, com notícias e produções sobre Saúde Mental. Hoje, é uma mídia digital e consta no endereço: <https://candido.org.br/portal/projetos/jornal-candura/>.

Certamente, o breve relato do caso não retrata o processo tão potente de crescimento desseicineiro, pois não cabem aqui os pormenores de como o cuidado foi produzido por todos da oficina, com e para ele. Mesmo assim, vale o registro.



Figura 28
Título: Cortando cerâmica na Oficina de Mosaico da Arte e Convívio
Fotografia minha (ano de 2018)

Cadaicineiro guarda suas particularidades que merecem ser tratadas diferentemente. As duas situações acima retratam um pouco sobre como são muitos e distintos os desafios no cotidiano das oficinas. A seguir, apresento uma narrativa de uma técnica sobre o que ela chamou de “o lado terapêutico do trabalho”, contando de uma situação em que foi preciso considerar a singularidade de umaicineira nos contratos:

Técnica: Às vezes, a nossa própria equipe acaba pensando: “Mas ele tem essa dificuldade, não tá vindo, falta, chega atrasado”. A gente acaba fazendo essas regras especiais, aquele que não consegue chegar, as concessões... Então isso eu acho que é o nosso lado terapêutico. Porque tem aquele que: “eu não consigo trabalhar porque tem que entrar às 10 horas”, porque tem milhões de problemas, que tem filho, “eu tenho que deixar o filho na creche”, que tem que sair mais cedo porque tem que buscar o filho na creche. Então, a gente acaba fazendo contratos [...] que caibam dentro da vida da pessoa e também do trabalho. Porque senão não cabe. Porque [senão] ela vai cair no mercado formal de trabalho, que vai exigir suas 4 horas de trabalho... Eu estou me lembrando de uma oficinaira que tem filho, e a gente fez um contrato com ela de 4 horas de trabalho. Ela entra às 10 e sai 2 e meia, para ela poder ter esse espaço. Porque ela não tinha... Porque ela teve uma filha, aí quando engravidou de novo, teve outra... E tem que deixar na creche, tem que pegar na creche. Então, isso acaba passando pelas duas coisas [o “trabalho” e o “terapêutico”].

A narrativa expressa a importância de uma maleabilidade nos contratos de trabalho. Um dos diferenciais da oficina é o de considerar as especificidades de cada oficinairo. O relato a seguir trata sobre a importância de se reconhecer os limites e possibilidades do oficinairo:

Oficinaira: Nada forçado, por livre e espontânea vontade, cada um faz no seu tempo, ninguém é obrigado a fazer nada, cada um faz o que gosta, cada um faz o que pode, cada um tem o seu limite, cada um tem nas suas possibilidades, tudo nos seus parâmetros. Cada um do seu jeito. Nada assim: “tem que fazer isso, que é obrigado a fazer isso”. Não. Que nem as firmas exigem. Se você não consegue fazer, pôr uma linha na agulha, vamos tentar fazer outra coisa. Se você não consegue fazer outra coisa, vamos tentando, vamos fazendo, e é assim.

Além das singularidades de cada caso, houve narrativas sobre os momentos em que o oficinairo está em crise e que alguns contratos precisam ser revistos. “Crise”, aqui, foi escutada por mim partindo do pressuposto de que estavam falando sobre a crise do ponto de vista da psiquiatria fenomenológica, ou seja, de um quadro psiquiátrico descompensado. Uma técnica contou sobre isso:

Técnica: Eu vou cuidar no momento em que ele apresentar alguma fragilidade, estiver mais sintomático [do ponto de vista psiquiátrico], tiver causando algum sofrimento, que se apresenta aqui nesse espaço. Eu vou acolher. Mas, não é que eu vou cuidar da crise. Eu vou fazer o contato [com o

equipamento de saúde de referência do oficinairo], fazer o trabalho em rede. Às vezes eu não preciso nem diminuir a frequência dele aqui, desligar, afastar. É raro a gente fazer esse afastamento. Às vezes, a gente diminui um pouquinho o contrato de trabalho. Se ele vem todas as manhãs, a gente diminui. Fala: “olha, vamos vir três vezes na semana porque duas vezes você vai no CAPS nesse momento pontual”.



Figura 29

Título: Cortando vidro na Oficina de Vitral do Núcleo de Oficinas e Trabalho
Fotografia minha (ano de 2018)

O oficinairo continua trabalhando, mesmo na situação que é nomeada por ela de “crise”. A parceria com os demais equipamentos de saúde para o acolhimento é destacada na seguinte fala de uma das técnicas:

Técnica: Lógico que a gente tem as crises, tem as intercorrências. Não é todo dia, mas tem. E a gente tem criado, nesses anos, uma parceria com os serviços de apoio, a tal da rede.

Outras técnicas comentaram sobre acolherem oficinairos que não estão bem e encaminharem para outros equipamentos da rede de saúde, com a justificativa de que as oficinas são lugares de trabalho:

Técnica 4: Aí quando eles não estão bem, que a gente tá vendo que tá entrando no processo de surto, a gente geralmente faz um contato pra conseguir que eles... A gente conversa com eles, pontua que eles não estão bem, que tem a

necessidade, faz essa conversa só pra dar essa amarrada, mas é eles que...

Técnica 3: E a gente conversa muito no sentido de que não encaminhe para Arte e Convívio e ache que aqui é tratamento.

Ariana: É trabalho?

Técnica 3: É trabalho. Então ele tem que manter o tratamento lá. É super importante ele manter o tratamento dele. Isso aí é muito conversado. Porque, às vezes os serviços acham que vão encaminhar pra Arte e Convívio e que...

Técnica 1: E que é o bastante isso.

Técnica 3: E com eles também. Por exemplo, por ter uma assistente social, uma psicóloga e uma T.O. aqui. Para eles não acharem que vão ser sempre acolhidos aqui e que eles não precisam buscar acolhimento no serviço. [...] Por isso a gente escuta e encaminha.

Técnica 4: A gente faz o acolhimento...

Técnica 3: Acolhe e encaminha.

Técnica 2: Tô encaminhando... Fulano está indo aí e não está bem.

Nos momentos dessas “crises”, portanto, o cuidado com oicineiro é intensificado nos equipamentos em que as técnicas referem como “de tratamento”, sem que necessariamente o icineiro deixe de participar da oficina. Daí a importância dos diálogos na rede de Saúde Mental. Muito embora tenha havido a afirmação de que a Arte e Convívio não é “tratamento”, em outros momentos de nossos diálogos, as técnicas se questionaram sobre isso. Creio que a tensão sobre ser lugar de trabalho, de tratamento ou ambos fortalece os equipamentos, pois os coloca sempre em debate sobre o que estão fazendo, para que e para quem.

Ainda sobre crises, há pessoas que, depois que começam a participar das oficinas, diminuem a frequência e a intensidades das situações de crise, ou mesmo não têm mais crises. Uma pena eu não ter tido a intenção de registrar dados, à época de meu trabalho no NOT, sobre a gradual diminuição de frequência dos icineiros nos equipamentos de saúde de origem – quase sempre CAPS e Centros de Saúde – e, tão surpreendente quanto, sobre a diminuição quantitativa do uso de medicação psiquiátrica. Não posso, portanto,

afirmar com a exatidão dos números, mas minhas memórias afirmam que muitas pessoas que recebi nas oficinas experimentou essa mudança.



Figura 30
Título: Mosaico da Casa das Oficinas
Fotografia minha (ano de 2018)

Muitos partilham comigo da mesma visão, como exemplifica a fala a seguir:

Técnica: Eu consigo ver muito avanço tanto em relação a Casa em si, como em relação aos usuários. De gente que chegou aqui mudinho, não falava nada, não participava de nada, e hoje como um dos pilares da oficina. Então, eu acho que a atividade e a própria oficina, ela é um instrumento super potente para a melhoria de tudo, desde a qualidade de vida, de redução de crise.

Especialmente sobre a Associação Arte e Convívio, mesmo que as técnicas reafirmassem se tratar de um lugar preponderantemente de trabalho,

à época dos encontros havia ações que não eram do escopo da saúde. Duas delas eram os grupos semanais de escuta e acolhimento chamados “Dedo de Prosa” e “Expressão Corporal”, além de atendimentos individuais e pontuais quando avaliam que oicineiro necessita, e até mesmo a possibilidade de visitas durante períodos de internação dosicineiros, como relatado a seguir:

Ariana: Você pode contar em momentos não tão bons e em momentos bons. Você pode contar com o pessoal daqui.

Oficineiro: Isso. Por exemplo, quando eu estava internado, iam 2 pessoas me visitar toda semana. Uma era a “X”, e a outra era a “Y”¹⁹⁸[...]. Toda semana elas iam conversar comigo pra saber como tinha sido a semana de internação e para eu falar os meus sentimentos para ela. [...] Aqui, quando um deles não está bem, a coordenadora da oficina [...] entra em contato com a família e, se tiver oportunidade, entram em contato com o espaço terapêutico, para eles se tratarem, para não entrar num surto muito profundo.

Durante o cotidiano das oficinas, algunsicineiros relataram situações semelhantes e minhas memórias confirmam esse tipo de acolhimento. Sobre uma situação em que umicineiro disse estar “muito mal”, ele conta que:

Oficineiro: Eu acho que aqui seria [espaço de tratamento], mas, conversando com a equipe, eles falam que aqui não é um espaço de tratamento, é um espaço de inclusão social através da Economia Solidária. [...] Semana passada e essa semana, e a semana retrasada, principalmente, eu estive muito mal. Então, a “K”¹⁹⁹, ela saiu da coordenação da oficina de mosaico, foi numa sala, fechou a porta, conversou comigo e viu que eu precisava de, talvez, fazer uma psicoterapia, porque eu estava muito ruim. Não era um surto como eu tive surto para ser internado, mas, através da conversa dela, ajudou um pouco na angústia que eu estava sentindo e que eu sinto ainda.

Ariana: Então ela acolheu você.

Oficineiro: Ela me acolheu. Mesmo tendo que ser coordenadora e perder um certo tempo da coordenação, porque ela é o controle de qualidade do mosaico. Então, as peças do mosaico, é ela que dá uma espécie de formação para o pessoal fazer com qualidade as coisas do mosaico, para conseguir vender na loja.

¹⁹⁸ “X” e “Y”: nome das técnicas.

¹⁹⁹ “K”: nome da técnica.

As características de acolhimento em saúde e de mundo do trabalho se misturam o tempo todo. Algumas vezes, o viés do cuidado também representa um apoio para a reconstrução de uma história de vida. Entre as narrativas, há a de um oficineiro que, quando começou a trabalhar no NOT, estava em situação de rua há alguns anos. Ele pôde refazer sua vida com o apoio da oficina. Lembro-me que, quando trabalhei lá, me surpreendi com tantos casos parecidos com esse.

Oficineiro: Faz muito tempo que eu estou aqui no Cândido Ferreira. Foi uma porta que abriu pra mim. Já tenho casa, tenho tudo. Está bom demais para mim. A coisa mais importante que tem. Eu começo a trabalhar aqui 8 horas. Mas eu saio de casa 5 horas e chego aqui 6 horas.

Ariana: Que sentido tem isso aqui pra sua vida?

Oficineiro: Isso aqui é tudo para mim.

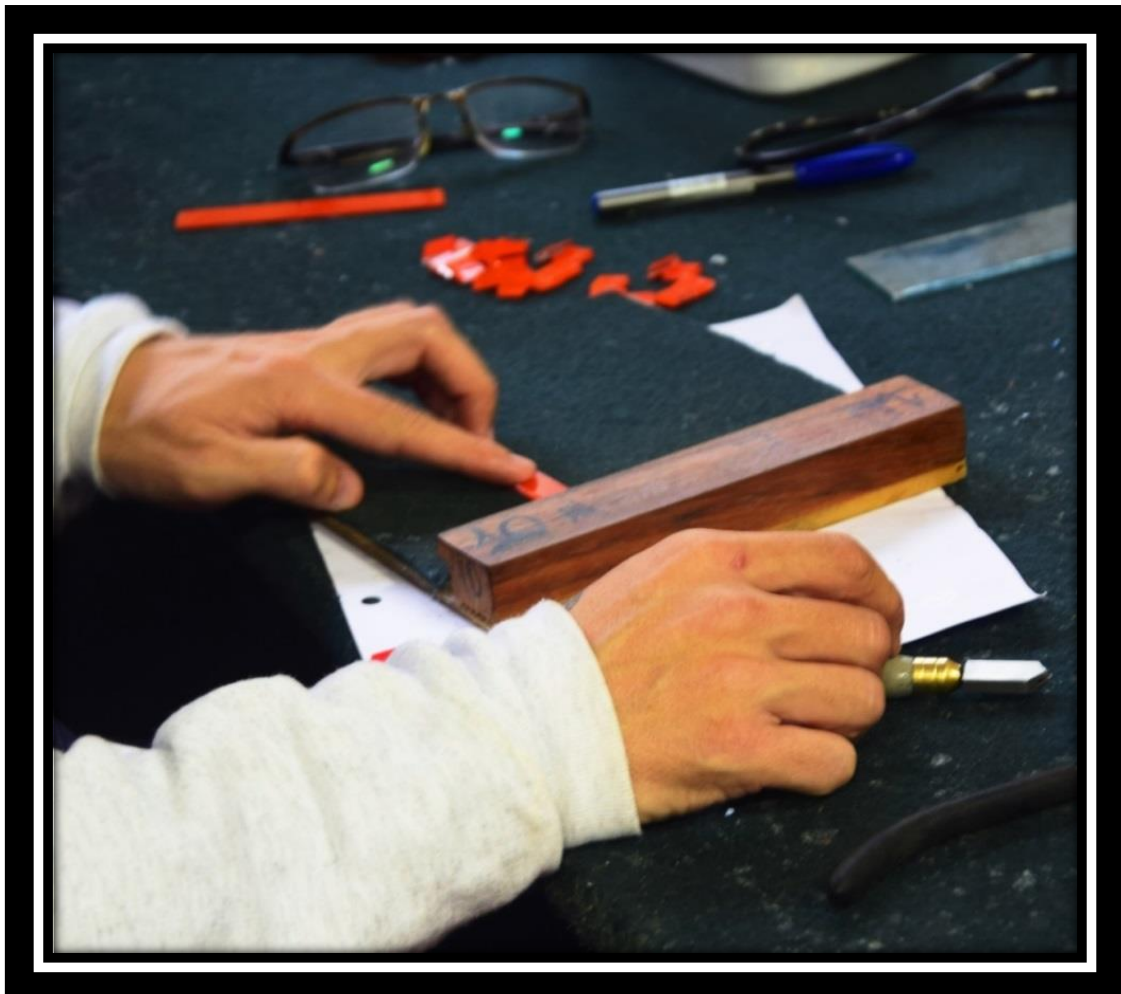


Figura 31

Título: Medindo vidro na Oficina de Vitral do Núcleo de Oficinas e Trabalho

Fotografia minha (ano de 2018)

Sobre o sentido do trabalho na oficina, há outro relato que representa o que escutei incontáveis vezes enquanto trabalhava no NOT:

Ariana: Qual o sentido da oficina na sua vida?

Oficineiro: Não só da minha, como eu vejo de todas as oficinas. Eu vejo quando as pessoas chegam, que elas começam aquele trabalho na oficina, elas chegam meio desanimado. E a partir de um certo tempo, você vê a modificação das pessoas, a transformação. [...] Sinceramente, se não tivesse o NOT... Eu tiro um exemplo, eu antigamente ficava tomando remédio em casa, trocava o dia pela noite e ficava lá em casa. Não tinha perspectiva de vida. Às vezes, não dormia à noite, trocava o dia pela noite, não dormia direito, sempre neurastênico, sempre tomando remédio e dormindo, dormindo, não tinha nenhuma perspectiva de vida. E hoje eu vejo que, graças a Deus, eu sou útil à sociedade, faço parte desse evento. [...] É diferente daquele tempo que eu ficava dentro de casa sem uma autoestima.

A oficina, certas vezes, pode ser um dos poucos lugares em que algumas pessoas encontram apoio para a construção de uma vida digna. “Ser útil à sociedade” era uma fala recorrente entre osicineiros e que, até hoje, ainda me emociona.

Cuidei deicineiros que passaram décadas internados em manicômios – alguns entraram na casa dos 20 anos e só saíram quando já estavam idosos – e que, graças à rede de Saúde Mental de Campinas, ao empenho dos profissionais alinhados com a Reforma Psiquiátrica, às suas famílias e amigos, se sentiam “úteis” e não ocupavam mais a margem da sociedade.

Fecharei este rico trecho da tese com uma fala de uma técnica sobre o contentamento e o orgulho dosicineiros com seus trabalhos, que tantas vezes testemunhei quando trabalhei no NOT:

Técnica: Hoje, o tempo inteiro tinha um usuário que estava falando na cozinha... Um falava assim: “será que o pessoal da UNICAMP gostou do café?”, aí outro respondia: “Lógico que gostou, eles só compram porque eles gostam, eles já sabem que a gente faz coisas gostosas, senão eles não iam comprar”. Aí o outro fazia a mesma pergunta e o outro respondia. No

final, ele falou assim: “você não gosta das coisas que a gente faz?”, “Gosto!!!”

Eu também gosto, e é por isso que me dediquei, ao longo dos últimos quatro anos, a fazer esta pesquisa. Findo o trecho de registro das prosas agradecida ao leitor, aos oficineiros e aos técnicos por terem me acompanhado nele.



Figura 32
Título: Rosas coloridas da Oficina de Papel Reciclado do Núcleo de Oficinas e Trabalho (III)
Fotografia minha (ano de 2018)

Referências

ALCÂNTARA, L.C. Economia solidária e oficinas de trabalho na saúde mental. In: MERHY, E.E.; AMARAL, H. (Org.) *Reforma psiquiátrica no cotidiano II*. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 151-161.

ARENDT, H. *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1968.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p.213-240.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 336*. Brasília, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acessado em 10/07/2020.

CAYRES, C.O. O processo constitutivo e as concepções do Núcleo de Oficinas e Trabalho. In: RIMOLI, R; CAYRES, C. O. *Armazém das Oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas: Medita, 2012, p. 21-34.

CAYRES; C.O.; DOMITTI, A.C.; CARNEVALLI, M.E.C.; BIANCHINI, V. O desafio da reabilitação profissional. In: HARARI, A. e VALENTINI, W. (Org.) *A Reforma Psiquiátrica no cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 105 a 112.

DUNKER, C. *Amar e trabalhar*. Revista Mente e Cérebro, n. 291, abril de 2012. Disponível em: <https://revistamentecerebro.uol.com.br/amar-e-trabalhar/>. Acessado em 18/01/2020.

GALVES, F.R. *et al.* Trabalho e geração de renda como produção de cidadania na saúde mental: a experiência do Núcleo de Oficinas e Trabalho de Campinas. *Cad. Bras. Saúde Mental*. Florianópolis, v.8, n.18, p.206-213, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69277/41587>. Acessado em 19/03/2019.

LUIZ, C.C.C.; LEAL, E.M.; GALLETTI, M.C. Desafios enfrentados por usuários da Saúde Mental: reflexões sobre narrativas acerca do trabalho dentro e fora de oficinas de geração de trabalho e renda. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 63-69, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/140212/147348>. Acessado em 18/07/2018.

NICÁCIO, F.N.; MANGIA, E. F.; GHIRARDI, M.I.G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 16, n. 2, p. 62-66, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13961/15779>. Acessado em 12/04/2018.

RIBEIRO, M.B.S. Inclusão social de pessoas com transtornos mentais: a experiência de Botucatu. *Cad. Ter. Ocup. UFSCAR*, São Carlos, v. 9, n.2, p. 113-117, 2001. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/229>. Acessado em 18/03/2019.

RIBEIRO, M.B.S.; MARTINS, S.T.F.; OLIVEIRA, L.R. Familiares de usuários vivenciando a transformação do modelo assistencial psiquiátrico. *Estud psicol.*

Natal, v. 14, n. 2, p. 133-140, Aug. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000200006. Acessado em 18/03/2019.

RIMOLI, J.; CAYRES, C.O. (Org.) *Armazém das oficinas: um olhar além da produção. Saúde mental e economia solidária*. Campinas: Medita, 2012.

RODRIGUES, A. C. *Produção de cuidado em oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental*. Assis, 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Pós-Graduação em Psicologia.

PARTE IV

Por uma conclusão possível (Ou: Carta à minha filha)

Ao longo do processo de escrita, perguntei-me algumas vezes se deveria ou não fazer um trecho contendo alguma conclusão da pesquisa, como tradicionalmente se espera de uma tese de doutorado. Quase sempre avaliei que não, pois eu havia feito arremates das discussões teóricas ao final de cada ensaio, o que, provavelmente, já seria o suficiente.

Mas, estes não são estudos apenas teóricos, pois se compõem, sobretudo, de olhares interessados em questões da vida, de experiências cotidianas e políticas, de discussões de nosso tempo. Durante a qualificação, houve dois belos e pertinentes apontamentos sobre isso. O primeiro, vindo de Catia, sugerindo que a loucura pudesse enlouquecer o trabalho, e o segundo, de Elizabeth, que me despertou para uma das forças do texto, que era sobre ele estar sendo feito por uma mulher e mãe durante a pandemia.

Daí meu desejo de encerrar a tese com uma carta à minha filha – e também ao leitor, evidentemente –, para marcar que a escrita também partiu de meu lugar de mulher e de mãe. Não aquela que, secularmente, esteve restrita aos cuidados domésticos e filiais, mas de alguém que tem inventado, cotidianamente, um modo de maternar para além do lar e dos ofícios – igualmente nobres, por sinal – de dar comida, banhar, ninar. Tenho educado minha filha com base na ética de acompanhá-la em seus processos e inspirá-la sobre um modo de viver.

Minha filha, portanto, é mais uma leitora desta pesquisa, assim como você, caro leitor. Com a diferença de que a leitura dela partiu “de dentro”, porque ela, mesmo ainda não sendo alfabetizada, me acompanhou no percurso dos estudos desde que se fazia em meu ventre.

Minha filha sempre me convida a ler com a indagação: “mamãe, vamos brincar de ler?”. Inspirada nela, faço o convite: “leitor, vamos brincar de ler?”.

Carta à minha filha

Palmas, 17 de maio de 2021.

Um degrau acima: o silêncio

Até hoje eu por assim dizer não sabia que se pode não escrever. Gradualmente, gradualmente até que de repente a descoberta tímida: quem sabe, também eu já poderia não escrever. Como é infinitamente mais ambicioso. É quase inalcançável.

(Clarice Lispector)²⁰⁰



Figura 33
Título: Betina
Fotografia minha (ano de 2021)

²⁰⁰ LISPECTOR, C. Declaração de amor. In: _____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 414.

Querida filha,

Escreverei a você como forma de me despedir desta tese de doutorado. Quero me dirigir a você porque sua presença foi meu maior incentivo durante os estudos e porque sua parceria nesta pesquisa vem desde que você se fez em mim. Com você em minha barriga, no colo e dando seus primeiros passos, atravessei parte do país dezenas de vezes para cursar a pós-graduação. Entre idas e vindas de nossas moradas em terras caipiras paulistas e em quentes terras tocantinenses, meu escritório de pesquisa foi transitória e provisoriamente montado e desmontado em rodoviárias, aeroportos, creches, quintais, pracinhas, cachoeiras, hospitais, bibliotecas ali e acolá, sempre com você junto de mim.

Nos últimos 4 anos, escolhi que a maternidade me faria melhor pessoa e que eu contribuiria com a ciência pensando sobre questões da vida. Grandiosas tarefas, admito. Mas, não fossem elas, seria fácil esmorecer frente a uma pandemia, ao nosso país convulsionando política e sanitariamente, ao desinvestimento em ciência, educação e saúde tão vergonhosamente característico do passado e do presente brasileiro.

Clarice Lispector, aquela escritora de quem gosto muito, inicia um de seus livros escrevendo que

*Esta história acontece em estado de emergência e de calamidade pública. Trata-se de livro inacabado porque lhe falta resposta. Resposta esta que alguém no mundo ma dê.
Vós?*

*(Clarice Lispector)*²⁰¹

Como no trecho da história de Macabéa escrita por Clarice, parte destes estudos também aconteceu em condições emergenciais e calamitosas pandêmicas. Agora, ao final, o que era para ser um momento de alegria está um tiquinho toldado pelo luto que nossa família tem experimentado. Mas – por fé, escolha e sorte –, nossa alegria ainda é maior que a tensão.

²⁰¹ LISPECTOR, C. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 19.

Esta tese também é, de certa maneira, inacabada, como o livro de Clarice, porque os pensamentos não cessam. Pensar guarda o tempo e o espaço de um corpo vivo. E nós estamos vivas, meu amor!

Aqui em casa, somos apaixonados pelo pensamento crítico. Ruminamos ideias o tempo todo, dialogamos sobre elas, mudamos de opinião, lemos e escrevemos para continuar a pensar. Destes exercícios, só lhe faltam a leitura e a escrita. Seu pai e eu tentamos lhe inspirar o mesmo interesse e encanto que temos pelas letras, mas creio que isso não importa tanto. Não sou das mães que se empenham fortemente para que sua cria tome gosto pelos estudos. Pertença à outra ala, que valoriza mais o lúdico da vida e o olhar crítico sobre o mundo.

Matuta que sou – por ser caipira e por matutar sobre as coisas da vida –, sei que os ensinamentos não estão todos guardados na ciência, na filosofia, na arte, na religião, e sei também que, no fim das contas, aprendemos muito mais nos relacionando com as pessoas. Lembra-se de nosso vizinho analfabeto nos ensinando sobre garrafadas, matos que curam, estradas dos arredores, andar a cavalo, causos de outras vidas? É sobre isso. Ele é tão sabido quanto os eruditos das academias.

Tenho lhe educado para que você pense livremente e tenha crítica de nossa realidade. Talvez seja a melhor herança que lhe deixarei. Outras dizem respeito aos traços que você guarda de mim. Os que mais têm se destacado, ao longo de seus 3 anos de idade, são a força para conquistar algo que se quer – que alguns lamentavelmente desqualificam chamando de teimosia –, o olhar divertido e apimentado sobre a vida, a alegria diante dos desafios e a doçura de temperamento. Sim, filha, somos doce de pimenta, como na canção de Rita Lee ²⁰².

E você também herdou – felizmente! – a curiosidade que tenho sobre a vida, essa mesma que move os cientistas a fazer ciência. Agora, na fase dos “por quês?”, tento, inutilmente, alcançar suas indagações: “por que o ar é

²⁰² Alusão à canção “doce de pimenta”. Referência: LEE, R.; CARVALHO, R. Doce de pimenta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EiZkczTU9gE>. Acessado em 01/05/2021.

invisível?”, “por que o céu é infinito?”, “o infinito é azul?”, “por que as araras voam e eu não?”, “por que o coronavírus mata?”, “o que é morrer?”, “por que a bananeira cresce?”, “por que o trovão faz barulho?”, “por que a água [da cachoeira] cai?”, “por que as cachorras nascem?”, “por que as pitangas amadurecem rápido?”.

Não é a toa que praticamente todas suas referências sejam colhidas da natureza. Por causa da pandemia, você está há mais de 1 ano sem ter contato físico com pessoas além de mim e se deu pai, saindo de casa apenas para fazer trilha nos matos, rios e cachoeiras. Que sorte nós temos de morar rodeada de quilômetros de mata intocada, vales, rios, cachoeiras, passaradas e bicharadas mil, e de termos um quintal com tantas árvores. A restrição dos encontros com outras crianças tem sido difícil. Mas, lembre-se sempre dos contatos via internet que você tem frequentemente com suas famílias materna – toda em Assis-SP – e paterna – toda em Fortaleza-CE. Afeto não tem fronteiras!

Brincar de perguntar tem sido fonte de inspiração e de diversão entre nós. Quando não encontramos respostas, inventamos. Aprendi a brincadeira com Manoel de Barros, que escreveu: “tudo que não invento é falso”²⁰³. Sim, é o poeta que eu sempre leio para você. A brincadeira não tem fim porque, durante todo o tempo, pensamos, perguntamos, respondemos, criamos nossos mundos.

Esta tese – que nada mais é do que um livro de historietas de pensamentos sobre loucura, trabalho e oficinas – impõe-se inconclusiva como nossas brincadeiras, porque algumas de minhas perguntas carecem de respostas e porque sobra entusiasmo para continuar perguntando. Como na epígrafe de Clarice, é livro inacabado porque lhe faltam respostas. E ela também ensinou sobre a importância de não saber das coisas. Veja que bonito:

– *Posso dizer tudo?*

– *Pode*

²⁰³ BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 320.

– *Você compreenderia?*

– *Comprenderia. Eu sei de muito pouco. Mas tenho a meu favor tudo o que não sei e – por ser um campo virgem – está livre de preconceitos. Tudo o que não sei é a minha parte maior e melhor: é a minha largueza. É com ela que eu compreenderia tudo. Tudo o que não sei é que constitui a minha verdade*²⁰⁴.

O não saber é o lugar da curiosidade, e a curiosidade é o princípio e o que move a ciência. Algumas de nossas perguntas mais elementares, filha, não poderão ser respondidas. Temos que conviver com elas, com as dúvidas que nos suscitam, com nossa impossibilidade de encontrar ou inventar respostas.

A alguns, é bastante angustiante. A mim, ter questões sem respostas é libertador, pois reconhecer que não sabemos tanto assim sobre a vida torna imperativo abandonar a tola ideia de que nós a controlamos. Ninguém controla nada, minha filha! A ciência nos orienta, torna nossas existências mais saudáveis, confortáveis, longas e nos dá algumas seguranças das quais precisamos para estarmos vivas. Entretanto, ela é apenas bússola. Ela não é o caminho. Lembre-se disso.

O caminho é louco, filha! Muito louco! Ainda que tentemos negar nossa loucura, essa que constitui a mim, a você, ao seu pai, a todas as pessoas, ela aparece aqui e acolá, num sonho, num surto, numa escolha, numa relação. Historicamente, a loucura ocupou muitos lugares. Um deles foi o isolamento no manicômio, do qual seu pai e eu nos opomos.

Hoje, os loucos ainda estão à margem. Veja que desumano: a sociedade precisa do louco para negar sua própria loucura. Apontam o dedo para ele e dizem: “a loucura está nele e não em mim!”. Então, criam diagnósticos e estratégias para silenciar a loucura e para que os loucos fiquem longe e marginalizados. Que sociedade ingênua. E cruel.

Logo mais, você frequentará a escola. Você já nos diz que quer ir, “mas não todo dia!”. Você sabe das coisas, filha. Ir à escola quase todos os dias nem sempre é tão agradável. Então, vamos tentar ajudá-la a encontrar bons motivos para estar lá: as brincadeiras, as afinidades com uma ou outra matéria, a

²⁰⁴ LISPECTOR, C. Declaração de amor. In: _____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 415.

vontade de aprender. Lá, prevejo que você fará muitos amigos, pois você já é boa de prosa e gosta de gentes. Entre seus amigos, filhota, muito provavelmente você encontrará os que frequentarão consultórios psiquiátricos, como o de seu pai. Alguns porque, de fato, precisarão de cuidados médicos, entre eles o da medicação. Mas, tristemente, pode ser que a maioria de seus amigos que estiverem tomando remédios psiquiátricos só o fará porque alguém precisa que eles tomem.

Eu sei que ainda é difícil entender. Preste atenção: há alguns adultos que não lidam muito bem com a infância, ou porque as suas foram terríveis, ou porque acompanhar o crescimento de uma criança não esteja entre suas prioridades. Então, para que o entusiasmo das crianças pela vida não os atrapalhem e, em alguns casos, também não os contaminem, alguns adultos as medicam.

Sua geração é a de pessoas que começaram a ser drogadas já na infância e com o aval da ciência. Essa sua abertura para a vida, que me inspira e me alegra, exige dedicação de bastante tempo e energia, e nem todos tem disposição ou possibilidade de ofertar tanto a uma criança. Mesmo entre os que querem muito cuidar de seus filhos, há os que não podem fazê-lo, pois suas cargas de trabalho são tão intensas que tomam quase todo o tempo e o vigor deles.

Então, levam a criança ao psicólogo e ao psiquiatra, com a demanda de que a ajudemos a ser menos “agitada”, “xereta”, “elétrica”, entre outros adjetivos que, ensinaram a eles, podem ser indícios de alguma doença. Confesso que nunca me encontrei com algum adulto que quis que seu filho fosse medicado sem necessidade. Todos têm suas legítimas justificativas.

E também levam as crianças para consultas com profissionais de saúde os mais variados porque a mídia – especialmente as tais “redes sociais” – difundem a propaganda de que há um jeito certo de ser mãe e pai, e que esse jeito certo é comprado nas escolas, nos balés, nos buffets de festas infantis, nos shoppings, nas viagens e... nos consultórios.

É um pouco difícil convencer os adultos de que as crianças são as que mais sabem sobre si próprias, de que suas histórias pessoais são valiosas, que são falaciosos os rígidos parâmetros de um certo jeito de fazer ciência que pretende dar respostas simples para problemas complexos, de que o momento da infância é fundamental para que a criança crie seus mundos, de que não há receita pronta que ensine como exercer a paternidade e a maternidade, de que a indústria psicofarmacológica lucra mais do que suas famílias a cada comprimido engolido pela criança.

Felizmente, muitos já têm percebido a devastação que uma avaliação e uma conduta *psi* mal feitas podem provocar na vida da criança. E na do adulto também. É igualmente penoso explicar aos adultos e, principalmente, aos profissionais de saúde, que quem mais sabe sobre um paciente é ele próprio, e que os saberes técnicos das especialidades devem servir à história de vida dele, e não o contrário. Esta tese é mais uma tentativa.

Imagino que você queira me perguntar sobre o outro lado do problema, porque você já apresenta a feliz característica de tentar entender tudo o que pode sobre os assuntos. Então, vou lhe explicar algo: sim, há crianças e pais que se beneficiam de tratamentos psicológicos e psiquiátricos, há pessoas que constroem suas experiências de vida com o apoio desses profissionais, há algumas cuja existência é tão sofrida que, não fosse esse tipo de ajuda, certamente sucumbiriam. É com essa demanda que seu pai e eu trabalhamos. Mas, seus amigos da escola, da praquinha, da rua, algumas vezes poderiam prescindir dos supostos tratamentos. Sorte a nossa que você é uma criança inteligente, crítica e que já começa a aprender sobre isso. Seu pai e eu estaremos com você para continuar ensinando.

Hoje, tenho me preocupado bastante com a infância, porque me envolver com seu crescimento e desenvolvimento infantil tem me mostrado uma dimensão da experiência humana que eu só via de longe. Isso justifica o porquê quis lhe escrever sobre os amigos que, provavelmente, você encontrará.

Para contribuir na construção de um mundo mais digno, desde cedo entendi que eu precisaria estudar algo que me instigasse – ainda mais – o pensamento crítico. E, junto a isso, como não nasci em berço de ouro e sempre soube que a fartura da minha mesa dependeria do suor do meu trabalho, me empenhei nos estudos durante toda a vida.

Escolhi fazer a faculdade de psicologia – que, dizem seus avós maternos, foi uma escolha feita durante a primeira infância, fato que não posso desmentir dada minha pouca memória – porque vi nela uma oportunidade de exercer um ofício que, com sorte e empenho, me possibilitaria compreender algo sobre a loucura, desde que eu aprendesse, respeitosamente, a cuidar de gentes. Porque a loucura é da (des)ordem das pessoas, e os livros nos servem apenas como aproximação.

Desde antes de começar a cursar a faculdade, eu já me interessava pela loucura. Então, já faz bastante tempo... Quase todos os meus 42 anos. Aliás, comecei a estagiar na área da Saúde Mental aos 21 anos. Portanto, dediquei ao menos metade da minha vida a esses estudos. “Mãe, o que é loucura?”, você me perguntou certa vez. Acredita que eu ainda não consigo respondê-la? Estou rindo enquanto escrevo! Como é bom ser alumiada por uma criança sobre as incertezas e o imponderável da vida!

Embora eu não saiba responder, me aventuro a estudar e pensar sobre ela. Porque nós não estudamos apenas para aprender, minha filha, mas também para desaprender, para reafirmarmos nossas impossibilidades de compreensões, para aguçarmos ainda mais nossa curiosidade científica. Você se lembra de quando pegou frieira no pé? Daquela coceirinha chata e, ao mesmo tempo, gostosa? Então, fazer ciência é isso. É uma frieira-desassossegada por um saber que nunca se alcança totalmente, e é também a vontade de que a coceira-inquietude nunca acabe.

Por isso, filha querida, abdiquei de alguns momentos com você e me dediquei a escrever esta tese. “Alguns” é eufemismo, eu sei. Foram muitos, porque o trabalho é importante para mim. Seguramente, escolhi o leite ao invés

do Lattes, porque é mais urgente alimentar você do que o currículo. Mas, minha dedicação à pesquisa também foi igualmente intensa.

Nos últimos quatro anos, pelo trabalho que empreendi na tese, almejei criar mundos para que nós todos tenhamos vidas dignas. Você sabe que eu sonho grande, não é mesmo? E também já sabe que sonhar nos constitui humanos e que “sonhos não envelhecem”²⁰⁵, como naquela linda canção que tanto canto para você. Quando escrevo “nós todos”, não me refiro a apenas você, seu pai, eu, Cecília, Teresa e Minhoca²⁰⁶. Não! Eu quero dignidade para a humanidade toda. Uai... Estou pedindo muito? Acho que não.

Criar mundos e (pro)criar você ao mesmo tempo foram atividades que me tomaram. Para ser mãe e ser cientista sem abdicar de um ou de outro, precisei ativar em mim uma ousadia que eu havia deixado na juventude. Foi a capacidade de abrigar seu corpo que se fazia no meu que me fez entender – de uma vez por todas! – a intensidade e a força do meu desejo. Durante o difícil parto de emergência e as semanas de pós-parto entre a vida e a morte, me nutri dessa força para sobreviver e me recuperar. Afinal, eu tinha uma filha e uma pesquisa e precisava estar viva para cuidá-las, oras!

Trabalhar sempre me foi importantíssimo, por vários motivos. Um deles se explica por nossa genealogia. Somos uma família de muitas mulheres que, desde meninas, foram incentivadas ao estudo e ao trabalho. Primeiro porque precisavam: por serem filha e netas de imigrantes e por serem pobres, trabalhar era uma necessidade. Isso foi antes do feminismo, minha filha. Uma das muitíssimas histórias engraçadas sobre os enfrentamentos que elas fizeram à ordem é de sua bisavó Maria que, quando menina, apenas um pouco maior do que você, costurava escondida as calças de que precisava para cavalgar, porque lhe ensinaram que só quem vestisse calças podia lidar com cavalos. Ela cresceu e, com o ordenado do seu trabalho de costureira durante 33 anos na Santa Casa de Misericórdia de Assis, criou as cinco filhas e muitas das netas e netos. O lema de que todos deveriam concluir ao menos o ensino

²⁰⁵ NASCIMENTO, M., BORGES, L.; BORGES, M. Clube da Esquina nº 2. In: NASCIMENTO, M.; BORGES, L. *Clube da Esquina*. Rio de Janeiro: EMI, 1972. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 11.

²⁰⁶ Cecília e Teresa são as nossas cadelas e Minhoca é o nosso gato.

médio foi levado ao pé da letra por toda a família. Em outro momento, contarei mais alguns dos muitos casos familiares divertidos sobre como as mulheres inventaram seus jeitos para não se apagarem na sombra do machismo. Embora não se percebessem feministas, porque isso não fazia sentido para elas. Aliás, por sorte, os homens de nossa família também foram educados para não reproduzirem valores patriarcais.

Nossa história particular nos constitui como família, mas, obviamente, ela não interessou à tese. Ocupei-me, aqui, em pensar sobre alguns trechos do enredo macro da história brasileira que podem ajudar a entender nossa atualidade. Você se lembra de quando eu comecei a lhe explicar o que é “cidadania” e a contar um pouco da história do Brasil? Foi quando eu estava escrevendo o ensaio “Um olhar sobre o trabalho”. Nele, pensei sobre as marcas da invasão portuguesa ao território que, originalmente, era habitado pelos indígenas, sobre a malandragem do português aventureiro e da coroa usurpadora e sobre alguns outros pontos que contribuíram na construção brasileira de uma ideia sobre o trabalho baseada no desvalor. A exploração do trabalho alheio é fundante de nossa nação. As corrupções políticas de hoje, a desigualdade social, a falta de coesão num projeto de país, de um compromisso político social e coletivo, a identidade nacional fortemente baseada em muitos “eus” em detrimento de um “nós”, o favorecimento pessoal de alguns poucos que custam a dignidade de muitas vidas, também fazem parte de nossa tradição brasileira e encontram suas raízes nas origens ibéricas do período colonial. Não temos nossos direitos consolidados porque os interesses e proveitos individuais ainda são sobrepostos ao resguardo que se deve ter ao que é comum.

Tenho tentado lhe explicar, filha, o que é política. Lembra-se de nossa prosa sobre como vivem os sabiás, de que eles não se organizam politicamente porque isso é matéria do humano? E de que nossa condição humana da ação política que nos faz responsáveis pelo mundo comum deveria estar no centro de nossos interesses? Já conversamos bastante sobre isso no quintal e ainda vamos falar muito mais, porque somos seres falantes – e como você gosta de um papo! – e valorizamos a pluralidade e a liberdade de debate.

Lembro-me do esforço que empreendi para tentar lhe explicar sobre os homens livres gregos e que as mulheres ficavam restritas ao lar. Tive bastante dificuldade, porque eu quero que você entenda que isso é história e que, embora ela ajude a moldar o nosso presente, nós devemos superá-la. É uma alegria ter a oportunidade de seguir educando você para transformarmos um mundo ainda tão desigual no que tange às questões de gênero.

Das muitas coisas que aprendi nos últimos quatro anos, algumas compreensões me soaram mais especiais que outras. Caminhar pelas trilhas das ciências humanas tem dessas coisas. Uma das autoras que estudei, Hannah Arendt, me ensinou que somos seres natais, que nascemos com a potência de gerar o novo, algo que ela belamente chamou de agir para a “natalidade”. Alguns pensadores, filha, localizam na morte a categoria para pensar a vida. Agora que você começa a elaborar alguma ideia sobre o morrer, talvez já compreenda o que quero lhe dizer. Para essa pensadora, nossa presença humana no mundo não se define pela finitude, mas pelo nascimento. Não nascemos para morrer, mas para começar, e a cada parto surge também a novidade e a esperança. Foi o que aconteceu comigo quando você nasceu. Como não me comover enquanto escrevo? Você e esta tese nasceram e inspiraram cores, brilhos, alegrias, felicidades à minha existência.

Não conheci uma pessoa sequer que me ofertasse alguma ideia convincente do que é a vida, tampouco a morte. Então, deixemos o fim para o último momento: enquanto estamos vivas, que possamos exercitar a criação. Creio tanto em nossa potência humana de gerar novidades que me nutro da esperança de que estamos gestando e parindo outro país, superando séculos de exploração e firmando a democracia. Os pensamentos sobre loucura, trabalho e oficinas desta tese pretenderam ser uma pequenina centelha de colaboração para este nascimento.

Durante a escrita da tese, meu silêncio foi gritante, eu sei. Você invadiu diversas vezes o quarto onde eu trabalhava para me chamar à maternidade, algo que agradeço imensamente. Sou dada a me perder na solidão silenciosa dos pensamentos, filha, e tenho sorte de ter você e seu pai para me resgatarem do delicioso ofício de pensar que, algumas vezes, me faz desatenta

à dimensão relacional e me aparta do mundo. O amor de vocês dois é um respiro no meio do caos, me alimentando e me fortalecendo para enfrentar com alegria as indignidades do mundo. Por que tantos pensamentos? Nós pensamos porque precisamos compreender algo sobre essa “coisa” tão sem sentido que é a vida, para nos responsabilizarmos pelo mundo comum, pelo que estamos fazendo dele e pelo que deixaremos nele.

Eu me divirto com o que chamo de “silêncio de sentido”, porque é nesse vazio que crio as sonoridades de minha vida. Você também já está criando seu próprio jeito de lidar com isso, e acompanhá-la em seu processo me é muito valioso e prazeroso. É por isso que nosso cotidiano tem sempre música. Você não se recorda, é óbvio, mas, desde que estava em minha barriga, já escutava comigo canções que me são caras.

É por compreender sonoramente a vida que recorri a muitas delas ao longo da tese. Enquanto eu escrevi, filha, cantarolei sussurrando muitas letras e melodias, incluindo as que você já gosta. Somos parceiras musicais. Seu pai e eu já identificamos que seu gosto pelas canções e a musicalidade que isso provoca, até agora, são duas de suas muitas habilidades.

Minha maneira de criar alguns sentidos para a vida também passa pela música, mas não apenas. Cada um tem seu próprio modo e você encontrará o seu. Todos temos nossa potência artística de criação e é precioso valer-se dela. Temo que a sua se perca um pouco nos ensinamentos de artes nas escolas, como quase aconteceu comigo. Fazem-nos acreditar que arte é técnica, embora a técnica sirva apenas para nos instrumentalizar a dar forma para a arte que somos nós mesmos.

Você já inventa alguns sentidos brincantes para a vida e é tão bonito participar ou, até mesmo, espiar de longe seus processos... Alguns adultos sentem o que chamo de “silêncio de sentido” com angústia, filha. Mas – lembre-se disso! – não é preciso sofrer. Basta seguir fazendo o que você já faz: criar sentidos lúdicos com leveza, diversão, prazer. Algumas pessoas se perdem tentando preencher seus vazios com coisas que compram, com relações, com viagens, com consumos os mais variados. Mas, o sentido da

vida é a própria vida, ele está nos pequenos prazeres cotidianos e em nossas ações concretas.

E a concretude da vida envolve algumas alianças, filha. Uma delas é o trabalho. Quando você completou 1 ano, você e seu pai me acompanharam em um dos lugares onde trabalhei chamado Núcleo de Oficinas e Trabalho, no Cândido Ferreira, em Campinas. Transitei com você no canguru pelas oficinas, reencontrei pessoas queridas que se encantaram com sua presença, levei seu pai para conhecer o lindo projeto de que tanto falei nos últimos anos. Fui até lá para dialogar com osicineiros e com os técnicos que quisessem contribuir com a minha pesquisa que culminou nesta tese.

Trabalhei lá há mais ou menos 10 anos, um pouco antes de eu conhecer seu pai. Era um lugar muito bacana, cheio de alegria, coisas bonitas, relações solidárias e respeitadas. Tive parceiros de trabalho que se conectavam com o mesmo entusiasmo e envolvimento que eu à causa da Luta Antimanicomial e isso me deixava contente. Estudei essa experiência no mestrado e prossegui estudando agora no doutorado, pois creio que, do que conheço de equipamentos na Saúde Mental, a oficina é o mais potente hoje em termos de enfrentamento à marginalização social do louco. Visitei ainda a Casa das Oficinas, em Campinas, e a Associação Arte e Convívio em Botucatu, que também são lugares de oficinas muito potentes que contribuíram com minha pesquisa.

Você se lembra de quando lhe expliquei que, durante muito tempo, pessoas mais loucas do que a maioria das pessoas não podiam trabalhar? É sobre isso que pensei num dos trechos desta tese. A aposta das oficinas é que essas pessoas podem trabalhar e que o trabalho é um dos pilares para que se tenha uma vida digna. São lugares lindos, filha. Lá, além do trabalho, há produção de saúde. Há uma prática clínica muito potente que se dá nas relações do cotidiano, no espaço mesmo das oficinas. A saúde se produz durante o fazer do trabalho. É isto o sentido da vida ser a própria vida concreta.

Nos últimos tempos, por causa da pandemia, tenho pensado nos técnicos das oficinas, que terão que lidar com suas próprias angústias e, ao

mesmo tempo, dar suporte a pessoas precisando, talvez, de muito mais atenção em saúde. Não os subestimo porque sei que quem é da Saúde Mental – oficinairo ou técnico – aprende a ter resiliência, quer queira, quer não. Crise psíquica, crise financeira, crise existencial, e mais tantas outras que certamente já superaram, fizeram a todos mais fortes e sábios.

Guardo a crença de que as oficinas são lugares de resistência. Mesmo prevendo tempos de dificuldades, creio que elas continuarão potentes em suas tarefas de gerar trabalho e cuidado em saúde. Ainda que elas operem fundamentadas nas premissas da Economia Solidária, os produtos são vendidos, em grande parte, para consumidores que trabalham na lógica capitalista e que tem poder de compra baseado nele. Num contexto social em que o número de desempregados aumentou, fica fácil prever que talvez haja queda nas vendas e conseqüente impacto na vida dos oficinairos.

A crise da pandemia pode disparar reflexões sobre um exercício do trabalho que precisa ser repensado em muitas dimensões: o que ele significa para o sujeito, para a sociedade, para um sistema econômico. Numa nação em que a desigualdade social é tão marcante e produtora de sofrimentos, seria leviano mitigar a pandemia a aspectos sanitários.

São tantas coisas, minha filha... Não caberiam numa carta que também tem o propósito de encerrar uma tese de doutorado. Meus estudos me fizeram uma profissional melhor e lhe ensinaram sobre a importância do trabalho. Quando eu dizia que não brincaria ou passearia com você e com seu pai porque eu iria trabalhar, você nem sempre se conformava. Da mesma maneira, quando seu pai saía para trabalhar no hospital ou no CAPS, às vezes você reclamava.

Saiba que, sem dúvida, a maternidade me é mais importante do que o trabalho, porque me faz mais feliz e porque é um dos elementos que sustentam a sua e a minha vida. Mas, o trabalho tem seu lugar de importância em nosso cotidiano e também nos faz felizes, querida.

Um dia, você entenderá melhor esta afirmação. E esta carta também. Por hora, basta que você saiba que amo você e que sua participação em meu doutorado foi vital para que ele acontecesse.

Os tempos estão difíceis para todos nós. A pandemia em curso mudou tantas coisas de nossa vida... Nos fez mais resilientes, nos levou pessoas próximas, nos restringiu à nossa casa e ao nosso quintal. Pensar sobre um acontecimento histórico quando se está no meio dele nem sempre é fácil. O que já podemos entender é que muitas coisas mudarão. Você se lembra daquela canção sobre as coisas que mudam, que eu gosto bastante de cantarolar quando estamos cuidando das plantas? É essa aqui:

*Eu já estou com o pé nessa estrada
Qualquer dia a gente se vê
Sei que nada será como antes amanhã*

*Que notícias me dão dos amigos?
Que notícias me dão de você?
Sei que nada será como está
Amanhã ou depois de amanhã
Resistindo na boca da noite um gosto de sol*

*Num domingo qualquer, qualquer hora
Ventania em qualquer direção
Sei que nada será como antes, amanhã*

*Que notícias me dão dos amigos?
Que notícias me dão de você?
Sei que nada será como está, amanhã ou
depois de amanhã
Resistindo na boca da noite um gosto de sol*

(Milton Nascimento/Ronaldo Bastos) ²⁰⁷

Nada será como antes, filha. Parece redundância, pois nada nunca foi e nunca será como antes. Mas, agora talvez a canção tenha um tom mais

²⁰⁷ NASCIMENTO, M. Nada será como antes. In: NASCIMENTO, M.; BORGES, L. *Clube da Esquina*. Rio de Janeiro: EMI, 1972. Disco sonoro de vinil, lado D, faixa 20.

imperativo, pois nosso momento global em que, pela primeira vez, grande parte da humanidade se mobilizou para cuidar do tema da saúde, já está mudando o modo como nos relacionamos. Não só entre nós, seres humanos, mas entre nós e toda a vida do planeta, do qual somos pequena parte, embora insistamos na tola ideia de que somos a mais importante.

O capitalismo – finalmente – mostrou sua fragilidade pelos abalos que tem sofrido com a curta ausência dos trabalhadores que o sustentam. Não precisa ser cientista para saber que os mais prejudicados serão eles. Ou melhor, seremos nós, porque eu também sou trabalhadora, agora fazendo ciência. Sim, minha filha, estou lhe dizendo sobre o capitalismo, aquilo que tento lhe explicar vez ou outra. Logo você compreenderá, principalmente para saber que é possível inventar jeitos de viver de maneira saudável nesse sistema que, hoje, é o hegemônico.

É possível ser feliz, é possível criar nossos mundos, é possível estar com pessoas que amamos. O caminho da vida é louco e, espero, será longo para nós, querida. *It's a long way*²⁰⁸, como naquela canção do Caetano que gostamos de dançar na varanda de casa. Longo, longo, longo caminho de uma longa, longa, longa vida. Em estradas como a que Milton canta, onde nada é como antes e em que sempre resiste na boca da noite um gosto de sol.

Agora, no presente momento de nosso louco e longo caminho, esclarecida de que as reflexões contidas nesta tese são provisórias e que devo partir para novos trechos de outras viagens, eu quero o silêncio das línguas, dos pensamentos e dos dedos cansados que batem nesse teclado, a esperança de óculos e você, minha filha, de cuca legal²⁰⁹.

É provável que eu tenha me esquecido de escrever algo relevante ao tema desta pesquisa. Faz parte de cartografar: nossos esquecimentos também importam. Ato falho? Talvez. Prefiro pensar que deixei ao vento a tarefa de ficar com os pensamentos que não pude – ou não quis – registrar. Lembra-se

²⁰⁸ Referência à canção VELOSO, C. *It's a long way*. In: _____. *Transa*. Rio de Janeiro: Phillips, 1972. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 1.

²⁰⁹ Referência à canção “Casa no campo”. CARVALHO, L.O.M; TAVITO; RODRIX, J.. Casa no campo. In: REGINA, E. *Elis*. Rio de Janeiro: Phonogram, 1972. Disco sonoro de vinil, lado B, faixa 11.

que você me perguntou o porquê de o vento não se cansar de ventar? Deve ser porque seu ofício de carregar pensamentos é deveras importante... Que sigam pelo vento agora, como na canção do Clube da Esquina:

*Coisas que a gente se esquece de dizer
Frases que o vento vem às vezes me lembrar
Coisas que ficaram muito tempo por dizer
Na canção do vento não se cansam de voar
(Lô Borges e Ronaldo Bastos) ²¹⁰*

Escrever é ofício dos mais prazerosos para mim, e você já sabe disso. Mas, há um precioso momento do processo que se chama “ponto final”. Não porque não haja mais o que ser escrito, pois, enquanto estivermos vivas, estaremos pensando e, enquanto pensarmos, poderemos escrever.

Deixa-se momentaneamente de escrever porque o tempo que existe entre uma escrita e outra ajuda a descansar e a recobrar as energias. Como em sua soneca depois do almoço, como num descanso depois de um banho de rio, como nos minutinhos de preguiça na rede da varanda.

Além da escrita, filha, há outras maneiras também prazerosas de dar contorno à experiência da vida. Agora, com o fim do doutorado, nossa família seguirá diferente, com novos projetos, com mais presença minha, com menos tec-tec-tec desse teclado que, vez ou outra, nos distanciou. É tempo de dar à vida o contorno dos nossos abraços.

Você aprendeu que o trabalho de sua mãe é importante, eu aprendi que ser uma referência de mulher que trabalha é importante. Agora chegou o momento da “despalavra”, como naquele poema que eu gosto de ler para você.

Despalavra

Hoje eu atingi o reino das imagens, o reino da despalavra.

Daqui vem que todas as coisas podem ter qualidades humanas.

²¹⁰ BORGES, L.; BASTOS, R. Trem azul. NASCIMENTO, M.; BORGES, L. *Clube da Esquina*. Rio de Janeiro: EMI, 1972. Disco sonoro de vinil, lado A, faixa 3.

Daqui vem que todas as coisas podem ter qualidade de pássaros.

Daqui vem que todas as pedras podem ter qualidade de sapo.

Daqui vem que todos os poetas podem ter qualidades de árvore.

Daqui vem que os poetas podem arborizar os pássaros.

Daqui vem que todos os poetas podem humanizar as águas.

Daqui vem que os poetas devem aumentar o mundo com as suas metáforas.

Que os poetas podem ser pré-coisas, pré-vermes, podem ser pré-musgos.

Daqui vem que os poetas podem compreender o mundo sem conceitos.

Que os poetas podem refazer o mundo por imagens, por eflúvios, por afeto.

(Manoel de Barros)²¹¹

Daqui de nossa casa no campo, com você e seu pai, aceno e me despeço desta pesquisa.

Amo você.

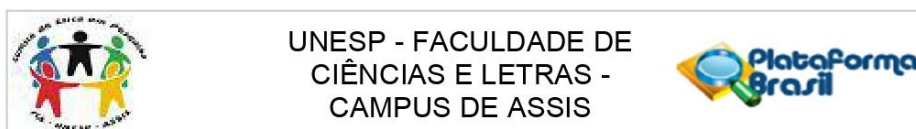
De sua mãe,

Ariana

²¹¹ BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 354-355.

ANEXOS

Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sentidos do trabalho para o oficineiro na Saúde Mental: contribuições à Reforma Psiquiátrica

Pesquisador: Ariana Campana Rodrigues

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 91184617.0.0000.5401

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.025.974

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de Doutorado que pretende investigar e compreender quais os sentidos do trabalho produzidos por pessoas com transtorno mental que frequentam oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental (SM). Através do método da cartografia, serão acompanhados 9 oficineiros – denominação dada ao participante dessas oficinas -, sujeitos que participem de algum dos três espaços onde será realizada a pesquisa, dois em Campinas e um, em Botucatu.

Vale ressaltar que esse protocolo de pesquisa já foi analisado e, portanto, as informações atuais se baseiam nas considerações do parecerista anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Primeiramente, o estudo pretende analisar a forma como os participantes compõem sentidos em torno do trabalho a partir das oficinas.

Os objetivos secundários consistem em investigar o papel da participação do sujeito na oficina, tendo em vista a transformação de seu lugar social, que passa de “portador de transtorno mental” para “trabalhador”; bem como analisar a relevância e o impacto das oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental no cenário atual da Reforma Psiquiátrica.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 3.025.974

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora garantirá os direitos aos participantes, atenta-se para nos critérios de inclusão constar a maioria dos participantes, critério já adotado para participação nos grupos das oficinas, e não estarem inimputáveis.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa baseada na Reforma Psiquiátrica e que vem colaborar com o processo de ética na Atenção Psicossocial, com importante tema.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos foram apresentados. Há declaração de infraestrutura dos três equipamentos do SUS, em que será realizada a pesquisa: o Núcleo de Oficinas e Trabalho e a casa das Oficinas (Campinas-SP), ambos do serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, e a Associação Arte e Convívio (Botucatu-SP). Além disso, também há uma declaração de infraestrutura da UNESP/Assis.

Recomendações:

O parecer anterior, que data de 01/Outubro/2018, determinou que, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, a pesquisadora fizesse constar alguns dados de contato, como telefone e e-mail e que a mesma também explicitasse, no documento, a forma como o material coletado seria armazenado.

As recomendações foram atendidas e a pesquisadora menciona, no TCLE atual, seu telefone e endereço de email e também inclui, no item 7 - Guarda do material coletado – a forma como pretende assegurar a posse dos dados coletados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Regimento Interno do CEP prevê que o pesquisador apresente relatórios, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos, até que este regularize a situação pendente. Os RELATÓRIOS deverão ser postados na Plataforma como NOTIFICAÇÃO em formulário estabelecido pelo CEP (<http://www.assis.unesp.br/#!/comite-de-etica/humanos/formularios/>) em SETEMBRO/2019 e MARÇO/2020. No relatório Final deverá se informado como foi realizada a devolutiva aos participantes da pesquisa. ATENÇÃO: QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO DEVE SER INFORMADA AO CEP COMO EMENDA AO PROJETO.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 3.025.974

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_948459.pdf	09/10/2018 08:48:59		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	09/10/2018 08:48:37	Ariana Campana Rodrigues	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_brochura_investigador.pdf	10/06/2018 19:22:37	Ariana Campana Rodrigues	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Candido_Ferreira_NOT_Casa_das_Oficinas.pdf	10/06/2018 19:21:29	Ariana Campana Rodrigues	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Arte_e_Convivio.pdf	10/06/2018 19:17:49	Ariana Campana Rodrigues	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Ariana.pdf	18/04/2018 14:03:18	Ariana Campana Rodrigues	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_infraestrutura_Ariana.pdf	16/03/2018 16:39:15	Ariana Campana Rodrigues	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ASSIS, 19 de Novembro de 2018

Assinado por:
CLAUDIO EDWARD DOS REIS
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: **Sentidos do trabalho para o oficinairo na Saúde Mental: contribuições à Reforma Psiquiátrica**

Nome do pesquisador orientador: Silvio Yasui

Nome da pesquisadora doutoranda: Ariana Campana Rodrigues

Este TCLE é feito em duas vias, sendo que uma via será entregue ao sujeito da pesquisa após ser assinado pelos interessados e a outra ficará com o pesquisador.

- 1. Natureza da pesquisa:** O (A) sr. (sra.) _____ está sendo convidado (a) a participar voluntariamente desta pesquisa que tem como objetivo compreender quais são os sentidos do trabalho produzidos por portadores de transtornos mentais em oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental.
- 2. Participantes da pesquisa:** 9 (nove) oficinairos de oficinas de geração de trabalho e renda na Saúde Mental, sendo 3 (três) oficinairos do Núcleo de Oficinas e Trabalho (Campinas-SP), 3 (três) oficinairos da Associação Arte e Convívio (Botucatu-SP) e 3 (três) oficinairos do Projeto Tear (Guarulhos-SP).
- 3. Envolvimento na pesquisa:** O (A) sr. (sra.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o (a) sr. (sra.). Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa pessoalmente durante as entrevistas ou posteriormente através do endereço de e-mail da pesquisadora: arianacampanarodrigues@gmail.com e do telefone da pesquisadora: (63)99112-4228.
- 4. Sobre as entrevistas individuais:** As entrevistas individuais serão realizadas nos espaços dos equipamentos de saúde onde funcionam as oficinas, durante o horário de funcionamento das mesmas e em ambiente protegido que possibilite resguardar o sigilo dos dados. Elas serão gravadas com gravador de áudio para melhor aproveitamento dos dados.
- 5. Riscos e desconforto:** Esta pesquisa tem a preocupação de evitar ou minimizar quaisquer danos, riscos ou desconfortos ao sujeito participante, de forma direta ou indireta. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade, integridade e/ou saúde.
- 6. Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. A identidade do sujeito será protegida, não sendo divulgada pelos pesquisadores durante ou após a pesquisa. Quando se divulgar informações e/ou dados favoráveis ou não do estudo na tese, em eventos científicos, publicações científicas impressas, digitais ou em

qualquer mídia, essas informações e/ou dados serão apresentados por via de nomes fictícios, assegurando, assim, o sigilo e a privacidade quanto à identidade do sujeito.

7. **Guarda do material coletado:** A guarda do material coletado será feita por meio digital, sendo salva em computador pessoal, com acesso permitido apenas por senha de posse da pesquisadora.
8. **Benefícios:** Ao participar desta pesquisa, o (a) sr (sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que o conhecimento que será produzido a partir desta pesquisa contribua para o progresso da Saúde Mental e da Reforma Psiquiátrica em curso no país e para o avanço da ciência. Não haverá qualquer tipo de benefício, vantagem ou privilégio individual ofertado a qualquer sujeito participante do estudo.
9. **Pagamento:** O (a) sr (sra) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nenhuma remuneração; ou seja, nada será pago por sua participação.
10. **Suspensão ou encerramento:** A pesquisa poderá ser suspensa ou encerrada antes de estar completa somente em caso de impossibilidade da pesquisadora em prosseguir com os estudos por motivos pessoais ou se avaliarmos qualquer dano ou risco significativo a algum dos sujeitos.
11. A pesquisadora se compromete com o cumprimento das exigências da Resolução CNS 466/12 e com os itens desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Para isso, preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa